

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

## **CINZAS DO PASSADO**

Riqueza e Cultura Material no vale do Paraopeba/MG  
(1840/1914)

**Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História Econômica.

**Orientadora: Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara**

**São Paulo - 2006**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez

**CINZAS DO PASSADO**  
Riqueza e Cultura Material no vale do Paraopeba/MG  
(1840/1914)

**São Paulo - 2006**

*Não é o presente em grande parte a presa de um  
passado que se obstina em sobreviver, e o  
passado, por suas regras, diferenças e  
semelhanças, a chave indispensável para  
qualquer compreensão séria do tempo presente?*  
**(Fernand Braudel, O Tempo do Mundo)**

**Para o Paulo,  
com amor.**

## **AGRADECIMENTOS**

Uma tese de doutorado leva tempo para ser concluída. Sem o apoio, o incentivo e a colaboração de muitos hoje não estaria aqui.

Sou muito grata a minha orientadora, a Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara, que não só me recebeu na Universidade de São Paulo, mas possibilitou que esta tese se tornasse uma realidade. A leitura dos vários relatórios da Fapesp, dos artigos e demais trabalhos concluídos ao longo desses dez anos de convivência foi muito importante para a minha formação acadêmica.

Agradeço também ao professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses as indicações bibliográficas, críticas e apontamentos que me proporcionou, do mestrado ao doutorado. Do mesmo modo, agradeço as sugestões do professor Horácio Gutiérrez.

Aos professores da Universidade Federal de Minas Gerais, onde concluí minha graduação no curso de História; lembro, de maneira especial, Caio Boschi e Regina Duarte Horta.

No Cedeplar, o incentivo e a amizade da professora Clotilde Andrade Paiva marcaram a minha vida profissional. Também em Minas Gerais pude contar com meus amigos Tarcísio Rodrigues Botelho e Miriam Hermeto de Sá Motta.

À FAPESP pelos três anos e quatro meses de bolsa. Não só o apoio financeiro foi fundamental, mas as sugestões sempre muito precisas e atentas do(a) parecerista contribuíram para que este trabalho chegasse ao fim.

Aos funcionários do Arquivo Municipal de Bonfim/MG pela atenção recebida durante toda a pesquisa. Ao Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, principalmente a Vilma Laurentino Paes agradeço a sua generosidade e gentileza.

Aos colegas do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina - em especial Cristiano, Lúcia, Ana Heloisa, Célia e Sônia.

À Danieli Aramuni, por me mostrar que a distância geográfica não impõe limites para uma grande amizade.

Às minhas primas, Renata Bibiani de Aguiar Marques, Maria Luiza de Aguiar Marques e Maria das Graças Teixeira Marques o conforto emocional e o carinho recebidos.

À minha mãe Catarina e ao meu pai Geraldo agradeço a vida e o amor incondicional. Ao meu querido irmão Flávio, à minha cunhada Núbia e ao meu sobrinho Flavinho, que, embora morando tão distantes, estiveram sempre muito perto de mim.

Às amigas, Madalena Marques Dias, Andréa Slemian e Maria Lucília Viveiro de Araújo por tornarem às minhas idas a São Paulo repletas de carinhos e risos.

À Fernanda Pitta, que sempre me acolheu em sua casa. Ao longo dessa amizade que já dura uma década, compartilhamos projetos, alegrias e tristezas que não dá nem para contar.

Nos momentos finais, pude contar com a prestimosa colaboração de Roger Domenech Colacios e a revisão cuidadosa de Eleonora Smits.

À Ismênia Spínola Silveira Truzzi Tupy; não tenho palavras para expressar minha gratidão. Dedico parte deste trabalho a você, minha amiga.

Ao Paulo, meu Martinez; todos esses anos juntos provaram que amar é possível, sempre. A sua presença carinhosa, a troca de idéias e o apoio foram fundamentais em todos os momentos desta viagem...

# CINZAS DO PASSADO

## Riqueza e Cultura Material no vale do Paraopeba/MG (1840/1914)

### **Resumo:**

Esta tese busca compreender a transformação da riqueza e da cultura material dos diferentes grupos sociais na transição do sistema escravista, em Minas Gerais. O vale do Paraopeba constitui o cenário principal da pesquisa realizada em 761 inventários *post-mortem*. Outras fontes foram estudadas, como as listas nominativas de habitantes de 1831/32, o Censo Provincial de 1872, os relatórios de Presidentes de Províncias e os jornais contemporâneos. Um conjunto de fotografias referentes aos sobrados, fazendas, armazéns e utensílios de trabalho (rodas de fiar algodão, os teares e o carro-de-bois) também foi contemplado. Cabe ressaltar que a fiação e tecelagem desempenharam um papel fundamental, possibilitando à região um forte dinamismo no período escravista. Em função da presença expressiva de mulheres na indústria têxtil artesanal, a economia configura um diferencial que singularizou o tipo de produção e de mercado encontrados naquelas localidades. No entanto, outros ritmos e nuances marcaram o final do século XIX brasileiro, em especial aqueles encontrados no Paraopeba. A mudança no sistema de mão-de-obra, a dispersão da riqueza e, conseqüentemente, a alteração da cultura material constituem a problemática central que permeou toda a tese. Várias questões relacionadas à posse de escravos, à valorização das terras, ao fracionamento das propriedades, à dispersão das grandes fortunas depois de 1888, bem como alterações significativas no espaço interno e externo das moradias dos diferentes estratos sociais caracterizam as principais questões desenvolvidas neste trabalho. Para análise da cultura material considerou-se uma série de categorias, tais como o valor de uso, de troca, de posse e de seleção. Esses atributos permitiram perceber a representação cultural dos artefatos, a prática social, a simbologia, assim como permanências e alterações no padrão de conduta e no estilo de vida da sociedade paraopebana. Todas as análises desenvolvidas para o vale foram confrontadas com outras regiões, como a zona da mata mineira, as províncias (e depois estados) de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia, de Goiás e de Pernambuco. O estudo comparativo revelou singularidades e semelhanças que se estabeleceram na realidade mineira e brasileira antes e depois da Abolição dos escravos.

### **Palavras-chave:**

Riqueza; Cultura Material; Transição do sistema escravista; Grupos sociais; Minas Gerais.

# **ASHES OF THE PAST**

## **Wealth and Material Culture**

### **The Paraopeba valley in Minas Gerais – Brazil, 1840/1914**

#### **Abstract:**

This thesis aims at understanding the transformation in wealth and material culture of different social groups during the transition of the slave system in Minas Gerais. The Paraopeba valley constitutes the main scenery of this research based on 761 *post mortem* inventories. Further sources such as the 1831/32 nominative lists of habitants, the Provincial Census, Province Presidents' reports and contemporary newspapers have been addressed. A set of photographs of residencies, fazendas, storehouses and work tools (spinning wheels, looms and the oxcart) have also been considered. It should be highlighted that spinning and weaving played an essential role allowing the region to develop high dynamism in the period of slavery. Due to the significant presence of women in the textile handicraft industry the economy of the region presented a differential that distinguished the kind of production and market. However, other rhythms and nuances marked the end of the 19<sup>th</sup> century in Brazil, especially those found in the Paraopeba valley. The change in the labour system, the dispersion of wealth and the consequent change in material culture constitute the central issue of this thesis. Several questions related to the ownership of slaves, valorisation of land, subdivision of properties, dispersion of great fortunes after 1888, as well as the significant changes in the internal and external space of the residencies of the different social classes characterize the main issues addressed in this study. In order to analyze material culture, a series of categories have been considered, such as the values of use, exchange, ownership and selection. These attributes allow of perceiving the cultural representation of artefacts, social practice, symbology, as well as constancies and changes in behaviour patterns and life style in the Paraopeba valley. All the analyses with respect to the valley have been confronted with other regions, such as Minas Gerais' wood zone and the (former) provinces of São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Goiás and Pernambuco. This comparative study has revealed singularities and similarities established in Brazil's and Minas Gerais' reality before and after Abolition.

**Keywords:** Wealth; Material Culture; Transition of the slave system; Social groups; Minas Gerais.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>23</b>
<b>CULTURA MATERIAL, RIQUEZA E ESCRAVIDÃO</b> <b>Bibliografia, fontes históricas e metodologia de pesquisa</b>	
1- Cultura material e riqueza no contexto internacional: suporte teórico- metodológico .....	<b>24</b>
2- Riqueza e cultura material na historiografia brasileira .....	<b>32</b>
3- A História da Família descortinando as riquezas, a cultura material e os modos de viver do passado brasileiro .....	<b>37</b>
4- A contribuição dos Anais do Museu Paulista.....	<b>40</b>
5- O conceito de cultura material e de riqueza desenvolvido na tese.....	<b>45</b>
6- O ponto de intersecção entre riqueza e cultura material na historiografia brasileira .....	<b>49</b>
7- O “fim da escravidão” e o “pós-abolição” como um problema histórico	<b>51</b>
8- Fontes documentais: discussão teórico-metodológica.....	<b>57</b>
9- Pensando os inventários <i>post-mortem</i> a partir de algumas categorias de análise--	<b>64</b>
10- Demais fontes trabalhadas: jornais, listas nominativas de habitantes, censos demográficos e relatórios de Presidentes de Províncias.....	<b>71</b>
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>76</b>
<b>O VALE DO PARAOPEBA</b> <b>História, população e espaço geográfico</b>	
1- O vale do Paraopeba e a historiografia mineira.....	<b>77</b>
2- O vale do Paraopeba no cenário de Minas Gerais.....	<b>89</b>
3- Os habitantes do vale.....	<b>91</b>

4- As ocupações do vale do Paraopeba-----	93
5- Mulheres no mercado de abastecimento interno: fiação e tecelagem -----	101
6- O movimento da população mineira depois do fim da escravidão: uma problemática -----	111
<b>CAPÍTULO 3-----</b>	<b>116</b>
<b>A ARQUITETURA DA RIQUEZA: DA ESCRAVIDÃO AO MUNDO DOS “LIVRES”</b>	
1- Uma reflexão sobre a representação da sociedade inventariada <i>versus</i> população	119
2- A sociedade e sua riqueza material -----	126
3- Os grupos sociais -----	133
4- A fragmentação dos bens materiais nos diferentes estratos sociais -----	138
5- A arquitetura da fortuna -----	142
6- A distribuição da riqueza por grupos sociais -----	162
<b>CAPÍTULO 4-----</b>	<b>174</b>
<b>ESCRAVIDÃO, TERRA E CRÉDITO EM UMA SOCIEDADE DE TRANSIÇÃO</b>	
1- Faces da mesma moeda: escravidão e riqueza às vésperas da abolição -----	175
2- O problema do fim da escravidão no vale do Paraopeba -----	184
3- A metamorfose da terra: das plantações de cultura aos campos de criar -----	188
4- As terras de cultura e os pastos de criar animais -----	195
5- O crédito e o débito da sociedade paraopebana -----	196
6- As heranças insolventes -----	201

<b>CAPÍTULO 5-----</b>	<b>205</b>
<b>CULTURA MATERIAL DA SOCIEDADE ANTES E DEPOIS DO FIM DA ESCRAVIDÃO</b>	
1- Questões teórico-metodológicas que nortearam o estudo da cultura material-----	206
2- Os artefatos do cotidiano no tempo e no espaço -----	208
3- A cultura material da sociedade privilegiada -----	215
4- De tudo um pouco: as camadas intermediárias -----	228
5- Os membros menos prestigiados -----	244
<b>CONCLUSÕES-----</b>	<b>253</b>
<b>FONTES PRIMÁRIAS-----</b>	<b>259</b>
<b>BIBLIOGRAFIA-----</b>	<b>292</b>
<b>ANEXOS-----</b>	<b>304</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – População livre e escrava no vale do Paraopeba e Minas Gerais, 1831/32 -----	92
<b>Tabela 2</b> – Informação de ocupações por setor no vale do Paraopeba e Minas Gerais, 1831/32 -----	94
<b>Tabela 3</b> – Estrutura ocupacional da Província e do vale do Paraopeba, 1831/32	96
<b>Tabela 4</b> – Profissões da Província de Minas Gerais, Outro Preto e do vale do Paraopeba, 1872-----	99
<b>Tabela 5</b> - Crescimento médio anual da População do Brasil: (1872- 1912)-----	112
<b>Tabela 6</b> – Monte-mor em réis, vale do Paraopeba, 1840/1914 -----	118
<b>Tabela 7</b> - Monte-mor em libras esterlinas, vale do Paraopeba, 1840/1914 -----	118
<b>Tabela 8</b> – Presença de escravos nas listas nominativas, vale do Paraopeba, 1831/32-----	122
<b>Tabela 09</b> – Presença de escravos nos inventários <i>post-mortem</i> , vale do Paraopeba, 1840/88-----	122
<b>Tabela 10</b> – Inventários <i>post-mortem</i> sem escravos, Bahia, 1840/1888-----	125
<b>Tabela 11</b> - Inventários <i>post-mortem</i> sem escravos, vale do Paraopeba, 1840/1888-----	125
<b>Tabela 12</b> – Bens de Raiz, escravos, animais, artefatos e dívidas ativas, em réis, vale do Paraopeba, 1840/1914 -----	146
<b>Tabela 13</b> – Bens de Raiz, escravos, animais, artefatos e dívidas ativas, em libras esterlinas, vale do Paraopeba, 1840/1914 -----	147
<b>Tabela 14</b> – Escravos por inventário, quantidade, soma e média em réis, vale do Paraopeba, 1840/1888-----	177
<b>Tabela 15</b> – Tamanho do plantel de escravos por fogo, vale do Paraopeba, 1831/32 -----	178
<b>Tabela 16</b> – Tamanho do plantel de escravos por inventário, vale do Paraopeba, 1840/88-----	178
<b>Tabela 17</b> – Percentagem de escravos por tamanho do plantel, nas listas nominativas, vale do Paraopeba 1831/32-----	179

<b>Tabela 18</b> – Percentagem de escravos por tamanho do plantel, nos inventários, vale do Paraopeba, 1840/88-----	179
<b>Tabela 19</b> - Tamanho e valor médio das propriedades rurais no vale do Paraopeba, 1850/1914-----	190
<b>Tabela 20</b> – Tamanho e valor médio das terras de cultura no vale do Paraopeba, 1850/1914-----	193
<b>Tabela 21</b> - Tamanho e valor médio dos pastos e campos de criar no vale do Paraopeba, 1850/1914-----	194
<b>Tabela 22</b> --Artefatos do cotidiano por período, 1840/1914 -----	214

## LISTA DOS GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Distribuição da riqueza em réis, 1840/49 -----	136
<b>Gráfico 2</b> - Distribuição da riqueza em réis, 1850/59 -----	136
<b>Gráfico 3</b> - Distribuição da riqueza em réis, 1860/69-----	136
<b>Gráfico 4</b> - Distribuição da riqueza em réis, 1870/79-----	137
<b>Gráfico 5</b> - Distribuição da riqueza em réis, 1880/88-----	137
<b>Gráfico 6</b> - Distribuição da riqueza em réis, 1888/99-----	137
<b>Gráfico 7</b> - Distribuição da riqueza em réis, 1900/09 -----	138
<b>Gráfico 8</b> - Distribuição da riqueza em réis, 1910/14 -----	138
<b>Gráfico 9</b> - Distribuição da riqueza em libras esterlina, 1840/49-----	139
<b>Gráfico 10</b> - Distribuição da riqueza em libras esterlina, 1850/59-----	139
<b>Gráfico 11</b> - Distribuição da riqueza em libras esterlina, 1860/69-----	139
<b>Gráfico 12</b> - Distribuição da riqueza em libras esterlina, 1870/79 -----	140
<b>Gráfico 13</b> - Distribuição da riqueza em libras esterlina, 1880/88-----	140
<b>Gráfico 14</b> - Distribuição da riqueza em libras esterlina, 1888/99 -----	140

<b>Gráfico 15-</b> Distribuição da riqueza em libras esterlina, 1900/09-----	141
<b>Gráfico 16-</b> Distribuição da riqueza em libras esterlina, 1910/14 -----	141
<b>Gráfico 17-</b> Distribuição da riqueza por grupos sociais, 1840/49-----	170
<b>Gráfico 18-</b> Distribuição da riqueza por grupos sociais, 1850/59-----	170
<b>Gráfico 19-</b> Distribuição da riqueza por grupos sociais, 1860/69-----	171
<b>Gráfico 20-</b> Distribuição da riqueza por grupos sociais, 1870/79-----	171
<b>Gráfico 21-</b> Distribuição da riqueza por grupos sociais, 1880/88-----	172
<b>Gráfico 22-</b> Distribuição da riqueza por grupos sociais, 1888/99-----	172
<b>Gráfico 23-</b> Distribuição da riqueza por grupos sociais, 1900/09-----	173
<b>Gráfico 24-</b> Distribuição da riqueza por grupos sociais, 1910/14-----	173
<b>Gráfico 25-</b> Dívidas ativas e passivas em réis, período escravista, 1840/1888--	200
<b>Gráfico 26-</b> Dívidas ativas e passivas em réis, período pós-escravista, 1888/1914 -----	200

## LISTA DAS IMAGENS

<b>Figura 1:</b> Rua das Flores, cidade de Bonfim, final do século XIX-----	23
<b>Figura 2:</b> Vale do Paraopeba, começo do século XX-----	76
<b>Figura 3:</b> Fiandeira com equipamento de trabalho-----	110
<b>Figura 4:</b> Tear do século XIX-----	110
<b>Figura 5:</b> Sobrado urbano da segunda metade do século XIX -----	116
<b>Figura 6:</b> Cadeia e Câmara Municipal de Bonfim, século XIX-----	174
<b>Figura 7:</b> Receita médica, 1886-----	197
<b>Figura 8:</b> Casa Comercial, final do século XIX-----	205

<b>Figura 9:</b> Museu do Escravo, Belo Vale-----	217
<b>Figura 10:</b> Fazenda da Palestina-----	219
<b>Figura 11:</b> Muro de pedra construído por escravos, Bonfim/MG-----	220
<b>Figura 12:</b> Passinho e Muro de pedra construído por escravos,Vargem Alegre/MG-----	220
<b>Figura 13:</b> Casa urbana, final do século XIX, Bonfim/MG-----	221
<b>Figura 14:</b> Sobrado, final do século XIX, Bonfim/MG-----	222
<b>Figura 15:</b> Fazenda típica do setor intermediário do vale, Barreiras/MG-----	230
<b>Figura 16:</b> Fazenda típica do setor intermediário do vale, Rio Manso/MG-----	231
<b>Figura 17:</b> Propriedade típica do setor menos privilegiado do vale, Vargem Alegre/MG-----	247
<b>Figura 18:</b> Carro de Boi, Crucilândia/MG-----	250
<b>Figura 19:</b> Festa do Carro de Boi, Crucilândia/MG -----	251
<b>Mapa:</b> Bacias Hidrográficas de Minas Gerais e localização do vale do Paraopeba -----	90

# **INTRODUÇÃO**



O interesse pelo tema dos objetos do cotidiano e da riqueza material arrolados nas fontes cartorárias iniciou-se em 1994, quando ainda cursava a graduação em História na Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. O estudo realizado na Casa Borba Gato, em Sabará/MG, tendo como objetivo investigar os bens materiais da família inventariada – nos distintos espaços urbano e rural - resultou, um ano depois, em monografia de Bacharelado<sup>1</sup>.

Da monografia à dissertação de mestrado<sup>2</sup>, apresentada na Universidade de São Paulo em dezembro de 2000, buscou-se aprofundar o estudo desse tema, centrando a investigação em uma localidade ainda pouco conhecida na historiografia mineira – Bonfim do Paraopeba –, que não apenas constitui um espaço geográfico singular como assumiu, nos séculos XVIII e XIX, um papel econômico e político importante na história das Minas Gerais<sup>3</sup>.

O resultado alcançado na dissertação de mestrado deixou transparecer, entre outras questões, um expressivo dinamismo econômico do distrito então estudado. Dinamismo esse que se refletiu na riqueza e na posse de determinados objetos, móveis e utensílios sofisticados encontrados nos inventários *post-mortem* de 1840 a 1888. O amplo comércio e a intensa circulação das tropas de burro, trazendo e levando mercadorias do interior de Minas Gerais à Corte do Rio de Janeiro, também foram analisados naquele estudo.

---

1 Uma versão parcial deste estudo, sob o título de “O estilo de vida das famílias urbanas e rurais na Província de Minas Gerais”, foi publicada nos *Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, Caxambu, 1996, V. 3, p. 1593/1638.

<sup>2</sup> Ver MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. *Riqueza e Escravidão: Dimensões Materiais da Sociedade no Segundo Reinado. Bonfim/MG*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2.000.

<sup>3</sup> No ano de 1996 foi apresentado à Prefeitura Municipal de Bonfim o projeto *Centro de Memória*. Esse projeto tinha como objetivo principal organizar a documentação cartorial disponível no Fórum e nos Cartórios das localidades circunvizinhas. A partir do acervo disponível foi possível fundar o Arquivo Municipal da referida cidade. A realização de um prévio trabalho de catalogação e informatização de suas fontes primárias – aproximadamente 10.000 documentos cartoriais do século XIX – garantiu o acesso a inúmeros inventários *post-mortem*, testamentos, processos crimes, jornais, libelos, registros de nascimentos, de casamentos, de óbitos, escrituras de compra e venda de escravos, etc.

De todos os pontos abordados na referida dissertação de mestrado, a importância dos escravos na composição da riqueza familiar até às vésperas da abolição foi, sem dúvida, o principal. A dispersão do patrimônio identificada na conclusão daquele estudo despertou o interesse em investigar como as famílias inventariadas organizaram-se e se reestruturaram na fase que seguiu o fim do trabalho cativo e que coincide também com a mudança do regime político no Brasil.

Sendo assim, esta tese de doutorado buscou não só ampliar o espaço geográfico trabalhado na dissertação de mestrado, incorporando outras localidades do vale do Paraopeba, bem como procurou alargar o período temporal, direcionando a pesquisa até o início da Primeira Guerra Mundial. Acompanhar os acontecimentos sociais e econômicos desenrolados no Segundo Reinado (1840/1889) até início de 1914 tornou-se imprescindível para a inteligibilidade do processo - dinamismo e dispersão da riqueza - que se estabeleceu no vale do Paraopeba.

As balizas cronológicas compreendidas entre 1840 e 1914 permitiram, por outro lado, vislumbrar a cultura material dentro de um momento de “relativa estabilidade” econômica e política, acentuada para a maior parte do Segundo Reinado (1840/1888)<sup>4</sup>. A realidade encontrada, dentro da fase escravista, foi então contraposta ao período posterior (1888/1914).

Cabe lembrar também que, a partir de 1914 - início da Primeira Guerra Mundial -, o Brasil passa a vivenciar transformações no contexto nacional e internacional distintas daquelas ocorridas anteriormente. O primeiro ano da Guerra e, principalmente, os subseqüentes são marcados por problemas econômicos e políticos que fogem ao escopo

---

<sup>4</sup> A relativa estabilidade política do Segundo Reinado, associada às altas taxas de africanos (evidência de importação de mão de obra dentro de economias de caráter dinâmico) permite apontar certo equilíbrio na esfera social e econômica da região Mineradora Central Oeste, na qual o vale do Paraopeba estava inserido. Ver PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. (Tese de Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996; MARQUES, op. cit. 2000.

das questões aqui delineadas<sup>5</sup>. O espaço temporal justifica-se, ainda, em função dos acontecimentos sociais e políticos que marcaram o Segundo Reinado (proibição do tráfico, Leis do Ventre Livre e dos Sexagenários etc.) e o início da República brasileira, com a **(re)organização** mais sistemática do trabalho livre e da economia<sup>6</sup>.

Dentre as problemáticas propostas destacam-se aqui aquelas que orientaram esta tese de doutorado: Por que os grandes escravistas, que dispunham de quantias consideráveis para a importação de africanos, não procuraram diversificar as atividades econômicas ou introduzir outras formas de trabalho perante o inevitável fim da escravidão? Quais as conseqüências que tais fatos produziram na realidade socioeconômica daquela circunscrição geográfica? Em outros termos, por que uma região tão materialmente abastada sofreu um claro revés no encerrar do século XIX? Quais as transformações, alterações, rupturas e continuidades ocorridas na riqueza e na cultura material antes e depois da escravidão? Quais as semelhanças e diferenças entre, por exemplo, a realidade do vale do Paraopeba em Minas Gerais, o vale do Paraíba e outras partes de São Paulo? É possível pensar conjuntamente outras regiões da Província mineira e, também, demais localidades do Brasil oitocentista onde estudos dessa natureza já foram realizados?

Essas questões, como já salientado, nortearam o estudo desenvolvido aqui. A partir de um conjunto de dados cartorários composto de 761 inventários *post-mortem*, foi possível identificar as principais mudanças no padrão de riqueza e pobreza do vale, bem

---

<sup>5</sup> Outros trabalhos também elegeram 1914 como recorte final de pesquisas e reflexões teóricas, justificando a escolha não só pelas alterações no campo internacional, mas, sobretudo, porque a data representa uma nova etapa da economia, no qual destacam-se fatores como modernização e industrialização brasileira. Ver principalmente GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil. 1850/1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973. BARBUY, Heloísa Maria Silveira. *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914 (estudo de história urbana e cultura material)*. (Tese de Doutorado). São Paulo: FAU/USP, 2001.

<sup>6</sup> SUZIGAN, Wilson. VILLELA, Annibal Vilanova. *Política do governo e crescimento da economia brasileira. 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973. Ver especialmente o capítulo “O Reerguimento Econômico, 1903-1913”, no qual é possível perceber uma nova política econômica e que irá se estender até a Primeira Guerra Mundial.

como as principais alterações na composição da cultura material estabelecida antes e depois do fim do trabalho cativo.

Outras fontes primárias também foram exploradas, como as listas nominativas de habitantes de 1831/32, o Censo Provincial de 1872, os relatórios de presidentes de províncias e os jornais de época. Para cada um desses documentos foi elaborada uma metodologia específica, permitindo não só a complementação de informações, como também o cotejamento de dados distintos.

Em função da temática, das problemáticas levantadas e do conjunto documental pesquisado, a tese estruturou-se em cinco capítulos. O primeiro, *Cultura Material, riqueza e escravidão: bibliografia, fontes históricas e metodologia de pesquisa*, analisa a partir do contexto internacional e nacional a bibliografia produzida sobre os temas relacionados à cultura material e à riqueza. O “fim da escravidão” e o “pós-abolição” também foram tratadas nesta parte da tese como uma problemática histórica, enfocando para isto os principais autores e estudos que tratam destas questões.

O conceito adotado para se analisar a cultura material e a riqueza nas fontes cartorárias ganhou espaço privilegiado neste capítulo. A base teórica que sustenta essa tese apóia-se principalmente nos estudos desenvolvidos por Daniel Roche, Joel Cornette, Laurent Bourquin e Jean-Pierre Hardy. Os autores mencionados apresentam uma concepção particular, e compartilhada nesta tese, ao abordar os objetos do cotidiano e da riqueza material dos grupos sociais, como se poderá ver no desenvolvimento do capítulo 1.

Por fim, a primeira parte da tese procura explicitar o banco de dados e as categorias de análise utilizadas para se pensar as fontes cartorárias, bem como os outros documentos utilizados e já destacados nesta introdução.

O capítulo 2, *O vale do Paraopeba: história, população e espaço geográfico*, traça um panorama histórico da região estudada, localizando e identificando suas principais

características e singularidades historiográficas. Nesta parte, encontra-se um estudo detalhado das ocupações do vale do Paraopeba e de Minas Gerais no século XIX, bem como mapas e questões relacionadas ao trabalho das mulheres fiandeiras e tecedeiras. No último tópico deste capítulo foi elaborado um estudo que permite problematizar o movimento da população antes e depois do fim da escravidão.

O terceiro capítulo, *A arquitetura da riqueza: da escravidão ao mundo dos “livres”*, constitui o alicerce deste trabalho. Esta parte inicia problematizando a representatividade da sociedade inventariada na população geral. Neste momento, é analisada a questão da dispersão da riqueza no período pós-escravista. Para isso, o banco de dados foi segmentado em décadas e, a partir desses subperíodos, as principais categorias elaboradas das fontes cartorárias foram estudadas – os bens de raiz, os escravos, os animais, as dívidas (ativas e passivas) e os artefatos.

Após a caracterização da riqueza e da sua flutuação ao longo de quase oito décadas – 1840 a 1914 – foram definidos, segundo a riqueza material (ou o valor do monte-mor), três grupos sociais: A, B e C. O estudo detalhado da riqueza dessas diferentes camadas sociais encerra o capítulo.

Em função da importância das categorias escravos, terra e dívidas, destinou-se a elas um capítulo especial intitulado *Escravidão, terras e crédito em uma sociedade de transição*. A concentração de cativos, a metamorfose da terra ao longo do período analisado, bem como as dívidas e as heranças insolventes finalizam esta parte.

Após conhecer em detalhes a flutuação da riqueza, o capítulo 5, *Cultura material dos grupos sociais*, busca descortinar os objetos do cotidiano das mesmas camadas da sociedade. A introdução de alguns elementos, como o lavatório, a água encanada nas moradias e a popularização de determinados artefatos, como o armário, antes encontrados somente entre os mais abastados, constituem apenas alguns dos exemplos explorados.

Os cinco capítulos desenvolvidos permitem compor um quadro detalhado da riqueza e da cultura material do vale do Paraopeba na passagem do trabalho escravo para o livre. Entre as muitas questões descortinadas, cabe ressaltar que as regiões voltadas para o mercado interno captaram de forma diferente o fim do sistema escravista.

Na década da abolição – 1880 a 1888, 70% dos inventários do vale ainda possuíam escravos, situação que muito se distâcia das áreas eminentemente urbanas e/ou voltadas para a produção externa. A realidade descortinada para o Paraopeba revelou uma miríade de pequenos e médios proprietários escravistas e outros tantos donos de grandes plantéis que permaneceram com seus cativos até às vésperas da abolição.

O impacto do fim do sistema escravista refletiu-se nos grupos sociais de diferentes maneiras. Desta forma, a riqueza e a cultura material das camadas sociais delineadas nesta tese assumiram comportamentos e características singulares, como se poderá perceber ao longo da leitura deste trabalho.

## Capítulo 1

### Cultura material, riqueza e escravidão

#### Bibliografia, fontes históricas e metodologia de pesquisa

**Figura 1: Rua das Flores, cidade de Bonfim no final do século XIX**



Fonte: Arquivo Municipal de Bonfim/MG

## 1- Cultura material e riqueza no contexto internacional: suporte teórico e metodológico

Ao mencionar os objetos do cotidiano e a riqueza material da sociedade, o historiador remete-se imediatamente aos trabalhos de Fernand Braudel e alguns de seus seguidores<sup>1</sup>. O pioneirismo e a forma como Braudel abordou os temas do vestuário e da moradia, por exemplo, não deixam dúvidas da importância dessas análises para o historiador da cultura material.

Segundo o autor francês, vida material constitui a primeira instância da esfera econômica, sucedida, logo após, pela economia de mercado. Por fim, representando o estágio mais avançado das relações de produção, estaria o capitalismo. **Essa afirmação não quer dizer, no entanto, que tais esferas (vida material – economia de mercado – capitalismo) não se comuniquem, ou mesmo, não convivam simultaneamente numa mesma sociedade e época.** Na verdade, isto parece ter sido a expressão mais frequente, como nos mostra Fernand Braudel nos três volumes que compõem a obra *Civilização Material, Economia e Capitalismo*<sup>2</sup>.

Pode-se acrescentar a essas questões o fato de que o conceito vida material na perspectiva braudeliiana está sensivelmente relacionado à *infra-estrutura* da sociedade e é a

---

<sup>1</sup> Os trabalhos de Adeline Daumard também devem ser aqui mencionados. E não é demais lembrar que a autora mencionada realizou seus estudos, nas décadas de 1960 a 1980, sobre as fortunas particulares e o papel da burguesia na sociedade francesa, sob a orientação de Ernest Labrousse e, também, de Fernand Braudel. A produção de Braudel e Daumard vai além da simples afinidade acadêmica e demonstra principalmente como os estudos relacionados à riqueza e aos artefatos materiais entrelaçam-se, construindo uma trama de questões comuns e/ou intercambiáveis. Ver: BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII*. (1ed. 1979) (Tradução Telma Costa) São Paulo: Martins Fontes, 1995. Vol.1 (As Estruturas do Cotidiano: o possível e o impossível), Vol. 2 (Os Jogos das Trocas), Vol. 3 (O tempo do Mundo). BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978. DAUMARD, Adeline. *Cinco Aulas de História Social*. Bahia: Centro Editorial e Didático/Universidade Federal da Bahia, 1978. (Tradução de AUGEL, Moema Parente; SCHWEBEL, Aldaísa Novaes; GUIMARÃES, Maria Luíza Medeiros). DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e Riqueza na Sociedade Burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985. DAUMARD, Adeline. *Os burgueses e a burguesia na França*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Ver também o estudo sobre os inventários post-mortem que foi publicado na França na década de 1970. *Les Actes Notariés: source de l'Histoire sociale XVI-XIX Siècles*. Librairie Istra, Strasbourg, 1979.

<sup>2</sup> BRAUDEL. Op. cit., 1995.



partir deste contexto que se deve entender a sua obra. Por isso, a população (com suas fomes, epidemias e fecundidades), a alimentação (o pão de cada dia), a bebida (água, vinho e cerveja principalmente), o habitat (com seus interiores domésticos), o vestuário e a moda (com suas oscilações), o transporte (da lentidão dos animais aos navios e barcaças), a moeda (das trocas elementares aos sofisticados instrumentos de créditos), as técnicas, as fontes de energia e as cidades (com suas dinâmicas e desequilíbrios) são elementos que habitam a “zona espessa, rente ao chão” que Braudel definiu como *vida material*<sup>3</sup>. Enfim, toda uma estrutura necessária (fundamental) à vida, que é composta, essencialmente, por essa materialidade que lhe dá sentido e a transforma no primeiro andar de uma pirâmide tripartida.

Da vida material à economia de mercado, desta ao desenvolvimento do capitalismo, a realidade se constrói por estratos superpostos que se articulam entre si, mas permanecem, em parte, dissociados: o estrato da vida material se esquia ao domínio da civilização do mercado; tempo e espaço têm sua própria dinâmica<sup>4</sup>.

Daniel Roche considera, no entanto, que se deve ir além dos binômios produção/consumo, infra-estrutura/superestrutura e porão/sótão, só para citar alguns.

Em outras palavras, gostaríamos de conservar a contribuição da história economia e social de Fernand Braudel nela integrando o projeto de uma história cultural ‘sensível à maneira como as idéias e as práticas se articulam com o mundo social, sensível também às encruzilhadas que atravessam uma sociedade, à diversidade dos empregos de materiais ou de códigos compartilhados<sup>5</sup>.

Embora Fernand Braudel tenha inspirado muitos pesquisadores que se interessam pelos objetos do cotidiano, as obras de Daniel Roche, Joel Cornette, Laurent Bourquin e

---

<sup>3</sup> BRAUDEL. Op. cit., 1995. V. 1, p. 12.

<sup>4</sup> ROCHE, Daniel. *História das Coisas Banais. Nascimento do consumo. Séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 16

<sup>5</sup> Neste sentido, Daniel Roche está se referindo, principalmente, aos estudos de Roger Chartier (*Le monde comme représentation. Annales E. S. C.*, 1989, 6, pp. 1505-1520). Ver ROCHE, op. cit. 2000. p.17. Para uma boa discussão dos principais problemas e concepções acerca da História Cultural ver: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Jean-Pierre Hardy apresentam uma concepção particular, e compartilhada nesta tese, ao abordar os objetos do cotidiano e da riqueza material dos grupos sociais<sup>6</sup>.

As obras de Daniel Roche, por exemplo, situadas dentro do contexto da Nova História, procuram abordar os artefatos para além do binômio produção/consumo. Considera que, para se “compreender a relação entre a produção dos objetos e seu consumo, é preciso questionar a clássica oposição entre a infra-estrutura e a superestrutura, entre as realidades e as representações, entre os fatos oriundos de explicações simbólicas ou intelectuais e aqueles que mobilizam as significações materiais e econômicas”<sup>7</sup>.

Roche menciona que os objetos não podem ser reduzidos à sua simples materialidade, bem como a instrumentos de comunicação ou distinção social somente. O referido autor deixa transparecer suas diferenças teóricas em relação a Braudel ao mencionar que os artefatos não pertencem apenas “ao porão ou ao sótão” e que se devem situar entre “redes de abstração e sensibilidade essenciais à compreensão dos fatos sociais”<sup>8</sup>.

A citação seguinte define o pensamento do autor de *A história das coisas banais*<sup>9</sup>, em oposição à idéia de vida material explícita em *As Estruturas do Cotidiano*<sup>10</sup>.

Sem dúvida, na história a vida material estabelece ‘os limites entre o possível e o impossível’ como desejava Braudel, **mas ela o faz na imbricação de contextos sociais de informações e de comunicações que organizam a**

---

<sup>6</sup> CORNETTE, Joel. La Révolution Des Objets. Le Paris Des Inventaires Après Décès (XVII-XVIII) Siècles In: *Revue D'Histoire Moderne Et Contemporaine* p. 476 a 486. 1997. BOURQUIN, Laurent. Les Objets De La Vie Quotidienne Dans La Première Moitié Du XVI Siècle A Travers Cent Inventaires Après Décès Parisiens. In: *Revue D'Histoire Moderne Et Contemporaine*. p. 464 a 476. 1997. HARDY, Jean-Pierre. Niveaux de richesse et intérieurs domestiques dans le quartier Saint-Roch à Québec, 1820-1850. *Revue d'histoire de la culture matérielle*, Musée National de l'Homme, Ottawa, n.17, p.63-94, 1983. ROCHE, op. cit. 2000. ROCHE, Daniel. *O Povo de Paris. Ensaio sobre a cultura popular no século XVIII*. São Paulo: EDUSP, 2004.

<sup>7</sup> ROCHE, op. cit., 2000, p.13.

<sup>8</sup> ROCHE, op. cit., 2000, p.13.

<sup>9</sup> ROCHE, op. cit., 2000.

<sup>10</sup> BRAUDEL, op. cit., 1995.

**significação das coisas e dos bens, e não na sucessão e na separação nítida de temporalidades propícias a comportamentos típicos<sup>11</sup>.**

Ao acrescentar um projeto de história cultural sensível às idéias, práticas e representações do mundo social para interpretar os objetos do cotidiano, Daniel Roche opta por outros modelos interpretativos:

**À semelhança das pesquisas que, na Inglaterra e nos Estados Unidos, quiseram romper com essa tradição explicativa, *História das Coisas Banais* deseja considerar de outra maneira as práticas habituais e o lugar dos objetos no viver cotidiano, as relações de uso e troca que eles criam quando são raros e sua duração tem um valor diferente da nossa, quando a sociedade é menos complexa, e quando as relações sociais surgem, além das formas econômicas, dos valores simbólicos.** Em suma, quando as produções do homem estão no centro da identidade e das relações do indivíduo com a família, com o grupo<sup>12</sup>.

Do mesmo modo, as reflexões de Joel Cornette, Laurent Bourquin e Jean-Pierre Hardy aliam-se e convergem-se, simultaneamente, para as perspectivas teórico-metodológicas semelhantes àquelas elaboradas por Roche<sup>13</sup>. Estudiosos da vida material francesa e canadense, a tríade mencionada forneceu os parâmetros necessários para a confecção do Banco de Dados dos Inventários *Post-mortem* e, por meio do cruzamento das informações, pôde-se analisar a cultura material dos grupos sociais definidos no capítulo 3.

Para esses historiadores, o interesse deste tipo de abordagem ultrapassa o caráter descritivo e, neste sentido, procuram ir além de uma história positiva e desconstituída de um problema histórico. O jogo social e a complexidade das relações públicas e privadas, segundo eles, caracterizam o espaço profissional e íntimo, possibilitando analisar as mudanças e permanências culturais da sociedade.

O trabalho de Cornette, desenvolvido com as fontes cartorárias, assemelha-se àquele realizado pelo arqueólogo, e, por isso, tudo deve ser considerado: dos lençóis de

---

<sup>11</sup> ROCHE, op. cit., 2000. p. 13.

<sup>12</sup> Idem. p. 19.

<sup>13</sup> Ver: CORNETTE, op. cit., 1997; BOURQUIN, op. cit., 1997; HARDY, op. cit., 1983.

cetim adamascado ao vasilhame singelo e deteriorado; do crucifixo de marfim ao urinol<sup>14</sup>. Por meio de sua pesquisa, nota-se uma profunda transformação material e social dos artefatos na Paris dos séculos XVII e XVIII.

Cornette aponta, entre diversas questões, que a introdução do aquecimento doméstico no interior das moradias francesas, por exemplo, modificou a conduta e o estilo de vida das famílias, introduzindo novos hábitos e novas maneiras de se comportar frente ao longo e rigoroso inverno europeu. A quantidade, a diversidade e as características do mobiliário no decorrer do século XVIII também foram analisadas.

Estudando a capital francesa do século XVI, Laurent Bourquin concentra suas análises nas atitudes, nos costumes e no estilo de vida da população, tendo como palco o interior das moradias<sup>15</sup>. Algumas questões apontadas no artigo de Bourquin foram utilizadas para examinar e interrogar as fontes cartorárias do vale do Paraopeba, tais como:

- a) *O que a população procura com a posse de um certo tipo de objeto?*
- b) *Será que as famílias estão atentas à sua beleza, sofisticação, valor, utilidade e funcionalidade?*
- c) *Como as famílias expressavam a sua ostentação na e para a sociedade a qual pertencem?*
- d) *Será que podemos definir o luxo, a riqueza, bem como seu revés, a pobreza dos estratos sociais pela posse de determinados objetos?*<sup>16</sup>

Já o trabalho do canadense Jean-Pierre Hardy busca apreender os níveis de riqueza dos interiores domésticos de Saint-Roch à Quebec, de 1820 a 1850<sup>17</sup>. Chama a atenção a maneira como o autor destaca e segmenta os inventários *post-mortem*. Os níveis de riqueza

---

<sup>14</sup> CORNETTE, op. cit., 1997.

<sup>15</sup> BOURQUIN, op. cit., 1997.

<sup>16</sup> BOURQUIN, op. cit., 1997.

<sup>17</sup> HARDY, op. cit., 1983.

foram estabelecidos segundo a ocupação do indivíduo. Hardy observa como a vestimenta, os acessórios pessoais e o mobiliário estavam distribuídos nas diversas categoriais sócio-profissionais e como a cultura material definia padrões, conceitos e estilos de vida.

Nota-se não só uma diversidade de trabalhos, como também diferentes concepções, abordagens e formas de elaborar o conceito de cultura material. É importante destacar que, se no Brasil houve, e de certo modo ainda persiste, alguma imprecisão – teórico-metodológica – em relação aos estudos da cultura material, isso ocorre também, como se pôde notar, no âmbito internacional. Por isso, observam-se investigações voltadas para a condição material identificadas por vários sinônimos: *vida, estrutura, civilização, dimensão e cultura*.

O artigo de Martine Segalen publicado na coletânea “Historia de La Familia Europea” constitui exemplo da intersecção entre a condição material (a autora utiliza também o termo cultura) e a história da família<sup>18</sup>. Embora considerando o caráter ideológico das categorias materiais elaboradas por Frédéric Le Play<sup>19</sup> em meados do século XIX, a autora as utiliza para compor o conjunto de elementos contidos nas condições materiais da família, tais como: o processo técnico/industrial, a posição social e econômica da família, o *habitat*, o espaço geográfico, os estudos de gênero etc. A forma como Segalen adapta e reinterpreta as categorias de Le Play ajudou na análise das fontes

---

<sup>18</sup> Ver SEGALEN, Martine. Las condiciones materiales de la vida familiar. In: KERTZER, David I. & BARBAGLI, Marzio. (copiladores). *Historia de La familia Europea. La vida familiar desde la Revolución Francesa hasta la Primera Guerra Mundial*. (v.2). Buenos Aires/México: Ediciones Paidó Ibérica, S. A. 2003. (Publicado originalmente em inglês, em 2002, por Yale University Press, New Haven y Londres).

<sup>19</sup> O método de Frédéric Le Play, pesquisador do século XIX, tinha como objetivo principal analisar os diversos tipos de família, para encontrar o modelo ideal de família e que deveria, portanto, ser seguida exemplarmente pela camada operária do século XIX. **O método era, evidentemente, imbuído de pretensões ideológicas, mas permitiu uma série de trabalhos posteriores nos quais suas investigações eram contestadas, adaptadas ou reinterpretadas.** Basicamente, o guia elaborado pelo autor consistia em observar diretamente as condições materiais da família incluindo a moradia, o mobiliário, os alimentos, as roupas de vestir, enfim, um programa no qual o “orçamento da família” era minuciosamente estudado. Ver SEGALEN, op. cit., 2003.

cartorárias trabalhadas nesta tese de doutorado, como se pode notar na última parte deste capítulo.

Por fim, a coleção organizada por Fernand Devoto e Marta Madero sobre a história da vida privada na Argentina ganha, na seleção de obras examinadas neste tópico, espaço privilegiado<sup>20</sup>. Os autores centram suas análises na classe média argentina entre as décadas de 1870 a 1930. As moradias com seus jardins e áreas de lazer construídas no final do século XIX, por exemplo, foram compreendidas como construções que possibilitaram, naquele momento, um novo e moderno arranjo doméstico da classe média. Os espaços de convivência nas cidades, as sociabilidades possíveis encontradas na ópera e no circo do limiar do século XX constituem outras questões desenvolvidas por Devoto e Madero.

Da mesma forma, a coletânea em questão apresenta um mapa detalhado da sociedade argentina, destacando, entre outros pontos, o papel social da fotografia, o desenvolvimento da publicidade, bem como a privacidade da família “burguesa” do final do século XIX e início do XX<sup>21</sup>.

Da triagem de livros<sup>22</sup> selecionados aqui sobressaem duas questões importantes. A primeira é que não existe um consenso, entre os pesquisadores internacionais que estudam

---

<sup>20</sup> MADERO, Marta. & DEVOTO, Fernando. *Historia de la Vida Privada en la Argentina*. (Volumes 1 e 2) Buenos Aires: Turus, 1999. Neste sentido ver também o livro de Ricardo Cicerchia, que aborda a família destacando o espaço público e privado, bem como o papel da mulher e dos filhos no contexto familiar. CICERCHIA, Ricardo. *Historia de la vida privada en la Argentina*. Buenos Aires: Troquel, 1999.

<sup>21</sup> MADERO & DEVOTO, op. cit., 1999.

<sup>22</sup> O rol de trabalhos internacionais que estuda as questões relacionadas à riqueza, à pobreza e à fortuna familiar é vasto; por isso, as obras selecionadas aqui não tiveram a intenção de representar a totalidade desses estudos. Dentro desse universo destaca-se aqui o livro de Wrigley – *Gentes, Ciudades Y Riqueza* – bem como sua versão oposta encontrada no livro de Woolf, *Los Pobres en la Europa Moderna*. Da mesma forma, os trabalhos de Wrigley e Woolf contribuíram para o desenvolvimento de algumas questões e categorias desenvolvidas aqui, a saber: a riqueza, a pobreza dos grupos sociais, bem como o problema da exclusão/inclusão de alguns segmentos da sociedade do vale do Paraopeba na transição do trabalho escravo para o livre. Destaca-se ainda a obra *Familia, Riqueza Y Poder*, de Gloria Espriu, sobre as estratégias de conservação das fortunas, a transmissão do patrimônio e a estrutura material das famílias proprietárias de moinhos de trigo, no México colonial<sup>22</sup>. Ver a citação completa dessas obras na Bibliografia.

os objetos do cotidiano, quanto aos métodos, às abordagens, haja vista o emprego de várias terminologias<sup>23</sup>.

Em segundo lugar, deve-se destacar a *intersecção* e o *consórcio* indispensáveis entre os estudos referentes à cultura material e outras linhas de investigação. Neste caso, a história da família e da riqueza privada bem como alguns pontos acerca da transição da mão-de-obra escrava constituem aqui referências fundamentais e serão detalhadas no confronto com a historiografia brasileira.

A natureza e o caráter das obras nacionais incorporaram tanto as contribuições quanto alguns problemas da historiografia internacional, como se poderá observar no tópico seguinte.

---

<sup>23</sup> Um artigo importante que resume algumas das idéias e das concepções acerca da cultura material encontra-se em POULOT, Dominique. Une Nouvelle Histoire de La Culture Matérielle? In: *Revue D'Histoire Moderne Et Contemporaine*. 1997. pp. 344/357. Ver também PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993 (1ed. 1978) e BUACAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. In: *Enciclopédia. 16. Homo-Domesticação. Cultura Material*. Einaudi. Imprensa Nacional. Casa da Moeda. 1989.

## 2- Riqueza e cultura material na historiografia brasileira

*Cultura material e riqueza* são temas relativamente pouco trabalhados na historiografia brasileira. Até o final do século XX, as obras que discutiam os objetos do cotidiano, os artefatos, o patrimônio e as fortunas estavam, em geral, associadas àquelas referentes à história da família, do espaço doméstico, da organização e do sistema da moradia.

O objetivo desta análise busca, sobretudo, mostrar como o tema ligado aos artefatos do cotidiano e à fortuna material trilhou o caminho da historiografia brasileira. Embora os dois referidos temas tenham conquistado na atualidade metodologias e perspectivas próprias, a historiografia clássica constitui um bom referencial de análise para os historiadores que se interessam pelos objetos do cotidiano e pelos espólios como instrumental para se compreender as sociedades do passado.

Sendo assim, este tópico inicia a discussão mencionando os principais estudos que versam de alguma forma sobre a cultura material. É preciso lembrar, no entanto, que a historiografia clássica não tinha a intenção explícita de investigar a cultura material. Por isso, eles tornaram-se fontes de pesquisa, inspiradores pela natureza de seus trabalhos, mas não um referencial metodológico e conceitual.

Dentro do rol de autores tradicionais destacam-se: Capistrano de Abreu, em *Capítulos da História Colonial*, de 1907; Alcântara Machado, em *Vida e Morte do Bandeirante*, de 1929; Gilberto Freyre com suas duas obras complementares, *Casa Grande e Senzala*, de 1933, e *Sobrados e Mucambos*, de 1936; e Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e Fronteiras*, de 1957<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. São Paulo: Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu. F. Briguiet & Cia. 3ed. 1934. (1ed. 1907); FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Livraria José



Com perspectivas e recortes temporais diferentes, esses livros possuem, segundo Laura de Mello e Souza, uma tradição, um viés especial para a análise de fenômenos de caráter cultural e questões ligadas à vida material<sup>25</sup>. Quando ainda a historiografia francesa, e muito menos a brasileira, dedicava pouca atenção ao tema da cultura material, Abreu, Machado, Freyre e Holanda já estudavam as moradias, o mobiliário, a vestimenta, a morte, os elementos da natureza – como o couro, a palha de milho e o algodão - e muitas outras questões, retomadas pela historiografia européia somente nos anos oitenta.

Destaque especial deve ser dado a *Capítulos de História Colonial* (1907) e a *Caminhos e Fronteiras* (1957). Nessas obras, Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda tecem, respectivamente, cada um a seu modo, análises apoiadas sobretudo nos aspectos materiais. Ambos fazem uso do couro, das redes de algodão, de utensílios como o gibão e o alforje para explicar a sobrevivência do bandeirante nos primeiros tempos da América Portuguesa. Por trás da narrativa, os autores descortinam aspectos da formação social e econômica configurada naquele espaço geográfico. Holanda vai mais longe e desvenda como os bandeirantes puderam adaptar-se ao clima tropical, ao relevo montanhoso, à alimentação “exótica” e precária, e principalmente aos perigos inerentes às matas, apropriando-se das técnicas e dos conhecimentos indígenas.

Outro trabalho relevante e que deve ser analisado é *Sobrados e Mucambos*, elaborado como continuação da primeira obra de Freyre, *Casa Grande & Senzala*.<sup>26</sup> Nesta seqüência, no que diz respeito à cultura material, Freyre alcançaria uma envergadura diferente de seu livro pioneiro, que fora marcado fortemente pela antropologia cultural

---

Olímpio. 1980. 20ed. (1ed. 1933); FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. Rio de Janeiro: Record, 1996, 9ed. (1ed. 1936); MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Martins Editora, 1953 (1ed. 1929) e HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. (3ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1994 (1ed.1957).

<sup>25</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. Ver também BLAJ, Ilana. Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material. In: CANDIDO, Antônio. *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

<sup>26</sup> FREYRE, op. cit., 1980 e 1996.

norte-americana. Aqui, numa obra que traz no próprio título dois substantivos alusivos às moradias de ricos e pobres, o autor aproxima-se mais da história, buscando perceber aspectos importantes relacionados à cultura material na qual a sociedade estava mergulhada.

É inegável a importância deste trabalho no que se refere a uma abordagem mais cultural dos documentos e manuscritos. As fontes utilizadas, como anúncios de jornais, inventários, testamentos, cartas, livros de rol confessados, relato de viajantes e imagens, marcam a singularidade da obra. Questões como a culinária e seus utensílios domésticos, a arquitetura da casa grande, da senzala, do sobrado citadino e do mucambo evidenciam a proeminência da cultura material para caracterizar a “decadente sociedade rural” e o desenvolvimento da urbanidade oitocentista. É possível encontrar análises preciosas acerca do mobiliário, da indumentária, da transformação paulatina das casas-grandes em sobrados citadinos com arquitetura e modos de vida distintos.

Para entender aspectos dos sobrados e das moradas sofisticadas, Freyre utilizou as descrições dos jornais e pôde descortinar o seu interior. Por meio da comparação da arquitetura urbana que demandava quartos para criados ao invés de senzalas, arquitetura *ellegante* contrastando com as casas *fortes e rústicas*, atribuíram-se não só características distintas aos espaços geográficos como também aos modos de vida desiguais. Desvendou-se, por meio das fontes primárias, um tipo de cultura material nova e integrada a um espaço específico, voltado para as sociabilidades – a cidade.

Dentro desse espectro de fontes e documentos incomuns à primeira metade do século XX, incluem-se os objetos do cotidiano, como, por exemplo, as rodas de fiar algodão, os teares e os monjolos, analisados por Sérgio Buarque de Holanda. Do mesmo modo, os elementos da natureza – couro, algodão e milho - são introduzidos na abordagem

como importante suporte empírico para o entendimento do que o autor denominou de “civilização do milho”<sup>27</sup>.

Já os estudos que se estabeleceram na segunda metade do século passado adquiriram uma conexão mais direta com a historiografia francesa, absorvendo desta última a teoria e a metodologia anunciadas pelos *Annales*. Com a sucessão de Fernand Braudel na direção da *Revista dos Annales*, em 1968, e a ascensão de Jacques Le Goff para a administração do mais importante veículo francês de informação histórica de então, nota-se que o cotidiano, a vida material e os artefatos ganham novas abordagens, metodologias e interpretações voltadas mais para o campo da cultura<sup>28</sup>.

A década de 1970 representou um marco na historiografia francesa e, nesse contexto, a história das mentalidades, a história das mulheres, a história dos anônimos e dos movimentos populares desenvolveram-se e multiplicaram-se pelo mundo ocidental<sup>29</sup>. Proliferaram também temas direcionados ao amor, ao sexo, à morte, bem como aqueles que versavam sobre a habitação da burguesia e do proletariado, o vestuário, a moda e o espaço doméstico da família e dos grupos sociais<sup>30</sup>.

No entanto, esses estudos só ganhariam força na historiografia brasileira no final dos anos oitenta. E não é mera coincidência lembrar que este momento – e aqueles que imediatamente o antecederam; os anos sessenta e setenta – culmina com uma forte mobilização política e o aparecimento das massas como sujeito histórico.

---

<sup>27</sup> HOLANDA, op. cit., 1994.

<sup>28</sup> LE GOFF, Jacques. & NORA, Pierre. *História Novas Abordagens, Novos Objetos e Novos Problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988 (1ed. 1974). A este respeito foram consultados também os livros de: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales. 1929-1989. A Revolução Francesa na historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1991 (1ed. 1990). LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993 (1ed. 1978). BURKE, Peter. (org.). *A escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

<sup>29</sup> Para a compreensão do alargamento teórico-metodológico da chamada Nova História, ver os autores mencionados na nota anterior.

<sup>30</sup> Uma crítica a este respeito pode ser encontrada nos vários livros do historiador François Dosse. Ver principalmente: DOSSE, François. *A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio. Campinas, São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1992. Do mesmo autor ver também: *A História à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo Editora UNESP. 2001.

É preciso lembrar também que as décadas de 1970 e 1980 seriam pontuadas, no cenário nacional, por pesquisas com forte viés quantitativo, como, por exemplo, aquelas voltadas para a família brasileira e a transição da mão-de-obra escrava para a livre; trabalhos que serão analisados ainda neste capítulo. Da mesma maneira, as análises voltadas para a riqueza da sociedade devem ser aqui mencionadas sem se esquecer, no entanto, que estas possuíam um outro viés de interpretação; exemplo disso é a tese de Zélia Maria Cardoso de Mello<sup>31</sup>.

O doutorado de Mello deve ser lembrado pelo seu pioneirismo em tratar a riqueza familiar por meio das fontes cartorárias. No entanto, ao desconsiderar os inventários *post-mortem* daqueles indivíduos que tinham poucos bens e, portanto, detentores de um montemor (riqueza total) irrelevante para a sua análise, excluiu - e desse modo acabou enviesando suas conclusões - grande parte da sociedade inventariada estudada pela autora.

Nesse sentido, entender a trajetória dessas pesquisas ajuda a contextualizar e mapear o contexto atual dos trabalhos que versam sobre a cultura material e a riqueza. Do mesmo modo, este breve panorama situa, no tempo e no espaço, o interesse dos historiadores por temas ligados aos objetos do cotidiano, à riqueza, à pobreza da sociedade, e, por fim, como esta linha de pesquisa se solidificou no final do século XX.

Por isso, após rememorar os clássicos que marcaram a primeira metade do século passado, cabe agora nuançar alguns aspectos teóricos e metodológicos da História da Família; considerada aqui como uma das matrizes teóricas dos estudos relacionados ao patrimônio, a fortuna privada e a cultura material do espaço doméstico.

---

<sup>31</sup> MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfose da riqueza, São Paulo 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC, 1985.

### 3- A História da Família descortinando as riquezas, a cultura material e os modos de viver do passado brasileiro

A História da Família forneceu muitos aportes teóricos que ajudaram a entender a fortuna, os objetos da casa, bem como aquelas reflexões pautadas no mundo do trabalho. Os estudos concernentes a esse assunto constituem, há mais de 30 anos, sólida linha de investigação, na qual especialistas brasileiros atuam a partir de diferentes enfoques metodológicos. Das primeiras matrizes ideológicas, definidas nas décadas de 1920 a 1940, outros métodos, fontes e abordagens são, freqüentemente, pensados com a finalidade de se (re)conhecer as famílias brasileiras nos distintos espaços e temporalidades<sup>32</sup>.

Segundo Eni de Mesquita Samara, a retomada da família como objeto específico de análise deu-se, no entanto, nos anos 70.

Com objetivos e preocupações definidas, o conjunto da produção buscou questões estruturais de fundamental importância nesse momento. (...) Os resultados que se apresentaram revelaram, por sua vez, ser impossível conceber uma imagem única de família aplicável ao longo do tempo para os vários segmentos sociais<sup>33</sup>.

A autora salienta que as revisões teóricas estabelecidas nos anos 70 consubstanciaram a base para as análises desenvolvidas na década seguinte<sup>34</sup>. Os trabalhos

---

<sup>32</sup> Os primeiros estudos dedicados à família brasileira podem ser classificados em duas fases. **Na primeira fase, que vai de 1920 a 1940**, destacam-se autores como Oliveira Vianna (1920); Alcântara Machado (1929); Gilberto Freyre (1933 e 1936) e Luis de Aguiar Costa Pinto (1940). **Dentre os autores da segunda fase, que vai de 1950 a 1960**, salientam-se os estudos de CANDIDO, Antônio. *The Brazilian Family*. In SMITH, T. Lynn & MARCHANT, Alexander (Ed.). *Brazil: portrait of a half continent*. New York: Dryden Press, 1951, p. 291-312; WILLEMS, Emílio. A Estrutura da Família Brasileira. *Sociologia*. V. XVI, nº. 4. São Paulo: USP, 1954, p. 327-340; PIERSON, Donald. The Family in Brazil. *Journal of the marriage and family: marriage and family living*. V. XVI, n. 4. Minneapolis: National Council of Family Relations, 1914, p. 308-314; e AZEVEDO, Thales de. Family, marriage and divorce in Brazil. *Journal of Inter-American Studies* III, 1961, p. 213-237, 1960.

<sup>33</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, Mulheres e Povoamento: São Paulo, Século XVII*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2003. pp. 20 e 21.

<sup>34</sup> Dentre aqueles estudos desenvolvidos nas décadas de 1970 e 1980 devem ser destacados os seguintes autores: SAMARA, Eni de Mesquita. *Os agregados na região de Itu – 1780/1830*. São Paulo: Museu Paulista, 1977; SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família - São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero e Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, 1989; COSTA, Iraci Del Nero. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, 1979; e ALMEIDA, Ângela Mendes de. Notas sobre a família no Brasil. In: *Pensando a Família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo/Ed. da UFRJ. 1987. No final

que se originaram desse período tiveram como preocupação central analisar o papel dos sexos, do casamento, do concubinato, da sexualidade e dos segmentos expropriados. O processo de transmissão das fortunas e outros elementos explicativos da sociedade na qual a família estava inserida também constituíram temas de pesquisa.

Dentro desse contexto que marcou a historiografia brasileira na década de 1970, cabe destacar a importância da demografia histórica. Os métodos demográficos permitiram identificar, entre muitas outras questões, uma diversificada tipologia de análise<sup>35</sup>.

As pesquisas dedicadas ao tema da família tinham como principal objetivo desmistificar o mito da família extensa e exclusivamente patriarcal que vigorava até então no Brasil. Contrastando com o modelo dominante de família patriarcal e/ou família extensa, Eni de Mesquita Samara aponta os vários arranjos dos domicílios paulistas do século XIX. Fato interessante é a forte presença das mulheres como chefe de fogos; quase 30% do total de fogos analisados. Do mesmo modo, a autora chama a atenção para os domicílios solitários, as famílias nucleares e outras disposições familiares pouco conhecidas até então<sup>36</sup>.

Dos estudos provenientes da, então, revigorada História da Família, surgiram outros temas de pesquisa. Dentre os mais relevantes destacam-se aqueles dedicados à história da mulher, da sexualidade, da criança, ou ainda, trabalhos que sustentados pela demografia se

---

dos anos 80 foi publicada a Revista Brasileira de História - Grupos de Convívio. A apresentação de Eni de Mesquita Samara, A história da Família no Brasil, traz um balanço de boa parte da produção realizada até aquela data. Ver SAMARA, Eni de Mesquita. *Revista Brasileira de História*. Vol. 9, n. 17. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, setembro de 1988/fevereiro de 1989.

<sup>35</sup> A influência do grupo de Cambridge e do demógrafo francês Louis Henry inspirou e forneceu os métodos necessários ao aprofundamento do tema entre os historiadores brasileiros. Da extensa bibliografia surgida a respeito da história da família e dos diversos estudos de cunho demográfico surgidos, a partir de então, deve-se destacar a contribuição de MARCÍLIO, Maria Luzia. *População e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984. Ver também, SAMARA. Op. cit., 1989.

<sup>36</sup> Ver SAMARA, op. cit., 1989.

voltaram para setores antes desconsiderados por alegada falta de documentação, como a família escravizada<sup>37</sup>.

Dentro desse novo contexto, que teve sua abertura na década de 1990, é que se encontram as investigações dedicadas à organização material do núcleo doméstico<sup>38</sup>. Desta maneira, a fortuna, a transmissão de heranças reais e simbólicas, o indicativo de riqueza, a condição de pobreza, a concentração de renda, o processo de inclusão e/ou exclusão social de segmentos da sociedade constituem alguns dos pontos que assinalam a tônica dos estudos atuais.

No entanto, estes trabalhos agregam distintos problemas históricos e se baseiam em propostas teóricas e metodológicas específicas, que se apóiam sobretudo em fontes cartorárias<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> Um trabalho pioneiro sobre criança e mulher foi desenvolvido por MOURA, Esmeralda Blanco B. de. *Mulheres e menores no trabalho industrial*. Petrópolis: Vozes, 1982. Especialmente sobre este último tema ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984; PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras. Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; e SAMARA. Op. cit., 1989. Sobre a sexualidade feminina entre os pioneiros, ver RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Sobre a família escrava, reunindo pesquisas de mais de duas décadas, ver SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor. Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava. Brasil, Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>38</sup> Ver principalmente, SAMARA, Eni de Mesquita. *História da Família no Brasil: Bibliografia Comentada*. In: *Série Fontes de Pesquisa*. São Paulo: CEDHAL/USP, 1998; e TERUYA, Marisa Tayra. A Família na Historiografia Brasileira. Bases e Perspectivas Teóricas. In: *Anais. XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*. CAXAMBU (MG), Belo Horizonte: ABEP, 2000.

<sup>39</sup> A partir do final do Século XX, observa-se o aparecimento de uma série de trabalhos enfocando a riqueza, a fortuna, a pobreza e a organização da estrutura doméstica e material da família e da sociedade para diferentes localidades do Brasil. Ver principalmente:

**Minas Gerais:** GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste: Elite Mercantil e Econômica de Subsistência em São João Del Rey (1831-1888)*. (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1998. MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. *Riqueza e Escravidão: Dimensões Materiais da Sociedade no Segundo Reinado. Bonfim/MG*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2.000. AMILCO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em Movimento: Um estudo sobre as transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora: 1870-1914*. (Dissertação de Mestrado). IE/UNICAMP, 2001.

**São Paulo:** SAMARA. Op. cit. 2003; OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *As transformações da riqueza em Franca no século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Franca: FHDSS/UNESP, 1995; ALVES, Maurício Martins. *Caminhos da Pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1995; SOTO, Maria Cristina Martinez. *Pobreza e Conflito. Taubaté, 1860-1935*. São Paulo: Annablume, 2001. ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da Riqueza dos Paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2003.; RANGEL, Armênio de Souza. *Escravidão e Riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté (1765-1835)*. (Tese de Doutorado em Economia). São Paulo: FEA/USP, 1990; MELLO. Op. cit. 1985; MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na Economia Cafeeira. Vale do*

Por outro lado, os estudos consagrados na *Nova Série dos Anais do Museu Paulista*, em função da importância historiográfica, têm aqui espaço privilegiado. Embora os artigos produzidos não sejam homogêneos em relação aos arranjos metodológicos e teóricos, esta revista constituiu-se num dos veículos nacionais mais representativos, responsável pelo desenvolvimento de novas problemáticas e pela divulgação deste tipo de abordagem histórica, como se verá a seguir.

#### **4- A contribuição dos Anais do Museu Paulista para os estudos da cultura material e da riqueza privada**

A bibliografia contemplada nos **Anais do Museu Paulista** e os trabalhos elaborados dentro da Linha de Pesquisa do professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses forneceram as diretrizes apontadas neste item. Dos vários artigos produzidos pelos *Anais*, foi dado destaque especial para um conjunto de autores que mais se aproxima dos objetivos delineados aqui. Tânia Andrade Lima, por exemplo, aborda, por meio das louças

---

*Paraíba, Século XIX*. Lorena, SP: Editora Stiliano, 1998. CARVALHO, Vânia Carneiro. *Gênero e Artefato. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material, São Paulo, 1870/1920*. (Tese de Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2001; LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião: a cafeeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900*. (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

**Rio de Janeiro:** CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e riqueza na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; FRAGOSO, João L. Ribeiro. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850/1920). Um estudo de relações não-capitalistas de produção*. (Dissertação de Mestrado). UFRJ, 1983; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. SCHNOOR, Eduardo. *Das casas de Morada às Casas de Vivenda*. In: *Resgate: Uma Janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza. (1890/1915)*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2003.

**Bahia:** MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. *Bahia, Século XIX – Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *A opulência na província da Bahia*. In: *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. (v. 2) São Paulo: Companhia das Letras, 1997; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos baianos no século XII. Itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.

**Goiás:** OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. *Povoamento e Riqueza Familiar no Sul de Goiás, 1843-1860: considerações preliminares*. In: *Série Cursos e Eventos, Sessão Temática Número 06 – Família, Demografia e Formação de Patrimônio*, São Paulo: CEDHAL/USP, 2003.

**Pernambuco:** VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Posse de escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777/1887*. In: *Estudos Econômicos*, V.33, n 2, 2003.



domésticas a diferenciação social, o significado e o sistema implícito nos objetos da cozinha. O comportamento e a função social do espaço doméstico, como a sala de jantar, por exemplo, também são explorados<sup>40</sup>.

Em outro trabalho desenvolvido pela mesma autora, o ritual do chá é analisado como um instrumento para a liberação feminina no século XIX<sup>41</sup>. Entre bules, xícaras, jarras e açucareiros ornamentados, os segmentos altos e médios da sociedade podiam expressar os ideais da burguesia e do capitalismo.

Com relação à vestimenta, destaca-se o artigo de Adilson José de Almeida<sup>42</sup> no qual o traje da guarda nacional é analisado a partir de várias perspectivas. Da morfologia das roupas, passando pela auto-imagem e a função simbólica do uniforme militar, é possível compreender, por exemplo, a representação do Estado no Segundo Reinado. A imagem da milícia perante a sociedade também foi contemplada como um importante meio de controle social.

Com relação às moradias, é possível encontrar trabalhos que decodificam o espaço de morar e viver do passado brasileiro. Das fazendas e sobrados citadinos às senzalas e choupanas, a habitação foi explorada a partir de diferentes concepções e espaços geográficos<sup>43</sup>. Estas reflexões permitem aferir, por exemplo, como o aumento do mobiliário no interior doméstico pode se relacionar à dinamização da economia, o aumento

---

<sup>40</sup> LIMA, Tânia Andrade. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. V. 3. pp. 129-194. jan/dez. 1995.

<sup>41</sup> LIMA, Tânia Andrade. Chá e Simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. V. 5. pp. 93/130. jan/dez. 1997.

<sup>42</sup> ALMEIDA, Adilson José de. Uniformes da Guarda Nacional, 1831-1852. A indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. V. 8/9. pp. 77/150. jan/dez. 2000-2001.

<sup>43</sup> OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Em casas térreas com alcovas. Formas de morar entre os setores médios em São Paulo, 1875 e 1900. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. v. 8/9. p. 55-76 (2000-2001), editado em 2003. ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. V. 12. p. 129-160. jan/dez. 2004. ANDRADE, Marcos Ferreira de. Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. V. 12. p. 91-128. jan/dez. 2004.

do comércio e a uma melhor rede de transportes. Esse parece ter sido o caso da cidade de São Paulo na metade do século XIX, como atestam as teses de Araújo e Oliveira<sup>44</sup>.

Além da seção de artigos, os *Anais do Museu Paulista* agregam também uma seção destinada à discussão e apresentação de trabalhos e obras concernentes à cultura material. Nessa seção, intitulada *Bibliografia*, podem-se encontrar balanços historiográficos que, entre outras questões, buscam contemplar as obras mais relevantes sobre o tema da cultura material e suas implicações teóricas e metodológicas com outras áreas de conhecimento como, por exemplo, a psicologia social<sup>45</sup>.

Dentro desse mesmo perfil de trabalhos ressalta-se ainda a reflexão bibliográfica realizada por Marcelo Rede e Vânia Carneiro de Carvalho<sup>46</sup>. O primeiro apresenta e analisa a coletânea *History from things*, de Steven Lubar e David Kinger<sup>47</sup>. Ao criticar os fracassos e os sucessos da obra ressalta que:

(...) é preciso dizer que, se a História – enquanto disciplina privilegiada para o estudo da mudança social – pode contribuir significativamente para o enquadramento da cultura material na experiência humana, por outro lado, não parece estar especialmente habilitada a fornecer instrumentos para operar sua manipulação documental. Como mostram os sucessos e as fraquezas dessa coletânea, a interdisciplinaridade, mais que uma concessão ou um requinte, é uma absoluta necessidade no campo ainda pouco consistente dos estudos da cultura material<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> ARAUJO, op. cit., 2004. OLIVEIRA, op. cit., 2003.

<sup>45</sup> A resenha realizada por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses a respeito do livro de Helga Dittmar (*The social psychology of material possessions. To have is to be*) constitui um bom exemplo. Apesar de o autor considerar o trabalho de Dittmar insuficiente para “assegurar uma adequada cartografia da análise psicológica no campo da cultura material” a análise de Meneses demonstra como o estudo dos objetos permite o diálogo com várias áreas de conhecimento; a psicologia é apenas um exemplo. Ver MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A Psicologia Social no Campo da cultura material. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. V. 4. p. 129-160. jan/dez. 1996.

<sup>46</sup> REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. V. 4. p. 265-282. jan/dez. 1996. CARVALHO, Vânia Carneiro. Gênero e cultura material: uma introdução bibliográfica. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. V. 8/9. p. 293/324. (2000-2001), editado em 2003. p. 293.

<sup>47</sup> REDE, op. cit., 1996.

<sup>48</sup> Idem. p. 282.

Do mesmo modo, o balanço historiográfico realizado por Vânia Carneiro de Carvalho acerca “de um tema híbrido – a história do gênero na perspectiva da cultura material” fornece alguns parâmetros para se pensar como “a confluência das duas áreas vem enriquecendo a compreensão da natureza cultural e materialmente sexuada das práticas sociais”<sup>49</sup>.

Em sua tese de doutorado *Gênero e Artefato. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material*, a referida autora oferece importante subsídio para estudo do ambiente doméstico e, da mesma forma, proporciona análise criteriosa do mobiliário, da vestimenta, dos objetos pessoais, decoração e interiores<sup>50</sup>.

Para finalizar esta parte, destaca-se o artigo de Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes a respeito da introdução do fogão a gás na sociedade brasileira no início do século XX. Menezes busca construir a análise utilizando para isso uma imagem publicitária do referido utensílio doméstico, publicada na Revista *Fon Fon*, em 1913. O objetivo da reflexão “é, antes, um exercício de leitura de um documento visual”, como salienta o próprio autor<sup>51</sup>.

Vale enfatizar que as categorias de atributo – valor de uso, conforto, economia e status – utilizadas por Menezes para desvendar o texto que acompanha a imagem do fogão a gás remetem a várias questões. Os quatro conjuntos mencionados pelo autor revelam o efeito visual do utensílio doméstico e identifica os sistemas (visível e invisível) que estão por trás da imagem publicitária. A tecnologia que visa superar a *antiguidade*, a *ineficiência*, o *anacronismo* dos antigos fogões também é digna de observação. Por fim, ele

---

<sup>49</sup> CARVALHO, Vânia Carneiro. Gênero e cultura material: uma introdução bibliográfica. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. V. 8/9. p. 293/324. (2000-2001), editado em 2003. p. 293.

<sup>50</sup> CARVALHO, op. cit., 2001.

<sup>51</sup> MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *O fogão da Societé Anonyme Du Gaz. Sugestão para uma leitura de imagem publicitária*. São Paulo: Projeto História, 2000 pp. 105-119.

revela e desvenda os destinatários, ou seja, a quem o fogão a gás interessava ou era dirigido no início do século XX.

Como se pôde notar, o leque de estudos voltados, direta ou indiretamente, aos temas da *cultura material*, embora dispersos, representam uma parcela significativa da historiografia aqui analisada. Compreender esses trabalhos constitui, portanto, uma etapa importante, pois foi a partir deles que os estudos concernentes à riqueza, à pobreza, e também aqueles relacionados à cultura material dos homens e mulheres do passado melhor puderam ser delineados.

A abordagem implícita nesses trabalhos foi de início adotada como a maneira mais viável de analisar a cultura material encontrada nas fontes cartorárias e suas implicações com a realidade, não só dos grupos sociais, como também com a economia do vale do Paraopeba<sup>52</sup>. Em função das leituras realizadas e, principalmente, da pesquisa documental efetuada com os inventários *post-mortem*, chegou-se a algumas conclusões acerca da cultura material. Como toda definição impõe limites metodológicos e fronteiras teóricas, o conceito elaborado nesta tese não constitui exceção, como o leitor poderá avaliar no tópico seguinte.

---

<sup>52</sup> Além dos artigos contemplados nos Anais do Museu Paulista, incluem-se também neste rol dissertações de mestrado, teses e artigos em revistas e anais especializados que procuram analisar a cultura material em seus múltiplos aspectos, linguagens e significados sociais. Ver especialmente: MENESES, op. cit., 2000. SILVA, João Luiz Máximo da. *O impacto do gás e da eletricidade na casa paulistana (1870/1930). Estudos de cultura material no espaço doméstico*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Departamento de História, FFLCH/USP, 2002.

## 5- O conceito de cultura material e de riqueza desenvolvido na tese

O tema desta tese – *a riqueza e a cultura material do vale do Paraopeba* -, o objeto de pesquisa – *seus distintos segmentos sociais* – e o problema histórico levantado – *a dispersão da riqueza e a alteração da cultura material dos diversos estratos sociais com o fim da escravidão no Brasil* – têm como ponto de partida os pressupostos e questões levantados pela historiografia nacional e internacional.

As reflexões desenvolvidas aqui, embora estejam em consonância com os autores referidos nesta tese, buscam também aprofundar o debate em torno dos conceitos de *riqueza* e de *cultura material* dos grupos sociais presentes nos inventários *post-mortem*. Por isso, ao longo da presente tese, o leitor poderá identificar, como já mencionado anteriormente, diversos grupos sociais caracterizados segundo o valor da sua riqueza, ou seja, o total do monte-mor.

Outras características socioeconômicas foram consideradas para classificar e segmentar a sociedade retratada nas fontes cartorárias, como, por exemplo, a posse ou não de determinados artefatos, a quantidade de escravos, bem como o perfil dos mesmos. Entende-se que a análise da riqueza/patrimônio (definida aqui como total monetário dos bens arrolados nos inventários *post-mortem*) dos três estratos sociais identificados e analisados no capítulo 3 consubstancia a última parte da tese, qual seja: a cultura material de algumas famílias pertencentes ao **Grupo A (os mais abastados)**, ao **Grupo B (setor intermediário)** e ao **Grupo C**, os considerados **menos favorecidos**.

É preciso destacar novamente que os estudos voltados para os objetos do cotidiano – como, por exemplo, os móveis, o vestuário, as jóias, a moradia, os utensílios profissionais e domésticos – foram, até pouco tempo, abordados indiscriminadamente. Ou seja,

utilizava-se de várias terminologias – “vida material”, “dimensão material”, “estrutura material”, “cultura material”, “organização material” etc. – para designar as análises relacionadas à parte material da sociedade brasileira.

Mesmo após o surgimento da *Nova Série dos Anais do Museu Paulista*, em 1993, não existe ainda um consenso entre os historiadores quanto à terminologia e a abordagem metodológica utilizada. Como atestou Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, até bem pouco tempo atrás esse era um tema tratado exclusivamente pela Arqueologia e pela Antropologia<sup>53</sup>. De modo geral, o conceito de *vida material* encontrado em *Civilização Material, Economia e Capitalismo*<sup>54</sup> era tomado como referencial de análise, embora os seus seguidores nem sempre atentassem para a real implicação do termo, como se pôde observar na discussão proferida no início deste capítulo<sup>55</sup>.

Portanto, se o conceito de vida material empregado por Braudel não pode ser utilizado para investigar os objetos, enquanto uma categoria cabe ao historiador alguns cuidados metodológicos. O artefato (seja ele uma cadeira do século XIX, um oratório ou uma roda de fiar algodão do mesmo período) não deve ser analisado considerando apenas o seu conteúdo funcional, morfológico e performático. Caso o historiador procedesse dessa forma seria seduzido pela armadilha da reificação, enfatizando apenas a sua materialidade. Assim procedendo, o “sophá”, a “namoradeira” ou os lenços adamascados, entre tantos outros exemplos encontrados nos inventários *post-mortem*, seriam interpretados apenas enquanto um objeto pertencente à sua categoria estética e não como um artefato que pode dialogar com o seu tempo, com o local onde foi confeccionado e com o público para o qual foi produzido e destinado.

---

<sup>53</sup> MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Apresentação da Nova Série. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. N. 1. jan/dez. 1993. pp.5-7.

<sup>54</sup> BRAUDEL, op. cit., 1995.

<sup>55</sup> Ver PENALVES, Antônio Rocha. “F. Braudel: tempo histórico e civilização material: Um ensaio bibliográfico”. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. v. 3. p. 239/249. jan/dez. 1995, pp. 244 e 245.

Como observou Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses na Apresentação da Nova Série dos Anais do Museu Paulista, em 1993:

[...] não se trata de limitar o foco à materialidade das coisas físicas, ao empirismo desse universo material em que estamos todos permanentemente mergulhados e que é condição de nossa existência biológica, psíquica e social. Trata-se, indo além, de apresentar nessa ordem material a produção e reprodução social.<sup>56</sup>

Em função das prerrogativas consideradas aqui, torna-se necessário definir - conceitual e metodologicamente - qual o viés de análise adotado. Embora as teorias de Braudel sejam de extrema importância para a temática em discussão, faz-se necessário, no caso do vale do Paraopeba, pensar a problemática dos objetos do cotidiano e da riqueza oriunda dos espólios inventariados para além do âmbito da infra-estrutura.

Por isso, entende-se que o historiador voltado para a temática da cultura material deve estudar o **objeto** em simbiose com a **sociedade e a cultura** que o criou, com o **mercado** que o distribuiu e com a **economia** que permitiu sua existência funcional. Enfim, os artefatos devem ser argüidos, no tempo e no espaço, enquanto criação dos grupos sociais nos quais homens e mulheres de diferentes etnias estão inseridos.

O estudo realizado no capítulo 5 busca precisar o sentido do objeto, bem como entender o papel e a demanda social do mesmo a partir das diferentes camadas sociais às quais ele estava vinculado. Por sua vez, a análise da posse ou não de determinados utensílios – com suas características internas (matéria-prima, técnica utilizada etc.) e externas (utilidade, estética, valor monetário etc.) - auxiliou no entendimento da economia e da cultura do espaço geográfico estudado.

No entanto, outros elementos interpretativos, além daqueles relacionados às características do objeto, foram contemplados na análise. Sendo assim, o papel social e a

---

<sup>56</sup> MENESES, op. cit., 1993. p. 6.

função cultural e econômica – **valor de uso, valor de troca, valor de posse e o valor de seleção**<sup>57</sup> – de artefatos como a roda de fiar algodão, o tear, o engenho de cana, o moinho, o monjolo, entre tantos outros equipamentos, foram estudados considerando não apenas o seu aspecto físico, mas também aqueles elementos implícitos na sua existência (origem, prática social, coletiva e individual etc.).

Neste sentido, a representação da cultura material – o total de artefatos possuídos, seus mais diversos componentes, usos, valores, significados simbólicos, atributos religiosos, místicos, afetivos, relações comerciais, entre outros fatores – surge como uma das muitas possibilidades de se compreender a cultura material, a riqueza e a pobreza dos estratos sociais contemplados neste trabalho. E estes são: o Grupo A, o materialmente mais aquinhoado; o Grupo B, representando as camadas intermediárias e, por fim, o daqueles considerados menos afortunados, definido, aqui, como Grupo C. Esse é, portanto, o significado maior de estudar a posse de objetos, artefatos e bens materiais como os encontrados nas fontes cartorárias do vale do Paraopeba.

A partir dessa definição de cultura material é que foi estruturado um banco de dados composto por 761 inventários *post-mortem*<sup>58</sup>. A forma de explorar os dados cartorários, decompor o conteúdo e organizar as categorias de análise, como se poderá observar no decorrer deste capítulo, teve como pressuposto principal as conclusões do estudo da bibliografia já produzida sobre o assunto em questão<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> GAMBARATO, Renira R. *O desenho do processo – comunicação e semiótica em design*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: PUC, 2002. O trabalho de Gambarato busca compreender, entre outras questões, os objetos, a moda e a cultura material da sociedade a partir de algumas categorias que se configuram ao longo do desenvolvimento do Capitalismo e os efeitos da Globalização. Assim, os objetos – aqueles confeccionados por importantes designers, por exemplo, foram considerados segundo o **valor de uso, o valor de troca, o valor de posse** e por fim o **valor de seleção**. Ver também MENESES, op. cit., 2000.

<sup>58</sup> O referido Banco de Dados será abordado de forma detalhada na parte destinada à discussão das fontes primárias, no final deste capítulo.

<sup>59</sup> Uma série de autores e obras importantes para esta pesquisa não será referendada nesta parte da tese. No entanto, ao longo dos capítulos seguintes, poder-se-á encontrar um conjunto de obras que serão devidamente analisadas e confrontadas com a realidade encontrada para o vale do Paraopeba. Quando possível, a análise proferida para a região mineira aqui estudada será comparada com outras localidades brasileiras,



Por fim deve-se ressaltar que os autores brasileiros e internacionais listados nesta e demais partes da tese constituem um importante ponto de referência teórica inicial. Ademais se entende que o viés comparativo, principalmente o geográfico, ajuda não só a entender a realidade estudada, mas contribui para o avanço de questões não pontuadas, ou pouco conhecidas, da historiografia em geral.

## **6- O ponto de intersecção entre riqueza e cultura material na historiografia brasileira**

Diferentemente da tese de doutorado de Vânia Carneiro de Carvalho, que aborda um tema híbrido – *gênero e cultura material* – entende-se que a *riqueza material* tem uma relação direta e, portanto, não está descolada da discussão historiográfica até agora pontuada acerca dos *objetos do cotidiano*<sup>60</sup>. O consórcio estabelecido entre as fortunas privadas e os artefatos que as acompanham, embora possa necessitar ajustes teórico-metodológicos, apresenta-se perfeitamente harmônico e complementar, o que não quer dizer igual.

A preocupação historiográfica em estudar os espólios antecede aquela destinada à cultura material. De modo geral, o tema do patrimônio privado origina-se das análises elaboradas a partir dos inventários *post-mortem*. Do clássico Alcântara Machado aos estudos atuais, uma rede de trabalhos foi considerada conforme já se pôde observar na lista

---

principalmente a Zona da Mata mineira, o Oeste Paulista, o vale do Paraíba fluminense, o Sertão Pernambucano, Salvador, o município de Capivary/RJ e outras localidades listadas nos capítulos 3, 4 e 5. Para as regiões brasileiras mencionadas anteriormente é possível encontrar uma produção relevante que busca entre outras questões estudar a riqueza material localizada nos inventários *post-mortem*, o patrimônio das famílias, a posse de escravos, e os estratos sociais que compunham aquelas sociedades. Optou-se por analisar esta historiografia à medida que os dados e as informações sobre a realidade paraoipebana iam se descortinando. Por isso, o leitor poderá encontrar nos capítulos seguintes uma discussão de caráter metodológico concernente aos vários livros, teses de doutorado e dissertações de mestrado que de alguma forma puderam dialogar com os resultados encontrados para o vale do Paraopeba.

<sup>60</sup> CARVALHO, op. cit., 2001.

de autores contemplados até o momento; outros tantos serão analisados ao longo deste trabalho.

Como já salientado anteriormente, o capítulo três busca analisar a riqueza dos distintos Grupos sociais A, B e C. Optou-se, primeiramente, por identificar as características gerais do patrimônio da sociedade, considerando para isto as seguintes categorias: – bens de raiz, dívidas, animais, escravos e artefatos. Após compreender os aspectos mais universais da fortuna, aborda-se, então, no capítulo cinco, a cultura material dos mesmos segmentos sociais.

Por isso, as obras que utilizam os dados cartorários e desvendam aspectos da riqueza e do espólio familiar na transição do trabalho escravo para o livre constituem ponto de análise desta tese<sup>61</sup>. O fim da escravidão adquiriu concomitantemente, como se poderá perceber no decorrer deste trabalho, nuances e dimensões que possibilitaram o diálogo com várias localidades do Brasil. O item seguinte procura situar o tema - pós-abolição e fim da escravidão - ressaltando sua particularidade, suas vertentes interpretativas e historiográficas.

---

<sup>61</sup> Ver os vários autores contemplados por região geográfica na nota de rodapé 39.

## 7- O “fim da escravidão” e o “pós-abolição” como problema histórico

Em função das “comemorações” do centenário da abolição, a década de 1980 foi contemplada por uma série de trabalhos que discute, entre outras questões, o sistema da escravidão no Brasil. E neste sentido, reflexões historiográficas foram realizadas a fim de compreender, até aquele momento, quais as fontes primárias mais utilizadas, os métodos de pesquisa e as matrizes teóricas consultadas pelos historiadores de então.

O livro organizado por Ciro Flamarion Cardoso constitui um bom exemplo das reflexões teóricas que se efetuaram naquele momento das “celebrações”<sup>62</sup>. O referido autor aponta cinco eixos teóricos adotados pelos estudiosos da escravidão oitocentista. Com isso, identifica as teorias implícitas naqueles trabalhos, as fontes consultadas e os métodos de pesquisa adotados por cada uma daquelas correntes.

Emilia da Costa Viotti e Richard Graham buscam, por exemplo, no movimento abolicionista, o fator primordial da queda do cativeiro<sup>63</sup>. A problemática levantada por esses dois autores consiste em atribuir aos movimentos sociais da segunda metade do século XIX o enfraquecimento do sistema escravista, o que culminou no seu desfecho. De caráter essencialmente urbano, os membros da elite que apoiaram integralmente a causa da liberdade não possuíam ligações diretas com os interesses dos grandes escravistas, pois eram constituídos majoritariamente por profissionais liberais, intelectuais, funcionários públicos, ex-escravos etc.

A segunda vertente teórica explicitada por Cardoso busca compreender o fim do escravismo em função das “lutas de classes”. E dentro desse eixo, as duas visões

---

<sup>62</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. (org.) *Escravidão e Abolição no Brasil. Novas Perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1988.

<sup>63</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1996. e GRAHAM, Richard. *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1979.

diametralmente opostas assumidas por Octavio Ianni e Clovis Moura devem ser mencionadas aqui como exemplo contundente dessa linha de interpretação<sup>64</sup>.

Ianni considera que “o escravo não dispunha de elementos para organizar uma inteligência política da sua alienação e possibilidades de luta”<sup>65</sup>. As revoltas, os suicídios e as fugas tinham mais um caráter subjetivo e anárquico, não constituindo, portanto, um movimento consciente e de cunho coletivo. “Aliás, não é por mero acaso que a escravidão sempre foi extinta principalmente devido a controvérsias e a antagonismos entre brancos, ou grupos e facções das camadas dominantes. Em geral, a abolição da escravatura foi um negócio de brancos”<sup>66</sup>.

Diametralmente aposta à concepção de Ianni estaria a idéia desenvolvida por Clóvis Moura, que visualiza na rebeldia do cativo o fator que definiu o desfecho do cativo<sup>67</sup>. Para este autor, o abolicionismo não foi primordial nesse processo; ademais, considera este movimento conservador e, em geral, seus membros agiam mais por conveniência, uma vez que temiam a “fúria” e a “vingança” dos negros escravizados.

A questão da imigração é o terceiro elo de interpretação, no qual uma série de autores está inserida. E neste sentido, o livro “A crise do escravismo e a grande imigração” da cientista política Paula Beiguelman constitui referência obrigatória<sup>68</sup>. A partir das discussões parlamentares, analisa o embate partidário em torno da necessidade ou não de mão-de-obra estrangeira. Discussão essa que teve presença fundamental nas três principais áreas cafeeiras paulistas – o Oeste Paulista, o Novo Oeste e o decadente vale do Paraíba.

Ciro Flamarion Cardoso menciona que a grande maioria dos estudiosos que voltaram suas análises para a imigração entende que esta não só deu o golpe final na

---

<sup>64</sup> IANNI, Octávio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978. e MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>65</sup> IANNI, op. cit., 1981, pp. 35/36.

<sup>66</sup> IANNI, op. cit., 1981, pp. 35/36. (Grifos nossos).

<sup>67</sup> MOURA, Clóvis. *Os Quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 87.

<sup>68</sup> BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

escavidão, como também representou a passagem do trabalho compulsório para outras formas de aproveitamento da mão-de-obra. Sobre esta questão, o livro de José de Souza Martins vem não só complementar as investigações sobre a imigração estrangeira no Brasil, mas oferece também uma contribuição original no que tange ao sistema de trabalho<sup>69</sup>.

Martins entende que a imigração não significou necessariamente a transição do trabalho escravo para o livre. O sociólogo observa em suas pesquisas que apenas uma parcela mais representativa dos imigrantes era assalariada, especialmente aquela ligada ao beneficiamento do café. No geral, a fazenda que absorveu o trabalhador estrangeiro o fez sob o sistema de colonato, constituindo, portanto, uma relação não capitalista de produção<sup>70</sup>.

Já as questões relacionadas ao imaginário, bem como aquelas ligadas às “estruturas econômico-sociais” compõem, segundo Cardoso, os dois últimos eixos interpretativos do fim do trabalho escravo<sup>71</sup>. Em “Onda negra e Medo Branco - O negro no imaginário das elites”, Célia Maria Marinho de Azevedo trabalha com a hipótese de que o acirramento das lutas entre os escravos e os senhores definiu em boa medida as decisões políticas da segunda metade do século XIX, acabando por suscitar a extinção completa do sistema compulsório<sup>72</sup>.

Um outro balanço historiográfico sobre o fim da escravidão no Brasil foi realizado por Ana Maria Lugão Rios e Hebe de Castro Faria<sup>73</sup>. Da mesma maneira que Cardoso, as autoras destacadas salientam que o período “pós-abolição” deve ser considerado como um

---

<sup>69</sup> MARTINS, José do Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciência Humanas, 1979.

<sup>70</sup> MARTINS, op. cit., 1979.

<sup>71</sup> CARDOSO, op. cit., 1988.

<sup>72</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites. Século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

<sup>73</sup> RIOS, Ana Maria Lugão. & MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: *Topoi. Revista de História*. Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004. pp. 170/198. Ver também: SAES, Flávio. O término do escravismo: uma nota sobre a historiografia. São Paulo: *Estudos Econômicos*. 12(03): 29-40, 1982

problema histórico e necessita, por isso, ser trabalhado de forma especial. Chamam a atenção para o fato de que até a década de 1990 “apenas a marginalização dos libertos no mercado de trabalho pós-emancipação era enfatizada nas análises históricas. Com a abolição do cativo, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história, substituídos pela chegada em massa dos imigrantes europeus”<sup>74</sup>.

Para Mattos e Rios, embora a historiografia tenha produzido muitos trabalhos considerando o período em relevo, estes se “dedicaram a estudar os projetos das elites a respeito dos libertos e da utilização dos chamados ‘nacionais livres’ como mão-de-obra”<sup>75</sup>. Acrescentam que “detalhes sobre diagnósticos e projetos de construção nacional produzidos por elites invariavelmente conservadoras pautaram por muito tempo a discussão historiográfica sobre o período pós-emancipação”<sup>76</sup>. Para elas, “o pós abolição como questão específica se diluía na discussão sobre o que fazer com o ‘povo brasileiro’ e a famosa ‘questão social’”<sup>77</sup>.

O diferencial do trabalho das autoras fluminenses é que elas buscam compreender o período pós-cativo a partir da perspectiva dos próprios ex-escravos. Por isso, lançam mão de depoimentos de seus descendentes e, a partir da história contada e transmitida oralmente por várias gerações, puderam captar fragmentos da conjuntura configurada naquele momento.

Outras questões foram pesquisadas pelas autoras, como, por exemplo, a história de vida dessas famílias, as migrações e as permanências dos ex-escravos nas mesmas regiões no qual trabalhavam e eram cativos. Chegam à conclusão que esses pontos devem ser compreendidos sob o viés do compadrio, do casamento e das relações familiares estabelecidas pela comunidade dos escravos e depois os chamados “nacionais livres”. Para

---

<sup>74</sup> RIOS & MATTOS. Op. cit., 2004. p. 170.

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Idem.

elas esses elementos são os principais motivos que justificam, por exemplo, a permanência das famílias recém libertas nas localidades às quais estavam vinculados há décadas.

Embora a perspectiva desejada pelas autoras seja salutar, haja vista os trabalhos produzidos e apoiados, sobretudo, nessas novas abordagens,<sup>78</sup> ela não invalida a investigação do comportamento das elites e, principalmente, das camadas intermediárias frente ao fim da escravidão, bem como os novos arranjos sociais e econômicos estabelecidos no pós-1888.

Assim como é lícito afirmar que os temas relacionados ao pós-cativeiro geraram muitos estudos a partir da perspectiva da elite, é também fato que muitas questões ficaram sem respostas ou necessitam de novas interpretações. Por isso, a presente tese busca estudar, entre outras questões, o destino da riqueza e da cultura material das camadas abastadas e médias no pós-1888. Muitos proprietários, como se poderá observar no decorrer desta tese, dependiam economicamente de seus escravos ou contavam com sua força de trabalho até os momentos finais do sistema compulsório.

Como já salientado, os fazendeiros e sitiantes do vale do Paraopeba utilizavam e necessitavam dos cativos para produzir alimentos nas fazendas e sítios; lembrando que se trata, sobretudo, de uma região marcada pela economia de mercado interno, na qual a imigração do trabalhador europeu não foi contemplada como umas das alternativas possíveis de substituição da mão-de-obra cativa. Naquele espaço geográfico, localizado no centro de Minas Gerais, o “nacional livre” foi a única alternativa possível<sup>79</sup>.

O trabalho de Rita de Cássia da Silva Almico sobre a região de Juiz de Fora chama a atenção para a importância econômica dos escravos às vésperas da abolição, pois

---

<sup>78</sup> RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>79</sup> Esta questão será trabalhada nos capítulos três e quatro, como se poderá notar na leitura dessa tese de doutorado.

(...) à semelhança de outras regiões do Brasil Juiz de Fora manteve uma estrutura econômica baseada na agroexportação, estrutura essa que, herdada desde a época da colônia, mantinha estreitos limites para que os agentes pudessem se inserir. Ao mesmo tempo a posse de cativos permaneceu estranhamente normal dentro de uma época de turbulências, o que indica a necessidade de estudos que ampliem as relações de poder estabelecidas por um pequeno grupo mas extremamente poderoso na capacidade de reproduzir as relações de dominação. Esses fazendeiros mantiveram a posse de escravos até às vésperas da abolição<sup>80</sup>.

A manutenção da escravaria até os momentos finais da escravidão em regiões economicamente tão distintas – uma voltada para o mercado externo, como é o caso de Juiz de Fora, e outra focada exclusivamente na produção interna, como aconteceu no vale do Paraopeba - devem ser compreendidas e analisadas também de forma especial. Ou seja, um mosaico de fatores deve ser considerado, tais como o contexto populacional, o tamanho da posse de cativos, a relação de dependência econômica dos proprietários em relação à sua escravaria e outros pontos que poderão ser mais bem observados ao longo dos capítulos desta tese do doutorado.

Após a discussão dos principais núcleos teóricos utilizados, das matrizes historiográficas norteadoras e dos problemas circunspetos a esta tese, torna-se necessário discorrer, agora, sobre as fontes primárias utilizadas.

---

<sup>80</sup> ALMICO, Rita de Cássia da Silva. A Dança da riqueza: variações na fortuna pessoal em Juiz de Fora. (1870/1914). In: *X Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 2004. p. 23 (grifos nossos)



## **8- Fontes documentais: discussão teórica e metodológica**

Um conjunto de documentos – inventários *post-mortem*, jornais, relatórios de Presidentes de Províncias, censos demográficos e listas nominativas de habitantes – é contemplado neste tópico. As análises seguintes buscam explicitar a forma de abordagem dessas fontes e como elas se encaixam nas problemáticas levantadas e já mencionadas neste trabalho.

Prioridade foi dada aos inventários *post-mortem*, pois esses constituem o suporte empírico dos principais problemas e questões analisados aqui. No entanto, as demais fontes também tiveram nesta parte espaço para discussão de suas possibilidades de pesquisa, bem como as limitações e lacunas inerentes às fontes primárias, independentemente de sua natureza e concepção.

### **O Banco de dados sobre os inventários *post-mortem* e as possibilidades de análise desta fonte primária**

Os inventários revelam fragmentos da história da família e do cotidiano das vilas e fazendas. Da mesma forma, essa fonte primária permite conhecer a cultura material do espaço doméstico, a vida privada dos inventariados e seus descendentes, bem como a riqueza e a pobreza dos diversos grupos que compunham a(s) sociedade(s) do passado brasileiro.

Segundo Marina Maluf, os inventários informam sobre a configuração e a diferenciação histórica da riqueza familiar, desvendam o patrimônio e as mudanças estruturais das regiões, províncias e/ou estados do Brasil <sup>81</sup>. O uso quantitativo e serial da fonte em questão revela, ainda, transformações econômicas e culturais, como a introdução

---

<sup>81</sup> MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

de novos hábitos e as mudanças advindas do processo técnico-industrial. Por fim, deixam transparecer as oscilações no campo da política – o fim do trabalho escravo no Brasil constitui um bom exemplo e será um dos pontos centrais deste doutorado.

As pesquisas atuais demonstram um crescente interesse pelas fontes cartorárias, haja vista a gama variada de estudos que tem como fonte primária principal os inventários *post-mortem*<sup>82</sup>. Como já dito neste capítulo, a utilização dos inventários *post-mortem* como documento histórico insere-se num contexto mais amplo, no qual sobressaltam as duas referidas linhas de pesquisa: a História Demográfica e a História da Família.

Embora alguns raros estudos tenham se destacado na primeira metade do século XX<sup>83</sup>, o interesse pela documentação cartorária deu-se de forma mais direta nas décadas de 1980/90<sup>84</sup>. É dentro desse contexto que se multiplicam as pesquisas que abordam não só as fontes cartorárias, como também as listas nominativas de habitantes, os registros paroquiais e os processos crimes; para falar apenas dos mais conhecidos. Do amplo espectro de documentos utilizados com mais pujança, a partir de então, esta tese irá tratar detidamente dos inventários *post-mortem*.

Outras fontes primárias, como os censos demográficos, já suscitaram discussões de caráter teórico-metodológico não encontradas, por exemplo, entre aqueles que se dedicam aos documentos cartorários<sup>85</sup>. No entanto, o expressivo volume de trabalhos acadêmicos formulados nas últimas décadas revela que é preciso discutir alguns pontos, tais como a

---

<sup>82</sup> Basta observar a vasta rede de autores citada neste capítulo. Ver especialmente a nota 39.

<sup>83</sup> Ver MACHADO, op. cit., 1953. Ver também FREYRE, op. cit., 1980. Ambos os estudos utilizaram inventários para retratar a família, os costumes e/ou outros aspectos da realidade brasileira.

<sup>84</sup> Nos anos 1970/80 percebe-se a preponderância das historiografias francesa e inglesa nos estudos nacionais, com reflexo, principalmente, no tipo de fonte primária utilizada, bem como os respectivos métodos de pesquisa e análise. Nos casos da História Demográfica, da História da Família e do uso de fonte serial foi notável a influência do Grupo de Cambridge e do demógrafo francês Louis Henry. Da extensa bibliografia surgida a respeito da história da família e dos diversos estudos de cunho demográfico surgidos a partir de então, deve-se destacar a contribuição de MARCÍLIO, op. cit., 1984. Ver SAMARA, op. cit., 1989.

<sup>85</sup> Ver o artigo de MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. Inventários e Seqüestros: fontes para a História Social. In: *Revista de História*. Belo Horizonte: V.9, 1989. Ver também a tese de doutorado desenvolvida por ARAUJO, op. cit., 2003. Estes são uns dos poucos trabalhos que abordam a concepção teórica-metodológica implícita nos inventários *post-mortem*.

metodologia aplicada aos inventários *post-mortem*, as dificuldades encontradas na coleta dos documentos, a elaboração de fichas, a utilização de *softwares* específicos e, principalmente, o melhor modo de processar e entender os dados encontrados.

Tendo como preocupação central os itens destacados anteriormente, buscou-se então discutir alguns procedimentos de caráter metodológico. As análises seguintes abordam questões relacionadas à pesquisa documental e à concepção do Banco de Dados elaborada para esta tese. A partir dessa reflexão destacam-se algumas categorias de análise que visam orientar e direcionar este e demais estudos que têm como foco principal o referido documento histórico.

### **Da pesquisa documental à confecção do banco de dados**

Grande parte da documentação cartorária brasileira encontra-se ainda dispersa nos Cartórios ou Fóruns de origem. Outra significativa fração acha-se precariamente sistematizada nos Arquivos Públicos, dificultando enormemente o trabalho do historiador. A experiência adquirida em 1996/98 na coordenação de um projeto que visava organizar um vasto acervo documental localizado hoje em Bonfim/MG, demonstrou a dimensão desse problema, que afeta não só os historiadores, mas também os arquivistas e outros pesquisadores interessados nos documentos do passado brasileiro<sup>86</sup>.

A partir do trabalho de organização dos inúmeros documentos cartorários do século XVIII, XIX e XX, realizado no Arquivo Municipal de Bonfim, foi possível adquirir não só experiência com as fontes primárias, mas permitiu, posteriormente, formular o Banco de Dados em discussão nesta tese. As questões propostas aqui, bem como as categorias de

---

<sup>86</sup> O trabalho realizado com o acervo cartorário do Município de Bonfim, entre 1996 a 1998, culminou na sistematização de mais de 5.000 documentos, codificados e catalogados com seus respectivos fundos, natureza, nomes, datas, origem, procedência. A partir desse trabalho é que foi possível criar o Arquivo Municipal de Bonfim, que se encontra, hoje, localizado na Casa de Cultura da mesma cidade.

análises desenvolvidas, constituem o resultado de vários anos de pesquisa cartorária e análise sistemática da mesma<sup>87</sup>.

Em relação à coleta dos documentos destacam-se algumas peculiaridades. Primeiramente, deve-se conhecer a dimensão do acervo disponível e, a partir daí, estabelecer um critério de amostragem que seja ao mesmo tempo representativa do universo analisado e válido para os pressupostos e objetivos delineados.

Os documentos cartorários analisados nesta tese representam 29,6% do total do Cartório de Primeiro Ofício e 10,6% do Cartório de Segundo Ofício. Somando os documentos dos dois cartórios – existem 3.993 processos civis para o período de 1840 a 1914. Isto quer dizer que a amostra trabalhada nesta tese equivale a 19,1% do total de inventários disponíveis.

No entanto, o critério definido nesta pesquisa incluiu também outros procedimentos metodológicos. Os documentos localizados no Segundo Cartório entraram na composição da amostra para reforçar os períodos e intervalos temporais selecionados.

Ou seja, optou-se por catalogar inventários que contemplassem todo o recorte temporal selecionado nesta pesquisa – 1840 a 1914. Porém, alguns intervalos foram priorizados em função de sua importância histórica. Por exemplo, foram fichados todos os documentos encontrados e disponíveis para os anos de 1845/1855, 1865/1875. É importante lembrar que nesses dois intervalos é possível avaliar os efeitos de duas importantes leis que regeram o Brasil Imperial: a proibição do tráfico (1850) de escravos e a lei do Ventre Livre (1871).

Do mesmo modo foram catalogados todos os documentos disponíveis nos Cartórios de Primeiro e Segundo Ofícios das décadas de 1880/89 e 1890/00. Esses dois intervalos

---

<sup>87</sup> Inicialmente constituiu-se um banco de dados composto de 210 inventários, que foram utilizados na pesquisa de mestrado, concluída em 2000. (Ver MARQUES, op. cit., 2000). Porém, aos 210 inventários explorados naquela pesquisa foram acrescentados outros tantos, resultando em um conjunto de 761 documentos cartorários.

temporais são fundamentais para esta pesquisa, pois ambos captam os efeitos diretos do fim da escravidão no Brasil, em especial no vale do Paraopeba.

Após a estimativa do acervo disponível, da definição dos problemas e do espaço temporal priorizado nesta pesquisa, devem-se ponderar as várias partes que compõem o inventário *post-mortem*. O documento cartorário precisa ser considerado na sua totalidade, pois, ao proceder dessa maneira, o pesquisador terá um leque maior de dados, permitindo realizar, com mais afinco, associações com outras realidades sociais, inferências entre os dados, ou mesmo destinar análise de caráter comparativo.

É preciso atentar, também, para os documentos anexos à referida fonte primária, tais como notas de compra, cartas, bilhetes, listas de despesas efetuadas com a educação dos filhos, despesas com os camaradas das fazendas etc. O tipo de informação contida nesses anexos auxilia na compreensão dos problemas abordados; ademais, traz elementos de outras realidades, como aquelas ligadas ao mundo do trabalho e à esfera da educação; só para citar alguns exemplos.

Se, por um lado, é relevante concentrar um expressivo volume de dados, por outro, é preciso elaborar mecanismos para a sua melhor utilização. O exercício destinado aos inúmeros documentos deve, portanto, estar paralelamente associado a uma base teórico-metodológica. O fato mencionado constitui não só um desafio a ser perseguido, mas o principal objetivo daqueles que se interessam pela análise quantitativa e serial.

Adeline Daumard foi uma das primeiras pesquisadoras a se preocupar com essas questões. O livro *Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa* oferece não só os pressupostos teóricos, mas ensina a trabalhar e explorar as fontes cartorárias<sup>88</sup>. Outras obras da autora dão continuidade ao tema por ela estudado. Destaque especial às aulas oferecidas por Daumard na Universidade Federal da Bahia na década de 1980. Nesse

---

<sup>88</sup> DAUMARD. Op. cit., 1978, 1985, 1992.

trabalho, a confecção de banco de dados e a metodologia aplicada às fontes cartorárias constituíram os objetivos principais da autora<sup>89</sup>.

### **Os inventários *post-mortem* do vale do Paraopeba**

Os 761 inventários *post-mortem* foram analisados a partir de seus principais elementos, ou seja, a descrição qualitativa, quantitativa e monetária dos bens, dos artefatos, dos escravos e dos animais. Para isso foi necessário elaborar um estrutura de coleta, no software ACCESS, que permite segmentar e fracionar as informações. Em decorrência dos inúmeros elementos encontrados foi também possível elaborar algumas categorias de análise. Essas ajudaram não só equacionar as hipóteses levantadas, mas auxiliaram da mesma forma na sistematização dos dados pesquisados.

O trabalho destinado à montagem do referido Banco de Dados constituiu-se, primeiramente, na coleta das informações concernente ao universo material do inventariado, bem como todos os dados pessoais encontrados, tais como nome completo, profissão, nome do cônjuge, estado conjugal e outros dados pessoais referentes aos herdeiros.

Além dos campos **Cadastro e Herdeiros**, elaboraram-se grupos específicos para cada conjunto de informação. Assim sendo, encontram-se informações sobre **Ações, Animais, Dívidas Ativas (o que o inventariado tem a receber, considerado de créditos), Dívidas Passivas (o que deve ser pago), Dote, Estoque, Indumentária Geral, Indumentária Pessoal, Jóias, Livros, Moedas, Móveis, Outros Gerais, Outros Pessoais, Utensílios Domésticos e Utensílios Profissionais**. Além do valor monetário,

---

<sup>89</sup> Idem. Ver também outros autores que trabalham nesta perspectiva e que utilizam os inventários de forma quantitativa: CORNETTE, op. cit., 1997; BOURQUIN, op. cit., 1997; HARDY, op. cit., 1983; ROCHE, op. cit., 2000, 2004.

todos os itens referidos trazem a descrição literal e a quantidade destacada: *um serrote grande e velho de cortar madeira, mas ainda prestável avaliado pelos louvados a quantia de dez mil réis (10\$000)*<sup>90</sup>.

No caso dos **Bens de Raiz**, sua complexidade excedeu a qualquer outro grupo estabelecido. Além da descrição das terras (com suas respectivas medidas em alqueires, hectares ou ares), terrenos, casas, sobrados e fazendas, encontra-se também discriminado no inventário a soma monetária de todos os bens e objetos existentes no espaço doméstico; essa soma foi denominada de **monte-mor**. Ainda dentro dos imóveis é possível identificar qual era sua localização espacial: urbano, rural, subúrbio e misto (propriedades na zona rural e urbana concomitantemente).

A partir do Banco de Dados composto foi possível perceber que dentro dos distintos grupos (mobiliário, utensílios profissionais, bens imóveis, indumentária etc.) podiam-se reorganizar as informações em categorias determinadas segundo, por exemplo: a) a função dos objetos na sociedade; b) a natureza/concepção dos artefatos profissionais; c) o sistema de organização cultural que estava por trás dos arranjos das casas e da composição dos móveis; d) a importância econômica dos moinhos, monjolos, engenhos de cana, tendas de ferreiro, casas de fazer queijos, teares manuais, roda de fiar algodão etc.

Pressupõe-se que as categorias seguintes devam cumprir três finalidades: **facilitar** o trabalho empírico, uma vez que este tipo de pesquisa, quantitativa e serial, envolve um expressivo volume de dados e demanda uma análise qualitativa fundamentada nas discussões teóricas apresentadas até aqui; **auxiliar** na elaboração de teorias que justifiquem a especificidade ou não dos dados encontrados; **viabilizar** análises comparativas entre as diversas localidades do Brasil, destacando principalmente as diferenças e semelhanças encontradas.

---

<sup>90</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, DC CPO 01(09).

## 9- Pensando os inventários *post-mortem* a partir de algumas categorias de análise

### Inventários segundo a riqueza e o espaço doméstico

Analisar o espaço doméstico a partir dos inventários permite observar o funcionamento do grupo familiar no plano da realidade material e simbólica. Demonstra, por exemplo, como alguns artefatos do mobiliário, dos utensílios e das roupas assumiram diferentes dimensões antes e depois da escravidão.

Permite, por outro lado, entender a distribuição da fortuna entre os membros da família, o sistema de herança e o espaço interno e externo das moradias urbanas e rurais. Dentro dessa problemática é preciso refletir a importância do **espaço doméstico** como objeto de pesquisa e análise.

Do mesmo modo, torna-se necessário estudar a cultura material e simbólica do espaço doméstico. Tal unidade social extrapola o âmbito familiar, uma vez que ela pode ser classificada por grupos sociais segundo suas riquezas e outras características comuns que as unifiquem.

Ao longo desta tese foram constituídas várias tabelas e gráficos, destacando, por exemplo, a composição e a distribuição dos bens materiais (mobiliário, jóias, indumentária, moedas etc). A importância econômica que cada um dos itens citados assumiu dentro do patrimônio também pôde revelar aspectos qualitativos da sociedade em questão.

Outra possibilidade de análise explorada ao longo dos capítulos desta tese foi o indicativo de riqueza, bem como a cultura material distribuída ao longo das quase oito décadas estudadas – 1840 a 1914. Um estudo que permitiu observar mudanças e permanências de importantes aspectos econômicos, sociais e culturais.



## **Inventários segundo Posição Social e Econômica**

A fonte analisada permite pensar a posição econômica dos segmentos ou grupos sociais. Para isso, foram propostos três níveis de fortuna, avaliados segundo o valor do monte-mor<sup>91</sup>, o número total de escravos ou outros indicativos de riqueza. Tais indicativos, em geral, modificaram-se no tempo e/ou espaço geográfico destacado, aqui – o vale do Paraopeba.

Esse tipo de análise permitiu entender, entre diversas questões, a estratificação e hierarquia da sociedade. A concentração ou não de riqueza (terras, imóveis e bens) dos estratos sociais constituiu outra variável sujeita à apreciação.

## **Inventários segundo Sistema de Trabalho**

Os inventários são fontes que abordam diretamente o patrimônio e a divisão dele entre herdeiros e partes interessadas. Mas é possível perceber também informações a respeito do mundo do trabalho, tais como as eventuais listas das despesas efetuadas com “camaradas”, trabalhadores temporários, ou ainda casos como o destacado a seguir.

Em 1890, dois anos após o fim da escravidão no Brasil, José Rufino da Silva, morador do vale do Paraopeba/MG, solicitava ao juiz responsável a conclusão do inventário judicial de seu pai, Antônio Rufino Pereira. Segundo o documento, de 1890, a Lei Áurea ocasionou a “decadências das propriedades” de seu pai.<sup>92</sup>

---

<sup>91</sup> O Monte-Mor constitui, como já mencionado nesta tese, a soma monetária de todos os bens contidos no inventário *post-mortem* e constitui, portanto, a riqueza privada.

<sup>92</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, 1890, DC CSO 11(11).

## **Inventários segundo o espaço geográfico e a diversidade regional**

Os inventários revelam os laços existentes entre a família, a comunidade local e o espaço no qual estavam inseridas. Permitem estabelecer relações com o entorno geográfico, definindo fronteiras nas diferentes zonas espaciais – urbano, rural e subúrbio.

A descrição das casas com suas delimitações – nome de ruas, vizinhanças laterais, terrenos baldios, citações que incluem igrejas, praças, logradouros e chafarizes – são alguns indicativos dessa rede de informações encontrada nas fontes cartorárias.

O mesmo pode-se dizer das fazendas, sítios e ranchos, que esclarecem com a mesma intensidade os elementos característicos do espaço geográfico: descrição da qualidade das terras – de cultura, matos e campos – e a localização dentro do ambiente – como, por exemplo, referências a rios e riachos, acidentes geográficos como serras, chapadões e montanhas - são frequentes.

Com relação às diversidades regionais, essas foram identificadas pelas diferentes composições da estrutura material e níveis de riqueza. Neste caso, o tipo de economia exercida – subsistência, mercado interno ou externo – auxilia na definição da questão.

Os produtos locais, a matéria-prima disponível, bem como os recursos naturais - hídrico e mineral - geralmente fazem parte da descrição e foram essenciais para o entendimento da cultura material das famílias e dos grupos sociais às quais elas pertenciam. Para isso, foi preciso decodificar o que estava por trás de cada descrição, observando também lacunas e omissões de dados.

A ausência de informação, ou seja, aquilo que não foi dito ou considerado pelo escrivão, pode indicar a escassez do objeto ou bem naquela sociedade. Pode também sinalizar que, ao possuir valor irrisório, não havia necessidade de mencionar e arrolar o artefato. Exemplo disso são os produtos confeccionados a partir da palha, da madeira local

e outros elementos como o algodão, pouco valorizados e, portanto, quase nunca mencionados nas fontes cartorárias.

No caso dos bens existentes na documentação, o estudo se fez em sentido contrário, buscando justificar a procedência, a origem e a natureza dos mesmos. Os bancos de peroba, as sedas chinesas e as casas assoalhadas encontrados no vale do Paraopeba/MG indicam, por exemplo, que a peroba foi uma árvore típica da região.

A seda chinesa e os tecidos adamascados atestam, por outro lado, o trânsito de mercadorias, provavelmente entre o porto do Rio de Janeiro e o interior de Minas Gerais. Já as poucas casas assoalhadas sugerem uma sociedade rústica e hierarquizada. Estes são apenas alguns exemplos da multiplicidade de dados extraídos, de um conjunto de inventários e o que eles permitem problematizar.

Não é demais lembrar que cotejar o resultado encontrado com outras fontes primárias e com a bibliografia existente sobre o assunto e o espaço geográfico selecionados constituiu da mesma forma importante etapa, que ajudou no esclarecimento das questões suscitadas.

Enfim, as informações contidas nesta categoria definem aspectos relacionados à natureza **local** (a peroba, árvore típica do vale); ao **comércio** (importação de tecidos e objetos), e o **modo de viver** de uma determinada família ou grupo social (o assoalho feito de madeira, pela sua raridade no século XIX, restringia-se às famílias mais ricas).

Outro exemplo da importância de se pensar os inventários quanto a sua diversidade regional, é o viés comparativo que permite estabelecer com outros Bancos de Dados de origem e espaços geográficos distintos.

## **Inventários segundo Habitat**

Nas sociedades que antecederam o capitalismo, o habitat simboliza o domicílio, o lugar de morada e sobrevivência. Esse mesmo habitat reserva lugar especial para o exercício de distintas e variadas atividades econômicas e políticas. A fazenda e/ou a casa urbana constituía, nos séculos XVIII e XIX, espaço de nascimento, casamento e morte; era também o *locus* de trabalho dos artesãos, dos ourives, dos escrivães, dos fazendeiros, da venda, da criação de animais domésticos, enfim, múltiplos afazeres, o que faz dessa categoria uma das mais complexas.

No caso do Brasil, com o fim do sistema escravista, novas redes de sociabilidades começaram a se definir e, de certo modo, contribuíram para que o habitat, a moradia e o espaço doméstico assumissem contornos mais precisos. Deve-se ressaltar que a análise da documentação cartorária permitiu identificar, por meio das séries, a lenta e gradual despolarização entre: casa/trabalho, rural/urbano, público/privado, economia doméstica/indústria, luxo/pobreza, etc.

## **Inventários segundo processo artesanal e técnico industrial**

Os inventários permitem analisar vários outros elementos, tais como as mudanças advindas do processo técnico industrial. Das rodas de fiar algodão aos sofisticados teares do final do século XIX, percebem-se profundas transformações na ordem artesanal, técnica e industrial das sociedades.

Dentro dessa mesma perspectiva, ressalta-se o aparecimento da máquina de bater ovos, do fogão a gás, das máquinas agrícolas ou, simplesmente, a popularização do

armário ou guarda roupa<sup>93</sup>. Os elementos citados são apenas alguns exemplos observados no Banco de Dados e que auxiliam na compreensão desta categoria.

### **Inventários segundo costumes e hábitos**

Destaca-se a análise em torno do **Dote**; este perdeu gradualmente sua importância no final do século XIX<sup>94</sup>. O progressivo desaparecimento desse item no conjunto dos bens analisados no vale do Paraopeba atesta que, cada vez mais, passou a ser ignorado nas fontes cartorárias. A ausência de informação a esse respeito sugere que novos padrões e costumes referentes ao casamento, ao comportamento das famílias e à situação das mulheres passavam, então, a moldar a sociedade no início do século XX.

### **Inventários segundo relações de gênero**

O documento em questão permite explorar estudos relacionados à **categoria gênero**. Basta lembrar os inventários das mulheres chefes de famílias, viúvas e solteiras, ou ainda dos casos em que se percebe a ausência do marido<sup>95</sup>. A seleção e análise desse tipo de documentação contribuem para o entendimento das questões de gênero, da relação entre homem/mulher, bem como outros pontos ligados às normas vigentes.

---

<sup>93</sup> Ver MENESES, op. cit., 2000. p. 105-119.

<sup>94</sup> NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>95</sup> DIAS, Madalena Marques. *A formação das elites numa vila colonial paulista: Mogi das Cruzes, 1601-1646*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2.001.

## **Inventários segundo alimentação**

A lista de despesas da casa, geralmente anexada ao inventário, constitui uma fonte exemplar que permite investigar o que as famílias ou estratos sociais consumiam com mais freqüência ou raridade. Por fim, ao analisar os inventários numa série longa, puderam-se descobrir variações e transformações nos hábitos locais, a introdução de novos costumes alimentares ou, até mesmo, a oscilação dos preços dos alimentos e iguarias.

As categorias de análise explicitadas colocam em evidência outras formas de **pensar, organizar, sistematizar e avaliar** os dados encontrados ou já dispostos em Bancos de Dados. A partir de enfoques ou questões diferenciadas, outras categorias também podem ser elaboradas. O objetivo dessa classificação foi justamente propor e aprofundar discussões – de caráter teórico-metodológico - em torno dessa significativa fonte quantitativa e serial, os inventários *post-mortem*.

Os capítulos três, quatro e cinco desta tese tiveram como referência metodológica algumas destas categorias de análise. Sendo assim, os dados extraídos dos inventários foram fracionados, tendo como preocupação alguns elementos destacados nesta análise, tais como: a distribuição da riqueza e seus referenciais, a divisão social por estratos ou grupos, a concentração de renda, o sistema de trabalho, a posse de escravos e a análise dos objetos e artefatos a partir da perspectiva da cultura material. A moradia, o espaço geográfico, a diversidade regional também fizeram parte das preocupações, como se pode perceber no estudo desenvolvido aqui.

## **10- Demais fontes trabalhadas: jornais, listas nominativas, censos demográficos e relatórios de Presidentes de Províncias e Estados**

### **Recortes de jornais contemporâneos (1880/1920)**

A pesquisa realizada na Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais procurou levantar os principais jornais da região do vale do Paraopeba. O trabalho permitiu rastrear sete distintos periódicos, a saber: **A Cidade de Bonfim, Treze de Maio, A Província de Minas Gerais, Jornal de Ouro Preto, A Vida, Liberal Mineiro e o Paraopeba.**

Procurou-se investigar os anos de 1880 a 1920. Dentre os temas contidos nas fontes jornalísticas, elegeram-se dois que interessam particularmente aos objetivos desta tese. O primeiro refere-se à transição do trabalho escravo para o livre, buscando identificar os argumentos e as estratégias de substituição da mão-de-obra, bem como a composição socioeconômica dos grupos de interesses diversos.

Outro fator, diretamente relacionado, seria levantar as alegações empregadas na defesa ou não das atividades econômicas vigentes sem o concurso de cativos. Da viabilidade da manutenção da estrutura tradicional às alternativas econômicas de subsistência, pretendeu-se distinguir, no período de referência, as diversas opções econômicas levantadas e as efetivamente colocadas em execução pelos senhores da escravaria.

O segundo tema reportou-se àquelas matérias que discutiam direta ou indiretamente aspectos relacionados à cultura material da sociedade imperial e republicana. A crônica de João Paraopeba constitui, por exemplo, relato de grande importância, pois por meio dela

foi possível identificar como era a vida dos habitantes de uma importante localidade do vale do Paraopeba, Bonfim<sup>96</sup>.

Embora o autor tenha escrito em 1935 suas memórias, elas reportam-se ao período de 1895 a 1900. Os fragmentos analisados nesse tipo de fonte são importantes, porque não só evidenciam a realidade estudada, como demonstram, por meio de um viés particular, as mudanças e transformações da economia e da cultura material. O estilo de vida, o comércio, as estradas e o imobilismo econômico daquele tempo compõem a tônica do relato. Tais elementos refletem os novos valores e as formas de riqueza decorrentes das mudanças sociais e políticas do final do século XIX, conforme se poderá perceber em detalhes, nas análises desenvolvidas no capítulo cinco.

Deve-se ressaltar ainda que os jornais permitiram rastrear algumas mudanças e permanências da vida de uma das cidades mais importantes do vale do Paraopeba. Por outro lado, a abordagem dos periódicos possibilitou confrontar informações extraídas de fontes diversas, principalmente os inventários *post-mortem*.

### **As listas nominativas de habitantes e os censos demográficos brasileiros**

Como já mencionado neste tópico, as fontes censitárias, em função de seu caráter quase que exclusivamente quantitativo, já suscitaram muitos comentários de ordem teórica e metodológica<sup>97</sup>. As explicações acerca dos registros demográficos vão desde suas múltiplas possibilidades de pesquisa, passando também pelas limitações e lacunas, até as

---

<sup>96</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais. O artigo intitulado “Bonfim que não volta mais”, foi retirado do *Jornal Cidade de Bonfim*. 11/08/1935.

<sup>97</sup> A respeito das fontes censitárias ver, principalmente, os trabalhos: MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista. 1700-1836*. São Paulo Hucitec, Edusp, 2000; MARCÍLIO, Maria Luiza. (org.) *Demografia Histórica. Orientações técnicas e Metodológicas*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973. PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. BARROS, José D’ Assumpção. *O Campo da História. Especialidades e Abordagens*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.



mais variadas metodologias de trabalho possíveis como, por exemplo, o famoso método de reconstituição de família desenvolvido por Louis Henry a partir da década de 1950<sup>98</sup>.

A utilização da referida documentação nesta tese auxiliou na compreensão de questões relacionadas, por exemplo, ao tamanho dos plantéis de escravos no vale do Paraopeba. Outras informações puderam ser aferidas e delas percebeu-se a movimentação da população após o fim da escravidão.

Por outro lado, a estimativa da população cartorária só pôde ser observada quando os dados cartorários foram contrapostos aos de caráter censitário, como se poderão perceber na análise efetuada no capítulo três da presente tese. Este exercício de análise coloca em xeque a hipótese de que apenas uma pequena parcela da sociedade chegava a fazer inventários.

O resultado da metodologia aplicada aos inventários *post-mortem* e às listas nominativas de habitantes sugere pensar que outras parcelas da sociedade, e não apenas a elite, tinham condições materiais suficientes para que seus bens fossem avaliados pelos tabeliães e escrivães locais. E neste sentido, o Estado deveria estar atento, pois para cada documento eram cobrados impostos e taxas, esses calculados sobre o valor total do espólio arrolado, ou seja, o monte-mor.

---

<sup>98</sup> As principais obras desse pesquisador e que podem ser utilizadas para a apreensão do método de reconstituição de famílias e outros métodos de trabalho ligados à demografia histórica podem ser encontrados nos três livros aqui mencionados: HENRY, Louis. *Annciennes Familles Genevoises étude démographique: XVI –XIX siècle*. Paris, P. U. F., 1954. HENRY, Louis. *Démographie. Analyse et Modeles*. Paris: Librairie Larousse, 1972. HENRY, Louis. *Maunel de Démographie Historique*. Genova, Paris: Droz. 1967.

## Os Relatórios de Presidentes de Províncias e Estados

Os Relatórios de Presidentes de Províncias e de Estados já foram muito utilizados como uma importante fonte histórica<sup>99</sup>. Embora de caráter oficial, as informações registradas possibilitam compor um mosaico social e econômico das localidades mencionadas pelos Presidentes.

Nesta tese foram priorizados os documentos de 1850 a 1890 que continham dados sobre os escravos, conforme se poderá notar nas tabelas confeccionadas e dispostas do capítulo 2. Era comum nesses relatórios que os Presidentes de Províncias prestassem conta das eventualidades ocorridas no decorrer do ano. Assuntos de ordem política e social eram freqüentemente abordados nessa fonte primária.

Desse modo, podem-se encontrar com freqüência dados referentes ao elemento servil, que vão desde as eventuais e “violentas” rebeliões, passando também pelas alforrias, quotas para o fundo de emancipação e dados demográficos da população cativa, como por exemplo a relação numérica dos escravos sexagenários da Província de Minas Gerais, nascimento e óbito dos filhos das mulheres escravas. Dados sobre a extinção do trabalho compulsório constituem também um dado primordial e foram, portanto, consideradas nesta investigação.

Informações sobre a agricultura, a indústria, as boticas, as casas de negócios, os engenhos de cana, a iluminação pública e a necessidade de água potável para abastecer as localidades também foram catalogadas. Em geral, esses elementos chamam a atenção

---

<sup>99</sup> A consulta dos Relatórios de Presidentes de Províncias e Estados do Brasil era, até recentemente, realizada nos Arquivos Públicos. Em geral, as pesquisas demandavam a leitura de microfilmes nem sempre de fácil acesso e compreensão. Atualmente esta fonte está disponível no site da Universidade de Chicago e isto tem não só promovido um maior acesso à referida fonte primária, como tem possibilitado uma divulgação maior do conteúdo nela implícito.

daqueles que se interessam pela cultura material da sociedade e suas implicações na economia e no sistema de trabalho.

Após a exposição e análise dos principais teóricos, das fontes primárias e da metodologia utilizada segue agora um estudo sobre a história do vale do Paraopeba. Os habitantes e suas ocupações, as mulheres no mercado de abastecimento interno, a importância da fiação e tecelagem na economia e o possível movimento da população depois do fim da escravidão também serão investigados no próximo capítulo.

## Capítulo 2

### O vale do Paraopeba: história, população e espaço geográfico

**Figura 2:** vale do Paraopeba, começo do século XX



Fonte: Arquivo Municipal de Bonfim/MG

## 1- O vale do Paraopeba e a historiografia mineira

Como na foto de abertura deste capítulo, o vale do Paraopeba/MG, margeado por rios e riachos, contornado por montanhas e serras que outrora forneceram ouro para a Coroa Portuguesa, constitui o cenário principal desta tese de doutorado<sup>1</sup>. Mas a realidade socioeconômica dessa circunscrição geográfica não foi permeada apenas pelo *fausto* ouro<sup>2</sup>. Plantações de milho, feijão, mandioca (o pão cotidiano) e outros alimentos cresceram nas terras férteis das fazendas e sítios. Da mesma maneira, o comércio, a circulação e a troca de mercadorias marcaram a tônica das vilas e cidades.

Nos campos e pastos os animais - bois, cavalos, porcos e galináceos - forneciam alimento para as famílias e fomentavam o comércio entre as regiões mineiras, a capital Ouro Preto e a Corte do Rio de Janeiro. Da mesma forma, engenhos de cana, alambiques, tendas de ferreiro, moinhos e monjolos compuseram, juntamente com enxadas, foices e enxós, os equipamentos de trabalho, o meio mais prático de extrair da natureza o sustento diário da população e dos animais domésticos.

Dos teares e rocas fabricaram-se tecidos produzidos com o algodão local e/ou exportado de outras localidades como, por exemplo, Minas Novas, situada no norte da província. A produção de queijo, doce e rapadura (açúcar dos pobres), permanentemente citada nas fontes cartorárias, era uma tarefa diária e lucrativa, pois grande parte do

---

<sup>1</sup> O Rio Paraopeba possui uma extensão de 400 km e na divisão de seus três cursos - superior, médio e inferior – constitui um dos principais afluentes que formam a bacia hidrográfica do São Francisco. Além do solo fértil que compõe a maior parte das terras, destaca-se, ainda, o rico manancial de águas do Vale do Alto-Médio Paraopeba, como o Rio das Águas Claras, o Rio Manso e o Rio das Macaúbas, além dos ribeirões Sant’Ana, São Mateus, Maré, Saúde, Serra, Porto Alegre, Contendas, São Caetano, Casa Branca, Feijão e Tejuco. Ver na página 90 desta tese o Mapa do vale do Paraopeba.

<sup>2</sup> Uma série de atividades e ocupações ligadas ou não à atividade aurífera matizou a realidade mineira do século XVIII e XIX. Destaca-se também que a maioria da população era constituída de escravos, “homens livres e pobres”, artesãos, pequenos agricultores e comerciantes. Ver CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes. Mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: AnnaBlume, 1999; MENESES, op. cit., 2000; FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983. 3ed; SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro - A pobreza mineira no século XVIII*. 3ed. São Paulo: Graal, 1990.

excedente era escoado, pelo lombo de burro, até o Rio de Janeiro e outras partes do sudeste brasileiro.

O cenário descrito nessas páginas iniciais constitui uma das facetas desta tese de doutorado, mais precisamente, aquela que se configurou no século XIX escravista. O perfil encontrado para o período posterior ao fim do trabalho cativo (1888), a mudança da capital (1897) e as novas relações sociais e culturais que se configuraram no começo do século XX, possui, no entanto, contornos diferenciados.

Disparidades extrapolam as relações de trabalho estabelecidas no pós-1888 e que se concentraram, principalmente, na composição da riqueza, na acepção da fortuna, no sentido da pobreza, na qualidade e no valor das terras e propriedades. E dentro desse espectro de contradições pós-escravistas destacam-se também o valor real e simbólico de determinados objetos e artefatos. Ao longo da análise proferida nos demais capítulos desta tese percebem-se padrões socioeconômicos distintos, traduzidos, por exemplo, na posse de determinados bens e da sua nova relação com os habitantes do vale do Paraopeba.

A problemática que se configurou entre os dois períodos – pré e pós escravista – e que neste trabalho compõe a diretriz central das análises teve como ponto de partida a pesquisa concluída na dissertação de mestrado. O estudo desenvolvido naquela ocasião abordou as características econômicas, populacionais e materiais do município Bonfim, ao longo de praticamente todo o Segundo Reinado (1840/88)<sup>3</sup>.

Os inventários *post-mortem* e as listas nominativas de habitantes constituíram as principais fontes primárias daquele trabalho. Dentre alguns resultados encontrados ressalta-se, por exemplo, o dinamismo da localidade de Bonfim, revelado nas altas taxas de escravos (especialmente africanos) e a constante circulação de mercadorias, dentro e fora

---

<sup>3</sup> A Dissertação de Mestrado, defendida em 14/12/00, foi orientada pela professora Dra. Eni de Mesquita Samara. A banca examinadora foi composta pelo professor Dr. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses e a professora Dra. Maria Sílvia Casagrande Beozzo Bassanezi. Ver MARQUES, op. cit., 2000.

do espaço provincial. Foi possível observar, também, a importância dos cativos na composição do patrimônio das famílias, analisando, entre outras questões, a riqueza e a hierarquia dos grupos sociais definidos a partir do tamanho do plantel: não escravistas; pequenos (1 a 3 escravos); médio (4 a 10 escravos); grandes (11 a 35 escravos) e extraordinários proprietários (acima de 36 escravos).

Constatou-se, por outro lado, que mesmo após a promulgação das leis - proibição do tráfico (1850), *Ventre Livre* (1871) e dos *Sexagenários* (1885) -, sinal flagrante do fim do sistema escravista, os grandes proprietários pouco fizeram para dinamizar a economia e diversificar a mão-de-obra na região estudada. Em 1888, grande parte da riqueza das famílias escravistas inventariadas estava ainda depositada na posse de cativos<sup>4</sup>.

A necessidade de incorporar outras fontes e documentos históricos, associados à inviabilidade do tempo disponível no mestrado, permitiu apenas esboçar algumas problemáticas a respeito da realidade social, econômica e cultural que se configurou após o fim do trabalho escravo em Minas Gerais, mais especificadamente, em Bonfim, e nas demais localidades do vale do Paraopeba. Por isso, as indagações apenas sugeridas no final daquela dissertação de mestrado ocupam, nesta tese de doutorado, espaço privilegiado, tratamento teórico e empírico acurado e, sobretudo, perspectiva comparada.

Dentre as várias questões que orientaram a pesquisa documental – inventários *post-mortem*, listas nominativas, censos demográficos, relatórios de Presidentes de Províncias e relatos de jornais - e teórica, destacam-se, por exemplo, aquelas que se referem à aparente paralisia dos proprietários de cativos frente ao inevitável fim do trabalho compulsório no final do século XIX.

---

<sup>4</sup> A riqueza – também denominada de patrimônio ou fortuna - foi calculada tendo como base o valor do monte-mor, ou seja, a soma de todos os bens (móveis, imóveis e semoventes – escravos e animais)

**Falta de empreendimento dos grandes escravistas?**

**Apego à escravidão, como já foi salientado pela historiografia?**

**Ou o aparente imobilismo da elite estaria relacionado ao tipo de mercado exercido naquela localidade?**

Ampliar o recorte espacial - incorporando partes do vale do Paraopeba que tinham o mesmo perfil econômico – e temporal – estendendo a pesquisa cartorial até as décadas iniciais do período republicano - constituiu uma das alternativas viáveis para investigar detidamente as questões apenas suscitadas na dissertação de mestrado, defendida em dezembro de 2000.

Para compreender e, portanto, avançar o debate concernente à flutuação da riqueza e à transformação da cultura material no vale do Paraopeba, tendo como referência o fim da escravidão no Brasil, recorreu-se aos inúmeros trabalhos já elaborados para a província mineira. Várias teses de doutorado e dissertações de mestrado - defendidas nos principais centros acadêmicos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro -, realizadas nas últimas três décadas, abordam questões que direta ou indiretamente auxiliam no entendimento dos problemas identificados aqui.

Para a compreensão do debate historiográfico estabelecido em torno da economia e da sociedade mineira oitocentista, é necessário, portanto, recorrer ao tema que lhe deu origem. O eixo central da discussão, que já se estende por décadas, busca refutar enfaticamente a tese clássica de que Minas Gerais entrou em decadência após o *boom* minerador<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Dois importantes grupos podem ser considerados aqui: 1) composto por SIMONSEN, Robert. *História Econômica do Brasil*. 7ed., São Paulo: Editora Nacional/Brasília, INL, 1977; FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 4ed., Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961; e NOVAIS, Fernando. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII)*. 2ed., São Paulo: CEBRAP, Brasiliense, 1993. Os trabalhos elaborados por esses autores convergem na aceitação da dependência externa e a vulnerabilidade às



Segundo autores tradicionais, o esgotamento do ouro no século XVIII provocou uma crise econômica, esvaziando os centros urbanos e realocando os escravos ociosos para outras áreas mais dinâmicas, como o vale do Paraíba paulista e fluminense. Os estudos oriundos dessa historiográfica consideram, ainda, que os efeitos negativos da economia só foram atenuados em meados do século XIX com o desenvolvimento do café na Zona da Mata mineira.

Esse retrato, equacionado dentro do modelo tridimensional: 1) decadência e estagnação econômica, 2) involução populacional, 3) desvalorização do mercado interno como importante agente de acumulação primitiva do capital, foi enfaticamente questionado pela historiografia nas décadas de 1980 e 1990. Dentro do amplo espectro de autores envolvidos nas temáticas revisionistas, os estudos desenvolvidos por Alcir Lenharo, Roberto Martins, Robert Slenes interessam especialmente a esta pesquisa<sup>6</sup>.

Foram esses três autores que forneceram as diretrizes e levantaram várias questões investigadas, posteriormente, na década de 1990<sup>7</sup>. Lenharo destaca-se por demonstrar a significativa circulação de mercadorias entre o sul de Minas Gerais e a praça do Rio de Janeiro. Por outro lado, Martins constata em suas pesquisas o expressivo contingente de

---

crises internacionais, além do mercado interno pouco expressivo economicamente. 2) surge nos anos setenta com CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1992 e GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 4ed., São Paulo: Ática, 1978; uma vertente que, sem desconsiderar o peso dos fatores externos, propõe a existência de setores internos mais estruturados e dinâmicos, escravistas ou não, capazes de reter na colônia parte do excedente acumulado.

<sup>6</sup> LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993. 2ed. (1ed., 1979); MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais – Brasil*. (Tese de Doutorado). Nashville, Vanderbilt University, 1980, e SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 18(3), 1988. É preciso dizer que os desdobramentos das proposições iniciais contidas nesses autores foram inúmeros. O próprio Roberto Martins (1996) reconsiderou algumas questões relacionadas, por exemplo, ao mercado interno, aproximando, assim, das proposições apontadas por Robert Slenes. Ver: MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. & LAPA, José Roberto do Amaral. (organizadores). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996. pp. 129/130.

<sup>7</sup> Neste sentido a tese de doutorado de Clotilde Andrade Paiva apresenta uma síntese acurada das questões travadas naquele debate. Ver PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. (Tese de Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

escravos africanos provenientes, na sua maioria, de importação direta. Por fim, Slenes discute o excessivo número de cativos numa economia tipicamente de subsistência, como apontado anteriormente por Roberto Martins. A constatação de que Minas foi a maior importadora de escravos durante a maior parte do século XIX possibilitou Slenes teorizar sobre o alto grau de mercantilização que deveria estar ocorrendo naquela província.

Nesse sentido, não é demais lembrar que Caio Prado Júnior, em 1942, e Sérgio Buarque de Holanda, em 1960, já atentavam para o caráter dinâmico da economia mineira e, portanto, sua atipicidade e singularidade perante outras capitanias da América Portuguesa e depois províncias imperais<sup>8</sup>.

Inúmeros estudos regionais e de caráter mais geral surgiram com a finalidade de questionar ou comprovar os pontos realçados pelos autores revisionistas. Dentre as teses de doutorado elaboradas a partir desse perfil, destacam-se aqueles desenvolvidos por Douglas Cole Libby, Clotilde Andrade Paiva e Afonso de Alencastro Graça Filho<sup>9</sup>. O primeiro autor discute o trabalho livre e escravo, ressaltando as atividades de transformação, como a siderurgia, a indústria têxtil (doméstico e fabril) e a mineração estrangeira.

Já o trabalho de Paiva fornece análise cuidadosa da população e da economia da Província de Minas Gerais, destacando as inúmeras ocupações disseminadas no século XIX. A autora elaborou ainda uma categoria analítica que permitiu caracterizar as regiões da província por nível de desenvolvimento econômico (baixo, médio, alto). O vale do Paraopeba, localizado na Região Mineradora Central Oeste, apresentaria, dentro da concepção da autora, elevado grau de desenvolvimento econômico.

---

<sup>8</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1988. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. (Tomo I. vol. 2.). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

<sup>9</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988 e PAIVA, op. cit, 1996. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste: Elite Mercantil e Econômica de Subsistência em São João Del Rey (1831-1888)*. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1998. (*Tese de Doutorado*).

Partindo de um enfoque regional, Afonso de Alencastro Graça Filho aborda a comarca do Rio das Mortes. Contrariando as antigas teses que ressaltavam a decadência e a estagnação econômica de Minas Gerais, o autor estuda detidamente as redes comerciais entre a elite mercantil de São João Del Rei e a praça do Rio de Janeiro. Relações comerciais intensas, dinamismo econômico e grandes fortunas são algumas evidências encontradas na sua pesquisa de doutorado.

Conclui-se a partir dessa breve exposição duas questões importantes. A primeira delas é que os estudos destacados até o momento constituem referências historiográficas obrigatórias aos pesquisadores que se interessam pelo século XIX mineiro. Por outro lado, demonstra que, das divergências proferidas na década de 1980, é possível, na atualidade, destacar um relativo consenso no que tange às três principais questões levantadas por Lenharo, Martins e Slenes<sup>10</sup>. Questões essas que buscaram refutar, como já salientado anteriormente, *a decadência econômica, a involução populacional da província e a subestimação do mercado interno*.

O resultado dos estudos desenvolvidos nas três últimas décadas permite apontar, então, uma **nova síntese** da realidade descortinada para o século XIX mineiro escravista: *economia dinâmica; sociedade diversificada; expressivo contingente de escravos oriundos da importação e da reprodução natural; formação de famílias escravas estáveis; grande miscigenação da população; comércio inter-regional, intraprovincial e externo*.

Uma vez constatado, em caráter geral e regional, tais características e dinâmicas da economia mineira, é preciso atentar para outras questões, buscar lapidar arestas ainda não totalmente compreendidas no interior daquela discussão historiográfica.

Dentro desse novo circuito de análises e problemas, destacam-se dois livros fundamentais, que ajudam pensar as questões aqui delineadas: *Raízes da Modernidade em*

---

<sup>10</sup> LENHARO, op. cit. 1979; MARTINS, op. cit. 1980; SLENES, op. cit. 1988.

*Minas Gerais*, de João Antônio de Paula, e *O arcaísmo como Projeto*, de João Fragoso e Manolo Florentino<sup>11</sup>.

A obra de Paula salienta que a diversificação e dinâmica econômica de Minas Gerais durante o século XIX apontam, então, “para outra questão, esta sim a desafiar interpretações”.

Trata-se de, reconhecendo este dinamismo [da economia mineira escravista] explicar porque isto não gerou, como em São Paulo, processo de ‘modernização-industrialização’ em ‘escala’ e ‘complexidade’ capaz de constituir-se de fato, em base de um novo processo de acumulação de capital. **Dito de outro modo, porque Minas Gerais, que teve trajetória econômica dinâmica, no século XIX, se atrasou, consideravelmente, quando comparado com São Paulo, no processo de apropriação dos novos elementos tecnológicos, organizacionais e financeiros típicos do ‘modo de produção especificamente capitalista’<sup>12</sup>?**

Segundo Paula, a ausência de uma acumulação primitiva de capital ao longo da história de Minas Gerais pode explicar a sua relativa retração econômica. Neste sentido, a comparação dos resultados encontrados para o vale do Paraopeba com estudos já efetuados para outras províncias e estados brasileiros – principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Goiás, como se verá nos próximos capítulos - é fundamental, pois possibilita entender as especificidades da realidade mineira. Da mesma forma, permite estabelecer parâmetro comparativo no que se refere ao processo da metamorfose da riqueza, a concentração de renda, a mão de obra e outros aspectos ligados à terra, aos animais e aos objetos do cotidiano.

Retomando as análises de Paula, é preciso enfatizar que a complexidade do tema – ausência de acumulação primitiva de capital em Minas Gerais - sugere reflexões que podem ser desmembradas em quatro pilares:

---

<sup>11</sup> PAULA, João Antônio de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 e FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 – c.1840*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998. 3ed..

<sup>12</sup> PAULA, op. cit., 2000. p. 79. (grifos nossos)

- a) caráter restrito, quantitativo e qualitativo, do processo de proletarização;
- b) ausência de mecanismos efetivos e eficientes de concentração e centralização do capital;
- c) ausência de estrutura eficaz de transportes e comercialização;
- d) ausência de um efetivo mercado capitalista.

Dos quatro itens citados pelo autor, o terceiro parece elucidar alguns dos problemas dessa tese. Por outro lado, o processo de proletarização em Minas e o desenvolvimento de um mercado capitalista têm também características singulares se comparado, por exemplo, com os centros industriais emergentes de São Paulo e da capital brasileira.

Esses fatores devem ter ocorrido nas várias partes da Província mineira, especialmente, aquelas ligadas ao abastecimento interno (mercado inter e intra-regional). Estudos realizados comprovam que muitas localidades de Minas Gerais – especialmente a região Mineradora Central, no qual o vale do Paraopeba está inserido – mantinham uma produção de alimentos capaz de comercializar o seu excedente para outras províncias do Brasil – Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Goiás, seguindo essa ordem de importância<sup>13</sup>.

A inexistência de uma estrutura eficaz de transporte e comercialização das inúmeras mercadorias e bens produzidos pela Província constituiu outro grave problema, principalmente nas regiões voltadas para o mercado interno. Tal fato parece ter sido a tônica de toda a história da Capitania e Província de Minas Gerais. Os relatos dos viajantes estrangeiros e os jornais – “Cidade de Bonfim”, “Vale do Paraopeba” – destacavam com frequência a precariedade e o péssimo estado dos caminhos e das estradas mineiras. E, em 1935, quase cinquenta anos após a Proclamação da República”, o problema ainda atormentava os fazendeiros da região.

---

<sup>13</sup> Ver MARQUES, op. cit., 2000.

A crônica “Ainda as necessidades de Bonfim” menciona os vários problemas do município do vale do Paraopeba que de longe acompanhava as modernidades do início do século XX. Além das estradas que continuavam atrasando o desenvolvimento da região, a população clamava também pela chegada do telefone. “Actualmente, além, de podermos ouvir de longe por intermédio do rádio, telephone, etc, também podemos ver de longe pelos aparelhos de televisão”<sup>14</sup>.

Em outra passagem de *Raízes da Modernidade*, João Antônio de Paula ressalta o apego à escravidão em Minas Gerais. A Província foi “*a última região a aceitar a ‘abolição’, foi a região onde a escravidão se manteve funcionando até o final, reafirmando, também aí, as peculiaridades e paradoxos de sua inegável e singular modernidade*”<sup>15</sup>.

Modernidade entendida, aqui, como precursora de uma urbanização rápida e *atípica*, capaz de condensar, em sua realidade socioeconômica, elementos essenciais da modernidade dos séculos XVIII e XIX sem, no entanto, ter a aptidão de desenvolvê-los no século posterior. Os quatro pilares apontados anteriormente explicam, parcialmente, esse paradoxo.

De outra forma, e fazendo uso do conceito de “arcaísmo como projeto”, Fragoso e Florentino atribuem ao comportamento aristocrático das elites brasileiras, imbuídas das idéias próprias da sociedade estamental portuguesa, a não ruptura com o sistema escravista e sua superação por outro.

Se, para Paula, Minas Gerais não desenvolveu os elementos da modernidade dos séculos XVIII e XIX em função, principalmente, da ausência de acumulação primitiva do capital, para Fragoso e Florentino foi a mentalidade aristocrática de linhagem portuguesa o fator preponderante. Ainda que o conceito de “arcaísmo como projeto” desenvolvido por

---

<sup>14</sup> Jornal “Cidade de Bonfim”, 1935. p. 1. Acervo Particular.

<sup>15</sup> PAULA, Op. cit. 2000. P. 86

eles possa retratar muitas das características encontradas em Minas Gerais (por exemplo, o tal “apego” à escravidão), não se deve deixar de sublinhar que, como todo projeto, o das elites agrárias mineiras se construiu sobre uma realidade específica. Esta não correspondia aos interesses dominantes da nova ordem capitalista mundial, com a qual tanto São Paulo quanto Rio de Janeiro estavam em perfeita sintonia. Exemplo disso foi a expansão da monocultura cafeeira no vale do Paraíba/São Paulo e, só mais tarde, na Zona da Mata/Minas Gerais, o que significou a retração econômica da maioria dos espaços geográficos não consagrados à exportação do café, como parece ter sido o caso do vale do Alto-Médio Paraopeba – área tipicamente voltada para o abastecimento interno (mercado inter e intraprovincial).

A partir desse espectro de questões apontadas pelos autores, cabe agora levantar outras indagações, sugerir temas e objetos que sejam capazes de avançar o debate historiográfico até então gestado. Dentre as problemáticas propostas retomam-se aqui as principais, que terão nesta tese de doutorado espaço privilegiado de pesquisa e reflexão teórica:

Por que os grandes escravistas, que dispunham de quantias consideráveis para a importação de africanos – como atestam as pesquisas de Roberto Martins - não procuraram diversificar as atividades econômicas ou introduzir outras formas de trabalho perante o inevitável fim da escravidão?

Quais as conseqüências que tais fatos produziram na realidade socioeconômica daquela circunscrição geográfica?

Em outros termos, por que uma região tão materialmente abastada sofreu um claro revés no encerrar do século XIX?

Quais as transformações, alterações, rupturas e continuidades ocorridas na cultura material antes e depois da escravidão?

Quais as semelhanças e diferenças entre, por exemplo, a realidade do vale do Paraopeba em Minas Gerais, a zona da Mata mineira, o vale do Paraíba, o Oeste Paulista e outras partes, como, por exemplo, o nordeste brasileiro?

É possível pensar conjuntamente outras regiões da Província mineira e, também, demais localidades do Brasil oitocentista, onde estudos dessa natureza já foram realizados?

Como já salientado, a historiografia mineira estudou detidamente a realidade socioeconômica configurada dentro do período escravista. Teses e dissertações de mestrado enfocaram as características demográficas, a posse de escravos, o perfil populacional e outras variáveis. As análises seguintes, encontradas neste e nos demais capítulos, buscam entender o vale do Paraopeba a partir da problemática que se configurou com o fim do trabalho escravo.

Tornou-se necessário, então, recuar no tempo, consultando para isso as listas nominativas de 1831/32, o censo de 1872 e demais fontes como inventários *post-mortem*, Relatórios de Presidentes de Províncias que, no conjunto, trazem informações gerais não só dos homens e mulheres que habitaram o vale, mas principalmente do(a)s escravo(a)s que lá trabalharam. Acompanhar a evolução dos plantéis, o decréscimo numérico dos cativos ao longo do tempo e dos distintos espaços geográficos ajuda na compreensão de parte dos problemas aqui suscitados.



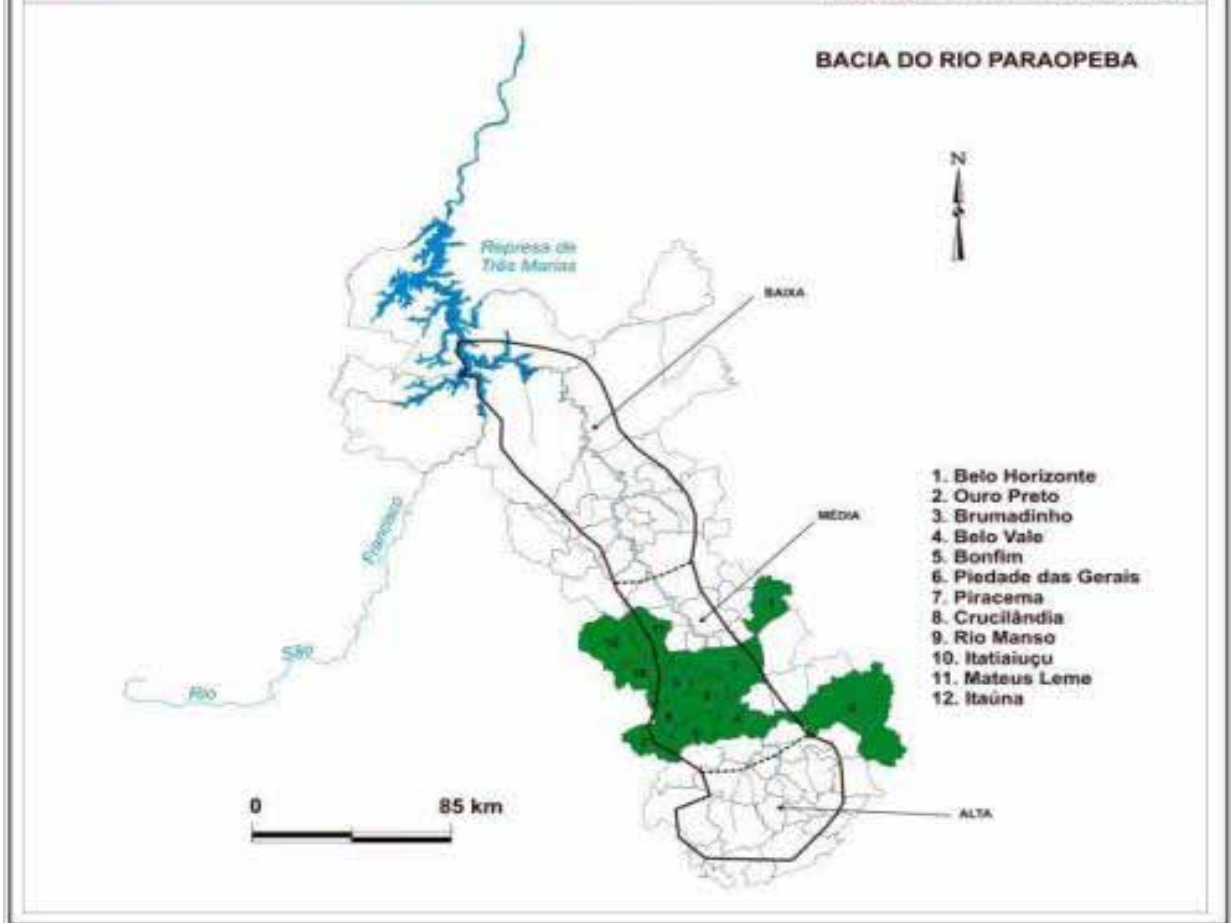
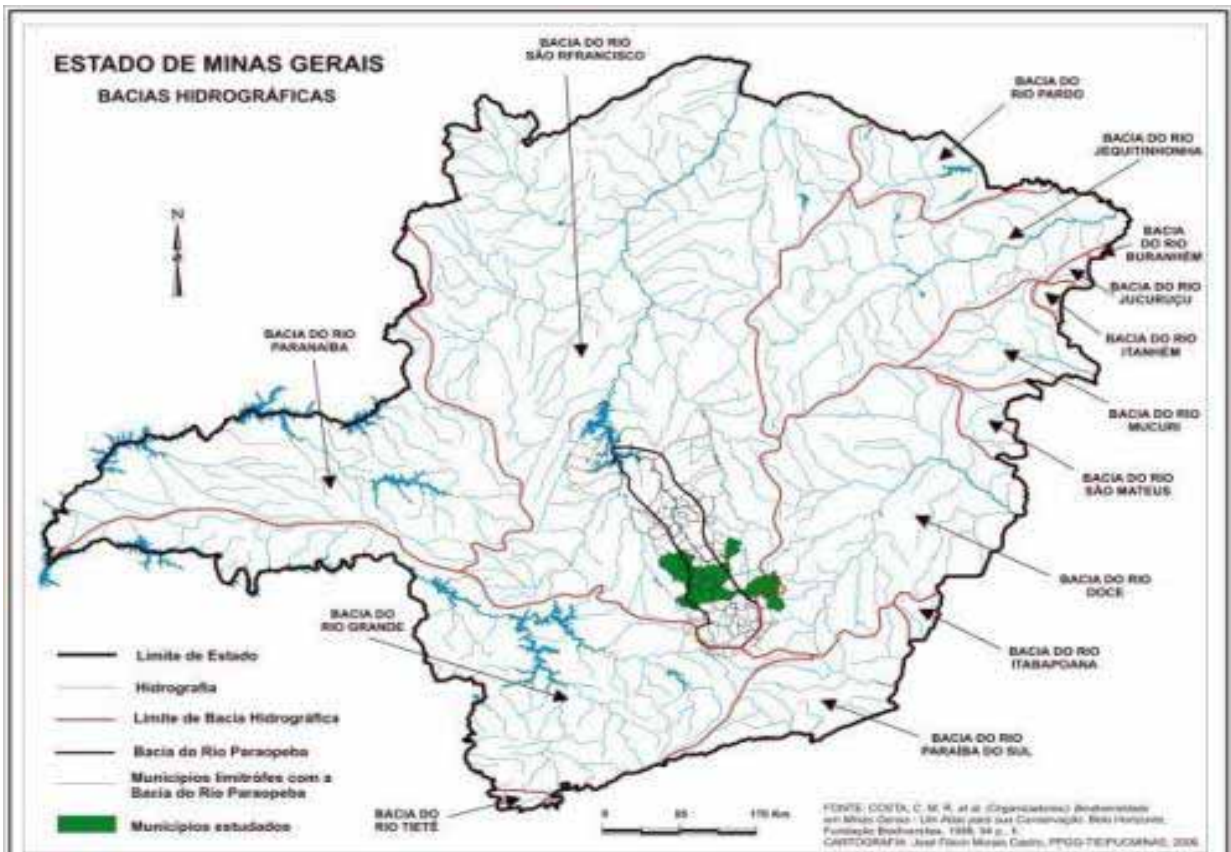
## 2- O vale do Paraopeba no cenário de Minas Gerais

Desde sua ocupação no começo do século XVIII, o vale do Paraopeba manteve estreita relação com a economia de abastecimento interno. O ouro de aluvião que gravitava às margens do rio Paraopeba e seus afluentes, em função de seu rápido esgotamento, não demorou frustrar a ambição dos primeiros paulistas que ali chegavam em busca de riqueza imediata. A necessidade de alimentos e animais para ancorar as regiões mineradoras – principalmente Vila Rica e Mariana – fez com que vários arraiais e vilas surgissem ao longo do século XVIII. Bonfim do Paraopeba e Queluz (atual Conselheiro Lafaiete) são algumas localidades que floresceram a partir do binômio *ouro-alimento*.

O mapa seguinte apresenta o vale do Paraopeba dentro do cenário mineiro, destacando entre outras questões, as bacias hidrográficas e as localidades trabalhadas na tese<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Gostaria de agradecer ao professor José Flávio Moraes Castro a confecção do mapa apresentado nesta tese.



### 3 – Os habitantes do vale do Paraopeba

Conhecer a população que se formou e se desenvolveu no setecentos mineiro constitui uma tarefa árdua, uma vez que os documentos são escassos e insuficientes para um estudo representativo da Capitania de Minas Gerais. Já para o século XIX e o começo da centúria seguinte, além das inúmeras listas nominativas, censos provinciais e republicanos, anuários estatísticos – dados evidentemente demográficos - existem, também, processos criminais, inventários *post-mortem*, registros paroquiais, relatórios de Presidentes de Províncias e periódicos – dados complementares - que seduzem os historiadores interessados em conhecer o passado da população brasileira.

As informações extraídas desses documentos constituem um amplo universo de possibilidades investigativas. Diante do extenso conjunto de dados inerentes às fontes demográficas, selecionaram-se aqui alguns números que, interpretados e somados aos resultados encontrados nas fontes cartorárias, nos jornais de época, e nos relatórios citados, ajudam a compor o quadro populacional.

Por isso, as informações analisadas neste capítulo abordam, principalmente, a condição social dos habitantes e como e com o que homens e mulheres se ocupavam no dia-a-dia. Conseqüentemente, os resultados aferidos oferecerão um válido suporte empírico para a compreensão da transformação da riqueza e da cultura material da sociedade, tendo como referência o fim da escravidão no Brasil.

A primeira observação que chama a atenção é o peso dos escravos na composição total da população mineira. A lista nominativa de habitantes de 1831/32 indica que 37,3% do conjunto de habitantes do vale do Paraopeba constituíam-se de pessoas cativas,

enquanto a Província concentrava 33,1% deste mesmo contingente<sup>17</sup>. Isto quer dizer que a década de 1830 apresenta uma proporção de cativos paraopebanos 4,2% mais elevada que aquela encontrada para o total da província de Minas Gerais. (Ver tabela 1)

**Tabela 1**  
**População livre e escrava, vale do Paraopeba e Minas Gerais, 1831/32**

Data	1831			
	Livre	Escravo	Livre	Escravo
População				
Vale do Paraopeba	19.899	11.875	62,7 %	37,3 %
Minas Gerais	275.988	136.989	66,8%	33,1 %

Fontes: Lista Nominativa de 1831/32

Considerando que a quantidade de escravos concentrada ao longo da história da capitania e depois província mineira sempre se destacou em relação à média do Brasil, cabe questionar, então, por que o vale do Paraopeba superou estas estatísticas<sup>18</sup>. Analisando todas as informações acerca do século XIX, observa-se que outras atividades econômicas desenvolvidas na região em destaque contribuíram para o alto percentual de escravos encontrado em todo período escravista aqui analisado (1840/1888).

Além de a agricultura de abastecimento ser uma atividade central na vida dos habitantes do Paraopeba, a fiação e a tecelagem também representaram ocupações que, ao contrário do que a historiografia clássica menciona, demandaram uma concentração expressiva de mão-de-obra compulsória, como poderá melhor ser analisada no próximo item deste capítulo.

---

<sup>17</sup> Os dados de 1831/32 para Bonfim, bem como os resultados para a província de Minas Gerais, a região Mineradora Central Oeste e o vale do Paraopeba foram cedidos pelo Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demografia Histórica do CEDEPLAR, em 1999, sob a então coordenação da professora Clotilde Andrade Paiva e Marcelo Magalhães Godoy.

<sup>18</sup> MARTINS, op. cit., 1980.

#### **4 – As ocupações no vale do Paraopeba**

##### **A lista nominativa de habitantes de 1831/32**

Da mesma forma que os aspectos gerais da população ajudam a entender a dinâmica da região estudada, os dados sobre a ocupação integram um conjunto de informações úteis a esta pesquisa, especialmente aqueles destinados à riqueza e à cultura material dos grupos sociais.

Na década de 1830, por exemplo, do total dos habitantes contabilizados para o vale do Paraopeba, 44,3% informaram a ocupação, sendo que para a província esta estimativa representou 39,7%. Esses percentuais significam que é possível realizar um mapeamento válido, e precisar com certo nível de detalhes, quais eram as principais ocupações de homens e mulheres livres e escravos(as).

A tabela 2 revela que a agropecuária e, principalmente, as atividades manuais e mecânicas compuseram os setores ocupacionais mais proeminentes, tanto para a província, quanto para o vale. Se, para Minas Gerais, o percentual de 41,7% do setor atividades manuais e mecânicas representam um alto índice, o que se diria então dos 54% encontrados para o Paraopeba, como os dados da tabela seguinte comprovam?

Outros detalhes chamam a atenção. O setor do comércio, embora represente apenas 4,6% do total das ocupações paraopebanas, é ligeiramente mais elevado que aquele encontrado para a Província (4,2%). Fato interessante é com relação aos desocupados; 1,8% para Minas Gerais e apenas 1,0% para o vale.

O que essas cifras significam? Quais as interpretações possíveis? Em relação ao menor número de pessoas sem trabalho encontrado no Paraopeba, a fiação e tecelagem podem explicar aquela situação. A expressiva quantidade de rodas de fiar algodão e teares encontrada nos 761 inventários *post-mortem* (85% da documentação cartorária possuíam

tais equipamentos) e o elevado número de fiandeiras e tecedeiras localizadas nas listas nominativas e no Censo Provincial de 1872 indicam que grande parte da população estava envolvida com aquelas atividades. De fato, se 68.020 é 100% desta ocupação, 7.595 representam 11,2 % do total, como se pode aferir da tabela 2.

Do mesmo modo, é possível pensar que a produção de fios e tecidos, além de agregar um número de pessoas envolvidas neste processo, fomentava o comércio e a circulação de mercadorias dos comerciantes e tropeiros do vale. O desdobramento dessas questões, na tabela 3, complementa essas argumentações, como se verá logo a seguir.

**Tabela 2**  
**Informação de Ocupação por setor – Minas Gerais, vale do Paraopeba, 1831/32**

OCUPAÇÕES POR SETOR	Minas Gerais		Vale do Paraopeba	
	N	%	N	%
AGROPECUARIA	57410	35,2	3.896	27,7
MINERAÇÃO	5533	3,4	221	1,6
ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	68020	41,7	7.595	54,0
COMÉRCIO	6907	4,2	651	4,6
SERVIÇO DOMÉSTICO	5889	3,6	133	0,9
FUNÇÃO PÚBLICA	1085	0,7	61	0,4
OUTRAS ATIVIDADES	14166	8,7	1.327	9,4
DESOCUPADOS	2916	1,8	142	1,0
ASSOCIAÇÕES OCUPACIONAIS	1115	0,7	48	0,4
<b>Total</b>	<b>163041</b>	<b>100</b>	<b>14.074</b>	<b>100</b>

Fonte: Lista nominativa de habitantes de 1831/32

Ao segmentar as informações por grupo de ocupações, como mostra a tabela 3, fiação e tecelagem chegam a constituir 26,3% para Minas Gerais e a extraordinária taxa de 41,3% para a região em destaque. Esses números revelam não só uma efetiva participação das mulheres na composição econômica, mas (re)posicionam essas atividades

profissionais, considerada feminina, como essencialmente importantes no mundo do trabalho oitocentista.

Importância também deve ser dada à agricultura – 33,8% para Minas Gerais e 27,1% para o Paraopeba. No entanto, essas informações devem ser mais bem contextualizadas, incorporando, mais uma vez, o peso que as “atividades manuais e mecânicas” assumiram na economia mineira. Tais informações remetem a questões relacionadas aos estudos de gênero, bem como à participação mais efetiva do feminino na economia, até agora pouco conhecida para a região em destaque nesta tese<sup>19</sup>.

Em relação às outras atividades arroladas na lista nominativa, nota-se que, ao contrário do século XVIII, a mineração não demandou grande concentração de homens na década de 1830, ficando em torno de 3,4% para a Província e apenas 1,6% para o vale. Os percentuais encontrados para o comércio, o tropeirismo, bem como para o grupo dos assalariados e da educação são mais elevados que aqueles encontrados para Minas Gerais.

Cabe lembrar novamente os “sem ocupação”, que são, neste caso, sensivelmente inferiores: apenas 0,1% para o Paraopeba e quase 1% para Minas Gerais. Embora discretos, esses números expressam o dinamismo econômico do vale em relação aos dados gerais. No próximo item, serão analisadas estas mesmas questões, considerando para tanto o primeiro recenseamento do Brasil, realizado no ano de 1872.

---

<sup>19</sup> Para uma discussão detalhada da educação e do papel feminino, por meio dos censos demográficos brasileiros, ver especialmente o estudo de TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. *Retratos Femininos: Gênero, Educação e Trabalho nos Censos Demográficos, 1872/1970*. (Tese de Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2004. E para maiores detalhes sobre o desenvolvimento técnico das mulheres na fiação e tecelagem, ver MACEDO, Concessa Vaz. *Mulheres, seus ofícios e suas técnicas: processo de trabalho nas indústrias têxteis britânicas antes da revolução industrial*. (Tese de Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

**Tabela 03**  
**Estrutura ocupacional da Província e do vale do Paraopeba, 1831/32**

Setor	Grupo	Província		Vale do Paraopeba	
		N	%	N	%
Agropecuária	Agricultura	55049	33,8	3820	27,1
	Agroindústria	214	0,1	08	0,1
	Pecuária	959	0,6	20	0,1
	Ativ. Agr. em Geral			34	0,2
	Associações	1188	0,7	14	0,1
	<b>SubTotal</b>	<b>57410</b>	<b>35,2</b>	<b>3896</b>	<b>27,7</b>
Mineração	Mineração	5533	3,4	221	1,6
	Associações	2	0,0	0	0,0
	<b>SubTotal</b>	<b>5533</b>	<b>3,4</b>	<b>221</b>	<b>1,6</b>
Atividades Manuais e Mecânicas	Madeira	3346	2,1	342	2,4
	Metais	3070	1,9	298	2,1
	Couro e peles	2943	1,8	213	1,5
	Barro (cerâmica)	798	0,5	64	0,5
	Fibras	110	0,1	07	0,0
	Tecido	13082	8,0	767	5,4
	Fiação e Tecelagem	42844	26,3	5816	41,3
	Construção Civil	777	0,5	60	0,4
	Outras	335	0,2	22	0,2
	Associações	715	0,4	06	0,0
		<b>SubTotal</b>	<b>68020</b>	<b>41,7</b>	<b>7595</b>
Comércio	Comércio	5228	3,2	476	3,4
	Tropeirismo	1675	1,0	175	1,2
	Associações	4	0,0	0	0,0
	<b>SubTotal</b>	<b>6907</b>	<b>4,2</b>	<b>651</b>	<b>4,6</b>
Serv. Doméstico	Serviço Doméstico	5889	3,6	133	0,9
	<b>SubTotal</b>	<b>5889</b>	<b>3,6</b>	<b>133</b>	<b>0,9</b>
Função Pública	Civis	360	0,2	19	0,1
	Militares	224	0,1	0	0,0
	Igreja	498	0,3	42	0,3
	Associações	3	0,0	0	0,0
	<b>SubTotal</b>	<b>1085</b>	<b>0,7</b>	<b>61</b>	<b>0,4</b>
Outras Atividades	Extrativismo	445	0,3	14	0,1
	Assalariado	8326	5,1	814	5,8
	Feitor	604	0,4	72	0,5
	Educação	2283	1,4	274	1,9
	Saúde	258	0,2	27	0,2
	Transporte	967	0,6	97	0,7
	Outras Atividades	1274	0,8	28	0,2
	Associações	9	0,0	1	0,0
	<b>SubTotal</b>	<b>14166</b>	<b>8,7</b>	<b>1327</b>	<b>9,4</b>
Desocupados	Defic. Enfer. Idosos	1039	0,6	90	0,6
	Indigentes	410	0,3	38	0,3
	Sem ocupação	1467	0,9	14	0,1
	<b>SubTotal</b>	<b>2916</b>	<b>1,8</b>	<b>142</b>	<b>1,0</b>
Assoc. ocupacionais.	Assoc. ocupacionais	1115	0,7	48	0,3
	<b>SubTotal</b>	<b>1115</b>	<b>0,7</b>	<b>48</b>	<b>0,3</b>
<b>Total</b>		<b>163041</b>	<b>100</b>	<b>14074</b>	<b>100</b>

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Censo de 1831/32 . Nota: A não informação representa para a Província 247.559 casos ou 60,3%; para a Mineradora Central Oeste 61.775 casos ou 52,4%; para Bonfim 739 casos ou 42,8%.



## O censo de 1872

Dentre as várias possibilidades de análise oferecidas pelo Censo de 1872, privilegiou-se, neste momento, discutir a variável *profissão ou ocupação*. Os dados encontrados para o vale do Paraopeba são comparados com aqueles calculados para Ouro Preto e para Província de Minas Gerais, respectivamente. Como se trata de uma amostra, selecionaram-se algumas localidades, em especial, aquelas para as quais existem dados cartorários coletados e discutidos detalhadamente nos capítulos seguintes<sup>20</sup>. (Ver o mapa anterior).

Antes de apresentar os resultados alcançados com a análise censitária, é preciso lembrar que o tema central desta tese gravita em torno da transformação da riqueza e da cultura material dos grupos sociais, tendo como referência a problemática estabelecida a partir do fim da escravidão. Uma série de outras ramificações pode ser destacada, tais como as mudanças ocorridas no espaço doméstico, a problemática do trabalho, da renda, do patrimônio e a inclusão/exclusão de alguns setores da população inventariada. Neste sentido, é que se insere a pesquisa efetuada com as ocupações/profissões, pois elas consubstanciam o panorama socioeconômico das localidades contempladas nos inventários *post-mortem*.

Sendo assim, ao se comparar os dados encontrados para o **vale do Paraopeba/Ouro Preto/ Província de Minas Gerais**, percebe-se o peso de determinados setores, como por exemplo, as ditas *Profissões Agrícolas*. (Ver tabela 4). Estes resultados, no entanto, já eram esperados, haja vista o perfil agrário da economia mineira no limiar do século XIX.

---

<sup>20</sup> Da vasta região que engloba o Vale do Paraopeba privilegiaram-se aqui oito paróquias que possuem, concomitantemente, dados cartorários e censitários já coletados, a saber: Bonfim, Piedade dos Gerais, Rio do Peixe, Dom Silvério, Itatiaiuçu, Itaúna, Mateus Leme e São Gonçalo da Ponte.

Se por um lado o destaque proeminente da agricultura não apresentou novidades, por outro, os dados encontrados para o setor *Profissões manuais e mecânicas* revelam, assim como aqueles analisados nas listas nominativas de 1831/32, uma realidade singular para o vale do Paraopeba no que tange as atividades econômicas e profissionais. Dos percentuais tabulados para o referido vale, grande parte está concentrada no setor “operários em tecidos” e “fiação e tecelagem” (Ver tabela 4)<sup>21</sup>.

As informações extraídas da tabela 4 colocam em evidência não só a preponderância das mulheres na composição da força de trabalho, mas também caracterizam o perfil ocupacional da população mineira um ano após a Lei do Ventre Livre (1871), sinal evidente do fim do sistema escravista<sup>22</sup>.

Devem-se destacar aqui os problemas inerentes ao Censo de 1872, tais como as imperfeições das tabelas e a própria concepção de alguns termos, como, por exemplo, o de *profissão* trabalhado aqui. No entanto, tais imperfeições não devem inviabilizar a análise dos dados, desde que esta seja realizada levando em consideração tais lacunas. Para atenuar as eventuais deficiências da referida fonte censitária, busca-se associar aos resultados encontrados outras fontes primárias, tais como os inventários *post-mortem* e os anuários estatísticos do Século XX, como se poderá identificar ainda neste capítulo<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> Em função do tempo disponível não foi possível incluir as diversas tabelas efetuadas para o Vale do Paraopeba que traziam entre outras informações a divisão das ocupações por sexo e condição. No entanto, pode-se afirmar que a participação das mulheres livres e escravas no setor Profissões manuais e mecânicas foi estatisticamente preponderante.

<sup>22</sup> Sobre a real participação do setor feminino nas diversas atividades profissionais do Brasil de 1872/1970, ver especialmente a tese de doutorado de TUPY, op. cit., 2004.

<sup>23</sup> Os Anuários Estatísticos do Século XX foram recentemente publicados em CD-ROM.

**Tabela 4:**  
**Profissões da Província de Minas Gerais, Ouro Preto e do vale do Paraopeba em 1872**

Profissões			Província		Ouro Preto		Vale do Paraopeba (*)	
			N	%	N	%	N	%
Clero	Religiosos	Seculares	570	0,0%	3	0,0%	10	0,0%
		Regulares						
		Homens	9	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
		Mulheres	0	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
<b>Sub Total</b>			<b>579</b>	<b>0,0%</b>	<b>3</b>	<b>0,0%</b>	<b>10</b>	<b>0,0%</b>
Profissões Liberais	Juristas	Juízes	77	0,0%	-	0,0%	2	0,0%
		Advogados	312	0,0%	11	0,2%	8	0,0%
		Notários e Escrivães	396	0,0%	2	0,0%	8	0,0%
		Procuradores	189	0,0%	-	0,0%	5	0,0%
		Oficiais de Justiça	478	0,0%	1	0,0%	2	0,0%
		Médicos	195	0,0%	-	0,0%	3	0,0%
		Cirurgiões	29	0,0%	3	0,0%	0	0,0%
		Farmacêuticos	341	0,0%	10	0,1%	5	0,0%
		Parteiros	351	0,0%	2	0,0%	2	0,0%
		Professores e homens de letras	1434	0,1%	20	0,3%	32	0,1%
		Empregados públicos	583	0,0%	23	0,3%	4	0,0%
		Artistas	925	0,1%	6	0,1%	13	0,0%
	<b>Sub Total</b>			<b>5310</b>	<b>0,4%</b>	<b>78</b>	<b>1,2%</b>	<b>84</b>
Militares			1895	0,1%	960	14,3%	1	0,0%
Marítimos			158	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
Pescadores			107	0,0%	-	0,0%	9	0,0%
Capitalistas e Proprietários			6994	0,5%	92	1,4%	130	0,4%
<b>Sub Total</b>			<b>9154</b>	<b>0,7%</b>	<b>1.052</b>	<b>15,6%</b>	<b>140</b>	<b>0,5%</b>
Profissões Industriais e	Manufatureiros		516	0,0%	-	0,0%	10	0,0%
	Comerciais	Comerciantes (*)	14974	1,1%	93	1,4%	282	0,9%
<b>Sub Total</b>			<b>15490</b>	<b>1,2%</b>	<b>93</b>	<b>1,4%</b>	<b>292</b>	<b>1,0%</b>
Profissões Manuais ou Mecânicas	Operários (*)	Costureiras	158982	12,1%	659	9,8%	4095	13,8%
		Canteiros, Mineiros						
		em Metais	7593	0,6%	-	0,0%	0	0,0%
		em Madeiras	7854	0,6%	42	0,6%	128	0,4%
		em Tecidos	10730	0,8%	11	0,2%	317	1,1%
		de Edificações	70457	5,4%	612	9,1%	4600	15,5%
		em Couros e Peles	2955	0,2%	3	0,0%	52	0,2%
		em Tinturaria	1534	0,1%	-	0,0%	36	0,1%
		de Vestuários	9	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
		de Chapéus	3362	0,3%	11	0,2%	86	0,3%
		de Calçado	180	0,0%	-	0,0%	3	0,0%
		5119	0,4%	19	0,3%	113	0,4%	
<b>Sub Total</b>			<b>268775</b>	<b>20,4%</b>	<b>1.357</b>	<b>20,2%</b>	<b>9430</b>	<b>31,7%</b>
Profissões Agrícolas	Lavradores		485094	36,9%	1.717	25,5%	9158	30,8%
	Criadores		2254	0,2%	-	0,0%	734	2,5%
<b>Sub Total</b>			<b>487348</b>	<b>37,0%</b>	<b>1.717</b>	<b>25,5%</b>	<b>9892</b>	<b>33,3%</b>
Pessoas Assalariadas		Criados e Jornaleiros	198422	15,1%	648	9,6%	3250	10,9%
Serviço Doméstico			330434	25,1%	1.781	26,5%	6624	22,3%
<b>Total Geral</b>			<b>1.315.512</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.729</b>	<b>100,0%</b>	<b>29.720</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: *Recenseamento da População do Império do Brasil a que se publicou em 1 de agosto de 1872.*

(\*) As Paróquias do vale do Paraopeba contempladas são:

Bonfim, Piedade dos Gerais, Rio do Peixe, Dom Silvério, Itatiaiuçu, Itaúna, Mateus Leme, São Gonçalo da Ponte.

Dentro desse contexto estatístico, as informações encontradas no Censo de 1872 reforçam a tese de que o vale esteve, desde sua origem, associado economicamente às atividades de abastecimento interno<sup>24</sup>. Além da produção de alimentos, a fabricação de fios de algodão e tecidos concentrou grande parte das atividades, como bem lembraram alguns viajantes estrangeiros quando por lá passaram.

Em 1877, ao visitar a região do Rio Paraopeba, José Joaquim da Silva destacou que “*os fazendeiros tratam de criação e de lavoura e esta consta essencialmente de cana, gêneros alimentícios e também de algodão, de que fazem excelentes tecidos. A maior parte dos gêneros de sua lavoura é exportada para o comércio da capital da Província*”<sup>25</sup>.

A análise dos dados aferidos do censo de 1872 apresentou uma composição socioprofissional diferente aquela encontrada para a década de 1830<sup>26</sup>. Embora o peso das atividades manuais e mecânicas tenha decrescido entre os dois períodos em destaque, ainda assim continuavam a ser representativo: 30% das ocupações declaradas para o vale e 20% para a Província e sua Capital. Esses percentuais só eram inferiores quando comparados com o das profissões agrícolas, que concentravam 37% para Minas Gerais, 25% para o município de Ouro Preto e 33% para o vale do Paraopeba.

A análise das ocupações no século XIX deixa transparecer a necessidade de se repensar o papel profissional de homens e mulheres no vale e também na Província mineira, incorporando nesta discussão o desempenho da economia frente a outras atividades que não aquelas ligadas essencialmente à terra e ao universo masculino.

---

<sup>24</sup> MARQUES, op. cit., 2000. Ver especialmente o capítulo 2 da dissertação de mestrado.

<sup>25</sup> Ver SILVA, op. cit., 1997. p. 138.

<sup>26</sup> Para um aprofundamento dessas questões, ver o estudo desenvolvido na Dissertação de Mestrado de MARQUES, op. cit., 2000. O Município de Bonfim, bem como toda a região do Rio Paraopeba, esteve, desde sua origem no século XVIII, ligado principalmente à atividade de abastecimento interno, tendo a produção de tecidos grande destaque no mercado inter e intra-regional.

Outras fontes analisadas aqui, como os inventários *post-mortem*, por exemplo, evidenciam o expressivo número de rodas e teares na região do vale, corroborando como já mencionado anteriormente, com aqueles resultados encontrados nas listas nominativas de 1831/32 e no Censo de 1872.

O tópico seguinte procurou fazer um estudo de natureza qualitativa, incorporando as fontes cartorárias e os jornais da época. Desta forma, pode-se acentuar a importância do setor atividades manuais e mecânicas e do seu principal grupo, a fiação e a tecelagem. Do mesmo modo, buscou-se colocar em evidência o papel das mulheres livres e escravas, que participaram ativamente desse processo.

## 5- Mulheres no mercado de abastecimento interno: fiação e tecelagem

Dos vários estudos dedicados às mulheres, ressaltam-se aqueles que iluminam as ocupações desempenhadas pelo sexo feminino no século XIX brasileiro<sup>27</sup>. Ocupações essas que extrapolam o âmbito doméstico, ou melhor, redefinem o sentido do trabalho executado dentro da moradia, que em nada desqualifica seu caráter monetário e comercial.

Exemplo disso são as fiandeiras e as tecedeiras, que movimentaram e dinamizaram a economia do vale do Paraopeba com suas rocas e teares manuais. Segundo Douglas Cole Libby:

(...) o vulto e a difusão geográfica e social do setor [têxtil] fizeram dele, **além do maior ramo de atividade de transformação da Província** durante o período estudado [século XIX escravista], **um fenômeno econômico e social inusitado na história do Brasil, e talvez, dos regimes escravistas modernos.** Pode-se concluir que a produção caseira de fios e tecidos constituiu uma importantíssima contribuição feminina à economia de ajustamento que se

---

<sup>27</sup> Ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. (2ed.) São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. Ver também SAMARA, op. cit., 1989; TUPY, op. cit., 2004.

desenvolveu em Minas como reação à exaustão dos depósitos auríferos mais facilmente explorados<sup>28</sup>.

A partir da problemática apresentada tanto pela história das mulheres quanto pela historiografia econômica de Minas Gerais, busca-se entender neste momento alguns aspectos do mundo do trabalho em relação aos equipamentos que dele fizeram parte, principalmente teares e rocas. Ainda dentro dessa perspectiva é importante salientar que, assim como os homens, as mulheres livres e escravas estavam perfeitamente conectadas à economia mineira e participavam ativamente do mercado de abastecimento interno, especialmente aquele ligado à produção de fios de algodão, mantas e tecidos de variadas espécies e matizes.

As localidades que se encontram no entorno do Rio Paraopeba constituem o palco principal desta análise (Ver mapa do vale). No entanto, os municípios e as cidades vizinhas, bem como a Corte do Rio de Janeiro, beneficiaram-se diretamente dessa produção têxtil. Os tecidos e fios de algodão, de qualidade inquestionável, eram também exportados para outras partes da Província mineira e para a capital do Brasil, fomentando, desta maneira, a economia e as redes de comércio do período imperial.

A partir do contexto socioeconômico equacionado para Minas Gerais e para o vale do Paraopeba, algumas questões foram elaboradas, tendo como referência as décadas que se configuram antes e depois da Lei Áurea (1840 a 1914). Desta forma, é interesse compreender, por exemplo:

Qual o papel desempenhado pelas mulheres livres e escravas na economia de mercado?

Qual o peso da escravidão nas relações de trabalho realizadas pelas mulheres de diferentes condições e estratos sociais?

---

<sup>28</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (p. 246 e 247). (grifos nossos).

O fim do sistema escravista alterou a economia e a cultura material da população feminina e masculina?

Os artefatos pessoais e os equipamentos de trabalho, localizados nos inventários *post-mortem*, podem ser considerados auto-representações do universo feminino?

Para equacionar essas e outras questões utilizou-se um conjunto de dados provenientes das listas nominativas de habitantes de 1831/32, do recenseamento de 1872, dos inventários *post-mortem* e dos jornais de época. Essas fontes primárias trazem informações relacionadas tanto aos equipamentos de trabalho feminino, quanto aos aspectos concernentes à mão-de-obra livre e escrava, em especial das fiandeiras e das tecedeiras.

Dos 761 inventários *post-mortem* consultados (1840 a 1914), observa-se uma grande quantidade de rodas de fiar algodão, teares, descaroçadores, urdideiras, liços e mais apetrechos ligados ao universo da fiação e tecelagem. As fotografias retiradas no vale do Paraopeba em 2000 dão uma dimensão válida da complexidade dos artefatos ligados a produção de fios e tecidos do século XIX (ver figura 3 e 4).

Outra questão observada nas fontes cartorárias refere-se às inúmeras escravas envolvidas no processamento do beneficiamento do algodão e nomeadas na documentação como fiandeiras. Dos vários casos localizados, destaca-se aquele encontrado no inventário de 1876 do fazendeiro José Moreira de Carvalho, casado naquela ocasião com Dona Maria dos Santos<sup>29</sup>.

Além da propriedade rural, localizada no distrito de Santana do Paraopeba, o casal possuía também 31 cabeças de bois, 8 cavalos e 29 escravos. Entre os vários objetos que compunham os bens móveis de sua fazenda, foram localizadas 17 rodas de fiar algodão e 1 tear. Por que uma família detinha tantos equipamentos dessa natureza? Seria essa produção

---

<sup>29</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, DC CPO 16(18).

destinada apenas para a manutenção das roupas e demais vestimentas da escravaria e da fazenda?

O perfil da escravaria de Carvalho constitui apenas um dos vários exemplos encontrados no Banco de Dados e responde em parte as questões acima elaboradas. Dos 29 cativos arrolados em seu inventário, 22 eram do sexo feminino (entre africanas e brasileiras). Fica evidente que do total de cativos existente naquela fazenda, 75% estavam envolvidos na fiação. Certamente as 17 rocas encontradas entre os bens móveis faziam, assim como o tear, parte dos equipamentos de trabalho dessas mulheres cativas. Do mesmo modo, é lícito pensar que envolver tantas escravas nesse processo só teria sentido se a produção delas fosse destinada aos mercados regional e/ou externo à Província mineira.

Analisando agora o outro lado da esfera social, ou seja, os inventários das mulheres solteiras pobres, nota-se que esses documentos revelam, da mesma forma, a importância da atividade têxtil doméstica. Em geral, a cultura material encontrada no interior da moradia dessas mulheres compunha de apenas alguns “trastes” de móveis. As “moradas de vivenda” eram “térrea” e em função do baixo valor monetário supõe-se que eram singelas, provavelmente, compostas de poucos ambientes. Talvez dois ou três cômodos? Independente do pouco espaço interno, a moradia dos grupos e indivíduos materialmente menos favorecidos acumulava várias funções sociais e econômicas, como o ato de dormir, cozinhar e trabalhar.

Voltando à questão da escravaria das mulheres solteiras localizadas nas fontes cartorárias, nota-se que esta era constituída de pequenos plantéis de escravos, variando de 1 a 3 indivíduos. Observou-se também que os cativos arrolados eram, na sua maioria, compostos pelo sexo feminino e traziam, quase sempre, ocupações ligadas ao processamento e beneficiamento do algodão.



Dona Francisca Cândida de Jesus, falecida em 1885, morada de São Gonçalo da Ponte – atual Belo Vale -, constitui em um dos muitos exemplos encontrados para o vale do Paraopeba<sup>30</sup>. Dos poucos pertences que havia em sua moradia, destaca-se um catre, uma roda de fiar algodão e a escrava Filomena, descrita como fiandeira, aleijada e doente.

Dona Francisca e outras tantas mulheres de seu tempo participavam da produção e, provavelmente, vendiam os fios de algodão e os tecidos produzidos por elas. Um meio de vida? Mais que isso, estar envolvida nessa atividade garantiu a estas mulheres solteiras - desprovidas da “proteção masculina” e quase sempre acompanhadas de seus filhos - a inserção no mercado de abastecimento interno.

Do grande escravista ao pequeno agricultor, passando pelas mulheres solteiras e despojadas de riqueza material, das vastas fazendas às modestas casas das vilas, o tear e a roda de fiar algodão compunham, conjuntamente, o cotidiano urbano e rural do vale do Paraopeba. Provavelmente esses artefatos manuais influenciaram a economia da região e mapearam as relações diárias de seus habitantes.

As atividades provenientes do algodão não passaram despercebidas aos olhos dos contemporâneos. Prova disso são os relatos dos viajantes estrangeiros que percorreram o território mineiro no século XIX. Auguste Saint-Hilaire foi o mais perspicaz deles e seus comentários sobre o plantio, o processo de beneficiamento e a mão-de-obra feminina envolvida já foram reproduzidos em muitos estudos acadêmicos<sup>31</sup>.

Também os recenseadores oitocentistas registraram o notável número de fiandeira, tecedeiras, “operários em tecido”, ou outras nomenclaturas que estavam conectadas à atividade artesanal em questão, como se pode atestar das informações contidas nas tabelas 2, 3 e 4, analisadas nos tópicos anteriores. Os números apresentados nas referidas tabelas

---

<sup>30</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, DC CPO 40 (15).

<sup>31</sup> LIBBY, p. cit., 1988; PAIVA, op. cit., 1996; MARTINS, Roberto Borges. A indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no século XIX. In: *Anais do II Seminário sobre a Economia Mineira*, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1983, pp. 75-94.

demonstram a proeminência numérica dessa atividade econômica em relação às demais atividades e setores ocupacionais do vale do Paraopeba, da Província e de sua capital.

Da mesma forma, os juizes de paz deixaram indícios que ajudam a reconstruir as relações de trabalho e a cultura material da população. A lista nominativa de habitantes de Bonfim de 1831/32 é um exemplo a ser destacado<sup>32</sup>. Estudiosos que se debruçaram sobre a documentação censitária do século XIX apontam que, de modo geral, era mais comum informar ocupação para os homens livres e só depois, e em menor escala, arrolavam-se as atividades destinadas ao sexo feminino<sup>33</sup>.

Em Bonfim do Paraopeba, uma das principais localidades do vale do Paraopeba, isso aconteceu de forma inversa, pois a documentação censitária priorizou informar a ocupação das mulheres livres e escravas. O motivo desse procedimento aparentemente singular certamente está relacionado à importância da fiação e tecelagem na economia e na cultura da localidade.

O fato é que do total da população livre, 55% das informações referem-se ao sexo feminino e, em contrapartida, 45% ao sexo masculino. Mais surpreende são os dados encontrados para os escravos: apenas 11% para os homens e 85% para as mulheres! E dentro desse alto percentual de ocupações femininas declaradas, quase todas foram arroladas como fiandeiras. Ainda dentro do período escravista, vale destacar que o Censo de 1872 e as listas nominativas de 1831/32 declaram um percentual significativo para essa atividade artesanal e, essencialmente, feminina, como já demonstrado nas tabelas 2, 3 e 4.

Voltando aos inventários *post-mortem*, mas focalizando agora uma outra realidade histórica, em especial, aquela que se configurou no pós-1888, algumas questões chamam a atenção:

---

<sup>32</sup> Para mais detalhes a respeito deste documento, ver MARQUES, op. cit., 2.000.

<sup>33</sup> PAIVA, op. cit., 1996.

Qual a representação numérica das mulheres fiandeiras e de seus respectivos equipamentos de trabalho no período pós-escravista.

A produção têxtil doméstica permaneceu a mesma depois da introdução da indústria têxtil a partir da década de 1870?

O fim da mão-de-obra cativa teve alguma conseqüência socioeconômica para esta atividade ocupacional?

Para avaliar essas problemáticas, recorreu-se à bibliografia produzida sobre o tema, especialmente ao livro *Transformação e Trabalho*, de Douglas Cole Libby. As informações contidas nas fontes cartorárias (1888/1914) também constituíram parte do suporte empírico utilizado, uma vez que os dados censitários deste momento não fornecem informações seguras a esse respeito em função dos seus problemas metodológicos.

Nota-se, em primeiro lugar, que a representação numérica dos artefatos ligados à atividade têxtil doméstica, encontrados nos inventários *post-mortem*, é muito inferior para o período pós-abolição. Observa-se também que a descrição qualitativa dos equipamentos perde importância no conjunto dos bens móveis.

A diminuição dos artefatos têxteis na descrição dos inventários pode estar relacionada a vários fatores. A provável desvalorização monetária dos equipamentos talvez tenha contribuído para a sua ausência no rol de objetos listados nas fontes cartorárias, uma vez que só eram arrolados bens e artefatos que possuíam valor de mercado. E por que esses aparelhos deixaram de ser uma referência na documentação? A resposta para isto pode, por sua vez, ser explicada pelo aparecimento da indústria têxtil fabril. Libby menciona que a partir das décadas de 1870/80,

(...) surgiram certas condições que favoreciam o desenvolvimento do setor fabril, não só em Minas Gerais, como em várias outras províncias do Império. O término dos conflitos nos Estados Unidos e a subsequente reorganização da produção algodoeira daquele país praticamente alijaram a matéria prima brasileira dos mercados europeus no início da década de 1870. A eliminação das exportações em grande escala redundou numa queda vertiginosa dos preços

internos do algodão que, por sua vez, passaram a atrair investimentos que pudessem tirar proveito da situação<sup>34</sup>.

Outros elementos também são lembrados pelo autor para justificar o estímulo à indústria têxtil em Minas Gerais e no Brasil. Segundo Libby, a Guerra do Paraguai acabou influenciando positivamente, uma vez que o governo buscou “no aumento dos direitos aduaneiros uma fonte de recursos”, que por sua vez “constituiu um impulso em direção a uma política geral mais protecionista”<sup>35</sup>.

A grande disponibilidade de mão-de-obra foi outro grande impulso dado a essa atividade. Das análises de Libby, duas questões interessam particularmente e ajudam a entender como ficou a situação da indústria doméstica depois da introdução das fábricas. O levantamento numérico dos estabelecimentos têxteis fundados na província de Minas Gerais entre 1872 a 1887, realizados por Libby, não deixam dúvida de que grande parte delas estava localizada na região mineradora Central, na qual se encontra o vale do Paraopeba.

A segunda questão é com relação ao tipo de mão-de-obra utilizada nessas fábricas. “Dos quase mil funcionários que conseguimos contabilizar por sexo, 56,9% eram mulheres”<sup>36</sup>. O restante da força de trabalho compunha-se, na sua maioria, de crianças, adolescentes e velhos.

O que deve ser pontuado desta análise é que o elemento feminino continuava a ser preponderante quer na confecção doméstica, na qual rocas e teares compunham os equipamentos principais, quer na indústria têxtil fabril do final do século XIX.

Conclui-se por outro lado que a indústria doméstica – com presença marcante de cativas envolvidas nesse trabalho - sofreu mais diretamente com fim da escravidão do que

---

<sup>34</sup> DOUGLAS, op. cit., 1988. p. 225.

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> Idem, p. 233.

as fábricas, onde a mão-de-obra livre era mais acentuada. Os efeitos econômicos do processo de desmantelamento da mão-de-obra cativa também foram absorvidos pelos proprietários de terras envolvidos na agricultura de abastecimento, como também se poderá perceber ao longo dos demais capítulos desta tese de doutorado.

No caso da confecção têxtil doméstica, o aparecimento da fábrica (a partir da década de 1870), a mudança no sistema de trabalho (em 1888) e o surgimento de novos centros de poder político e econômico (como a mudança da Capital mineira, em 1897) compõem alguns dos fatores que acabaram reduzindo a participação feminina no mercado têxtil, pelo menos nas décadas imediatamente após a abolição.

Embora a tradição de fiar e tecer nunca tenha desaparecido do cenário paraopebano, é preciso ressaltar que a realidade econômica que se configurou no pós-1888 não absorveu com a mesma intensidade a produção dessas mulheres, agora muitas delas ex-escravas. E neste caso, deve-se ressaltar que, diferentemente de São Paulo e da capital do Brasil, a industrialização mineira adquiriu compassos mais lentos, desenvolvendo-se mais tardiamente que as duas localidades mencionadas<sup>37</sup>.

No entanto, ainda hoje é possível localizar no vale do Paraopeba senhoras setuagenárias, como Dona Venina, que possuem teares e rocas que foram de suas bisavós. E do engenhoso maquinário de madeira, ilustrado nas imagens seguintes, pode-se ter uma idéia do que foi essa extraordinária atividade de transformação<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> SZMRECSÁNYI, Tamás; SILVA, Sérgio (organizadores). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: HUCITEC, 2002. Nesta coletânea é possível encontrar artigos que abordam desde o pensamento econômico e liberalismo no tempo dos coronéis até trabalhos que enfocam a questão da terra, o processo de industrialização e o mundo do trabalho com as transformações urbanas.

<sup>38</sup> No ano de 2000 a 2002 pudemos participar como bolsista de pesquisa do projeto da professora Dra. Concessa Vaz de Macedo - *Indústria Têxtil no século XIX* - desenvolvida no CEDEPLAR/UFMG. Esta pesquisa teve como finalidade organizar um Banco de Dados sobre os relatos dos Viajantes Estrangeiros. Nesta oportunidade visitamos algumas localidades do vale do Paraopeba e fotografamos não só as fiandeiras e teceadeiras que ainda confeccionam tecidos em teares e rocas que pertenceram a suas avós e bisavós, como também outros utensílios, como os carros de bois, que serão explorados no capítulo 5 desta tese de doutorado.

**Figura 3:** Fiandeira com equipamento de trabalho



Foto: Fiandeira Dona Venina, Bonfim/ vale do Paropeba, 2000.

**Figura 4:** Tear do século XIX



Foto: Tear do século XIX. Bonfim/ vale do Paraopeba, 2000.

Mais do que auto-representação do universo feminino, tais equipamentos de trabalho simbolizam um tempo em que fiar algodão, tecer colchas e paninhos era sim um negócio lucrativo. Tão vantajoso que muitos proprietários optaram por uma escravaria composta, quase que exclusivamente, por mulheres africanas e outras tantas brasileiras.

Por fim, uma vez identificadas alterações na estrutura profissional da população em função das mudanças sociais e políticas do final do século XIX, cabe então problematizar se houve ou não migração de homens e mulheres, tema esse que será desenvolvido no próximo item.

## **6- O movimento da população mineira depois do fim da escravidão: uma problemática**

A análise dos Anuários Estatísticos do Século XX revela informações que permitem problematizar o crescimento médio anual da população mineira entre os anos 1872 a 1912. E é exatamente nesse período que acontecem significativas mudanças na esfera política e socioeconômica brasileira, tais como a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885), a Abolição da Escravidão (1888), a Proclamação da República (1889) e outras mais.

Os dados apresentados na tabela 5 apontam que, no período pós-abolição (1890 a 1900), Minas Gerais obteve o menor índice de crescimento populacional. A taxa apontada pela população mineira, em momento imediatamente após a extinção da escravidão no Brasil, sugere pensar em mudanças nos padrões demográficos.

**Tabela 5**  
**Crescimento médio anual da população do Brasil:**  
**(1872-1890); (1890-1900); (1900-1910) e (1910-1912)**

ESTADOS	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA POPULAÇÃO			
	1872 a 1890	1890 a 1900	1900 a 1910	1910 a 1912
Alagoas.....	0,0216	0,0242	0,0229	0,0210
Amazonas.....	0,0538	0,0538	0,0369	0,0272
Bahia.....	0,0185	0,0099	0,0220	0,0215
Ceará.....	0,0061	0,0053	0,0280	0,0263
Districto Federal.....	0,0363	0,0284	0,0233	0,0588
Espirito Santo.....	0,0284	0,0443	0,0497	0,0312
Goyaz.....	0,0196	0,0116	0,0479	0,0258
Maranhão.....	0,0099	0,0148	0,0279	0,0197
<b>MINAS GERAIS</b>	<b>0,0233</b>	<b>0,0122</b>	<b>0,0223</b>	<b>0,0165</b>
Matto Grosso.....	0,0241	0,0243	0,0465	0,0141
Pará.....	0,0099	0,0309	0,0582	0,0165
Parahyba do Norte.....	0,0109	0,0071	0,0211	0,0206
Paraná.....	0,0384	0,0275	0,0476	0,0324
Pernambuco.....	0,0113	0,0135	0,0291	0,0248
Piauhy.....	0,0131	0,0225	0,0251	0,0152
Rio de Janeiro.....	0,0038	0,0055	0,0318	0,0232
Rio Grande do Norte.....	0,0076	0,0022	0,0381	0,0317
Rio Grande do Sul.....	0,0395	0,0250	0,0333	0,0273
Santa Catharina.....	0,0324	0,0122	0,0326	0,0254
São Paulo.....	0,0283	0,0512	0,0423	0,0349
Sergipe.....	0,0158	0,0137	0,0141	0,0197
Territorio do Acre.....	—	—	—	0,0785
<b>BRAZIL</b>	<b>0,0196</b>	<b>0,0191</b>	<b>0,0306</b>	<b>0,0254</b>

**Fonte:** Anuario estatistico do Brazil 1908-1912. RJ: Directoria Geral de Estatistica, v. 1-3, 1916-1927.



O decréscimo numérico, destacado principalmente para o intervalo 1890/1900, pode sinalizar, entre outras questões, uma possível migração da população mineira. A queda do valor médio da riqueza das famílias ao longo de 1840 a 1914, como se poderá perceber no capítulo 3 desta tese, pode ter contribuído para dispersão de alguns segmentos da população. Em função disso, algumas problemáticas se impõem:

**A população migrante seria identificada pelos setores sociais menos favorecidos ou seria a elite que se deslocou a fim de investir em áreas mais dinâmicas e com possibilidades de desenvolvimento mais promissoras que o vale do Paraopeba?**

É interessante comparar os dados encontrados para Minas Gerais com os demais estados brasileiros. O crescimento médio anual de São Paulo, para o período de 1890 a 1900, é surpreendente, assim como aqueles encontrados para Espírito Santo, Maranhão e Pará. Se, para os dois primeiros, a cafeicultura e/ou imigração de europeus e nacionais justificam a elevação dos números encontrados, para os dois últimos a exploração da borracha deve ter contribuído para aqueles resultados<sup>39</sup>.

Por outro lado, a baixa expressiva do crescimento médio anual (1890 a 1900) para os Estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás e também para a Capital do Brasil sugere uma pergunta. **Teria estes baixos índices (1890 a 1900) uma relação direta com o fim da escravidão?** Se analisarmos os dados dessas mesmas unidades federais para o período subsequente (1900 a 1910), observa-se, no entanto, que elas retomam de maneira vigorosa o crescimento médio anual.

Para complementar essas informações, o pesquisador poderia também analisar a faixa etária da população de 1872, 1890 e 1900. Caso essas fontes indicassem um desequilíbrio significativo da população adulta, isto indicaria, entre outras questões, uma

---

<sup>39</sup> CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares em Belém. (1870/1920)*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. 2006.

migração de homens e/ou mulheres. Outras problemáticas poderiam ainda ser questionadas, como por exemplo, as epidemias que marcaram o final do século XIX e início do século XX.

No entanto, a análise dos censos de 1890 e 1900 não fez parte das análises que procuram verificar a possível migração da população após o fim da escravidão. Os problemas inerentes às fontes censitárias, já comentados por outros pesquisadores<sup>40</sup>, poderiam enviesar o resultado; por isso, não foram aqui considerados.

Por meio de outros estudos foi possível saber, então, que regiões como Ribeirão Preto, Rio Pardo e Franca, para citar apenas algumas localidades paulistas, acolheram muitos mineiros no decorrer do século XIX e início do século XX<sup>41</sup>. No entanto, não se pode, até o momento, fazer uma estimativa que permita conclusões mais precisas a esse respeito e muito menos se parte dessa população migrante era procedente ou não do vale do Paraopeba.

No que tange a essa tese, foi possível constatar uma expressiva transformação da riqueza e da cultura material, ambas refletidas nos diferentes estratos da sociedade paraopebana<sup>42</sup>. Por meio dessas análises foi possível perceber questões relacionadas à composição das fortunas e sua metamorfose ao longo do tempo estudado (1840/1914), mas este estudo não possibilitou extrair informações a respeito do movimento populacional.

Ademais, não foi intenção deste tópico apresentar conclusões a esse respeito e sim evidenciar a problemática. Da mesma maneira, foi interesse chamar a atenção para a necessidade de estudos que investiguem mais detidamente a possível migração dos

---

<sup>40</sup> TUPY, op. cit., 2004.

<sup>41</sup> CHIACHIRI FILHO, José. *Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeira Gráfica e Editora Ltda. 1986. Ver também: LEITE, Mario. *Paulistas e Mineiros. Plantadores de Cidades*. São Paulo: EDART, 1961; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado & BRIOSCHI, Lucila Reis (Organizadores). *Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas, 1999; MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas. 1989-1930*. Belo Horizonte: 1973.

<sup>42</sup> Ver os capítulos 3, e 5, nos quais os temas relacionados ao patrimônio e à cultura material foram devidamente explorados.

mineiros no final do século XIX, relacionando essa provável movimentação com as mutações sociais e econômicas das várias regiões brasileiras após a transição do trabalho escravo para o livre.

### **Capítulo 3**

## **A arquitetura da riqueza: da escravidão ao mundo dos “livres”**

Figura 5: Sobrado urbano da segunda metade do século XIX



Fonte: Arquivo Municipal de Bonfim/MG

O problema histórico que permeia esta tese de doutorado, como já salientado nos capítulos anteriores, está associado à dispersão da riqueza, observada em alguns estratos da sociedade paraopebana. A oscilação monetária do monte-mor, ao longo de quase oitenta anos, reforça a idéia de mudanças no padrão de vida dos estratos sociais no final do século XIX e início da centúria seguinte (tabelas 06 e 07).

Os números mencionados neste capítulo foram calculados tendo por referência duas moedas correntes no século XIX: réis e libras esterlinas. Ambos os resultados refletem, igualmente, a oscilação do monte-mor ao longo do período analisado. Inicialmente, a hipótese que justificaria a dispersão da riqueza relacionava-se exclusivamente ao fim da escravidão no Brasil. Essa problemática foi amplamente analisada, não apenas no sentido de comprovar categoricamente a questão, mas com o propósito final de compreender por que a riqueza declinara de forma tão expressiva nas décadas que sucederam ao fim do trabalho cativo.

Esse declínio pode ser comprovado, por exemplo, pela média de 6:765.390 contos de réis encontrada para o monte-mor na década de 1840, sendo que ao final do período, em 1914, ela ficou em torno de pouco mais de 3:000.000 contos de réis, ou seja, a metade do valor inicial (tabela 06).

A conversão desses números em libras esterlinas – que atenuaria os possíveis efeitos inflacionários – torna ainda mais patente a tese do declínio material dos estratos sociais<sup>1</sup>. No período de 1840/49, a média da riqueza gravitava em torno de 759 libras; na segunda década do século XX alcançou apenas 200 libras. Isto significa dizer que houve uma desvalorização de mais de 70% do patrimônio familiar em relação àquele localizado no início do Império (tabela 07).

---

<sup>1</sup> Os dados monetários dos inventários *post-mortem* foram deflacionados segundo a tabela elaborada por Gustavo Franco. Ver: “Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988”. (2ed. revista e atualizada do vol. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

**Tabela 06**  
**Monte-mor em réis, vale do Paraopeba**

<b>Décadas</b>	<b>Inventários</b>	<b>Soma do monte mor</b>	<b>Média do monte mor</b>
1840/49	73	493.873.442	6.765.390
1850/59	95	760.922.131	8.009.707
1860/69	106	753.255.867	7.106.187
1870/79	88	821.884.219	9.339.593
1880/88	83	717.201.820	8.640.986
1888/99	189	1.323.222.440	7.001.177
1900/09	75	485.231.445	6.469.753
1910/14	43	130.780.385	3.041.404
<b>Total</b>	<b>752</b>	<b>5.486.371.749</b>	<b>7.295.707</b>

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*, 1840/1914

**Tabela 07**  
**Monte-mor em libras esterlinas, vale do Paraopeba**

<b>Décadas</b>	<b>Inventários</b>	<b>Soma do monte mor</b>	<b>Média do monte mor</b>
1840/49	73	55.394	759
1850/59	95	86.621	912
1860/69	106	73.211	691
1870/79	88	82.605	939
1880/88	83	63.441	764
1888/99	189	69.654	369
1900/09	75	26.361	351
1910/14	43	8.588	200
<b>Total</b>	<b>752</b>	<b>465.875</b>	<b>620</b>

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*, 1840/1914

Tendo como base esses referenciais empíricos e buscando entender as questões relacionadas à trajetória dos bens familiares, torna-se necessário realçar as diferenças entre os diferentes estratos sociais identificados nas fontes cartorárias. Da mesma forma, buscar-se-á entender a participação relativa dos bens de raiz, dos artefatos do cotidiano, das dívidas e dos animais em relação à riqueza total.

Todos esses elementos examinados em detalhes e confrontados com outros estudos já realizados para o Brasil fornecem indícios relevantes que ajudam a pensar questões relacionadas à riqueza e à pobreza das camadas sociais. Do mesmo modo, constituem um referencial válido para entender aspectos ligados à excessiva concentração de renda, às diferentes formas de trabalho, ao ajustamento e às adaptações da sociedade frente às mudanças da economia e da política brasileira no final do século XIX.

Uma vez que se procura conhecer a constituição da riqueza de diferentes estratos sociais, é pertinente, então, refletir sobre a abrangência dos diversos grupos em relação à população nas quais estavam inseridos. Em função disso, as primeiras análises desse capítulo buscam, por meio de um estudo comparativo entre os inventários (1840/88) e as listas nominativas de 1831/32, refletir sobre esta questão até agora pouco abordada na historiografia brasileira.

### **1- Uma reflexão sobre a representação da sociedade inventariada *versus* população**

Problematizar a questão da representatividade dos inventários em relação à população total é trabalho árduo e de difícil execução. Tendo como base a historiografia francesa, Kátia Mattoso comparou o número de inventários encontrados nos cartórios de Salvador com os registros paroquiais da população da mesma localidade<sup>2</sup>. Por meio da

---

<sup>2</sup> MATTOSO, op. cit., 1992.

analogia – número de inventários *versus* registros de óbito – estimou que mais ou menos 5% da população adulta livre, nos anos de 1855 e 1881, chegavam a elaborar um inventário *post-mortem*.

A análise das tabelas 08 e 09 permite apresentar algumas conjecturas a esse respeito. É possível pensar, estudando os dados encontrados nas listas nominativas de habitantes (1831/32) e nas fontes cartorárias (1840/1888), que uma parcela maior da sociedade paraopebana viesse a declarar seus bens no momento do falecimento de um dos cônjuges.

Como já dito em outros trabalhos, uma das condições para se realizar um inventário nos séculos XVIII e XIX consistia no fato de se ter ou não bens a declarar no momento do falecimento<sup>3</sup>. Contrastando com as grandes fortunas localizadas no vale do Paraopeba, foram encontrados documentos que traziam na descrição dos bens apenas a referência de “uma casinha velha ordinária”. Outras vezes as fontes cartorárias mencionavam que o inventariado possuía “*bens de pouca monta*”, mas nem por isso era deixado de mencionar o pequeno cabedal da viúva, ou da pessoa interessada. No rol desses bens, considerados modestos pelo avaliador, não havia mais que uns “trates de casa”.

Denota-se desse fato o interesse do Estado em arrecadar, o mínimo que fosse, o imposto sobre os bens existentes. Denotam-se da mesma forma, os diferentes referenciais de riqueza e pobreza que marcaram as sociedades do passado brasileiro. O fato de alguns documentos indicarem que a família em questão possuía apenas *catres, caixas ordinárias e algumas xícaras inglesas com a asa quebrada* conferem a esses objetos valores monetários dignos de nota, portanto, sujeitos aos impostos daquela época.

Alguns estudiosos já destacaram, por exemplo, o interesse do Estado em mapear a população brasileira dos séculos passados. Interesses que passariam por questões de

---

<sup>3</sup> MARQUES, op. cit., 2000.



segurança nacional, presente, por exemplo, na necessidade de se contabilizar os homens para uma eventual guerra ou conflito territorial. A porcentagem dos escravos em relação à população livre também constituía uma preocupação do Estado.

No caso dos inventários *post-mortem*, além do imposto cobrado, não estaria também envolvido interesses de outra ordem? Além do cuidado com a herança dos órfãos, dos incapacitados e deficientes mentais, não haveria também um empenho por parte do Estado de identificar as grandes fortunas, os grandes proprietários de terras e escravos? Sabe-se também que os espólios que não possuíam herdeiros ascendentes e descendentes – e não havendo testamento – eram destinados aos cofres públicos.

Enfim, as fontes cartorárias oferecem um mapeamento material da sociedade contemporânea com uma precisão de detalhes difícil de encontrar em outro documento. Dos objetos e artefatos sofisticados das grandes fazendas e sobrados citadinos aos pequenos casebres no subúrbio da vila a descrição minuciosa do patrimônio permite avaliar, entre muitas questões, o perfil econômico e cultural das sociedades do passado.

Voltando à questão da representação da sociedade inventariada, é preciso esclarecer que a metodologia utilizada para confrontar duas fontes de naturezas diferentes – censitária e cartorária - teve como pressuposto básico a posse do bem mais valioso daquela sociedade: o escravo. O primeiro procedimento realizado consistiu em segmentar a lista nominativa em fogos com e sem escravos. O mesmo artifício foi realizado com os inventários *post-mortem*.

A diferença temporal entre as duas fontes não inviabilizou a proposição em questão. O que está em jogo é a participação relativa dos escravos no conjunto da população censitária e cartorária. Outra questão que permitiu basear as análises na posse de escravos é que esta foi e permaneceu até 1888 como o maior referencial de riqueza daquela sociedade, como destacado anteriormente.

Constatou-se que, em 1831, 37% da população censitária do vale do Paraopeba possuíam escravos. Por outro lado, a documentação cartorária revelou que quase 93% das famílias inventariadas possuíam cativos. O alto percentual de famílias escravistas localizadas nas fontes cartorárias não surpreende, uma vez que este tipo de fonte capta com precisão os grupos mais privilegiados da sociedade<sup>4</sup>.

No entanto, o resultado aferido na lista nominativa sugere algumas reflexões. Ora, se 37% das famílias censitárias possuíam escravos, e este era o bem mais valioso da sociedade oitocentista, é de se supor que, em tese, estes homens e mulheres livres tinham bens materiais suficientes para declarar no momento do seu falecimento, portanto, faziam inventários.

Tabela 08  
Presença de escravos nas listas nominativas, vale do Paraopeba 1831/32

Fogos	N	%
Sem escravos	2.728	63%
Com escravos	1.590	37%
<b>Total</b>	<b>4.318</b>	<b>100%</b>

Fonte: Lista Nominativa, 1831/32

Tabela 09  
Presença de escravos nos inventários, vale do Paraopeba 1840/1888

Inventários	N	%
Sem escravos	101	22%
Com escravos	350	78%
<b>Total</b>	<b>501</b>	<b>100%</b>

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

Como já destacado, Mattoso estimou que apenas 5% da população livre chegava a fazer um inventário<sup>5</sup>. É preciso destacar que os padrões de riqueza e pobreza de Salvador, espaço pesquisado pela autora, são, no entanto, muito distintos daqueles encontrados para o vale do Paraopeba. Em função disso, duas questões podem ser cogitadas para explicar o

<sup>4</sup> FRAGOSO, op. cit., 1992. O autor identificou que 90% da população inventariada possuíam escravos.

<sup>5</sup> MATTOSO, op. cit., 1992. p. 605.

baixo percentual encontrado para a sociedade baiana e também em outras pesquisas que estimaram o percentual da população *versus* inventário<sup>6</sup>.

É possível pensar que as regiões voltadas para o abastecimento interno e, portanto, de caráter predominantemente rural como o vale do Paraopeba, a proporção inventário/população fosse mais expressiva do que aquela encontrada para Salvador e outros centros urbanos. Em segundo, pode-se também aventar que a metodologia baseada na comparação número de inventário e óbitos acabou subestimando o número de famílias que realmente estavam representadas nas fontes cartorárias.

### **Por que discutir a questão da representatividade das fontes cartorárias no Brasil?**

Discutir a representatividade dos inventários nas sociedades analisadas constitui um ponto essencial aos historiadores interessados nesse tipo de documentação. Esta é uma questão que coloca em xeque as condições materiais dos grupos sociais. Ou seja, se é possível pensar que uma parcela maior da sociedade tinha condições de ser inventariada era por que esta mesma sociedade tinha também condições materiais mais favoráveis do que outras até então consideradas. Pode-se cogitar também sobre os referenciais de pobreza e riqueza implícitos naquele momento e como a população estava inserida naquele contexto econômico.

Até o momento, a historiografia nacional e internacional – principalmente a francesa – salienta que os inventários focalizam um segmento social muito específico, ficando restrito apenas às elites e aos grupos privilegiados. Por meio das análises proferidas aqui é possível pensar que o percentual inventário *versus* sociedade pode ser bem mais representativo que os cogitados até então.

---

<sup>6</sup> BOURQUIN, op. cit., 1997; CORNETTE, op. cit., 1997.

Neste sentido, e aí reside a relevância da questão, ao se trabalhar com inventários *post-mortem*, o pesquisador estaria abordando um universo maior de indivíduos. Desta maneira, seria pertinente propor estratos sociais que incorporariam também outras camadas da sociedade que não apenas os mais abastados.

O que precisa ficar claro é que a noção de pobreza e riqueza oscila no tempo e no espaço. Por isso, o fato de uma família possuir apenas “*um escravo velho doente e uma casa de taipa ordinária*” pode ser um indício de que esta fonte primária é capaz de incorporar outros grupos sociais até então desconsiderados, ou pouco comentados, na historiografia, como, por exemplo, os setores médios e menos favorecidos.

### **Um desdobramento da questão inventários versus sociedade: os inventários sem escravos em Minas Gerais e na Bahia**

Ao comparar a evolução dos inventários sem escravos na Bahia e no vale do Paraopeba (1840 a 1888) os resultados deixam claro o quanto a escravidão foi diferenciada nas várias partes do Brasil Imperial. A análise das cinco décadas que antecipam o fim da escravidão no Brasil compõe aqui um bom referencial desta distinção.

No caso da Bahia, o número de documentos sem escravos cresce progressivamente ao longo das décadas. No período de 1880/88, como visto na tabela 10, mais de 70% dos documentos pesquisados não continha escravos entre seus cabedais. Para Kátia Mattoso,

(...) a cessação do tráfico, a elevação dos preços, a ameaça de abolição da escravatura e as vendas para as regiões cafeeiras no centro-sul do país certamente afastaram os baianos dessa forma tradicional de investimento<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> MATTOSO, op. cit., 1992. p. 636.

Tabela 10

Inventários *post-mortem* sem escravos, Bahia

Décadas	N.E	N.I	N.I.S.E	% S.E
1841/50	545	86	17	19,2
1851/60	1155	240	55	22,9
1861/70	501	83	27	32,5
1871/80	385	159	82	51,6
1881/88	311	238	171	71,8
<b>Total</b>	<b>2897</b>	<b>806</b>	<b>352</b>	<b>43,6%</b>

Fonte: MATTOSO, Kátia, 1992; **N.E** refere-se a número de escravos; **N.I** a número de inventários; **N.I.S.E** número de inventário sem escravos e **S.E** refere-se à porcentagem de inventários sem escravos

Já o vale do Paraopeba apresentou uma realidade muito diferente daquela encontrada na Bahia. Surpreendentemente, apenas 26,5% dos inventários paraopebanos analisados na década de 1880 não apresentavam escravos! Enquanto a média de documentos sem cativos (1840/88) para a Bahia ficou em torno de 44%, no vale esta era apenas de 22%, como atestam as tabelas 10 e 11.

Tabela 11

Inventários *post-mortem* sem escravos, vale do Paraopeba

Décadas	N.E	N.I	N.I.S.E	% S.E
1840/49	528	75	10	7,5%
1850/59	675	96	19	19,8%
1860/69	515	109	25	22,9%
1870/79	485	88	24	27,2%
1880/88	294	83	22	26,5%
<b>Total</b>	<b>2.497</b>	<b>451</b>	<b>100</b>	<b>22,1%</b>

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*; **N.E** refere-se a número de escravos; **N.I** a número de inventários; **N.I.S.E** número de inventário sem escravos e **S.E** refere-se à porcentagem de inventários sem escravos

A simbologia que está por trás desses números expressa a dependência econômica de algumas partes do Brasil perante o trabalho escravo. Expressa também que a falta de alternativa frente ao mercado de trabalho, associado a uma longa tradição escravista, fez com que os mineiros, em especial os paraopebanos, conservassem seus plantéis.

Com isso não se elimina o fato de que a região estudada conviveu simultaneamente com diferentes relações de produção não-capitalista; agregados, camaradas, meeiros e jornaleiros são alguns exemplos. No entanto, é inegável que o vale resistiu de forma mais incisiva às alforrias e à contratação de trabalhadores livres e assalariados, pelo menos até quando isso foi possível. Essa questão será retomada em outros momentos desta tese.

## 2- A sociedade e sua riqueza material

A pesquisa cartorial revela informações que permitem refletir sobre o nível de vida dos grupos mais privilegiados da sociedade. Este capítulo dedicado ao tema da riqueza, bem como sua trajetória ao longo de quase oito décadas - 1840 a 1914 -, busca conhecer em detalhes a distribuição dos bens materiais dos três principais estratos sociais – **Grupo A, B e C**. Estes grupos foram definidos segundo o valor do monte-mor, ou seja, a riqueza total, em réis e libras esterlinas.

Quadro 1:

<b>Estratificação social segundo a riqueza, em réis:</b>	<b>Estratificação social segundo a riqueza, em libras:</b>
<b>Grupo A:</b> acima de 10\$000.000 <b>Grupo B:</b> 5\$000.001 a 10\$000.000 <b>Grupo C:</b> até 5\$000.000	<b>Grupo A:</b> acima de 1.000 <b>Grupo B:</b> de 501 a 1.000 <b>Grupo C:</b> até 500

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

Observa-se, no entanto, que os dados encontrados para as duas moedas seguiram a mesma tendência de resultado<sup>8</sup>. Ou seja, a flutuação da fortuna ao longo do período analisado indica, em ambas as moedas, que os efeitos materiais do fim da escravidão foram

<sup>8</sup> Além dos gráficos apresentados ao longo deste capítulo, optou-se por disponibilizar os números absolutos e relativos em tabelas. Estas se encontram em anexo ao final desta tese de doutorado.

mais sentidos pelos membros mais abastados da sociedade inventariada. Ao contrário, aqueles que foram classificados como os mais pobres, o grupo C, ganharam maior visibilidade e destaque na sociedade.

Uma outra possibilidade considerada, que justificaria o aumento do setor menos privilegiado no pós-1888, é a mobilidade social entre eles. Em decorrência dos acontecimentos políticos e econômicos que marcaram o final do século XIX no Brasil, e em especial em Minas Gerais, é possível pensar que membros dos setores privilegiados – grupo A - tenham empobrecido, fato que justificaria, então, a migração dessas famílias (ou indivíduos) para os estratos sociais mais pobres – grupo B e C. Essas hipóteses serão reexaminadas ao longo deste estudo.

Antes de definir as características gerais dos três grupos, identificando-os na sociedade na qual estavam inseridos, é preciso esclarecer como os dados foram calculados. Optou-se por apresentar os valores monetários nas duas moedas vigentes, no Brasil e na Inglaterra, respectivamente os réis e as libras esterlinas.

Esse procedimento teve como base dois objetivos específicos. Manter a moeda do país, no qual os documentos foram elaborados, justifica-se uma vez que os objetos do cotidiano, os imóveis, os escravos, os animais e as dívidas foram arrolados priorizando sua participação relativa no total da riqueza.

Destacou-se, portanto, a participação de um ativo (por exemplo, os bens de raiz ou a categoria dos artefatos) no total da riqueza de cada ano. Estes dados foram agregados posteriormente em períodos de dez anos e, assim, pôde-se comparar o peso relativo dos bens materiais ao longo de quase oito decênios<sup>9</sup>. Ademais, manter os valores em réis

---

<sup>9</sup> Este procedimento foi utilizado por ALMICO, op. cit., 2003.

permite estabelecer um diálogo direto com a historiografia nacional<sup>10</sup>. Ainda não há um consenso entre os historiadores brasileiros quanto à conversão da moeda nacional em libras esterlinas; ora usam importâncias calculadas na moeda estrangeira, ora utilizam os réis.

Em função disso, esta tese optou por, na medida do possível, disponibilizar os resultados nas duas moedas supracitadas. A vantagem desse artifício metodológico, além de eliminar os possíveis efeitos inflacionários,<sup>11</sup> é que permite concomitantemente o cruzamento de informações tanto com os estudos brasileiros, quanto com a historiografia internacional que tem como moeda padrão a libra.<sup>12</sup>

Em relação aos grupos sociais definidos neste trabalho, destaca-se o fato de que os pesquisadores dedicados aos inventários *post-mortem* procuram estabelecê-los visando a uma melhor compreensão dos dados quantitativos e seriais. Kátia Mattoso, por exemplo, distribui a sociedade baiana em 14 “classes” sociais segundo o valor do monte-mor, em réis<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> O estudo da riqueza por meio dos inventários *post-mortem* resultou em vários trabalhos identificados na historiografia brasileira, trabalhos esses já mencionados no primeiro capítulo desta tese de doutorado. Dentre aqueles que mais se aproximam dos objetivos desta tese destacam-se por localidade:

**Minas Gerais:** ALMICO, op. cit., 2001; GRAÇA FILHO, op. cit., 1998.

**São Paulo:** OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém. Relações sociais e experiências da urbanização – São Paulo, 1870-1900*. São Paulo: Alameda, 2005; OLIVEIRA, op. cit., 2003. ARAÚJO, op. cit., 2003; MELLO, op. cit., 1985; MARCONDES, op. cit., 1998; ALVES, Mauricio Martins. *Caminhos da Pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1789)*. Taubaté, Prefeitura Municipal de Taubaté, 1998. LOPES, op. cit., 2005.

**Rio de Janeiro:** CASTRO, op. cit., 1987; FRAGOSO, op. cit., 1992; FRAGOSO, op. cit., 1983; FARIA, op. cit., 1998; FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Terra e Trabalho em Campos dos Goitacazes (1850-1920)*. (Dissertação de Mestrado), UFF, 1986.

**Bahia:** MATTOSO, op. cit., 1997; MATTOSO, op. cit., 1992.

**Goiás:** OLIVEIRA, op. cit., 2003.

**Pernambuco:** VERSIANI & VERGOLINO, op. cit., 2003.

<sup>11</sup> Como já mencionado em notas anteriores, os dados relativos a libra foram deflacionados. Ver o artigo de FRANCO, Gustavo, publicado em “Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988”. (2ed. revista e atualizada do vol. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

<sup>12</sup> É preciso destacar que a Inglaterra no período oitocentista dominava o mercado mundial. Os ingleses passaram a desempenhar, na segunda metade do século XIX, uma política voltada contra a escravidão africana. Os motivos que levaram a Inglaterra a pressionar os países, principalmente o Brasil, a abolir o trabalho compulsório estava mais ligado a questões de mercado do que motivos humanitários. Esse e outros motivos de ordem econômica justificam, em parte, a libra esterlina ser uma moeda forte, portanto, padrão no mundo ocidental daquele momento. Esta situação seria comparada, por exemplo, ao dólar americano na segunda metade do século XX e, mais recentemente, ao Euro.

<sup>13</sup> MATTOSO, Kátia. op. cit., 1992.



A fragmentação em muitos setores acabou fazendo com que a autora segmentasse novamente as “classes”, que passaram a compor oito grupos de fortunas: muito pequenas (até 200 réis); pequenas (201 a 1.000); médias baixas (1.100 a 2.000); médias (2.100 a 10.000); médias altas (10.100 a 50.000); grandes baixas (50.100 a 200.000); grandes médias (200.100 a 500.000); grandes (500.100 a 1.000.000).

Estudando outro universo, João Luís Fragoso observa para o Rio de Janeiro a distribuição da posse de escravos por faixas de fortuna entre 1810 a 1830<sup>14</sup>. Trabalhando com intervalos de 5 anos e com 9 faixas de riqueza (1 a 200 libras; 201 a 500; 501 a 1.000; 1001 a 2.000; 2.001 a 5.000; 5.001 a 10.000; 10.001 a 20.000; 20.001 a 50.000; + de 50.000), identificou que a grande maioria dos inventários *post-mortem* possuíam escravos.

(...) nota-se que cerca de 90% dos inventários são possuidores de escravos, e mesmo na faixa de menor renda, este índice chega a 88%. Desse modo, mesmo levando em consideração os problemas inerentes a este tipo de fonte (que em princípio não abarcaria a totalidade dos agentes socioeconômicos, pois nem todos os indivíduos tinham bens a inventariar) é indubitável estarmos diante de um contexto marcadamente escravista<sup>15</sup>.

O resultado encontrado por Fragoso para o Rio de Janeiro (1810 a 1830), é similar àqueles localizados para o vale do Paraopeba. Na década de 1840, por exemplo, 93% dos inventários da região mineira estudada possuíam escravos. O curioso dessa analogia é que se trata de regiões economicamente muito diferentes.

Segundo Fragoso, a capitania, depois província, do Rio de Janeiro é um espaço que apresenta três características marcantes: a) hegemonia do trabalho escravo, reproduzido externamente via tráfico atlântico; b) existência de grandes unidades agrícolas

---

<sup>14</sup> FRAGOSO, op. cit., 1992.

<sup>15</sup> FRAGOSO, op. cit., 1992, p. 92/93

(*plantations*); c) produção voltada para o mercado internacional, no caso através do açúcar<sup>16</sup>.

Por outro lado, o vale do Paraopeba constitui um espaço marcado por três características opostas àquelas apresentadas por Fragoso e que, no entanto, dispunha de um acervo de cativos compatível proporcionalmente e, em alguns momentos, até mesmo mais expressivo. A região mineira focalizada aqui possuía: a) hegemonia do trabalho escravo, reproduzido externamente via porto do Rio de Janeiro e internamente via reprodução natural<sup>17</sup>; b) existência de pequenas e médias propriedades se comparada com outras regiões brasileiras, como se verá ainda neste capítulo; c) produção voltada exclusivamente para o mercado de abastecimento interno<sup>18</sup>.

Estudando a São Paulo da segunda metade do século XIX, Maria Luiza Ferreira de Oliveira, identificou também diferentes estratos sociais a partir da soma do monte-mor; esta variou de 217\$400 a 450:000\$000 contos de réis. A autora propôs cinco níveis de riqueza a partir de parâmetros próprios de cada período analisado (1874/82 e 1894/1901), com padrões de classificação diferentes para cada uma das fases em questão.

A classificação socioeconômica tornou clara a importância dos escravos no primeiro período (1874/82) e dos bens de raiz de maneira crescente a partir da década pós-abolição (1894/01). No entanto, ao comparar a importância relativa dos cativos, nota-se que em São Paulo estes representaram apenas 5% da riqueza avaliada no período de 1874/82. Os 40% encontrados para o vale dentro deste mesmo espaço temporal fazem com que os percentuais paulistas sejam considerados tímidos<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> FRAGOSO, op. cit., 1992, p. 92

<sup>17</sup> Para um trabalho que discute a questão da reprodução interna dos escravos em Minas Gerais ver: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Demografia e Família Escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 1994.

<sup>18</sup> Estas questões serão retomadas ao longo deste e demais capítulos que integram esta tese de doutorado.

<sup>19</sup> Esta questão será retomada neste capítulo de forma mais incisiva.

Empregando metodologia distinta, e que permite melhor contextualização e visualização, Maria Lucília Viveiro de Araújo subdividiu a sociedade paulistana em três grupos – A, B e C – segundo o valor dos montes brutos<sup>20</sup>. A segmentação de Araújo seguiu os seguintes critérios: grupo A (mais de 50 contos de réis); grupo B (até 50 contos) e o grupo C (até 10 contos).

Utilizando os valores da riqueza, em libras esterlinas, Renato Marcondes estabeleceu também três faixas para o vale do Paraíba, de 1830 a 1879<sup>21</sup>. As famílias com fortunas menores de 500 libras representavam 50% dos casos, mas agregavam apenas 2,1% da riqueza bruta. Aqueles que estavam localizados na faixa intermediária, de 500 a 1.999 libras, representavam 33% e acoplavam 8,4% do patrimônio total. Por fim, à última faixa, representada por aqueles que possuíam fortunas que excediam a 2.000 libras, correspondiam 16,7% da sociedade e concentravam, no entanto, 90% da riqueza material do vale do Paraíba entre 1830/79. Denota-se desses dados uma grande concentração de terras e riqueza do vale do Paraíba.

Ainda dentro da classificação dos inventários por meio da riqueza material da sociedade, destaca-se o estudo de Versiani e Vergolino. Os autores estudaram a estrutura da riqueza no Agreste e no Sertão de Pernambuco para os anos de 1777 a 1887<sup>22</sup>. Como se verá mais adiante, o trabalho desses autores esclarece alguns pontos levantados nesta pesquisa, constituindo dessa forma um importante ponto de interlocução. A realidade material e econômica das duas localidades nordestinas acabou mostrando-se muito próxima daquela encontrada para o vale do Paraopeba.

Por ora, é importante destacar que, diferentemente dos estudos mencionados até então, Vergolino e Versiani abordam os estratos sociais não pelo valor total da riqueza,

---

<sup>20</sup> ARAUJO, op. cit., 2003.

<sup>21</sup> MARCONDES, op. cit., 1998.

<sup>22</sup> VERSIANI & VERGOLINO, op. cit., 2003.

mas tomam como referência a quantidade de escravos que as famílias possuíam<sup>23</sup>. Tanto no Agreste quanto no Sertão Semi-árido pernambucano, os cativos, os animais e os imóveis – seguindo esta ordem de importância – constituíram as maiores fatias do patrimônio familiar em todo o período analisado, de 1777 a 1887.

Ainda que os recortes espaciais e temporais dos estudos mencionados nem sempre coincidiram com os propostos nesta pesquisa, eles esclareceram muitas das questões propostas aqui. Nota-se profundas diferenças socioeconômicas entre os inventariados(as) de uma mesma região e entre espaços geográficos distintos. Diferenças essas que se expressam, por exemplo, no valor do monte mor – o inventário mais rico encontrado no vale possuía, em 1882, uma fortuna de 117\$166.428 e o mais pobre tinha apenas, em 1866, 200 réis<sup>24</sup>.

As diferenças geográficas e temporais entre os grupos de inventariados passam também por questões relacionadas à composição interna e externa do espaço doméstico, com as moradias com coberturas de telhas ou sapés, com seus móveis importados ou fabricados na localidade, os livros, os adornos, os oratórios, as jóias, as vestimentas, os instrumentos e equipamentos de trabalho e muitos outros objetos que compunham a cultura material daquela época. Essas questões serão retomadas na última parte desta tese de doutorado.

Em função do caráter desigual das famílias e indivíduos analisados, fez-se necessário separá-los e agrupá-los segundo o valor de suas fortunas. É preciso destacar, no entanto, que, por causa da heterogeneidade da sociedade brasileira, as regiões, as províncias e, posteriormente, os estados apresentaram distintos níveis de riqueza; conforme

---

<sup>23</sup> Este procedimento metodológico também foi adotado na dissertação de mestrado de MARQUES, op. cit., 2000.

<sup>24</sup> Arquivo Municipal de Bonfim, doc 207 e 54 respectivamente. Ver fonte primária.

se pode observar nos estudos de Mattoso, Araújo, Marcondes, Fragoso, Versiani, Vergolino, Oliveira e outros que abordam a temática da riqueza e da pobreza social.

Embora cada autor apresente uma metodologia específica para a divisão dos **grupos, “classes”, estratos, setores, faixas ou camadas sociais** - fato que se justifica em função das características internas de cada sociedade - isto não inviabiliza o estudo comparativo. Muito pelo contrário, essas diferenças revelam o quanto a sociedade brasileira se mostrou multifacetada e dinâmica, variando no tempo e no espaço.

Após uma leitura criteriosa dos diversos estudos que abordam as riquezas e os infortúnios das sociedades, percebe-se que, apesar de os autores estabelecerem distintos referenciais de riqueza, existe uma preocupação comum que permeia a todos.

Entender a dimensão econômica e o significado cultural de ser pobre numa determinada sociedade, da mesma forma que se tornar rico em outra ou pertencer a um determinado setor intermediário sujeito aos dissabores econômicos, é ponto que tangencia os estudos aqui destacados. Comparar realidades socioeconômicas semelhantes e desiguais permite, portanto, estabelecer um corte vertical em relação às questões propostas nesta tese.

### **3- Os grupos sociais**

Dentro dos itens disponíveis nos inventários *post-mortem* que possibilitam o pesquisador perceber os referenciais de riqueza, o monte-mor constitui a principal variável. Embora o total da riqueza não unifique integralmente os membros de um mesmo grupo social, dão a eles um *status* econômico compatível para uma análise comparativa.

Sendo assim, identifica-se como o **grupo A** os membros mais ricos da sociedade, em geral, donos de grandes propriedades de terra e de escravos. A riqueza particular dos

inventariados desse grupo era superior a 1.000 libras ou acima de 10:000.000 contos de réis. Embora numericamente inferior, esse grupo cooptava a maior parte dos cabedais. No período escravista (1840/1888), por exemplo, conseguiram concentrar em média a incrível cifra de 70% das fortunas analisadas, quer sejam em libras, quer sejam em réis (gráficos 1 a 5 e gráficos 9 a 13).

Essa situação, no entanto, começa a sofrer uma sensível alteração a partir de 1888. Nas três décadas seguintes ao fim do trabalho cativo - 1888/99; 1900/09; 1910/14 - observa-se não só uma diminuição numérica do grupo representado pelos afortunados, como uma surpreendente queda na concentração de suas riquezas (gráficos 14 a 16).

De 56% no período imediatamente após a abolição, a fortuna do grupo A declina progressivamente para 45% na primeira década do século XX (gráfico 14). A situação aparentemente mais dramática reside, no entanto, no período de 1910 a 1914. No início da segunda década do século XX, não foi localizado nenhum inventário *post-mortem* que apresentasse um monte-mor superior a 1.000 libras esterlinas (gráfico 16).

Se a avaliação do grupo A realizar-se em réis, percebe-se o mesmo declínio da riqueza, embora menos agressiva do que aquela encontrada em libras. Entre 1910 a 1914, por exemplo, chega às vésperas da Primeira Grande Guerra com uma tímida porcentagem de 20% do total patrimonial da sociedade analisada. Lembrando apenas que este setor chegou acumular quase 80% da riqueza, em réis, na década de 1870 (gráfico 8).

Por outro lado, o **grupo B**, entendido aqui como o setor intermediário da sociedade inventariada, concentrava fortunas que variavam de 5:000.000 a 10:000.000 contos de réis; ou 501 a 1.000 libras esterlinas. Este setor médio tinha, em relação ao setor A, uma concentração de riqueza de apenas 15% no período imperial, tanto em réis quanto em libras (gráfico 9 a 13).

Contrariamente, no período republicano, chegou a acumular em média 25% em libras e 18% quando os dados foram calculados em réis (gráfico 14 a 16). Esse setor compunha-se, em geral, de médios proprietários de terras e escravos (4 a 10 indivíduos). A questão da propriedade da terra, bem como a produção agrícola do vale do Paraopeba – valores por alqueires, qualidade (pastos, terras de cultura) e tamanho – será discutida com mais veemência no próximo capítulo, assim como a posse de escravos e suas implicações econômicas.

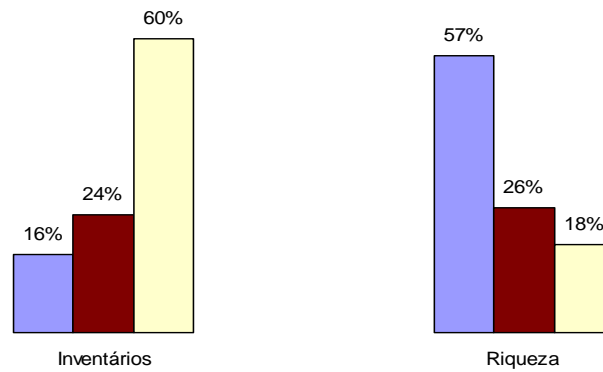
Por fim, cabe entender quem eram os membros do setor menos favorecido do vale do Paraopeba. Embora materialmente mais pobres, o **grupo C** constitui uma camada que chama atenção por vários aspectos. Formado pelos não-escravistas, pequenos proprietários de cativos (1 a 3 indivíduos), donos de sítios, fazenda modestas e moradas urbanas mais singelas compunham, no entanto, uma média de 70% da população inventariada analisada – 1840 a 1914.

No período escravista, 1840/88, o grupo C, que representava em média mais de 60% dos casos, agregou, entretanto, apenas 15% dos cabedais. Já no período republicano, ou pós-escravista, este mesmo setor cooptou um percentual incrível, se comparado, tanto aos demais grupos, quanto às décadas anteriores. O exemplo mais expressivo é justamente na segunda década do século XX, na qual o grupo C chegou a representar 91% dos casos e 67% da riqueza concentrada em libras (gráfico 16)! Se compararmos os dois períodos mais antagônicos - 1870/79 e 1910/1914 - percebe-se uma oscilação de 13% para quase 70% da riqueza acumulada na sociedade de então (gráficos 12 e 16)!

## Período Escravista (Réis)

### Gráfico 1

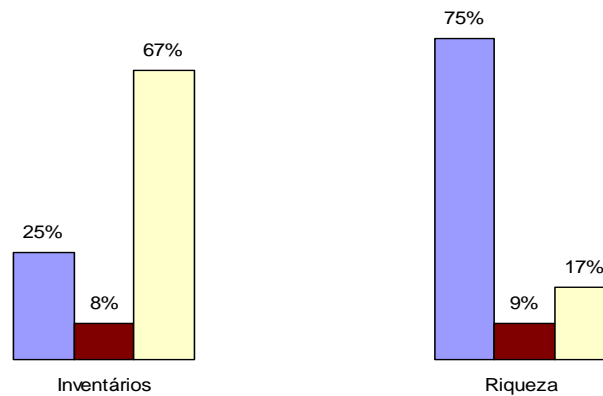
#### Distribuição da riqueza/Réis 1840 - 1849



■ Grupo A: acima de 10\$000.000 ■ Grupo B: 5\$000.001 a 10\$000.000 □ Grupo C: até 5\$000.000

### Gráfico 2

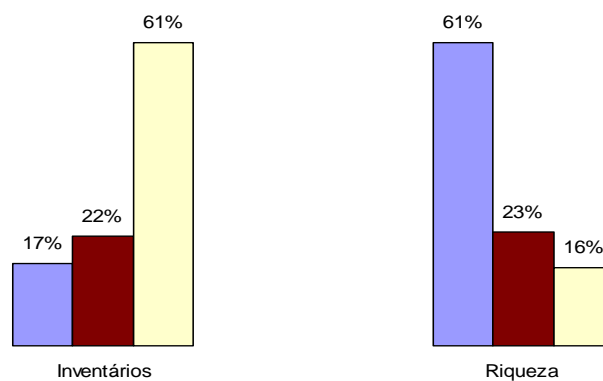
#### Distribuição da riqueza/Réis 1850 - 1859



■ Grupo A: acima de 10\$000.000 ■ Grupo B: 5\$000.001 a 10\$000.000 □ Grupo C: até 5\$000.000

### Gráfico 3

#### Distribuição da riqueza/Réis 1860 - 1869

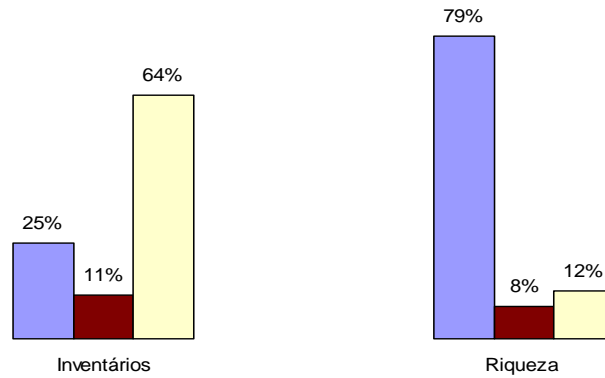


■ Grupo A: acima de 10\$000.000 ■ Grupo B: 5\$000.001 a 10\$000.000 □ Grupo C: até 5\$000.000



### Gráfico 4

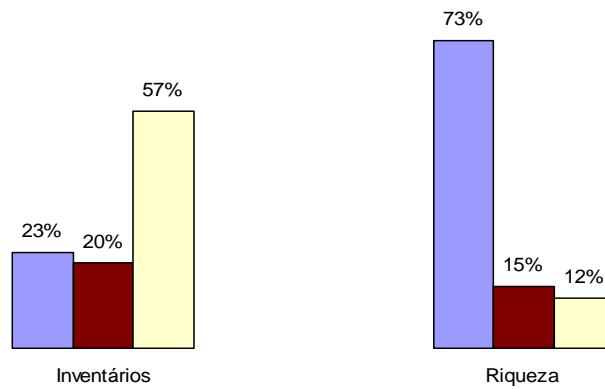
#### Distribuição da riqueza/Réis 1870 - 1879



■ Grupo A: acima de 10\$000.000 ■ Grupo B: 5\$000.001 a 10\$000.000 □ Grupo C: até 5\$000.000

### Gráfico 5

#### Distribuição da riqueza/Réis 1880 - 1888

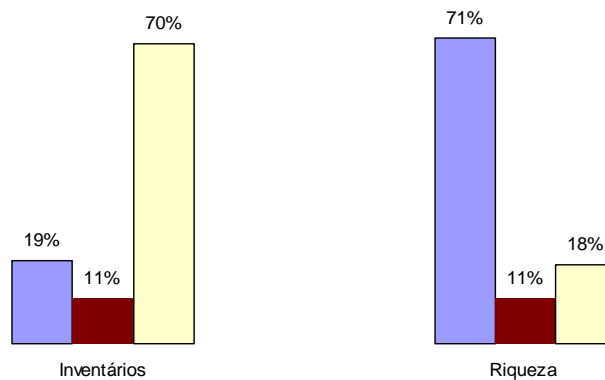


■ Grupo A: acima de 10\$000.000 ■ Grupo B: 5\$000.001 a 10\$000.000 □ Grupo C: até 5\$000.000

### Período Pós-escravista (Réis)

### Gráfico 6

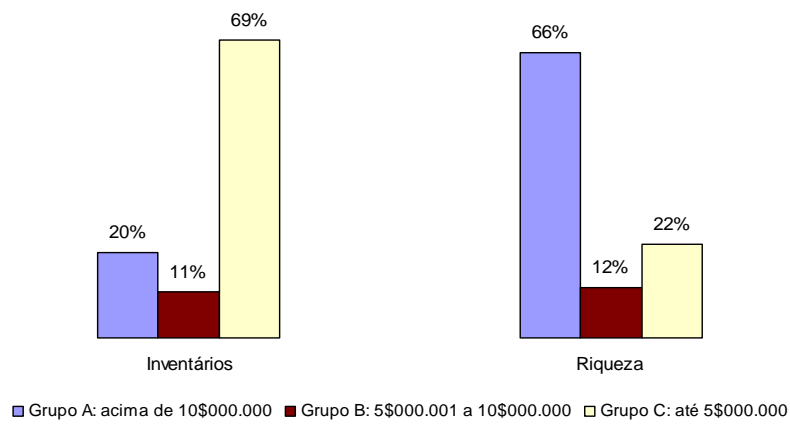
#### Distribuição da riqueza/Réis 1888 - 1899



■ Grupo A: acima de 10\$000.000 ■ Grupo B: 5\$000.001 a 10\$000.000 □ Grupo C: até 5\$000.000

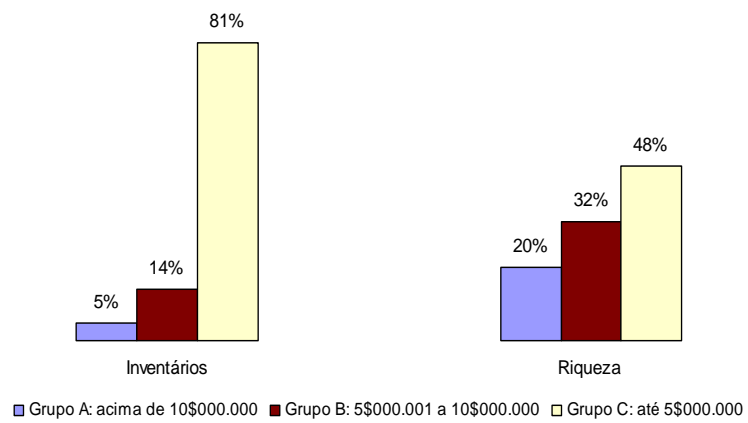
### Gráfico 7

Distribuição da riqueza/Réis 1900 - 1909



### Gráfico 8

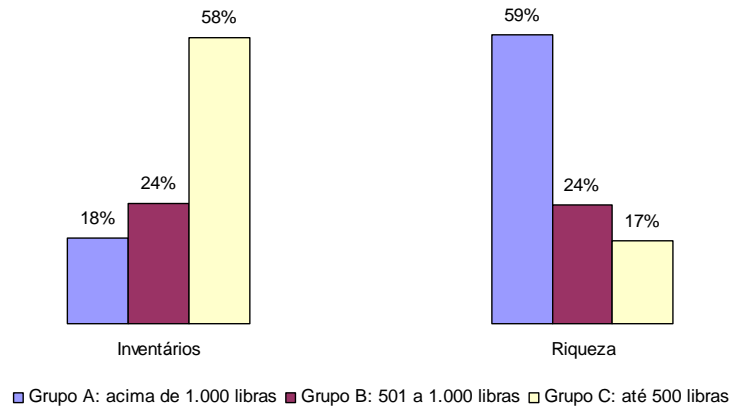
Distribuição da riqueza/Réis 1910 - 1914



## Período Escravista (Libras)

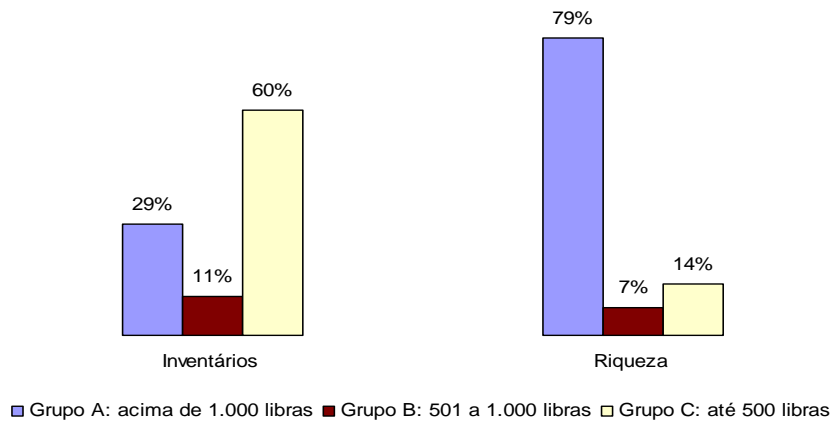
### Gráfico 9

#### Distribuição da Riqueza/Libras 1840 - 1849



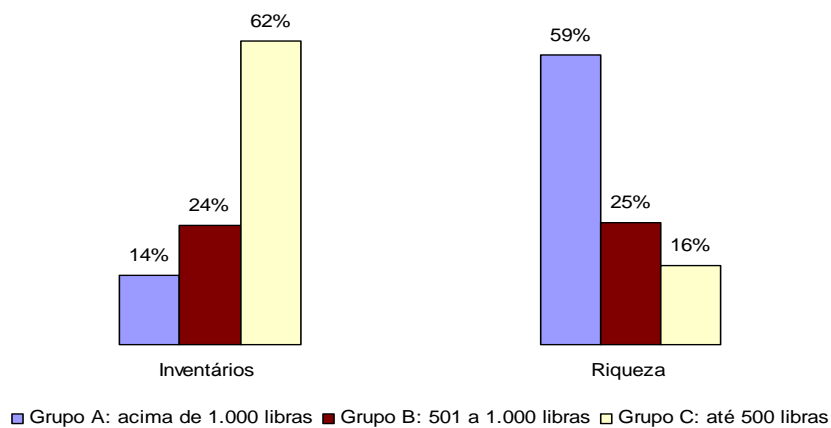
### Gráfico 10

#### Distribuição da riqueza/Libras 1850 - 1859



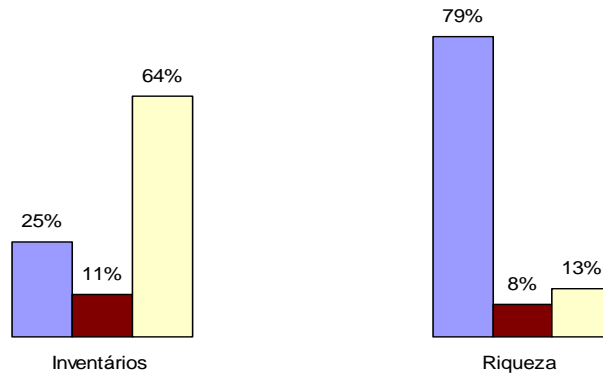
### Gráfico 11

#### Distribuição da riqueza/Libras 1860 - 1869



**Gráfico 12**

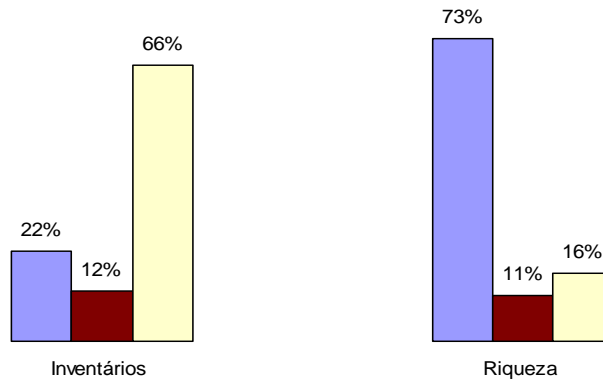
**Distribuição da riqueza/Libras 1870 - 1879**



■ Grupo A: acima de 1.000 libras ■ Grupo B: 501 a 1.000 libras □ Grupo C: até 500 libras

**Gráfico 13**

**Distribuição da riqueza/Libras 1880 - 1888**

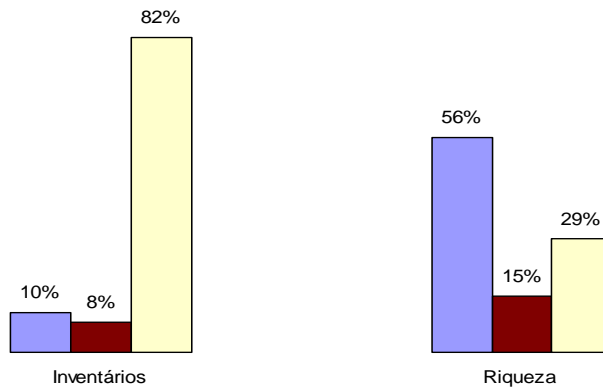


■ Grupo A: acima de 1.000 libras ■ Grupo B: 501 a 1.000 libras □ Grupo C: até 500 libras

**Período Pós-escravista (Libras)**

**Gráfico 14**

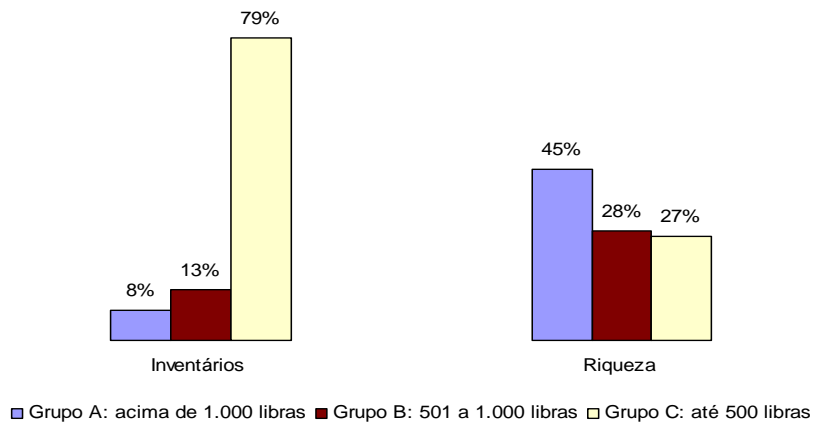
**Distribuição da riqueza/Libras 1888 - 1899**



■ Grupo A: acima de 1.000 libras ■ Grupo B: 501 a 1.000 libras □ Grupo C: até 500 libras

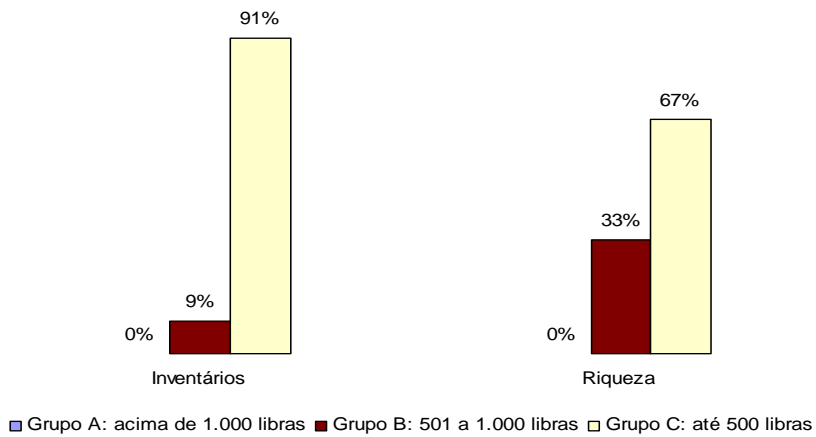
**Gráfico 15**

**Distribuição da riqueza/Libras 1900 - 1909**



**Gráfico 16**

**Distribuição da riqueza/Libras 1910 - 1914**



#### **4- A fragmentação dos bens materiais nos diferentes estratos sociais**

Surpreende o fato da grande diversidade econômica observada entre os membros inventariados. Esse fato justificou a segmentação da sociedade nos três grupos discutidos no item anterior. Nota-se, da mesma forma, uma complexidade de bens, objetos pessoais, quantidade de escravos e animais e equipamentos de trabalho. Tal diversidade material faz com que os membros de um mesmo grupo social apresentassem divergências e antagonismos quanto aos hábitos culturais e, conseqüentemente, à natureza material de bens e objetos pessoais que possuíram em vida.

O caso mais exemplar dessa questão é o do Sr. Manoel Bernardes da Cunha Cação. Professor de primeiras letras, advogado e procurador de escravos, Cação não possuía na sua sofisticada moradia urbana, com pianos, flautas e inúmeros livros, nenhum escravo. No entanto, seu monte-mor era compatível com os médios escravistas da década de 1870, no momento da abertura do inventário<sup>25</sup>.

Os problemas de ordem econômica e cultural que envolveram a trajetória da riqueza familiar devem ser observados, considerando também os vários processos políticos que marcaram o final do século XIX, tais como: a transição do trabalho escravo para o livre, a mudança do regime político brasileiro em 1889 e a transferência da capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte, em 1897<sup>26</sup>.

Em função da complexidade do período abordado – 1840 a 1914 – e do volume das fontes cartorárias fez-se necessário criar categorias de análise para uma melhor compreensão da realidade estudada. As informações contidas nos inventários foram

---

<sup>25</sup> MARQUES, op. cit., 2000.

<sup>26</sup> SILVA, Regina Helena Alves da. *A Cidade de Minas*. (Dissertação de Mestrado). UFMG, 1991. LE VEN, Michel Marie. *As Classes Sociais e o Poder Político na Formação Espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. (Dissertação de Mestrado). UFMG, 1977.

segmentadas em **5 conjuntos: (a) os bens de raiz, (b) os escravos, (c) os animais, (d) os artefatos, (e) as dívidas ativas e passivas.** Posteriormente estes mesmos conjuntos serão analisados segundo os grupos - A, B e C -, ao longo das décadas aqui destacadas: **1840/49; 1850/59; 1860/69; 1870/79; 1880/88; 1888/1899; 1900/09; 1910/1914.**

As problemáticas até agora discutidas tiveram como preocupação principal entender o universo econômico em que os grupos sociais estavam mergulhados. No entanto, as questões que envolvem os aspectos relacionados à cultura material, em função da importância para o entendimento da riqueza da sociedade escravista e livre, constituem, nesta tese, um capítulo especial<sup>27</sup>.

Por outro lado, acredita-se que a padronização dos dados em décadas, a definição dos grupos sociais (**A, B, e C**) e a classificação dos bens materiais nas cinco categorias (**escravos, bens de raiz, animais, artefatos e dívidas**) estabelecidas aqui constituem um mecanismo fundamental para melhor estudar o conjunto de informações disponível na grande massa documental pesquisada aqui.

Somente depois desta síntese econômica da sociedade é que se poderão observar os detalhes, as especificações implícitas dentro de cada grupo social e, por fim, os aspectos culturais do espaço doméstico dos afortunados, dos setores médios e dos membros menos abastados da sociedade inventariada.

---

<sup>27</sup> As diferenças culturais entre, por exemplo, os membros de um mesmo grupo social serão analisadas, de forma qualitativa, no último capítulo desta tese. Nessa parte buscar-se-á entender como os estratos sociais interagem com os objetos do cotidiano. Observando alguns estudos de caso, comparando informações mais pontuais e de caráter cultural, os perfis aparentemente estáticos das camadas sociais poderão adquirir novas nuances e interpretações.

## 5- A arquitetura da riqueza

O estudo da flutuação da riqueza material e simbólica ajuda a descortinar aspectos da sociedade, da economia, dos investimentos, o que era valorizado e desconsiderado na coletividade. Revela também como a fortuna, a pobreza, as necessidades, o luxo e o supérfluo estavam disseminados no cotidiano. Porém, antes de se adentrar nessas questões que envolvem o detalhe e a essência dos aspectos culturais, **abordar-se-á como as grandes categorias materiais – bens de raiz, escravos, animais, artefatos e dívidas - do vale do Paraopeba movimentaram-se ao longo das quase oito décadas em relevo.**

A rubrica “bens de raiz” envolve simultaneamente as terras de cultura, campos ou pastos de criar animais, os terrenos urbanos, as casas, os sobrados, as chácaras, enfim, toda estrutura imobiliária da sociedade. Os “artefatos” contemplam todos os utensílios profissionais e domésticos, a vestimenta, o mobiliário, os objetos pessoais, os livros, as jóias e tudo mais que compunha o meio íntimo/familiar e também o mundo do trabalho com suas ferramentas, máquinas e equipamentos. As demais categorias – escravos, animais e dívidas – pela própria natureza, não necessitam maiores explicações quanto a sua concepção.

A participação relativa das categorias foi analisada simultaneamente em réis e em libras. O resultado encontrado para as duas moedas apontou, como em outros momentos se pôde observar, uma tendência similar. No período imperial, por exemplo, os escravos assumiram a liderança, seguidos de perto pelos bens de raiz. Em algumas décadas – 1850/59 e 1860/69 - o elemento servil chegou a representar quase 50% do patrimônio familiar, enquanto a terra e os imóveis, em geral, gravitaram em torno de 30% entre 1840 a 1888.



Os animais mantiveram-se estáveis, com uma média de 5,8% no período escravista, adquirindo em alguns momentos, como a década de 1870/79, o percentual de 8%. Já os artefatos do cotidiano iniciaram o período imperial com uma participação de 17,9% em réis e 20,2% em libras (tabela 12 e 13). Com o decorrer do Segundo Império, a média percentual não ultrapassou os 17%. As dívidas ativas, com exceção da década de 1840/49, em que apresentaram um índice de 1,4%, variaram seus percentuais de 4,5% a 6,1%.

Por outro lado, o período republicano apresentou uma estrutura patrimonial diferente. Com a ausência do elemento servil, a categoria dos bens de raiz passou a liderar de forma categórica a pirâmide dos bens inventariados. A análise estrutural dos artefatos e dos animais não difere muito daquela encontrada para os quarenta e oito anos do período imperial. Sabe-se, no entanto, que os preços dos animais, equipamentos de trabalho e objetos do cotidiano tiveram um aumento substantivo se comparado ao longo do tempo<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Estas questões serão retomadas no último capítulo quando se estudar de forma minuciosa a ampla e diversificada categoria dos artefatos.

**Tabela 12**

**Bens de raiz, escravos, animais, artefatos, dívidas ativas, em réis, vale do Paraopeba**

Década	Dívidas ativas	Bens de raiz	Escravos	Animais	Artefatos	Monte-mor
1840/49	1,5	34,7	39,4	6,5	17,9	100
1850/59	5,1	26,9	48,3	4,1	15,5	100
1860/69	5,8	28,4	47,5	4,3	13,9	100
1870/79	5,9	27,1	45,5	8	13,5	100
1880/88	4,5	33,5	26,9	6,4	28,7	100
<b>Subtotal</b>	<b>4,8</b>	<b>29,7</b>	<b>41,9</b>	<b>5,8</b>	<b>17,7</b>	<b>100</b>
1888/99	13,8	57,4	0	11,6	17,2	100
1900/09	9,4	65,1	0	7,6	18	100
1910/14	4,5	70,4	0	9,9	15,2	100
<b>Subtotal</b>	<b>12,1</b>	<b>60,2</b>	<b>0</b>	<b>10,5</b>	<b>17,2</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>7,4</b>	<b>40,5</b>	<b>27,1</b>	<b>7,5</b>	<b>17,5</b>	<b>100</b>

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*, 1840/1914

**Tabela 13****Bens de raiz, escravos, animais, artefatos, dívidas ativas, em libras, vale do Paraopeba**

Década	Dívidas ativas	Bens de raiz	Escravos	Animais	Artefatos	Monte-mor
1840/49	1,4	33,7	38,5	6,2	20,2	100
1850/59	5,3	27,2	48,4	4,1	15,5	100
1860/69	6,1	28,8	47,9	8,7	8,5	100
1870/79	5,9	27,3	45,8	8,0	13,1	100
1880/88	4,6	33,8	26,9	6,4	28,2	100
<b>Subtotal</b>	<b>4,9</b>	<b>29,7</b>	<b>42,4</b>	<b>6,7</b>	<b>16,4</b>	<b>100</b>
1888/99	15,4	56,3	0	11,6	16,6	100
1900/09	10,3	64,5	0	6,6	18,5	100
1910/14	4,5	70,4	0	9,9	15,2	100
<b>Subtotal</b>	<b>13,2</b>	<b>59,6</b>	<b>0</b>	<b>10,2</b>	<b>17,0</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>6,7</b>	<b>36,4</b>	<b>32,9</b>	<b>7,5</b>	<b>16,5</b>	<b>100</b>

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*, 1840/1914

Os resultados encontrados nas tabelas 12 e 13 permitem estabelecer com a historiografia nacional um debate enriquecedor no que tange às questões relacionadas não só a evolução da riqueza e do patrimônio dos estratos sociais, mas no que se refere às similitudes e diferenças das economias e das sociedades que se constituíram no passado brasileiro.

Dos vários trabalhos que tiveram como tema a riqueza das sociedades, alguns se aproximam mais diretamente dos objetivos desta tese. Contando com uma grande equipe de alunos e bolsistas, Kátia Mattoso pesquisou centenas de documentos cartorários e censitários. Essa pesquisa resultou um estudo denso e complexo sobre a Bahia no século XIX<sup>29</sup>.

Mattoso observa que os imóveis, os depósitos bancários, as dívidas ativas, as ações e as apólices constituíram os elementos mais importantes da sociedade baiana. Na primeira metade do século XIX, os bens imobiliários concentravam grande peso, sobretudo, na fortuna dos profissionais liberais, dos que viviam de renda, dos comerciantes, dos padres, dos funcionários, dos oficiais subalternos e dos sem profissão.

Ao estabelecer 15 categorias socioeconômicas - negociantes, industriais, profissionais liberais, senhores de engenho, rentistas, donos de barcos, comerciantes, proprietários agrícolas, padres, funcionários, oficiais subalternos e superiores, artesãos, sem ocupação e marítimos – Mattoso deixa transparecer a diversidade social dos baianos. No entanto, as questões relacionadas às “classes sociais” merecem aqui algumas considerações de ordem metodológica.

A autora não deixa claro, por exemplo, o critério estabelecido para classificar as “classes socioeconômicas”. Da mesma forma, algumas categorias, como negociantes e comerciantes; senhores de engenho, proprietários agrícolas e os rentistas, mereciam

---

<sup>29</sup> MATTOSO, op. cit., 1992.

maiores considerações quanto às suas respectivas concepções, bem como as eventuais diferenças entre eles. Qual o critério utilizado pela autora para separar negociante, comerciante e rentistas, por exemplo?

Tomando como inferência os inventários do vale do Paraopeba e de outras regiões brasileiras já estudadas, percebe-se que as fontes cartorárias poucas vezes mencionam as profissões e/ou ocupações dos respectivos inventariados. Os bens arrolados constituem, com certeza, um bom indicativo das atividades econômicas exercidas pelo chefe e seu grupo familiar, mas essas informações são, no entanto, insuficientes para uma classificação categórica, a não ser que seja possível cruzar as informações dos inventários com outros documentos. Este foi, por exemplo, o caso dos pesquisadores que utilizaram as listas nominativas para a complementação dos dados cartorários<sup>30</sup>. Esse recurso metodológico, no entanto, não foi adotado por Kátia Mattoso.

Essas ressalvas, ainda que possam enviesar alguns de seus resultados, não ofuscam a magnitude deste estudo, sem mencionar que se trata de uma obra imprescindível na historiografia brasileira da atualidade, em especial, aquela que versa sobre os inventários *post-mortem*. Diferentemente da realidade encontrada para o vale do Paraopeba, percebe-se que a riqueza dos baianos, embora alicerçada em boa medida nas terras e nos escravos, abria pouco a pouco oportunidades para novos investimentos, como, por exemplo, as ações, os depósitos bancários e as rendas diversas.

A partir de uma perspectiva mais econômica, Zélia Cardoso de Mello buscou estudar a transição da economia paulistana no final do século XIX<sup>31</sup>.

A presença marcante de ações e sua participação na riqueza de determinados indivíduos mostrava existir nesta economia recursos em dinheiro que, convertidos em ações, constituíram importante fonte de financiamento de novos empreendimentos.

---

<sup>30</sup> Ver MARCONDES, op. cit., 1998.

<sup>31</sup> MELLO, op. cit., 1990.

Se lembrarmos que outros dois itens apareciam com destaque, dinheiro e dívidas ativas, é possível fixar de que havia indivíduos com grande capacidade financeira nesta economia<sup>32</sup>.

Buscando conhecer a oscilação da riqueza, Maria Lucília Viveiro de Araújo abordou a primeira metade do século XIX<sup>33</sup>. Demonstra, entre outras questões, a participação dos ativos nos bens brutos. A composição da fortuna apresentou para os dois períodos focalizados - 1800/24 e 1825/50 - os seguintes resultados: dívidas ativas (32,2% e 17,4%); imóveis (16,1% e 32%) e escravos (12,2% e 30,8%). Com exceção dos bens profissionais, que atingiram 27,3% no primeiro quartel do século XIX, os demais ativos – metais preciosos, rendas diversas, animais, monetários – nunca obtiveram cifras superiores a 5%.

Estudando o vale do Paraíba paulista, 1830/79, Renato Marcondes demonstra que as dívidas ativas representavam 62,7 % do patrimônio, seguidas imediatamente pelos imóveis (14,7%) e pelos escravos (13,8%)<sup>34</sup>.

Da mesma forma, estudos contemporâneos a esta tese, provenientes de diferentes instituições acadêmicas do Brasil, têm abordado o tema da riqueza<sup>35</sup>. Destaca-se aqui de forma especial a dissertação de mestrado de Rita de Cássia da Silva Almico<sup>36</sup>. Além de tratar de um espaço mineiro, no caso a Zona da Mata, a autora contempla a realidade socioeconômica que se configurou na região após a abolição dos escravos – 1870 a 1914.

Os dados apresentados por Almico ressaltam que a escravaria nunca compôs mais de 1/3 dos patrimônios familiares. Na década de 1870/79, o elemento servil representava 32,7% e em 1880/88 apenas 16%. Só para lembrar, o percentual para este último período no vale do Paraopeba ficou em torno de 27%.

---

<sup>32</sup> MELLO, op. cit., p. 150

<sup>33</sup> ARAÚJO, op. cit.,

<sup>33</sup> MELLO, op. cit., p. 150

<sup>34</sup> MARCONDES, op. cit., 1998.

<sup>35</sup> ALMICO, op. cit., 2003; OLIVEIRA, op. cit., 2005.

<sup>36</sup> ALMICO, idem.

Apresentando uma riqueza mais equilibrada, a Zona da Mata mineira obteve em 1880/88 uma participação relativa dos ativos nos quais os escravos representavam 16%, os bens de raiz 27%, as dívidas ativas 24%, as ações 5%, os títulos 8%, a produção de café 16% e os animais apenas 2%.

Ao comparar estes resultados com a região estudada nesta tese, observa-se que os cativos chegaram, na última década do Império, a representar quase 1/3 do patrimônio, os bens de raiz 33%, as dívidas ativas 4,5%, os animais 6,4%; os títulos e as ações eram insignificantes.

Sem o elemento servil, a sociedade matense acentuou ainda mais as mudanças na sua estrutura patrimonial. Entre 1889 a 1914, os bens de raiz atingiram 41%; praticamente a mesma cifra encontrada para o Paraopeba. Isso reitera a importância que as terras passaram a adquirir a partir de 1850, com a proibição do tráfico e a Lei de Terra, intensificando-se ainda mais depois do fim do trabalho cativo em 1888.

No entanto, a realidade encontrada para as duas regiões – Mata e Paraopeba – contrasta-se ainda mais ao se comparar, por exemplo, os outros ativos. As dívidas ativas constituem um bom exemplo. Enquanto as médias do Paraopeba não ultrapassaram os 5% para o período imperial e 7% para a fase 1888, Almico encontra para região matense 17% e 16%, respectivamente.

Acrescenta-se também a importância das ações e dos títulos matenses no período republicano, que atingiram uma média de 17%. Como já mencionado anteriormente, esses ativos tiveram pouca expressão na região central de Minas Gerais. Os índices da Zona da Mata demonstram que a região possuía, em comparação ao Paraopeba, uma diversificação da economia mais equilibrada. Como a própria autora ressalta:

(...) se no primeiro momento pesquisado (1870/1888) Juiz de Fora era principalmente rural, com 86,21 % dos inventários residindo neste espaço, esse quadro seria modificado no período seguinte (1888/1914), quando, de somente 13,78% no período inicial, passaríamos para 43,17% com crescimento de 313,2% de população na área urbana. Certamente, essa urbanização tem reflexos no comportamento dos ativos, que se tornam mais urbanos, e esse processo também está ligado ao progresso gerado pelo café, principal produto da economia regional e nacional em todo o período estudado<sup>37</sup>.

Tendo como referencial outro espaço mineiro, Afonso de Alencastro Graça Filho, estudou aspectos da riqueza para São João Del Rey com o intuito de desmistificar a decadência mineira no século XIX. O autor revela as redes comerciais entre a elite mercantil de São João com a praça do Rio de Janeiro. Destaca também o dinamismo da elite local, composta por comerciantes e grandes produtores de alimentos, que estabelecia relações comerciais com várias partes do território mineiro.

Neste momento, interessa observar a composição das fortunas de São João por tipo de cabedal. Tal estudo permite identificar as tendências distintas nas formas de alocação de recursos no decorrer do século XIX, comparando os resultados encontrados com aqueles aferidos para o vale do Paraopeba<sup>38</sup>.

Os negócios mais proeminentes de São João, entre 1831/1888, estavam alocados nas dívidas ativas, nos escravos e nos imóveis rurais. O elemento escravo liderou a estrutura patrimonial de 1831 a 1875, atingindo percentagens que variaram de 29,53% entre 1831/35 a 24,76% para o intervalo de 1871/75. Para a última fase, 1881/85, Graça Filho encontrou apenas 9% da riqueza concentrada em cativos, lembrando mais uma vez que no Paraopeba esse índice foi de 27%.

---

<sup>37</sup> ALMICO, op. cit., 2003, p. 25

<sup>38</sup> GRAÇA FILHO, op. cit., 1998. p. 147, 184, 149.



Os inventários de 1881 a 1885 mostram uma sociedade temerosa dos efeitos da crise do escravismo, com uma elite pressionada a diversificar os seus ativos em novos empreendimentos ou ancorá-los em títulos do governo. É bom lembrar, que como vimos, este não foi um procedimento comum entre os grandes fazendeiros, mas da elite mercantil<sup>39</sup>.

Os comentários do autor ajudam a compreender alguns problemas levantados nesta tese. A sociedade paraoiebana compunha-se, na sua maioria, por agricultores e/ou setores ligados ao abastecimento interno da província e depois estado de Minas Gerais. Diferente de São João, a região circunscrita ao rio Paraoieba não possuía negociantes de *grosso trato*, embora também tenha mantido contato e relações comerciais com a Corte do Rio de Janeiro durante todo o Império do Brasil.

O perfil agrário do tipo escravista, com uma produção voltada para as necessidades diárias da Província, talvez tenha contribuído para a manutenção dos plantéis até às vésperas da abolição, como parece ter sido o caso do vale do Paraoieba<sup>40</sup>. O fato de os novos investimentos – ações, títulos, apólices e rendas diversas - identificados nas várias partes do Brasil – Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Zona de Mata mineira – apresentarem-se de forma tímida no vale do Paraoieba caracteriza uma economia do tipo mais conservadora, mantendo uma rotina de trabalho e vida compatíveis com suas possibilidades financeiras.

Conservadora não no sentido de atrasada ou avessa à modernidade do final do século XIX<sup>41</sup>. Mas na impossibilidade de inserção num mercado delineado por novos arquétipos, os fazendeiros do vale optaram por conservar as formas tradicionais de riqueza, no caso os cativos. Essa foi a maneira possível de assegurar, mesmo que temporariamente,

---

<sup>39</sup> GRAÇA FILHO, op. cit., 1998, p. 147

<sup>40</sup> Esta discussão será o tema central do próximo capítulo.

<sup>41</sup> PAULA, op. cit., 2000.

a frágil situação de um grupo social que, como se verá ainda neste capítulo, estava preste a sofrer uma expressiva metamorfose.

Também é preciso lembrar que grande parte da economia paraopebana estava voltada para a fiação e tecelagem, atividades essas que exigiam mão-de-obra especializada. Não teria sido este um dos motivos para se manter a posse das escravas até quando o final do sistema escravista?

O que acabou de ser mencionado não exclui, entretanto, o processo de transição do trabalho cativo ao livre. As alforrias declaradas no momento do falecimento dos inventariados, o assalariamento da população livre, o sistema de parceria, a jornada de trabalho dos camaradas e a presença dos agregados são vestígios que comprovam a (co)existência de outras formas de mão-de-obra na região que não apenas a escravidão.

Alguns desses casos estão documentados nas fontes cartorárias analisadas para o vale. Esses documentos atestam, entre outras questões, a presença dos movimentos internos da sociedade e da transformação da economia escravista em padrões de mercado e sociedade “livres”.

O que se deve ponderar, no entanto, é que essas transformações foram mais lentas, mais graduais e menos aparentes que em outras partes do território brasileiro, as quais ora a urbanização, ora a produção para o mercado externo ou a completa falta de perspectiva econômica aceleraram o processo de transição da economia escravista, bem como a inserção dos novos ideais presentes no final do século XIX<sup>42</sup>.

Exemplo de um processo mais direto de transição do sistema escravista pode ser encontrado, por exemplo, em algumas regiões das províncias paulista e fluminense, principalmente, naquelas áreas cafeeiras, voltadas, portanto, para o mercado externo. Deve-se destacar, no entanto, que o fato de o Oeste Paulista, por exemplo, introduzir o

---

<sup>42</sup> Esta discussão será o tema central do próximo capítulo.

imigrante europeu não confere a esta região brasileira um sistema capitalista de relações de trabalho. A introdução do trabalhador europeu nas fazendas de café paulista, sobretudo, conservou e manteve antigas relações de produção e trabalho. O vínculo do trabalhador à terra, a dependência por meio do endividamento, as péssimas condições de trabalho e os sistemas que envolviam simultaneamente parceiros ou condiceiros, arrendatários ou foreiros são exemplos de que no Brasil, em especial nas regiões que introduziram o trabalhador livre (seja ele imigrante ou nacional), se estava longe de estabelecer relações consideradas “modernas” ou capitalistas<sup>43</sup>.

Pensando no outro extremo, o de regiões economicamente pobres e sem grandes inserções no mercado - deve-se mencionar aqui o caso de algumas províncias nordestinas. No final do século XIX, várias partes desta região do Brasil não mais dependiam da mão-de-obra cativa. A economia açucareira nordestina de caráter exportador estava em declínio e, portanto, o braço cativo não era mais uma demanda imediata. Por outro lado, é importante lembrar que as províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, por exemplo, pouco apoiaram suas economias na mão-de-obra compulsória.

Observando a historiografia concernente ao Nordeste, nota-se, no entanto, peculiaridades que só agora começam a ser descortinadas. É o caso, por exemplo, do Agreste e do Sertão Semi-árido pernambucano, centro de criação extensiva de gado. Nesta parte do nordeste, como se verá mais detidamente ainda neste capítulo, a transição do trabalho livre e a relação com o mercado interno foram marcadas por cadências muito diferentes do que aquelas apontadas para as regiões açucareiras.

Neste sentido, cabe lembrar que a realidade material - importância dos cativos na composição da riqueza - e a relação estreita da sociedade com a escravidão identificada no

---

<sup>43</sup> Ver FRAGOSO, João Luis. O império escravista e a República dos Plantadores. In: LINHARES, Maria Yedda. (org.) *História Geral do Brasil*. (5ed) Rio de Janeiro: Campus, 1990. Ver também CASTELLI JÚNIOR, Roberto. *Brasil: do café à indústria*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

vale do Paraopeba não constituíram um caso isolado no cenário nacional. Não por acaso, o estudo de Flávio Rabelo Versiano e José Raimundo Oliveira Vergolino foi pensado para encerrar este tópico.

A pesquisa dos autores teve como objetivo principal demonstrar que uma parcela significativa do estoque de escravos da província de Pernambuco estava localizada fora da área açucareira, mais precisamente, no Agreste e no Sertão Semi-árido, entre 1777 a 1887. Os plantéis localizados no Agreste e no Sertão constituíam-se, na sua maior parte, de pequenos e médios proprietários; 82% dos inventariados possuíam até 10 escravos. Fazendas com um plantel superior a 20 representavam somente 6,5% dos casos analisados para o Agreste e apenas 2,4% para o Sertão.

Das questões estudadas por Versiani e Vergolino, destacam-se aqui os resultados encontrados para a sua estrutura da riqueza. Seguindo um padrão similar àquele identificado para o vale do Paraopeba, verifica-se que em Pernambuco os escravos também constituíram a parcela mais significativa do patrimônio imperial.

Os bens do Agreste e do Sertão pernambucano foram classificados segundo dez categorias – dinheiro, metais preciosos, móveis, equipamentos (abrangendo objetos e utensílios ligados a atividade produtiva), animais, escravos, CS&T (casas, sítios e terras), dívidas ativas, L&S (lavras e safras). O espaço temporal de 1777 a 1887 foi subdividido em três períodos: 1777 a 1819; 1820 a 1849 e 1850 a 1887.

No caso do Agreste, os autores constataram que:

(...) o valor do plantel de escravos superava o de qualquer outro ativo, em todos os estratos (exceto, naturalmente, o daqueles não possuíam escravos): 42%, em média. **Ou seja, para quem tinha escravos, estes constituíram a parcela mais valiosa de sua riqueza. Não só isso, como tal nível de participação relativa do estoque de escravos no monte inventariado é excepcionalmente alto, quando comparado**

**ao que se observa em estudos análogos para outras regiões do País, referente ao século XIX<sup>44</sup>.**

Para o Sertão os resultados não diferem muito da realidade encontrada para o Agreste pernambucano. A comparação dos resultados ao longo dos sub-períodos analisados mostra, no entanto, um aspecto imprevisto para os autores:

[...] o aumento continuado do peso relativo dos escravos nos ativos totais, passando de uma média de 27%, em 1770 a 1819, e atingindo 49% no período de 1850 a 1887. Ou seja, os senhores de escravos, no Sertão, mostraram, aparentemente, a grande resistência em se desfazer da mão-de-obra cativa – mais ainda do que no caso do Agreste – num período em que os preços de escravo aumentaram substancialmente<sup>45</sup>.

Ora, a análise historiográfica realizada nesta tese demonstrou que, na maioria das regiões mencionadas, houve uma significativa diminuição do peso relativo dos escravos nos ativos totais. Tal fato deve ser destacado, principalmente, para a capital paulista, baiana e fluminense. Associado a isso nota-se da mesma maneira que os cativos perderam espaço para outros investimentos, como dívidas ativas, ações e títulos. Essa foi a realidade encontrada para a região da Zona da Mata mineira, São João Del Rey, o vale do Paraíba paulista e fluminense e a Bahia de Kátia Mattoso.

Só para realçar o que acabou de ser dito, vale lembrar que, para São João Del Rei, Afonso de Alencastro Graça Filho menciona que, a partir da década de 1870, foi possível identificar uma série de novos ativos e investimentos cada vez mais presentes nos inventários.

---

<sup>44</sup> VERSIANI E VERGOLINO, op. cit., 2003. p. 378. (Grifos nossos). Os autores tiveram como base historiográfica de apóio os estudos de Kátia Mattoso para Bahia; Zélia Cardoso de Mello para São Paulo e João Fragoso para o Rio de Janeiro. Todos estes trabalhos já foram devidamente citados nesta tese de doutorado.

<sup>45</sup> VERSIANI E VERGOLINO, op. cit., 2003. p. 380.

O fato indica a conversão das dívidas mercantis, que embutiam uma taxa de risco considerável, em títulos públicos e, em menor escala, nas ações de companhias anônimas e de vias férreas<sup>46</sup>.

**Cabe, então, perguntar por que a região do vale do Paraopeba/MG, assim como a do Agreste e do Sertão Semi-árido pernambucano, os escravos continuaram a ocupar parcela tão expressiva no patrimônio familiar até a década de 1880? Da mesma maneira, por que, nas três regiões supramencionadas, a participação de novos elementos na estrutura da riqueza - principalmente as ações, apólices e outros investimentos considerados modernos naquele momento de transição - apresentaram-se de forma tão inexpressiva?**

Os problemas destacados demandam a compreensão de vários aspectos de ordem social, cultural e econômica, presentes não só no vale do Paraopeba, mas também nas demais localidades do Brasil nas quais o sistema escravista criou tentáculos e raízes mais profundas.

Cuidar-se-á neste momento de alguns pontos de caráter econômico, desdobrando as análises para as características da mão-de-obra, dos mercados – interno e externo - e das atividades produtivas exercidas tanto no Paraopeba, quanto nas regiões pernambucanas em que se pode constatar a mesma realidade no final do século XIX. No próximo capítulo, no entanto, esta questão será retomada de forma mais contundente.

Voltando, então, ao problema exposto acima, destacam-se aqui alguns comentários acerca das múltiplas formas de trabalho presentes no final do século XIX. A substituição da mão-de-obra escrava para livre, como atesta a historiografia nacional, já foi amplamente estudada no Brasil. A alegação de que os escravos africanos eram mais favoráveis que os indígenas, ou que a população livre e pobre era inapta ao trabalho sistemático já foi, também, há muito tempo, rejeitada pela historiografia.

---

<sup>46</sup> GRAÇA FILHO, op. cit., 1998, p. 147.

Sabe-se por meio das pesquisas efetuadas nos principais centros acadêmicos do Brasil que os africanos foram substituídos pelos indígenas porque o tráfico atlântico tornou-se, ao longo do século XVIII e XIX, uma atividade extremamente lucrativa<sup>47</sup>. A pressão e a política inglesa em cessar o mesmo só aconteceram quando, também, por questões econômicas ele não era mais viável.

Por outro lado, a política de imigração obteve êxito a partir do último quartel do século XIX, porque a elite cafeeira, sobretudo aquela do Oeste paulista, precisava repor, em ritmo acelerado, a mão-de-obra de suas fazendas. Não esquecendo de mencionar, ainda, que, em função da eminente falta de braços cativos e o inevitável fim da escravidão no Brasil, a introdução do trabalhador europeu tornou-se mais vantajoso que insistir numa causa já fadada ao fracasso<sup>48</sup>.

Ana Lúcia Duarte Lanna ressalta, inclusive, que os fazendeiros falidos do vale do Paraíba e também parte dos proprietários mineiros constituíram os poucos grupos que buscaram junto ao Congresso Agrícola de 1878 defender a inserção da mão-de-obra livre nacional em oposição à imigração estrangeira.

Como se pode perceber, o vale do Paraopeba, o Agreste pernambucano e os diversos “sertões” brasileiros, onde a produção não era voltada para o mercado externo, não tiveram portadores tão incisivos e poderosos economicamente quanto àqueles presentes nos Congressos Agrícolas e que defendiam mão-de-obra e capitais que favorecessem, sobretudo, a produção cafeeira, esta em franca ascensão no mercado internacional.

---

<sup>47</sup> ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; FLORENTINO, Manolo. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790/1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; SLENES, op. cit., 1999.

<sup>48</sup> Não se deve deixar de mencionar aqui o fato de que a imigração européia para o Brasil só foi desenvolvida, no final do século XIX, depois que o Estado passou a subsidiar a vinda dos novos trabalhadores, sobretudo os italianos.

Da mesma forma, não houve uma preocupação efetiva por parte do Estado Imperial ou uma política especial que focasse os interesses dos pequenos, médios e até grandes escravistas que produziam sistematicamente para o mercado interno ou que estavam ligados à criação de gado, também voltados para o mercado de abastecimento interno. Esse parece ter sido o caso do vale do Paraopeba, do Agreste e do Sertão pernambucano e muitas, para não dizer da maior parte do território brasileiro, assentados neste e para este tipo de mercado, ou seja, a produção interna de alimentos e a criação de animais.

Apenas identificar que algumas partes do Brasil equacionaram o problema da mão-de-obra, enquanto outras permaneceram no ostracismo não ajuda a entender o enigma. Isto porque a natureza dos problemas que envolveram a produção – de abastecimento interno e de exportação - das regiões supracitadas era essencialmente diferente.

Por isso, a necessidade de reposição da mão-de-obra nas lavouras, as condições financeiras para novos investimentos e o risco de se aventurar em empreendimentos originais foram assimilados de maneiras antagônicas pela(s) elite(s) brasileiras. Diferenças essas que se baseavam, sobretudo, no interesse econômico e político e na possibilidade material dos grupos sociais.

**Depois dessa exposição preliminar, as questões propostas no início desta tese devem, então, assumir novas interpretações. Indagações do tipo que ressaltavam a falta de iniciativa dos grandes escravistas, a inabilidade dos proprietários frente ao fim do trabalho cativo ou “apego” à escravidão, como já foi salientado pela historiografia, podem agora ser interpretados à luz de vários fatores que passam por questões ideológicas, culturais, mas sobretudo, econômicas<sup>49</sup>.**

Esses fatores colocam em relevo as diferentes formas de trabalho exercidas nas regiões brasileiras, a produção que era gerada nas áreas exportadoras, nas fazendas de

---

<sup>49</sup> Ver no capítulo 4 o desenvolvimento dessas questões.



alimentos, bem como nas pequenas e médias propriedades de criação de gado, porcos, galináceos e outros animais. E dentre desse rol de atividades salienta-se a fiação e tecelagem que se destacavam nas pequenas, médias e grandes propriedades do vale do Paraopeba.

Toda essa engrenagem ajuda a compreender, por exemplo, por que determinados objetos, animais e escravos tiveram maior ou menor participação relativa no total da riqueza familiar de Minas Gerais e das demais províncias e estados brasileiros observados nesta tese.

Os dados apontados nas tabelas 12 e 13 reforçam algumas especificidades do vale do Paraopeba. Do mesmo modo, estes resultados permitem estabelecer comparações com outras localidades cuja estrutura da riqueza movimentou-se de forma análoga ou diametralmente oposta.

## **6 - A distribuição da riqueza por grupos sociais**

### **Grupo A:**

#### **Como e onde os ricos investiam suas riquezas?**

A arquitetura da riqueza dos membros mais privilegiados da sociedade indica muitas questões. Essa camada social determinava a política local, disseminava os novos costumes e concentrava em suas mãos as atividades produtivas de maior relevo econômico da região, como por exemplo, a produção de alimentos, fios e tecidos para atender o mercado interno dos mineiros e de outras partes do Brasil. Por isso, saber o que possuíam, como adquiriam e investiam seus bens esclarece não só o perfil dos abastados, mas compõem também um mosaico de relações econômicas, sociais e culturais.

Antes da abolição, as famílias mais ricas do vale do Paraopeba detinham de 25% a 37% de suas fortunas em imóveis. Com o fim do trabalho cativo e o advento da República, esses percentuais passaram a compor de 42% a 61% do patrimônio.

A escravaria, outro importante ativo, compunha de 25% a 49% do espólio das famílias inventariadas. Ao comparar estes resultados nota-se que, embora altos, eram em percentuais inferiores ao grupo B e C (ver gráficos 17 ao 24). Igualmente inferior às demais camadas foi a participação relativa dos animais. Em todo o período analisado (1840 a 1914), o gado, os eqüinos e os suínos compuseram menos de 9% do espólio dos membros mais ricos da sociedade paraopebana. E dentro da categoria dos animais, os ricos investiam mais em bois e cavalos, ficando os porcos para os menos abastados, como se verá ao analisar os demais grupos sociais. Nem depois do fim do trabalho cativo observa-se um aumento significativo da pecuária. Esse fato reforça a idéia, desenvolvida na dissertação de mestrado, de que a agricultura e a tecelagem constituíam as principais atividades

econômicas. Elas geravam investimentos, intensificavam a circulação de mercadorias e ocupavam os homens e as mulheres livres e escravo(a)s do vale do Paraopeba<sup>50</sup>.

O estudo dos inventários indica que os abastados estavam mais dispostos a concentrar sua riqueza em terras, escravos e outras formas de bens, como por exemplo, os artefatos. O último capítulo desta tese será dedicado a essa ampla categoria do patrimônio. No entanto, devem-se antecipar aqui algumas explicações que visam esclarecer a concepção dada nesta tese para os artefatos do cotidiano.

Entendem-se como artefato todos os utensílios da casa – móveis, objetos de cozinha, a vestimenta, objetos pessoais e jóias etc. Os equipamentos, as ferramentas de trabalho, como enxadas, machados, foices, os moinhos, os monjolos, os engenhos de cana, as trapizongas, os carros de bois, os teares, as rodas de fiar, enfim tudo isso compunha o universo dos objetos do cotidiano.

Este amplo conjunto denominado aqui de “artefato” constituiu o principal diferencial entre os pares daquela sociedade interiorana. Sempre com cifras acima de 15% dos cabedais, os elementos materiais dessa categoria traduzem as várias facetas da riqueza familiar. Decodificando seus múltiplos significados nota-se, por exemplo, o poder econômico e cultural de possuir determinados objetos, os importados, principalmente.

Os gráficos seguintes (17 a 24) dão dimensão precisa de quanto os elementos dos cabedais oscilaram no tempo, ganhando e/ou perdendo espaço social e importância econômica. Destaque deve ser dado neste momento para a década de 1880/88, na qual o grupo A chegou a compor 35% de suas fortunas em artefatos. Da mesma forma, em 1910/14 foram encontrados 56% da riqueza concentrada nesta mesma categoria material.

Os altos percentuais de artefatos – sempre considerando o peso relativo dos mesmos em relação ao monte-mor - encontrados nestes dois períodos (35% para 1880/88 e

---

<sup>50</sup> Ver capítulo 2 desta tese de doutorado. Ver também Marques, op. cit., 2000.

56% para 1910/14) podem levar a conclusões apressadas que não expressam a realidade. Concluir por exemplo que a “elite” local, depois do fim do trabalho compulsório, passou a investir mais em bens de consumo como móveis, jóias, vestuário e utensílios não parece corresponder com o que realmente ocorreu naquela região mineira. Uma visão mais acurada dos dados sinaliza que, além da perda dos escravos, parte do grupo A foi obrigada a vender suas terras e animais. Tal fato faz com que os percentuais dos artefatos adquirirem maior participação relativa no período pós-1888.

Do mesmo modo, pode-se destacar o comportamento observado para as dívidas ativas, os investimentos em ações e títulos do governo. Porém, antes de analisar este item é preciso salientar sua tímida representação se comparada com outros espaços e regiões, por exemplo, a Zona da Mata mineira, a corte do Rio de Janeiro, as cidades de São Paulo e Salvador e outras partes do Brasil já destacadas e estudadas nesta tese.

No entanto, ao abordar comparativamente os três grupos sociais – A, B e C – nota-se que o primeiro agregou a maior parcela desse tipo de ativo. E dentro do período analisado – veja os gráficos seguintes – duas décadas sobressaem. Coincidentemente são períodos iguais (1910/14) ou subseqüentes (1888/99) àqueles mesmos destacados para os artefatos do cotidiano. Neste caso específico, fica aqui um questionamento. Não teria sido possível que parte desta “elite” local tenha recebido compensações financeiras do Fundo de Emancipação dos Municípios? Daí os títulos de governo encontrados em alguns inventários?

Na fase imediatamente após a abolição (1888/99), 17% dos bens pertencentes ao primeiro setor da sociedade estavam concentrados em dívidas ativas. Esse percentual é superado em 1910 quando o grupo A chegou a agregar 22% desse mesmo ativo. Ao

analisar a natureza das dívidas ativas, nota-se principalmente que essas se originavam do comércio e dos empréstimos entre os pares daquela sociedade<sup>51</sup>.

## **Grupo B**

### **O grupo intermediário da sociedade inventariada**

Nem ricos, muito menos pobres. Essa é uma das possíveis definições do setor médio da sociedade, que teve suas fortunas avaliadas entre 5:000\$000 a 10:000\$000 réis ou 501 a 1.000 libras. Com menos possibilidade financeira que o grupo A, as famílias da camada intermediária do Paraopeba chegaram a concentrar, no período escravista, de 25% a 43% de seus bens em imóveis. No entanto, depois de 1888, a participação relativa desse mesmo ativo oscilou de 62% a 74%.

Com os escravos, a realidade encontrada foi surpreendente. De 27% a 62% da riqueza estava alocada nos plantéis, superando dessa forma as médias encontradas para os mais ricos (só para lembrar, o grupo A chegou a compor de 25% a 49% de suas riqueza em escravos).

A atitude da camada intermediária frente à pecuária também diferiu muito dos seus pares mais ricos. Se no período escravistas as cifras eram modestas – variando de 3% a 12%, como se pode ver nos gráficos a seguir – o mesmo não acontece após a abolição, pois os índices encontrados para os animais chegaram a representar 20% do espólio. Diferentemente dos membros mais ricos, a camada média vislumbrava nos animais uma fonte de renda e investimentos compatíveis com suas possibilidades financeiras. Com os animais podiam fazer algum dinheiro, comercializando-os, realizando trocas e até se alimentando deles em tempos de instabilidade econômica.

---

<sup>51</sup> Ver principalmente OLIVEIRA, op. cit., 2005. A questão será retomada no próximo capítulo desta tese.

Outra característica em que difere o grupo B do primeiro aqui analisado é a forma como interagem com a categoria dos artefatos. Bem mais modestos e com menos capacidade de acumulação de capital, as famílias dessa camada agregaram em sua composição material cifras que variaram de 2% a 20%.

Analisando os gráficos ao longo de todo o período (1840 a 1914), percebe-se que os elementos ligados ao ativo “artefato” não se destacaram financeiramente em nenhum momento. Do mesmo modo, as dívidas ativas mostram-se tímidas, tanto numa análise interna ao grupo, e mais ainda se comparadas aos seus vizinhos mais abastados.

## **O grupo C**

### **O grupo mais numeroso da sociedade inventariada**

A maioria dos inventariados estava alocada nesta camada social. Na década de 1910 chegaram a compor 91% dos casos analisados<sup>52</sup>. Em média nunca deixaram de representar 60% da população inventariada. É, portanto, um grupo numeroso quando se trata de representação social. No entanto, seus bens e condições materiais de longe são compatíveis com sua percentagem numérica. O estilo de vida simples, seus cabedais e espólios modestos eram incomparáveis aos seus adjacentes e rivais econômicos, os grupos A e B.

Analisando de perto o patrimônio dos membros mais pobres da sociedade inventariada, descobre-se que o bem mais importante eram seus domicílios na cidade, terrenos urbanos, pequenos sítios e casebres suburbanos. Basicamente, o patrimônio do grupo C estava assentado em imóveis, como mostram os gráficos 17 ao 24. Os percentuais

---

<sup>52</sup> Ver no início deste capítulo a análise e a caracterização realizada para os grupos A, B e C na parte intitulada “A sociedade e sua riqueza”.

alternaram de 32 % a 43% no período escravista. Na fase republicana, os imóveis chegaram a alcançar 80% do espólio analisado!

Na verdade, esses resultados não são tão surpreendentes assim. Uma vez que este setor dispunha de menos condições financeiras, concentrar o patrimônio em casas e terras deveria ser a única alternativa possível para essas famílias. Ao vasculhar a vida social e o perfil econômico das famílias mais modestas da sociedade, nota-se que, muitas vezes, a casa ou o sítio onde moravam representavam o único imóvel. Este certamente fora adquirido com muita dificuldade durante a vida. Podia também ser fruto de alguma herança, o que permitia então à família dispor de outros bens, um ou dois escravos, por exemplo.

E por falar em cativo, é surpreendente o quanto era significativo para esta camada social possuir um pequeno plantel de escravos. Só para lembrar, o patrimônio do grupo C variou de 270\$000 a 5:000\$000, o que permitia às famílias adquirir, além de uma pequena propriedade, 1 a 3 escravos. Ao cotejar o valor do monte-mor com o tamanho dos plantéis esse fato foi constatado.

Os cativos pertencentes ao grupo C constituíram peça fundamental na composição e estabilidade familiar. Segundo Auguste Saint-Hilaire, trabalhavam na roça lado-a-lado com seus proprietários<sup>53</sup>. Ajudavam as mulheres no processo de fiação e tecelagem, bem como a cuidar da horta, dos porcos, galinhas e outros animais domésticos. Da mesma forma, auxiliavam os homens a apartar (o termo usado pela população é “partar”) as vacas leiteiras e ordenhar o leite; por vezes, eram vistos vendendo o excedente da produção doméstica nas vilas e cidades próximas às fazendas e sítios.

Muitos inventários dessa camada social eram compostos por mulheres solteiras e a presença, nestes domicílios, de escravas fiandeiras, bem como teares e rodas de fiar, era

---

<sup>53</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975.

recorrente, como se pôde constatar no capítulo anterior. Vários documentos localizados no Arquivo Municipal de Bonfim indicam a presença de mão-de-obra feminina<sup>54</sup>. Daí se pode avaliar a importância de se adquirir um(a) escravo(a) para esta camada social que vivia de seus serviços e dos poucos recursos que lhe eram destinados em vida.

Assim como os escravos, os animais tiveram um peso substantivo no estilo de vida dos menos remediados. No período escravista, no entanto, foi encontrada uma quantia modesta, não ultrapassando a 11% do espólio. Porém, na fase pós 1888 os índices ganharam expressão e destaque no rol dos bens listados. Na década imediatamente posterior à abolição dos escravos, por exemplo, os animais chegaram a compor 24% do patrimônio.

O mesmo não pode ser dito para os “artefatos” do cotidiano. Com menos condições materiais as famílias do grupo C foram as que menos investiram neste tipo de ativo. Preferiam, ou não lhe restavam alternativa, assegurar o pouco que tinham em bens mais tradicionais, com os imóveis, os escravos e os animais.

Com exceção da década de 1900/09, nas quais foram encontrados 18% do patrimônio alocado em artefatos, os demais decênios não apresentaram índices expressivos e reveladores de investimentos em produtos, vestimentas, jóias, utensílios, equipamentos e demais objetos do cotidiano.

Da mesma forma, não foram significativas as cifras encontradas para as dívidas ativas. Numa sociedade marcada pela pouca circulação monetária era natural que dinheiro, ações e títulos constituíssem um universo pouco acessível<sup>55</sup>. Na verdade, este grupo social sempre solicitava crédito aos mais abonados, daí grande parte deles estarem no rol das dívidas passivas como se verá, com mais detalhes, no próximo capítulo.

---

<sup>54</sup> Ver a análise realizada no capítulo 2 desta tese, especialmente, o tópico “As mulheres no mercado de abastecimento interno: fiação e tecelagem”.

<sup>55</sup> MELLO, Op. Cit. 1985.



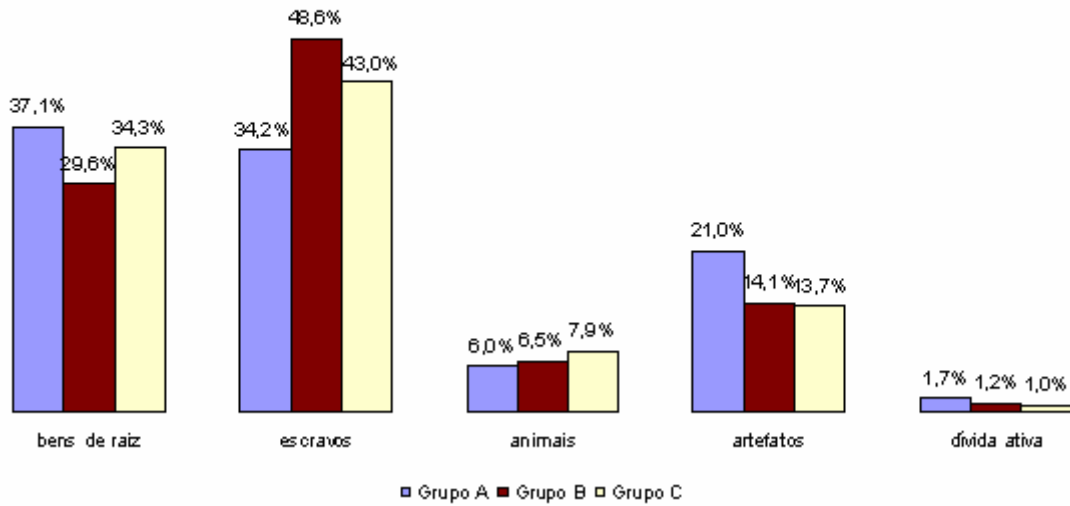
Por ora, é necessário destacar que, não raras vezes, os mais pobres se endividavam, e ao contraírem débitos, perdiam os únicos bens que possuíam. Esta pode ser considerada uma característica marcante dessa camada: a instabilidade social e econômica, como também atestou Maria Luiza Oliveira para a cidade de São Paulo<sup>56</sup>. Ser proprietário de um pequeno sítio, um casebre no subúrbio na primavera de um ano, não impedia ser agregado ou jornaleiro no inverno da temporada seguinte.

---

<sup>56</sup> OLIVEIRA, op. cit., 2005.

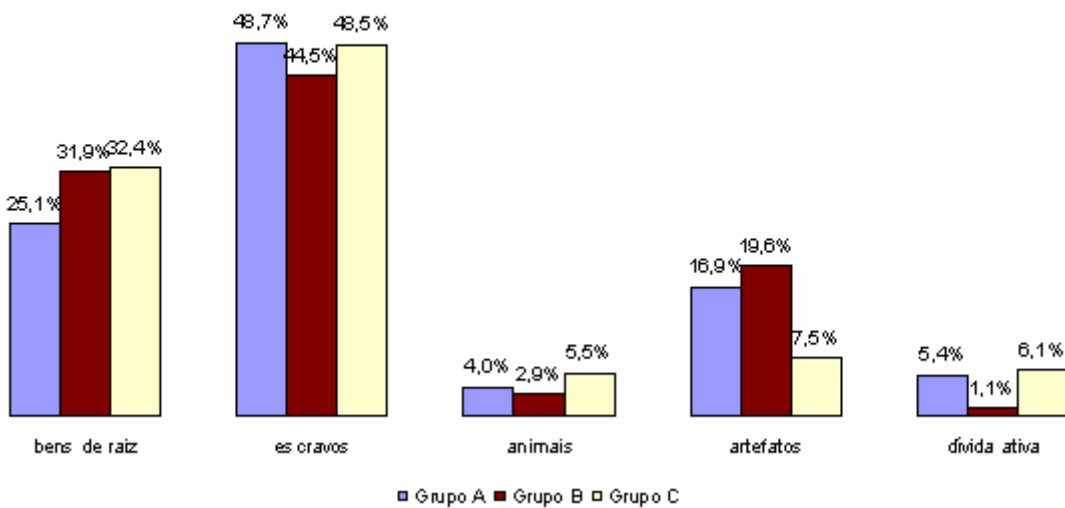
**Gráfico 17**

**Distribuição da riqueza por grupos sociais 1840 - 1849**



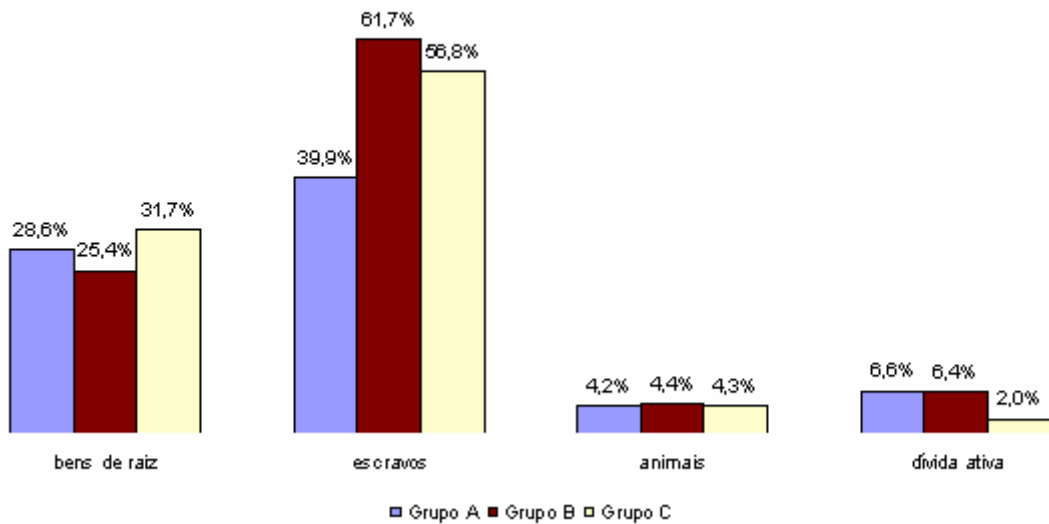
**Gráfico 18**

**Distribuição da riqueza por grupos sociais 1850 - 1859**



**Gráfico 19**

**Distribuição da riqueza por grupos sociais 1860 - 1869**



**Gráfico 20**

**Distribuição da riqueza por grupos sociais 1870 - 1879**

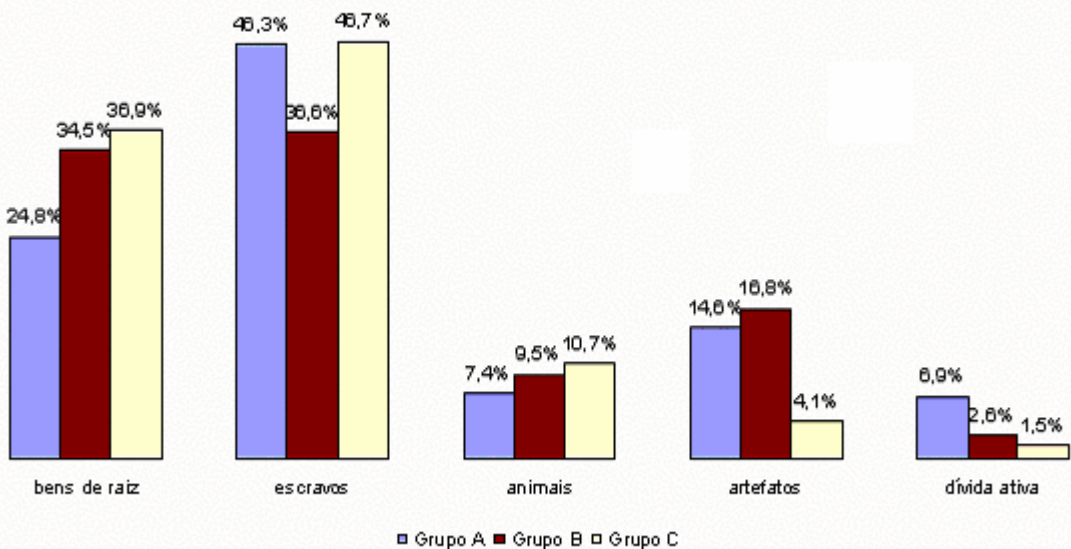


Gráfico 21

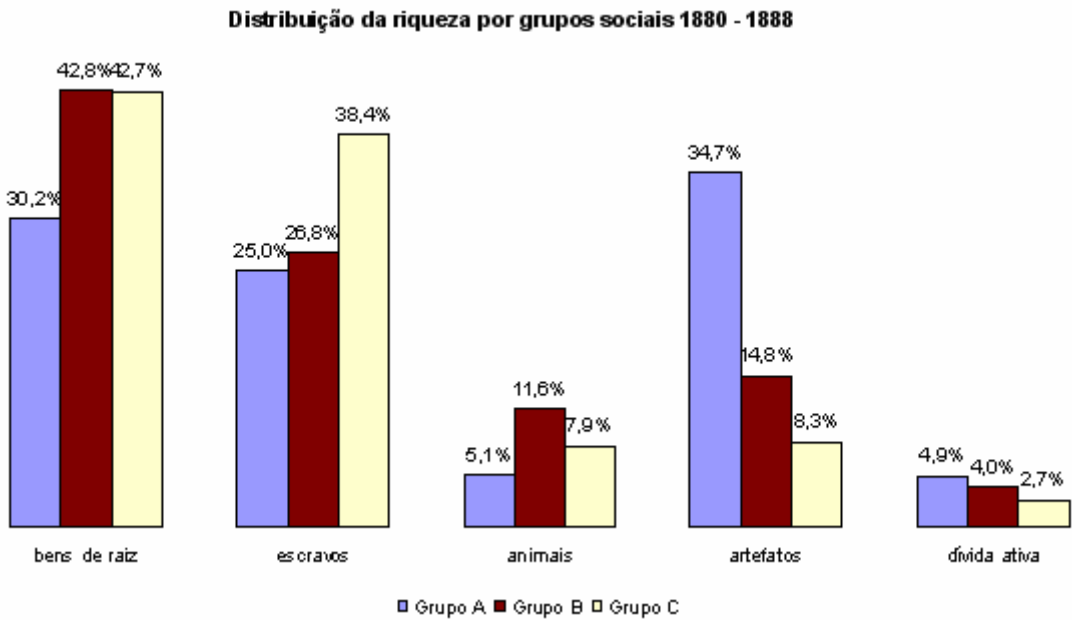
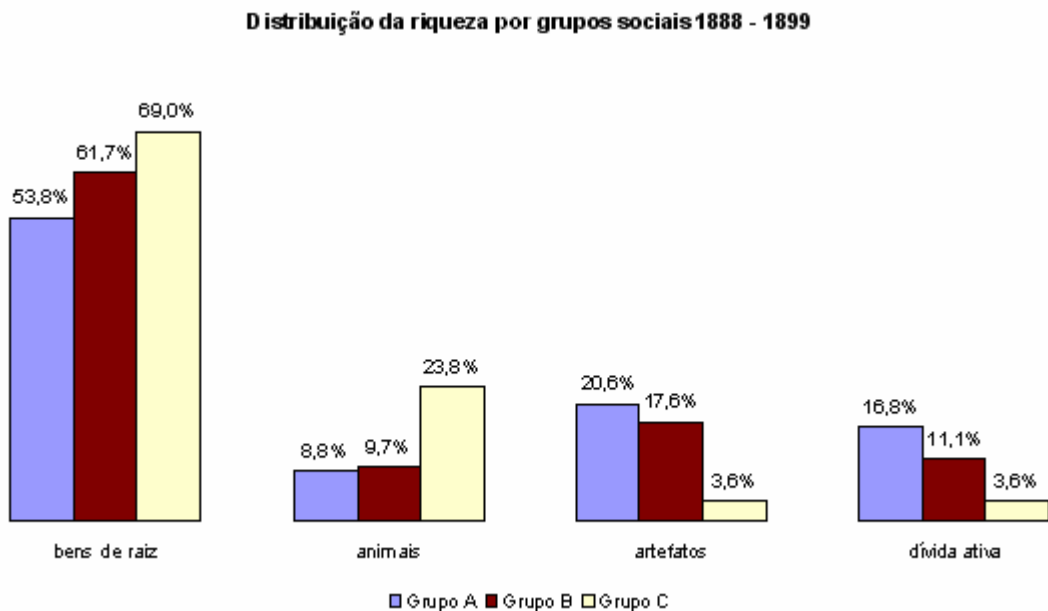
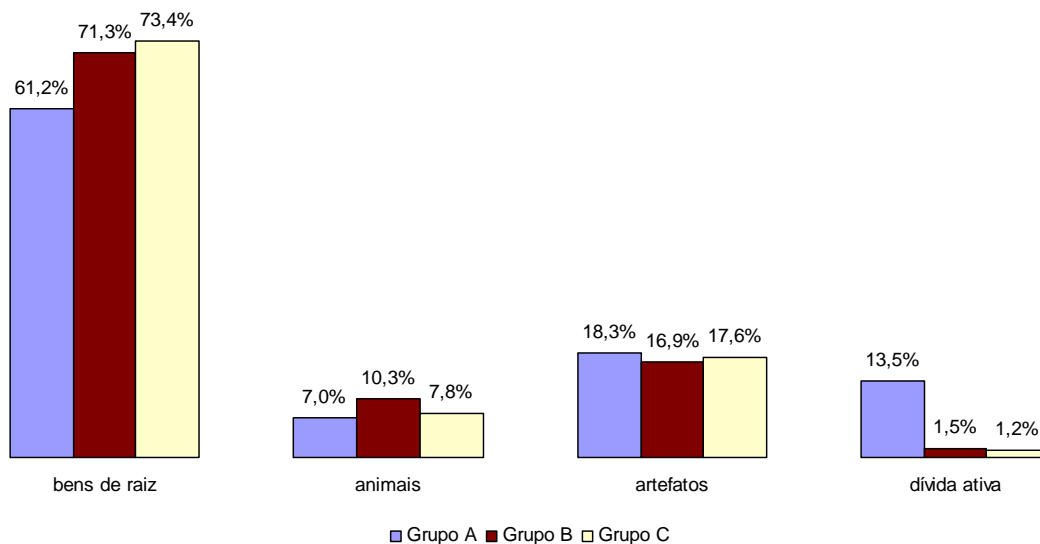


Gráfico 22



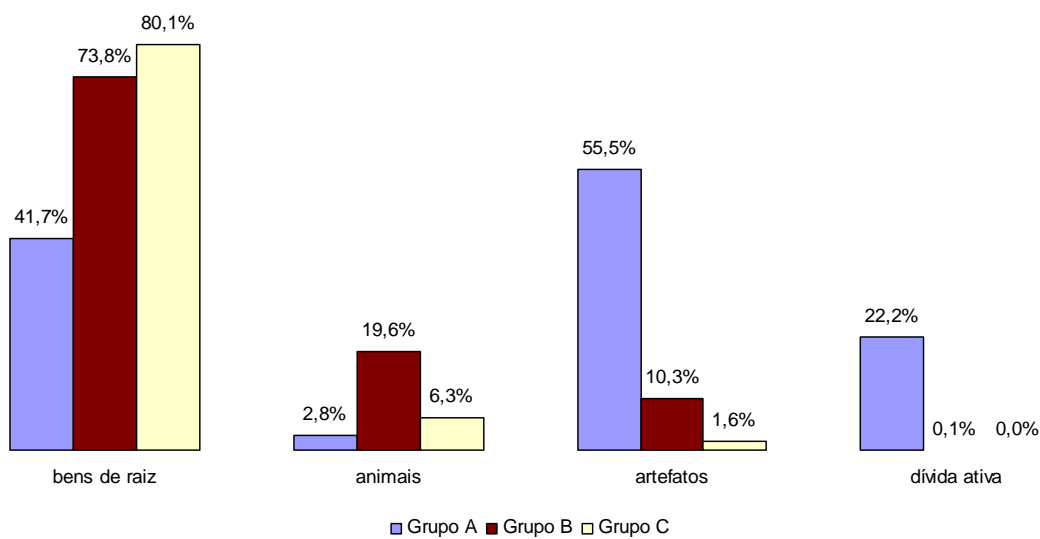
**Gráfico 23**

**Distribuição da riqueza por grupos sociais 1900 - 1909**



**Gráfico 24**

**Distribuição da riqueza por grupos sociais 1910 - 1914**



## Capítulo 4

### Escravidão, terra e crédito em uma sociedade de transição

**Figura 6:** Cadeia e Câmara Municipal de Bonfim, século XIX



Fonte: Arquivo Municipal de Bonfim/MG

## 1- Faces da mesma moeda: escravidão e riqueza às vésperas da abolição

A procedência dos problemas que originaram esta pesquisa esteve, fundamentalmente, relacionada à preponderância econômica e cultural que a escravidão representou no vale do Paraopeba até a década de 1880. Mencionar riqueza é também se referir à quantidade de escravos que uma família possuía naquela circunscrição geográfica. Esta foi a realidade social dos paraopebanos até os momentos finais do regime escravista.

A compreensão dos acontecimentos e das reações frente às questões da mão-de-obra cativa e sua abrangência econômica adquire uma dimensão maior se comparada com outras localidades nacionais. Muitos foram os estudiosos que se dedicaram ao tema do trabalho compulsório, bem como a sua representação social nas fazendas, sítios e casas urbanas<sup>1</sup>.

Ao analisar a quantidade de escravos no vale do Paraopeba, nota-se que a média por propriedade não ultrapassou a 8,9 (1850/59). Na década da abolição, esses percentuais

---

<sup>1</sup> Zona da Mata/MG: LANA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira, 1870-1920*. 2ed. Campinas, Editora da Unicamp, 1989. LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais. 1870-1920*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. AMILCO, op. cit., 2001. PIRES, Anderson José. *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora, 1870/1930*. (Dissertação de Mestrado). Niterói, ICFH/Universidade Federal Fluminense, 1993. SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870-1900*. (Dissertação de Mestrado). Niterói: UFF, 2001. ANDRADE, Rômulo Garcia. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata e Minas Gerais, século XIX*. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

São Paulo: LANA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição. Santos: 1870-1913*. São Paulo: Hucitec, 1996. SANTOS: Fábio Alexandre do. *Rio Claro: Uma cidade em transformação, 1850-1906*. (Dissertação de Mestrado). IE/UNICAMP, 2000. TESSARI, Cláudia Alessandra. *Tudinhas. Rosinhas e Chiquinhos. O processo de emancipação dos escravos e os libertos no Mercado de trabalho. Piracicaba: 1870-1920*. (Dissertação de Mestrado). IE/UNICAMP, 2000. BIANCONI, Renata. *Dinâmica Econômica e Formas de Sociabilidade: Aspectos da Diversificação das Atividades Urbanas em Campinas (1870-1905)*. (Dissertação de Mestrado). IE/UNICAMP, 2002. STEIN, Stanley. *Grandeza e Decadência do Café do Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961. DEAN, Warren. *Um sistema brasileiro de Grande Lavoura. 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias. A Evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas: Pontes, 4ed., 1990. PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Estado e Capital Cafeeiro em São Paulo. (1889-1930)*. São Paulo: Annablume/FAPESP; Campinas: UNICAMP, 1999. SALLUM Júnior. *Basílio. Capitalismo e Cafeicultura. Oeste Paulista: 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

Rio de Janeiro: SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão. Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. CHALLOUB, Sidney. *Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. FRAGOSO, op. cit., 1983.

ficaram em torno de 5 cativos por família inventariada, como se pode constatar das tabelas seguintes.

Como o vale do Paraopeba era uma região voltada para o mercado interno e tratando-se, também, de um período em que a escravidão já apresentava sinais de declínio, as médias encontradas têm um significado relevante. Em Salvador, por exemplo, Kátia Mattoso encontrou para o período de 1851/1888 apenas 3,2 escravos por inventário; para essa mesma fase o vale apresentou 7 indivíduos<sup>2</sup>.

Comparando outras realidades, Maria Luiza de Oliveira encontrou para a capital paulista, no período de 1874/1884, 3,9 indivíduos por inventário; o Paraopeba ficou em torno de 6,4<sup>3</sup>. Deve-se ressaltar que as duas localidades até agora comparadas com o vale - Salvador e São Paulo - eram áreas tipicamente urbanas. Isso pode, de certa forma, justificar o baixo número de escravos por família, uma vez que nas cidades a necessidade do trabalho compulsório era menor. De modo geral, estes eram destinados aos trabalhos domésticos e outros serviços de demanda inferior ao mundo rural.

Ao estabelecer uma analogia com regiões eminentemente camponesas, ou aquelas ligadas à pecuária, como o Agreste e o Sertão Semi-árido de Pernambuco, por exemplo, nota-se que as médias encontradas (1777/87) ficaram em torno de 6 escravos por família<sup>4</sup>. Lembrando que entre 1840/88, o Paraopeba registrou 7,2 indivíduos, como se observa nos dados apresentados na tabela seguinte.

---

<sup>2</sup> Ver MATTOSO, op. cit., 1992. p. 638. Os dados gerais apresentados por Kátia Mattoso na tabela 122 da página 638 foram recalculados nesta pesquisa para se chegar à média dos escravos por inventário em Salvador.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, op. cit., 2005. p. 108.

<sup>4</sup> MATTOSO, op. cit., 2003. p. 362.



Tabela 14

Escravos por inventário, quantidade, soma e média em réis, vale do Paraopeba

Décadas	Inv	Quantidade	Média por inv	Média em réis	Média em libras
1840/49	65	528	8,1	368.967	40
1850/59	76	675	8,9	544.238	62
1860/69	82	508	6,2	705.060	69
1870/79	63	484	7,7	773.091	78
1880/88	57	286	5,0	674.339	60
<b>Total</b>	<b>343</b>	<b>2.481</b>	<b>7,2</b>	<b>599.510</b>	<b>62</b>

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

Hebe Mattos de Castro, ao estudar o município de Capivary, no Rio de Janeiro, decompôs a documentação inventariada em dois tipos segundo a quantidade de escravos: fazendas com mais de 15 cativos e sítios com plantéis inferiores a 15. Das análises aferidas denota-se que os fazendeiros localizados na década de 1855/64 possuíam em média 29 cativos; de 1865/74 caiu para 23 e às vésperas da abolição 25 por fazenda.

Já os sítiantes de Capivary, com propriedades abaixo de 100 ha. de terras, atingiram médias bem menores: em 1855/64 os sítios possuíam em média 8,8 cativos; entre 1865/74 esta ficou em torno de 9,2 e entre 1875/88, o número chegou a 5,8. Tanto as médias de escravos nas fazendas, quanto àquelas encontradas nos sítios são mais expressivas que os cálculos gerais do Paraopeba.

Ao analisar como a posse de escravos (tabelas 19 a 22) do vale estava distribuída nos inventários e na lista nominativa de 1831/32, observa-se que os resultados encontrados completam aqueles até agora anunciados.

A distribuição dos fogos (domicílios) e dos inventários (grupos domésticos) pelos quatro plantéis definidos aqui - pequeno (1 a 3 escravos), médio (4 a 10), grande (11 a 35) e excepcional (36 ou +) – demonstrou que as percentagens de escravos encontrados nas duas fontes primárias citadas são muito semelhantes (tabelas 19 e 20).

Os médios escravistas representaram em torno de um terço da população censitária (33%) e cartorária (35%). Os grandes donos de cativos obtiveram na lista nominativa e nos inventários 15% e 19%, respectivamente. Por fim, os proprietários que possuíam uma escravaria acima dos padrões – chamados aqui de excepcionais – obtiveram apenas 2% do universo analisado.

Tabela 15  
Tamanho do plantel de escravos por fogo, vale do Paraopeba, 1831/32

Plantel	Fogo	%
Pequeno	794	50%
Médio	527	33%
Grande	231	15%
Excepcional	38	2%
<b>Total</b>	<b>1.590</b>	<b>100%</b>

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes, 1831/32

Tabela 16  
Tamanho do plantel de escravos por inventário, vale do Paraopeba, 1840/88

Plantel	Inv	%
Pequeno	156	45%
Médio	121	35%
Grande	67	19%
Excepcional	6	2%
<b>Total</b>	<b>350</b>	<b>100%</b>

Fonte: AMB/MG, Inventários *post-mortem*, 1840/88

A análise da quantidade de cativos também esclarece algumas questões pertinentes a esta tese. O resultado encontrado na lista nominativa de habitantes (1831) e nos inventários *post-mortem* (1840/88) refletem igualmente a concentração dos escravos na sociedade (tabelas 17 e 18).

Apenas 2% dos inventários foram considerados excepcionais donos de escravos; no entanto, eles concentraram de 11% a 20% dos cativos da amostra. Ao associar os grandes donos de escravos com excepcionais escravistas, nota-se que estes englobavam, juntamente, quase 60% da escravaria da região em estudo (tabelas 17 e 18).

Os escravos restantes ficaram alocados nos pequenos (em torno de 12%) e os médios plantéis (em torno de 30%). Cabe ressaltar que esses dois grupos representavam conjuntamente mais de 80% dos casos analisados. Da mesma forma, eram proprietários de 40% do estoque de mão-de-obra do vale do Paraopeba.

Tabela 17  
Percentagem de escravos por tamanho do plantel nas listas nominativas, vale do Paraopeba, 1831/32

Plantel	Escravos	%
Pequeno	1.396	13%
Médio	3.198	29%
Grande	4.120	38%
Excepcional	2.223	20%
<b>Total</b>	<b>10.937</b>	<b>100%</b>

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes, 1831/32

Tabela 18  
Percentagem de escravos por tamanho do plantel nos inventários, vale do Paraopeba, 1840/88

Plantel	Escravos	%
Pequeno	290	12%
Médio	757	30%
Grande	1.179	47%
Excepcional	271	11%
<b>Total</b>	<b>2.497</b>	<b>100%</b>

Fonte: AMB/MG, Inventários *post-mortem*, 1840/88

### **O que estas análises ajudam na compreensão da realidade social que se configurou no vale do Paraopeba e em outras regiões do Brasil?**

Os dados apontados aqui sinalizam não só a importância econômica da escravidão ainda nos seus momentos finais, mas principalmente como esta influenciou e marcou as relações sociais no Paraopeba. A média de 7,2 de escravos por família (tabela 18), bem

como o alto índice de pequenos (45% e 50%) e médios escravistas (33% e 35%) localizados nas listas nominativas e nos inventários *post-mortem* respectivamente sugerem duas questões fundamentais.

A primeira, já ressaltada neste capítulo, refere-se ao peso da mão-de-obra no vale do Paraopeba. A predominância numérica dos pequenos e médios proprietários de escravos (1 a 3) - mais de 80% casos analisados - deixa evidente que a maioria da população inventariada e censitária estabelecia com esses escravos uma *relação de trabalho do tipo complementar*.

Por isso, o escravo acabou assumindo um peso tão expressivo na economia dessas famílias até os momentos finais do sistema escravista. Possuir de 1 a 3 escravos, por exemplo, garantia a elas um trabalho contínuo e permanente nos sítios e chácaras.

Hebe de Castro, ao estudar o município de Capivary, resalta que:

O número de membros da família capazes de trabalhar e a possibilidade de contar com um ou dois escravos determinava a importância que o trabalho complementar chegava a assumir na reprodução da existência dos menos afortunados<sup>5</sup>.

A descrição da produção agrícola identificada nos inventários *post-mortem* deixou evidente que nas pequenas e médias propriedades rurais plantavam-se diversos gêneros alimentícios, como milho, café, mamona, arroz, feijão e cana. Além disso, foi possível localizar as hortaliças, os pomares próximos às moradias, bem como a criação de pequenos animais. Porcos e galinhas parecem ter tido grande expressão nesse tipo de propriedade mais modesta.

Por outro lado, a fiação e a tecelagem constituíram também uma atividade econômica que agregou muitas mulheres livres e escravas. O fato de encontrar cativas no

---

<sup>5</sup> CASTRO, op. cit., 1987. p. 107.

processo de fiação indica que parte da produção deveria estar ter sido comercializada dentro e até fora da região<sup>6</sup>.

Analisando agora os grandes e excepcionais escravistas percebe-se que, embora representassem uma porcentagem menor da sociedade – 17% nas listas nominativas e 21% nos inventários *post-mortem* –, agregaram conjuntamente 58% dos escravos existentes no vale do Paraopeba. Chega-se à conclusão de que a escravaria era igualmente fundamental à perpetuação e manutenção da produtividade de suas fazendas, até o momento final da década de 1880.

Manter o plantel de cativos até quando isso fosse possível não constituiu por parte dos setores privilegiados da sociedade uma opção, mas representou a única alternativa possível naquele momento. E como se pode averiguar no capítulo anterior, o grupo A – sofreu uma expressiva dispersão de sua riqueza com o fim da escravidão no vale do Paraopeba. As adversidades econômicas identificadas, no final do século XIX, ficaram evidentes nos gráficos referentes à estrutura da riqueza<sup>7</sup>. Mas como se sabe, esse grupo era proprietário, além dos inúmeros escravos “*perdidos*” com o 13 de maio, de outros tantos bens, terras e objetos materiais. **O que de fato, então, ocorreu com esta camada social?**

Os dados cartorários apontam que o visível empobrecimento dos membros mais ricos da sociedade paraopebana fez com que eles migrassem para o setor B. Ou seja, perderam posição social ao se transformarem no grupo intermediário da sociedade inventariada (ver gráficos do capítulo 3).

Outra hipótese para justificar a diminuição das grandes fortunas após a Lei Áurea, já discutida no capítulo dois desta tese de doutorado, seria a migração de parte desse grupo para outras localidades do Brasil, como, por exemplo, a capital paulista, as zonas cafeeiras de São Paulo e outros centros emergentes. Na impossibilidade de averiguar essa

---

<sup>6</sup> MARQUES, op. cit., 2000.

<sup>7</sup> Ver capítulo 3 desta tese de doutorado.

problemática com a atenção que ela merece, por ausência de fontes confiáveis até o momento, fica registrado, no entanto, essa hipótese. E neste sentido, não é demais lembrar que, se os dados cartorários não permitem identificar as possíveis flutuações populacionais, revelam, por outro lado, o movimento social e econômico que marcou o final do século XIX, tanto em Minas Gerais quanto no cenário nacional.

Ademais, a perda expressiva de riqueza material dos grupos mais elevados da sociedade aponta não para uma especificidade da região mineira, mas para o fato de esta questão, como outras observadas neste trabalho, constituir parte daquilo que Fernand Braudel chamaria de *mercado*<sup>8</sup>. Do mesmo modo, pode-se pensar que a cultura escravocrata, o “apego” à escravidão salientado por Roberto Martins, ou a “mentalidade aristocrática” de João Fragoso podem até ter espaço dentro dessa discussão; todavia, existe uma questão mais pungente que tudo isso – a economia<sup>9</sup>.

A política de imigração, como já conhecida e estudada por outros autores, não contemplava regiões voltadas para o mercado interno<sup>10</sup>. Em função disso, nas localidades voltadas para este tipo de produção, a *ordem* do dia foi incentivar e transformar os ex-escravos em trabalhadores livres. E no final das contas, foi isso que aconteceu.

Mas esse processo de transição não ocorreu sem resistência de ambos os lados. A documentação sinaliza que muitos ex-escravos, num primeiro momento, não se submeteram ao trabalho da lavoura e também da tecelagem. As condições do *trabalho livre* que os aguardavam, na verdade, pouca diferença tinham do sistema anterior. Eram livres em tese, mas isso não implicava uma remuneração digna e uma jornada diária condizente aos novos anseios desses homens e mulheres recém libertos.

---

<sup>8</sup> BRAUDEL. op. cit., 1995.

<sup>9</sup> Ver MARTINS. op. cit., 1980. Ver também: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO. Manoel. *O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 – c. 1840*. 4ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>10</sup> LANA, op.cit., 1989.

Por outro lado, os fazendeiros do vale também tiveram grandes dificuldades de lidar com essa nova situação. Imbuídos e viciados no sistema escravista, administraram com resistência a realidade que se configurava no começo da década de 1890. E é neste momento, imediatamente após o fim da escravidão, que a herança escravista deve ter pesado, influenciando e definindo as relações entre os proprietários de terra e seus *novos trabalhadores*. O extrato de jornal da década de 1890 expressa bem as contradições impostas com o fim da escravidão:

**(...) era preciso resolver o problema de substituição imediata do trabalho escravo pelo trabalho livre; pois que o antigo ex-escravo, cansado de trabalhar para seu ex-senhor, sentia-se desanimado e preferia o repouso ocioso, embora, à custa das maiores privações à continuação do trabalho remunerado e livre. Em massa, abandonavam os escravos as fazendas e os estabelecimentos agrícolas desorganizaram-se completamente todo trabalho da lavoura.** Volveu o Brasil suas visitas para o estrangeiro e foi buscar na Europa o braço de que precisava para substituir o braço escravo que libertara pela lei, mais memorável de seus annaes<sup>11</sup>.

Parte do artigo *Comércio, Indústria e Agricultura* mencionado acima deixa transparecer a preocupação com a falta de mão-de-obra, a desorganização material em que se encontravam as fazendas agrícolas e, conseqüentemente, os problemas econômicos gerados com a diminuição da produção dos gêneros alimentícios.

O declínio da riqueza, ocorrido de forma mais visível nas décadas de 1880 e 1890, representou os primeiros indícios da situação discutida no referido periódico. Se em algumas partes do Brasil o problema do trabalho já tinha sido resolvido ou cogitava-se uma solução efetiva para a substituição da mão-de-obra, como, por exemplo, a introdução do imigrante, o mesmo parece que não ocorreu para as localidades do vale do Paraopeba.

---

<sup>11</sup> Ver Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, *Jornal da Cidade de Bonfim*, 08/10/1899, artigo *Comércio, Indústria e Agricultura*. p. 1. A primeira edição do jornal foi em 1898 e tinha como nome O PARAOPEBA, cujo proprietário era o Coronel José Marques da Silveira.

Se o periódico de 1899 ressalta a desorganização das fazendas e a falta de braço escravo, os inventários do mesmo período lembram a expressiva queda no patrimônio, como os **“bens de pouca monta, não só pelo facto da lei de 13 de maio, como pelo usufruto de quarenta anos, e a decadência das propriedades na fazenda que foi de seus avós”**.

Ou ainda:

Diz João Candido da Fonseca que se estando proceder a partilha dos bens que ficaram por sorte de sua mulher Dona Maria Rosa de Oliveira, vem requerer a V. S. Para computar-se em sua meação os seguintes bens: a casa de vivenda, o gado, carrão e bois, bem como os escravos; isto não só para tocar maior quantia aos órfãos em terras que não são sujeitas a deteriorização, bem como por estar os escravos sujeitos a depreciação, em vista da última lei do elemento servil.

Assim espera ser atendido e junta-se aos autos.  
Bomfim, 18 de outubro de 1887<sup>12</sup>.

Faces de uma mesma moeda, os relatos encontrados nos inventários *post-mortem* e nos jornais da época reportam-se, concomitantemente, às transformações da riqueza e da cultura material na transição do sistema escravista.

## **2- O problema do fim da escravidão no vale do Paraopeba**

Como já destacado em outros trabalhos, a região Mineradora Central Oeste, no qual o vale do Paraopeba está localizado, foi no século XIX grande fornecedora de gêneros alimentícios<sup>13</sup>. Do mesmo modo, panos e tecidos de algodão foram constantemente comercializados nos mercados locais e na corte do Rio de Janeiro.

Os dados cartorários indicam que a mão-de-obra escrava foi fundamental na economia paraopebana - das pequenas às grandes propriedades. É preciso enfatizar que o pequeno escravista, embora mais vulnerável e com uma produção em menor escala,

---

<sup>12</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, CPO 62(21), 1887, p. 18.

<sup>13</sup> MARQUES, op. cit., 2000.



marcada muitas vezes pela incerteza – na morte de um membro produtivo da família ou mesmo a perda de um ou dois escravos – participava igualmente do mercado de abastecimento interno. Um mercado voltado para as necessidades do dia-a-dia, que tanto dinamizou a economia da província mineira.

Aspectos da realidade descortinada para o vale do Paraopeba podem também ser identificados para outras regiões brasileiras já salientadas nesta tese. O Agreste e o Sertão Semi-árido, estudados por Versiani e Vergolino, constituem um exemplo notável<sup>14</sup>. Nesta parte do nordeste brasileiro, os escravos representaram até o momento final do regime compulsório a maior parcela do patrimônio das famílias. Assim como no vale do Paraopeba, a escravidão pernambucana marcou de forma incisiva as relações de produção, inclusive na década de 1880.

Outro trabalho interessante do ponto de vista da importância da mão-de-obra escrava é o estudo de Rita de Cássia da Silva Almico. Embora o município de Juiz de Fora estivesse mergulhado numa estrutura econômica do tipo exportadora, a autora ressalta que:

Ao mesmo tempo a posse de cativos permaneceu estranhamente ‘normal’ dentro de uma época de turbulência (final do século XIX), o que indica a necessidade de estudos que ampliem as relações de poder estabelecidas por um pequeno grupo, mas extremamente poderoso na capacidade de reproduzir as relações de dominação. Estes fazendeiros mantiveram a posse de escravos até às vésperas da abolição<sup>15</sup>.

Igualmente importante neste sentido são as análises de Hebe de Castro sobre os efeitos do fim do trabalho escravo no município de Capivary. A autora trabalha com a hipótese de que as implicações da transição foram captadas de diferentes maneiras por fazendeiros e sitiantes. Enquanto que estes últimos foram precocemente atingidos por

---

<sup>14</sup> VERGOLINO & VERSIANI, op. cit., 2003.

<sup>15</sup> ALMICO, op. cit., 2003. p. 23.

dificuldades relativas à reposição de mão-de-obra para a reprodução de sua produção agrícola, os grandes proprietários de terra administraram esta situação de outra maneira.

A questão da crise do trabalho escravo havia sido solucionada pelas elites agrárias locais com uma estratégia de redução do processo de ampliação dos empreendimentos agrícolas, conseqüentemente com as próprias limitações impostas pelo mercado, aproveitando-se dos dividendos da valorização dos plantéis de modo a diversificar investimentos e a ampliar redes de dependências pessoal<sup>16</sup>.

Castro ressalta que a solução encontrada pelos grandes proprietários,

(...) não previa a continuidade de funcionamento das fazendas, mesmo reduzidas em termos da dimensão dos empreendimentos agrícolas, sem a utilização do trabalho escravo. Não foram desenvolvidas na comunidade, como no Nordeste açucareiro, novas formas de utilização do trabalho dos homens livres pobres, ainda no período da crise, que embasasse uma continuidade da extração de sobretrabalho sobre a massa de trabalhadores diretos. A abundância de terras livres no município determinara em todo o período analisado um constante crescimento de uma massa de lavradores pobres, sem condições de integrarem-se nos circuitos regionais de circulação da produção, mas capazes de manter-se, também, relativamente à margem de um trabalho mais constante subordinado à produção local de caráter comercial, mesmo que tivessem suas vidas em parte regidas por relações de dependência pessoal àqueles que controlavam aquela produção. Essas relações pareciam capazes de por si só garantir, para além da compulsoriedade, e a continuidade do fornecimento de força de trabalho. Desta maneira, as perspectivas abolição do trabalho servil se traduziam localmente numa brutal desvalorização dos investimentos em terras e escravos, afastando a entrada de novos capitais (mesmo que medíocres) e produzindo uma estratégia de fuga por parte dos maiores fazendeiros, traduzida na preferência pela liquidez, possibilitada pelo desenvolvimento das estruturas financeiras do Brasil Imperial na segunda metade do século<sup>17</sup>.

A referida autora finaliza suas análises ressaltando que o progressivo definhamento das elites escravistas locais parece ter se processado de diversas formas, “desde as falências espetaculares ao lento empobrecimento no suceder das gerações”<sup>18</sup>.

(...) Com traços impressionistas, a organização agrária revelada pelos dados analisados, configura-se ‘caipirizada’, fundada no trabalho familiar, em baixos níveis técnicos, inclusive no que se refere ao beneficiamento dos produtos cultivados, na fragmentação da propriedade fundiária e em relações de produção

---

<sup>16</sup> CASTRO, op. cit., 1987, p. 67.

<sup>17</sup> CASTRO, op. cit., 1987, p. 67 e 68.

<sup>18</sup> Idem, p. 184.

que mesmo baseadas na propriedade da terra não chegavam a engendrar uma elite agrária claramente diferenciada do conjunto da população local<sup>19</sup>.

A semelhança entre a realidade socioeconômica que se configurou no município de Capivary com o fim do trabalho compulsório e aquela encontrada para o vale do Paraopeba não é mera coincidência. Os efeitos identificados nas distintas regiões do Brasil fazem parte de uma rede de relações econômicas, sociais e culturais que se estabeleceram nas localidades voltadas, sobretudo, para o mercado interno.

Por isso, as ponderações efetuadas até o momento sugerem que é necessário reavaliar o peso da escravidão na economia oitocentista. Do mesmo modo, é preciso repensar a posição estratégica dos escravos na continuidade de um tipo *particular de produção*. Produção essa que se deu não só em Minas Gerais, mas em várias outras partes do Brasil do século XIX.

Investir em localidades, municípios, vales e regiões que ainda não foram contemplados a partir dessa perspectiva de análise pode elucidar temas concernentes ao mercado de abastecimento interno e à transição do trabalho no Brasil. Permanecem, ainda, desconhecidos importantes aspectos relativos à escravidão brasileira no final do século XIX, bem como a configuração de suas riquezas após o término do escravismo.

Esse foi o caso do vale do Paraopeba e, certamente, de muitas outras partes do território nacional, como se pode agora concluir.

---

<sup>19</sup> Idem, p. 187.

### **3- A metamorfose da terra: das plantações de cultura aos campos de criar**

O banco de dados cartorários formado de 761 inventários *post-mortem* compõe-se, majoritariamente, de fazendeiros, sitiantes, donos de chácaras e pequenas propriedades rurais. Cerca de 80% dos documentos estudados possuíam algum vínculo com a terra e com a produção de tecidos e algodão. Comerciantes, negociantes de *grosso* trato, funcionários públicos e outras atividades típicas dos centros urbanos não constituíram números expressivos, nem ditaram a economia das localidades do vale do Paraopeba estudadas aqui, com exceção dos artesãos ligados à fiação e tecelagem, presentes tanto no campo quanto nas cidades.

O mundo paraopebano do século XIX era e permaneceu eminentemente rural até o começo da centúria seguinte. A economia (tecelã e de alimentos) e o comércio tinham na terra sua sustentação, pois era dela que se retirava à produção agrícola e era também das propriedades rurais que provinham os gêneros comercializados dentro e fora da província mineira. Destaque para o queijo, o toucinho, os farináceos (de mandioca e milho), o algodão, os tecidos, panos e fios de algodão exportados para a Corte do Rio de Janeiro.

Por isso, investigar a atuação das terras de cultura e dos campos de criar animais – considerando ao longo do tempo suas produções, dimensões físicas e valor comercial - contribui para o esclarecimento de muitas questões relacionadas à estrutura material da sociedade, bem como sua transformação no final do século XIX, com o advento do trabalho livre.

Ao examinar o comportamento das propriedades rurais no vale do Paraopeba, nota-se um movimento que sinaliza, entre outras questões, uma expressiva alteração no tamanho das fazendas e no valor monetário das mesmas. Do grande volume de dados agregados nas

centenas de documentos analisados, optou-se por investigar aqui quatro períodos distintos: 1850/59; 1870/88; 1888/99; 1900/14.

A primeira década, 1850/59, coincide com duas importantes leis que regeram o Brasil naquele momento: a Lei de Terras e a Proibição do Tráfico africano. O segundo momento, 1870/88, contempla não só a Lei do Ventre Livre (1871) e a dos Sexagenários (1885), como também a fase mais marcante do fim do escravismo no Brasil, o que certamente teve implicações diretas no valor dos imóveis e terras em geral. Os dois momentos subsequentes - 1888/99 e 1900/14 - são decisivos para avaliar como as fazendas e sítios se configuraram no vale do Paraopeba, após a Lei 13 de maio.

É preciso deixar claro que não é intenção desta tese estudar a estrutura fundiária, pois isso demandaria inquirir outras fontes primárias, como, por exemplo, os registros paroquiais. Os documentos analisados aqui, os inventários *post mortem*, embora possam, por vezes, subavaliar os preços das terras, permitem, por outro lado, acompanhar no tempo e no espaço o desmembramento das propriedades por meio das heranças e contendas familiares.

Na historiografia brasileira é possível identificar vários estudos que abordaram diretamente a questão das heranças e, conseqüentemente, o fracionamento das propriedades<sup>20</sup>. Acompanhar as sucessivas gerações de uma mesma família, compreendendo como foi distribuída e organizada a terra, bem como quem foi priorizado(a) ou preterido(a) no espólio, constituiu uma das estratégias adotadas por estes pesquisadores.

---

<sup>20</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Senhores da terra-família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1987. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, século XVIII e XIX)*. (Tese do Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994. TERUYA, Marisa Tayra. *Trajetória sertaneja: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba (1870-1970)*. (Tese do Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

Nesta tese optou-se por um procedimento metodológico diferente. Os dados relativos ao tema em questão foram agrupados e distribuídos nos quatro períodos já mencionados: 1850/59; 1870/88; 1888/1899; 1900/1914. As análises centraram, principalmente, na evolução do tamanho das propriedades rurais. O valor das terras de cultura, dos pastos e campos destinados aos animais, assim como a média das propriedades, também, tiveram nesta parte importante destaque<sup>21</sup>.

Pelos dados calculados na tabela abaixo, algumas questões relacionadas ao tamanho e ao valor médio das propriedades no vale do Paraopeba podem ser aferidas. A dimensão de uma propriedade rural no período escravista, 1850/88, era de 91 alqueires e o preço do alqueire girava em torno de 22\$250 réis.

Após a abolição, a extensão das fazendas e sítios sofre um expressivo declínio; dos 91 alqueires encontrados no período pré-1888, a média das propriedades cai para 57 alqueires. No entanto, o valor da terra obteve um vertiginoso aumento de quase 60% entre o final do século XIX e o início do XX, como se denota dos dados relacionados abaixo.

**Tabela 19**  
**Tamanho e valor médio das propriedades rurais do vale do Paraopeba**

Período	Tamanho em alqueires	Valor em réis
1850/88	91	22\$250
1888/14	57	51\$880

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

Ao comparar a realidade desta pesquisa com outros espaços geográficos, observa-se que a terra, no vale do Paraopeba, não fugia ao padrão do alqueire mineiro. Na década de 1850, por exemplo, o valor da terra em Diamantina era de 24\$000 o alqueire; no Serro e

<sup>21</sup> A medida de terra adota foi o alqueire mineiro, que equivale a 4,84 hectares de terras. O alqueire paulista mede 2,42 hectares. (1 hectare = 100 ares)

em Oliveira era de 30\$000; em São João Del Rei chegou a 40\$000. Somente em Paracatu, a terra atingiu apenas 8\$000 réis em meados do século XIX<sup>22</sup>.

As regiões de Minas Gerais mencionadas – o vale do Paraopeba, Diamantina, São João Del Rei, Paracatu, Oliveira e Serro – não estavam vinculadas ao mercado externo. Esta pode ser uma explicação possível para os valores monetários relativamente baixos encontrados no período escravista.

O mesmo não pode ser dito para a Zona da Mata no século XIX e outras regiões cafeeiras, como o Oeste Paulista e o vale do Paraíba<sup>23</sup>. As terras em Juiz de Fora, na década de 1870/88, chegaram a valer 154\$236 réis o alqueire. Para o período de 1889/00, este atingiu 214\$013 réis, enquanto no Paraopeba (1888/14) não passou de 52\$000 réis.

Em relação à dimensão das propriedades é importante salientar que as pequenas e médias propriedades predominavam no vale do Paraopeba. Esta realidade acentuou-se, ainda mais, no período pós-escravista. A divisão contínua dos espólios ao longo do século XIX justifica em parte a expressiva queda no tamanho das propriedades.

O mercado de terras no Paraopeba acompanhou a tendência geral identificada no final do século XIX. A valorização monetária dos alqueires é um reflexo do espírito especulativo em torno dos imóveis após o término do escravismo. No entanto, a comparação com outras realidades que se configuraram no Brasil no começo do século XX e as características internas dos grupos sociais remete a algumas reflexões específicas.

Denota-se deste estudo que os mais ricos – representada nesta tese pelo grupo A – sofreram expressiva dispersão da riqueza no final do século XIX. A migração dessas famílias para o setor B e C pode explicar, como já mencionado, o aumento numérico destes grupos.

---

<sup>22</sup> Ver Arquivo Público Mineiro, Códices 570 e 665.

<sup>23</sup> ALMICO, op. cit., 2001 e MARCONDES, op. cit., 1998.

Por outro lado, é possível pensar que, com o fracionamento da “elite” e a tensão econômica presente no período da transição da mão-de-obra escrava, o acesso à terra por grupos menos favorecidos pode ter sido uma realidade. Dentro desse grupo não é exagero supor que agregados, roceiros e até ex-escravos pudessem adquirir – por meio de compra, doação ou concessão temporária, pequenas porções de terra.

Foram localizados alguns testamentos que reforçam esse argumento. Por isso, não era incomum, por exemplo, que senhores de escravos declarassem em seus testamentos não só a alforria de alguns membros do plantel, bem como faziam concessão de terras e doações de bens materiais, como atestam os exemplos extraídos de vários documentos analisados:

Diz dona Julia romana da costa, filha e herdeira do finado João da costa Guimarães, e que se acha inscrita na lista de herdeiros com o nome de Julia Maria de Jesus que, tendo sido inventariada, como do espólio do dito seu pai uma escravinha de nome Minervina, que lhe havia sido dada pelo mesmo; e porque a suplicante, pela criação que fizera desta escravinha, lhe tenha todo amor vem requerer a V. S. Se digne mandAr que, junta esta aos outros se de na partilha, à suplicante a referida escrava para sua liberdade, cuja desde já a suplicante concedeu-lhe.  
Julia romana da costa <sup>24</sup>.

Deixo meu escravo André gozando de sua liberdade como se nascera de ventre livre, isto pelos anos que lhe tenho e pelos bons serviços que me tem prestado declaro que falecendo em qualquer parte onde for o meu falecimento quero ser sepultado na matriz ou capela que forma mais vizinha e o meu corpo será envolvido decentemente e economicamente<sup>25</sup>.

Deixo por forro os meus escravos Necezio pardo ferreiro, Pedro africano, Joaquim Crioulo, Joaquim Ignácio Africano, Maria das Mercês Crioula e Bemvinda Crioula que estarão no gozo de sua liberdade desde o dia do meu falecimento. Deixo a cada um dos meus escravos e escravas que me sobreviverem a quantia de 20000 réis como pecúlio a fim de facilitar as emancipações cujas quantias serão tiradas da minha terça. Deixo a minha Tenda maior de Ferreiro com todos os seus pertences ao meu liberto Necezio pardo (...) Declaro que tanto os meus libertos já declarados, como os meus escravos que se forem emancipando tenham enquanto forem vivos conjuntamente com meus herdeiros o usufruto das terras que possuo no lugar denominado Gambá,

---

<sup>24</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, CPO 37(02), 1876. (Grifos nossos)

<sup>25</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, CPO 68(13), 1873.



haja confirmação que cada um destes por falecimento essas terras ficaram pertencendo aos meus herdeiros<sup>26</sup>.

#### 4- As terras de cultura e os pastos de criar animais

Os dados analisados nas tabelas 20 e 21 apontam um movimento inversamente proporcional entre o tamanho e o preço das terras cultiváveis e dos campos e pastos. Ou seja, com o avanço do período nota-se um expressivo declínio da dimensão média das propriedades; em 1850 as terras de cultura ficaram em torno de 96 alqueires, no começo do século XX, este valor baixou para 43.

Ao agrupar os dados em dois períodos, esta realidade fica ainda mais evidente. Em 1850/1888, o tamanho médio das propriedades que possuíam terras de cultura era de 80 alqueires; entre 1888/1914, ficou em torno de 50 alqueires. Isso significa dizer que, entre o Império e a República, o tamanho das fazendas e sítios que possuíam terras de cultura declinou 38% em suas proporções

**Tabela 20**  
**Tamanho e valor médio das terras de cultura no vale do Paraopeba**

Períodos	Tamanho médio das propriedades	Valor de um alqueire de terra de cultura
1850/1859	96	19.442
1870/1888	71	25.992
1850/1888	83	22.717
1888/1899	56	50.879
1900/1914	43	57.818
1888/1914	50	53.570

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

<sup>26</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, CPO 03(15), 1885.

Ao avaliar os valores das terras de cultura percebe-se, ao contrário, um aumento em todos os subperíodos destacados na tabela 20. Só para se ter uma idéia dessa valorização monetária, basta comparar, por exemplo, dois períodos. Na década da Lei de Terras um alqueire custava 19\$442 réis; entre 1900/1914 este chegou a custar 57\$818 réis. Denota-se dessa importância monetária uma valorização de 66%.

Ao analisar os pastos e os campos de criar animais, um outro movimento pode ser aferido. Diferentemente das melhores terras da região, o estrangulamento dos pastos foi bem menor. De 42 alqueires no período de 1850/88, os inventários mostraram que na fase subsequente (1888/1914) chegaram a compor uma média de 40 alqueires por fazenda. Por outro lado, a valorização das terras destinadas à criação de animais teve uma valorização significativa; em torno de 39%.

**Tabela 21**  
**Tamanho e valor médio dos pastos e campos de criar no vale do Paraopeba**

	Tamanho médio das propriedades	Valor de um alqueire de pasto/campo
1850/1859	37	13.639
1870/1888	46	18.876
1850/1888	42	16.258
1888/1899	37	41.534
1900/1914	44	41.458
1888/1914	40	41.492

Fonte: AMB/MG, inventários *post mortem*

Algumas reflexões podem ser apreendidas dos resultados até agora apresentados. O declínio de quase 40% do tamanho das terras de cultura sinaliza um surpreendente

fracionamento das propriedades ao longo do século XIX e o começo do XX. Embora não tão expressivas, os pastos também diminuiram suas dimensões geométricas.

No caso específico do vale do Paraopeba, três fatores podem justificar a expressiva diminuição das propriedades no encerrar do século XIX. Além da divisão dos espólios deve-se atentar também para a dispersão da riqueza das famílias. A queda do patrimônio e o empobrecimento gradual de determinados grupos sociais devem ter contribuído para o fracionamento dos imóveis em geral.

Por fim, não se deve desconsiderar o esgotamento do solo ao longo dos três séculos de exploração indiscriminada. Algumas propriedades, antes destinadas às plantações e culturas, podem ter se transformado gradualmente em pastos para criação de animais em função da sua esterilidade e aridez. Isso explica, em parte, por que os campos não acusaram, assim como as terras de culturas, diminuição de tamanho tão explícito.

## **5- Crédito e débito na sociedade paraopebana**

Estudar o desempenho do crédito possibilita decodificar os mecanismos de controle social e as relações econômicas entre os diferentes grupos. Da mesma forma, as dívidas decifram as dificuldades financeiras não só das famílias que as adquiriram, mas possibilita pensar as crises e demandas do mercado regional e externo. Na verdade, trata-se de um jogo financeiro, ou como diria Fernand Braudel, *os jogos das trocas*<sup>27</sup>.

Nesta dança monetária existe sempre uma relação desigual entre os que emprestam e aqueles que necessitam de crédito. Dinheiro que é utilizado para saldar outras dívidas, para melhorar as propriedades, ou simplesmente empregado na demanda do dia-a-dia, como pagar a conta do açougue, da padaria e outras necessidades rotineiras. Situação

---

<sup>27</sup> BRAUDEL, op. cit., 1995.

semelhante também acontecia na cidade de São Paulo no final do século XIX. Segundo Oliveira:

Ser devedor era bem mais usual do que o contrário, já que 42% morreram com dívidas ativas, deixando algo por receber. Era muito corriqueiro entrar em uma loja, levar a mercadoria e combinar o posterior pagamento, assim, como pedir o auxílio, por exemplo, do médico, e pagar no futuro, ou mesmo bater na porta de um vizinho ou parente e pedir algum dinheiro<sup>28</sup>.

O Alferes Luis José de Souza, quando faleceu em 1886, devia ao médico Francisco Moreira da Rocha 144\$000 réis. O conteúdo da receita – figura 7 – fornece alguns elementos para pensar, por exemplo, o valor considerável que uma morte assistida demandava. A quantia destinada ao tratamento médico ultrapassou o valor de todos os seus móveis (95\$0000), utensílios domésticos (30\$000) e profissionais (102\$000)<sup>29</sup>.

A receita indica ainda que os quase dois meses de enfermidade sofrida pelo alferes foram liquidados somente no momento da contagem e partilha dos bens. Cobrava-se por “uma receita” (5\$000) e pouco menos valia “uma informação” (3\$000). A fazenda onde morava o Alferes era longe da cidade de Bonfim; por isso, as viagens do Dr. Moreira da Rocha eram devidamente cobradas – duas no mês de março e uma no mês seguinte, período que coincide com o falecimento do Sr. Luis.

---

<sup>28</sup> OLIVEIRA, op. cit., 2005. p. 135.

<sup>29</sup> O monte-mor do Sr. Luis constava de 7:214\$126 contos de réis e dentre eles nota-se 3 escravos, terras, plantações de arroz, feijão e café.

Figura 7: Receita médica, 1886

32


**CONSULTORIO MEDICO - CIRURGICO**  
do  
**Dr. F. A. M. da ROCHA**  
na  
Cidade do Bomfim.

*Oficinas São Affonso J. de Souza f. ca - Xuxuella*

1886.	Março	12	Uma visita	20,000
"	"	13	Uma visita	5,000
"	"	14	Uma informação	3,000
"	"	"	Uma visita	5,000
"	"	16	Uma visita	5,000
"	"	20	Uma informação	3,000
"	"	21	Uma visita repetida	5,000
"	"	22	Uma visita a 1 visita	25,000
"	"	25	Uma informação	3,000
"	"	27	Uma visita	5,000
"	"	28	Uma visita	5,000
"	"	29	Uma visita repetida	5,000
"	Abril	7	Uma visita	5,000
"	"	8	Uma visita	5,000
"	"	9	Uma informação	3,000
"	"	10	Uma visita	3,000
"	"	13	Uma visita	5,000
"	"	15	Uma visita a 1 visita	25,000
"	"	16	Uma visita	5,000
"	"	18	Uma visita	5,000
				144,000

Bomfim - 28 de Abril de 1886

*Dr. Francisco de Sá Mota e Silva*



Fonte: Arquivo Municipal de Bomfim/Minas Gerais

Voltando à questão das dívidas, sabe-se que na cidade de São Paulo 42% dos inventários possuíam dívidas ativas; no entanto, os percentuais encontrados para o vale do Paraopeba não excederam a 25% do total analisado; 23,9 % para o período pré-1888 e 24,8% para a fase pós-abolição. A comparação os dois espaços geográficos remete a diferenças que evidenciam a dualidade entre um mundo já em franca urbanização – a capital paulista – e um universo marcado fundamentalmente pelo caráter rural – o vale.

A proporção existente entre inventário e dívidas demanda também outras questões. É preciso destacar que as dívidas ativas tiveram um percentual relativamente baixo na composição da riqueza dos paraopebanos. Variou de 1% a 14% dentro de todo o período analisado. Mas ao adentrar os estratos sociais, como se pode constatar do estudo apresentado no capítulo anterior, nota-se que este ativo adquiriu um *status* mais significativo. Na década após a abolição (1888/99) e no último período analisado (1910/14), chegaram a compor respectivamente 14% e 22% do patrimônio das famílias mais ricas da sociedade<sup>30</sup>.

Diferente é a realidade encontrada no vale do Paraíba, que foi estudada por Renato Marcondes. As dívidas ativas nesta região correspondiam a 67,6% do total da riqueza entre 1830/79, enquanto os escravos respondiam apenas 13,8% e os imóveis 14,7%<sup>31</sup>.

Ao abordar a questão da moeda em Capivary, Hebe de Castro ressalta que “dinheiro em espécie ou em títulos era elemento completamente ausente dos inventários locais, qualquer que fosse o montante das fortunas, até às vésperas dos anos 80”<sup>32</sup>. No entanto, a partir desse período “o montante declarado em dinheiro em espécie nos processos

---

<sup>30</sup> Ver capítulo 3. Ver também as tabelas em anexo.

<sup>31</sup> MARCONDES, op. cit., 1998.

<sup>32</sup> CASTRO, op. cit., 1987. p. 66.

analisados somou mais de 50% do total de todas as fortunas inventariadas, representando em alguns casos mais de 80% do total”<sup>33</sup>.

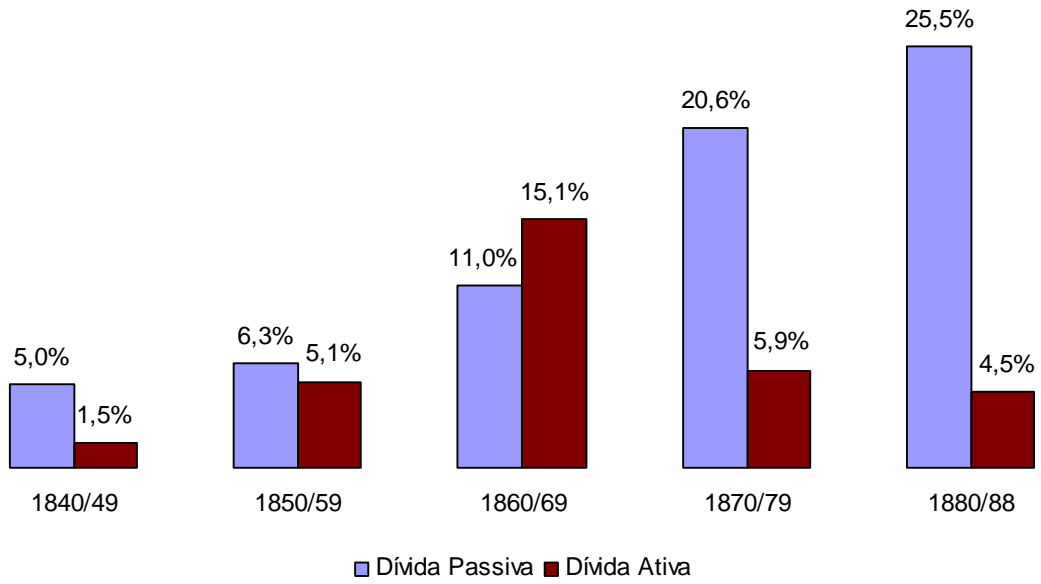
Os gráficos seguintes possibilitam estabelecer uma comparação ao longo de todo o período analisado aqui – 1840 a 1914 - das dívidas ativas (o que se tem para receber) com as dívidas passivas (o que se tem para pagar) da sociedade em geral. A relação entre o crédito e o débito na sociedade imperial foi marcada pela irregularidade, o percentual da segunda foi muito mais expressivo que o da primeira. Já no período pós-escravidão nota-se certo equilíbrio entre elas, ou seja, emprestava-se e adquiria-se empréstimo de forma mais homogênea.

---

<sup>33</sup> CASTRO, op. cit., 1987. p. 66.

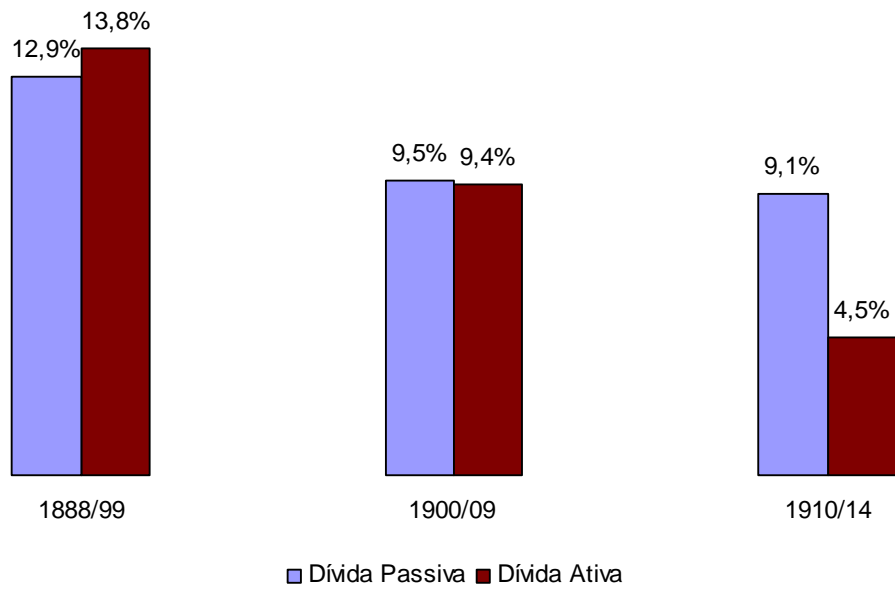
**Gráfico 25**

**Dívidas passivas/ativas em réis - Período Escravista**



**Gráfico 26**

**Dívidas passivas/ativas em réis - Período Pós-escravista**





## 6- As heranças insolventes

Os débitos das famílias, revelados pelas dívidas passivas, são elucidativos na compreensão da estabilidade econômica das localidades estudadas. Ao analisar os inventários *post-mortem*, surpreende-se com os efeitos do fim da escravidão na cultura material das famílias paraopebanas.

Estudando detidamente as dívidas passivas no período pós-1888, nota-se uma *quebradeira* geral. Tal fato pode ser constatado, por exemplo, no expressivo número de famílias que estavam devendo mais que o total de seus patrimônios.

Dos 451 inventários do período escravista, apenas um caso de dívida insolvente foi encontrado. Mas no período pós-1888, dos 310 documentos estudados, 18 casos foram localizados, ou seja, 5,8% da amostra apresentaram problemas quando da abertura do inventário.

No entanto, percebe-se que um número maior de famílias possuía dívidas que correspondiam a mais de 80% de suas riquezas. Considerando também estes casos, o percentual de famílias endividadas sobe para quase 10% da sociedade inventariada.

Os casos localizados foram considerados de grande relevância, pois simbolizam os efeitos diretos das mudanças na economia e no trabalho no final do século XIX e início da centúria seguinte. Em função da importância dos documentos encontrados, procurou-se conhecer detidamente como era o espaço doméstico desses domicílios. A ocupação dos inventariados, seus utensílios profissionais, o mobiliário e outros detalhes da moradia também foram levados em consideração. Enfim, buscou-se indagar quem eram estes indivíduos? Em quais famílias estavam inseridos? A qual o grupo social – A, B ou C – estava vinculado? Qual o motivo de tal endividamento?

Dos 30 inventários encontrados, 28 pertenciam ao grupo C da sociedade, ou seja, possuíam riquezas inferiores a 5:000\$000 contos de réis. Apenas um inventário foi classificado como sendo do grupo intermediário da sociedade. Com uma fortuna calculada em 5:926\$832 devia no entanto 8:761\$102 contos de réis. No caso localizado no grupo A, o inventariado detinha um patrimônio de 21:504\$642 contos de réis; no entanto, devia mais de 85% de seu espólio.

As dívidas se concentravam majoritariamente no setor menos favorecido da sociedade inventariada – o grupo C. Eram em geral pequenos proprietários de terras, possuíam de 1 a 5 bois e alguns cavalos. Quase todos criavam porcos, plantavam milho, feijão, cana e café. Dentro desse grupo de pessoas foram localizados um oleiro e três fiandeiras.

O mobiliário desta gente não passava de alguns *trastes*, como tamboretos velhos de taboas, caixas e catres inferiores. A modéstia de suas casas térreas fazia com que o improvisado fosse constante. O chapa de ferro que servia de mesa na casa de Dona Maria é uma prova da precariedade da cultura material identificada no interior do espaço doméstico.

Parece que os efeitos da transição foram mais proeminentes no meio rural, pois da amostra selecionada aqui apenas duas famílias moravam na cidade. Uma das possíveis explicações concentra-se justamente no fato de que era no meio rural que existia uma porcentagem maior de escravos. Portanto, a perda monetária, proveniente da abolição da escravidão, foi sentida de forma mais direta nas fazendas, sítios e chácaras.

As dívidas insolventes revelam uma situação dramática vivida, quase sempre, pela família do(a) inventariado(a). Tal circunstância deixa transparecer a precariedade material nas quais viúvas e filhos eram mergulhados. Muitos ficaram na miséria, pois tinham que entregar o patrimônio acumulado em décadas para saldar as dívidas do presente.

Dentro desse rol de devedores foram localizados três inventários de mulheres solteiras. Quem eram essas mulheres? O que elas faziam? Ao estudar a cultura material de suas moradias foram encontradas várias rodas de fiar e alguns teares. Panos de algodão, colchas, rendas, objetos de cozinha e um mobiliário singelo também faziam parte do espaço doméstico.

Os inventários do período escravista informam que era comum inventários femininos possuírem de 1 a 3 escravas. Certamente entre as atividades que poderiam exercer no domicílio estava a fiação e tecelagem. O fim da escravidão no vale afetou sobremaneira essas mulheres, que contavam com o trabalho de suas escravas.

Nota-se que a fiação/tecelagem não obteve o mesmo *status* econômico no período pós-1888. Mas neste caso, outros fatores além do fim do trabalho compulsório devem ser cogitados. É no final do século XIX e início do XX que a indústria têxtil ganha propulsão no Brasil. A partir desse momento o tecido industrial ganha não só proeminência na esfera econômica, mas passa ditar outras regras de mercado e consumo.

Os inventários permitem observar essa questão de forma indireta, mas nem por isso menos elucidativa. No período republicano, por exemplo, o número de rodas e teares decresce de maneira significativa. Eles deixavam, pouco a pouco, de ocupar lugar dentro das moradias.

A sobrevivência desses equipamentos no século XX deve-se muito à tradição das mulheres, que não deixaram de produzir seus paninhos. Mas a cadência da produção não era a mesma daquela do período oitocentista. Não é demais lembrar aqui as fazendas mineiras que possuíam grandes plantéis, formados em sua maioria de mulheres africanas, detidas nesta atividade.

Em pesquisa concluída no mestrado foi possível identificar, por exemplo, vários inventários de tropeiros que participavam do escoamento da produção.<sup>34</sup> Nas constantes viagens à corte do Rio de Janeiro e a outras partes da província mineira, esses intrépidos viajantes transportavam nos lombos de burro grande parte da produção têxtil dessas mulheres livres e escravas.

---

<sup>34</sup> MARQUES, op. cit., 2000.

## Capítulo 5

### A cultura material dos grupos sociais

**Figura 8:** Casa comercial, final do século XIX



Fonte: Arquivo Municipal de Bonfim/MG

## 1- Questões teórico-metodológicas que nortearam o estudo da cultura material

Após conhecer a riqueza dos diferentes grupos sociais ao longo de quase oito décadas – 1840 a 1914, faz-se necessário analisar a composição da cultura material dentro dessas mesmas camadas da sociedade. Torna-se imprescindível, do mesmo modo, compreender como eram suas moradias e o seu interior, bem como a analogia dos artefatos com o sistema de trabalho executado vale do Paraopeba. A relação da cultura material com a economia e as atividades desenvolvidas também faz parte dos objetivos delineados aqui.

Cabe lembrar que a grande massa cartorária trabalhada nos capítulos anteriores foi segmentada segundo o seu nível de riqueza: **Grupo A** (acima de 10\$000.000); **Grupo B:** (5\$000.001 a 10\$000.000); **Grupo C:** (até 5\$000.000)<sup>1</sup>. A metodologia aplicada naqueles capítulos buscou agregar, como já mencionado, todo o conjunto de dados cartorários coletados no Arquivo Municipal de Bonfim/MG – 761 inventários *post-mortem* distribuídos entre 1840 a 1914.

A representação social e econômica apreendida da análise quantitativa mostrou-se profícua, pois permitiu verificar o caráter geral da riqueza e o modo como as fortunas oscilaram ao longo das décadas. Da mesma forma, o estudo desenvolvido anteriormente possibilitou identificar a movimentação das terras, das dívidas e do patrimônio privado segundo cinco categorias básicas: bens de raiz, escravos, animais, artefatos e dívidas.

O estudo desenvolvido nesta parte adquire, no entanto, uma outra concepção. A construção da narrativa está alicerçada principalmente em estudo de casos. Neste momento, interessa observar o detalhe, o excepcional, enfim, a singularidade presente nos distintos grupos sociais. Entende-se que esta forma de trabalho, apoiada, portanto, no viés

---

<sup>1</sup> Os demais capítulos desta tese apresentaram também as referências dos valores monetários em libras esterlinas. Nesta parte, no entanto, apenas a moeda réis foi utilizada. Tal procedimento se configurou em função da análise qualitativa destinada às fontes cartorárias. Para um detalhamento das moedas, ver o capítulo 3 desta tese de doutorado.

qualitativo, embora diferente daquela aplicada nos outros capítulos, traz à tona nuances e perspectivas que ajudam na compreensão das mudanças e permanências da cultura material, bem como os referenciais de riqueza e pobreza da sociedade na transição do trabalho escravo para o livre.

A concepção metodológica desenvolvida inspirou-se, sobretudo, no trabalho de Peter Gay<sup>2</sup>. O referido autor estudou a formação da cultura da classe média vitoriana e americana do período que vai da derrota de Napoleão (1815) ao início da Primeira Guerra Mundial (1914). Gay examinou, entre várias questões, a formação das atitudes, das preferências e dos preconceitos da classe média, relacionando temas como a vida familiar, a sexualidade, a ansiedade, a fé religiosa, o trabalho e a arte.

Para tanto, o autor apoiou-se nos diários do austríaco Artur Schnitzler, compositor de várias peças teatrais, romances e contos. Cabe ressaltar também a relação de amizade que Schnitzler estabeleceu com Sigmund Freud e com o qual trocou várias correspondências ao longo de sua vida. Ainda assim, pode-se questionar, como fez Peter Gay, “por que Schnitzler”<sup>3</sup>? A explicação da pergunta que dá início a seu livro direcionou a escolha dos inventários *post-mortem* selecionados para o vale do Paraopeba, como se poderá perceber mais adiante.

Para o autor de “Um século de Schnitzler”, o personagem histórico analisado, entre tantos outros disponíveis na era Vitoriana, não pode ser considerado simplesmente uma “representação” mediana do burguês arquetípico, mas sim uma testemunha fiel de seu tempo, como explica a citação abaixo:

[...] em sua classe social houve muitíssimos outros, anônimos, nascidos no século XIX, menos abastados, menos talentosos, menos articulados – menos neuróticos – isto é, mais representativos do que ele. Se por ‘representativo’

---

<sup>2</sup> GAY, Peter. *O século de Schnitzler. A formação da cultura da classe média. 1815 a 1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>3</sup> GAY, op. cit., 2002. p.11.

queremos dizer ‘mediano’ Schnitzler não serviria a meus propósitos, pois, medíocre seria o último dos epítetos aplicável a ele. No entanto, como descobri durante minha pesquisa, era dotado de qualidades que o tornam testemunha fidedigna e engenhosa do mundo da classe média que pretendo descrever neste livro<sup>4</sup>.

Assim sendo, os inventários escolhidos para a análise, entre muitos outros disponíveis no Banco de Dados, foram selecionados segundo as mesmas concepções de Peter Gay. Mais que representação material da sociedade, os documentos contemplam uma das facetas possíveis da cultura material dos grupos A, B e C. Por outro lado, as histórias descortinadas dos documentos trazem consigo informações que, interpretadas e decodificadas, ajudam a compreender o sentido e a prática social, econômica e cultural dos artefatos.

O desafio do pesquisador em priorizar, entre centenas *de inventários post-mortem*, alguns poucos exemplares, demanda a mesma preocupação metodológica destinada à sistematização das inúmeras informações ao longo de várias décadas. Por isso, antes de analisar os casos específicos que ilustram e, ao mesmo tempo, constituem referências empíricas, elaborou-se um estudo que visa conhecer em detalhes os diferentes itens que compõem a ampla e diversificada categoria dos artefatos, como demonstra a parte desenvolvida a seguir.

## **2- Os artefatos do cotidiano no tempo e no espaço**

A partir dos inventários *post-mortem* identificaram-se 11 itens conforme os dados dispostos na tabela 22. Como artefatos, além da vestimenta, do mobiliário, dos utensílios domésticos e profissionais, dos livros, das jóias e das moedas foram também considerados o dote e o estoque.

---

<sup>4</sup> GAY, op. cit., 2002, p. 11. (grifos nossos)



Receber escravos e animais como **dote** constituía um costume corriqueiro até a segunda metade do século XIX, do mesmo modo que era comum a doação de jóias, roupas, moedas, terras e casas. Em função da materialidade e da simbologia desse tipo de concessão, o dote representa aqui um categoria digna de análise.

Já os elementos que compõem o “**estoque**” referem-se não só aos alimentos (arrobas de café, açúcar, feijão, milho, arroz, mamona etc.) como também às especiarias (nós moscada, canela, pimenta de reino, etc.), os rolos de fumo (aparecem em demasia antes da abolição) e os maços de cigarro (só identificados no período pós-1888). Vidros para armazenar os alimentos, os remédios, as bebidas (vinho do Porto e “aguardente de cá”), os produtos de *toaletes*, como sabonete (só encontrados nos armazéns do vale a partir do início do século XX), água de rosas e essências também integram a categoria denominada nesta tese por estoque.

Demais objetos, como armas (espingarda fulminante, garrucha e revólver), utensílios de selaria (selim inglês, selim português, sella, lombilho, freio e cabeção, esporas de prata e manta), relógios (de corda, de algibeira, de mesa, de parede), instrumentos musicais (harmônicas, sanfonas, pianos, violão, flauta), malas, pentes, penicos e urinóis, só para citar alguns dos muitos exemplos classificados, foram designados, em função de seu caráter genérico, como “**outros gerais**” e “**outros pessoais**”. **Indumentária pessoal e geral, mobiliário, utensílio doméstico e profissional** e demais grupos como **jóias, livros e moedas** serão mais bem delineados ao longo deste capítulo.

As informações dispostas na tabela 22 dão conta da flutuação das porcentagens dos artefatos ao longo do século XIX e início da centúria seguinte. Nota-se que o dote apresentou um peso diferenciado ao longo do período analisado. As décadas de 1850/60; 1870/79; 1880/88 e 1888/99 apresentaram os maiores percentuais: 12% e 28% para os dois primeiros períodos e 23% para a década da abolição e aquela imediatamente posterior. No

início do século XX a menção desse costume praticamente desaparece da lista dos inventários *post-mortem*.

A história do desaparecimento gradual do dote constituiu tema de trabalho de Muriel Nazzari<sup>5</sup>. Para a autora, a concessão de bens às filhas recém casadas era uma tradição européia, trazida pelos colonizadores portugueses, juntamente com o cristianismo e outros hábitos presentes no Velho Mundo. De acordo com a lei e os costumes portugueses, conceder dote a uma filha era uma obrigação dos pais, equivalente ao dever de alimentar e cuidar da prole, e só era restrito pela dificuldade material dos progenitores. Segundo Nazzari,

Na São Paulo do século XVII, a maior parte dos proprietários dava a suas filhas dotes de tal monta que, para o sustento do novo casal, as esposas contribuíam com a maior parte das terras, do gado, das ferramentas agrícolas e dos escravos necessários<sup>6</sup>.

O costume do dote prevaleceu em todo o território da América Portuguesa e também no Brasil Império. A partir do final do século XIX, no entanto, referências a esse respeito tornam-se raras, quase não mais observados pelos inventariantes. Vestidos, jóias e escravos constituem as doações mais comuns entre 1840/88; na fase posterior ao fim do trabalho cativo são gradualmente substituídos pelas terras e animais até o seu desaparecimento quase completo no limiar do século XX, como demonstra a tabela 22.

O “**estoque**” constitui uma outra categoria dos artefatos, pois, além dos mantimentos e do sal, esse grupo era constituído pelas latas, garrações, vidros, canivetes, taboas e papéis. Nota-se que no período pré-abolição havia uma maior frequência de objetos como couro de raposa, ferro, aço fino, bacalhau e caixas de abelhas. Esses elementos comuns no século XIX escravista foram pouco encontrados a partir da década

---

<sup>5</sup> NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>6</sup> NAZZARI, op. cit., 2001. p. 15 e 16.

de 1890, da mesma forma que, a partir do início do século XX, essa categoria passa ter uma importância muito tímida nas fontes cartorárias. Dois fatores podem explicar o fato de alguns itens não serem mais declarados pelos inventariantes<sup>7</sup>. Determinados objetos como o “couro de raposa” e a “carne de tatu” (vendida como iguaria nas vendas e lojas de secos e molhados), em função da sua quase extinção, deixam de ser catalogadas.

Em trabalho anterior foi mencionado que determinados objetos, por não terem valor de mercado, não eram arrolados nas fontes cartorárias<sup>8</sup>. Por isso, é raro encontrar nos inventários do século XIX colheres de pau, roupas brancas de algodão e vasilhame de barro, porque esses utensílios e vestimentas eram confeccionados por homens e mulheres da própria localidade, adquirindo, por essa razão, apenas “valor de uso”.

Era comum aparecer junto à descrição daqueles objetos, como se poderá perceber ao longo do capítulo, a expressão “feita cá”. O contrário também acontecia com os artefatos vindos de outros lugares (do Brasil e do Mundo) e pela adjetivação imagina-se sua origem. Exemplo disso são os “lenços adamescados”, os “sophás ingleses”, as “cantoneiras de mármore”, as “cadeiras de palhinha” e os “vinhos do Porto”.

Dentro desse contexto, pode-se compreender por que alguns elementos, como por exemplo a indumentária, perde espaço no inventário pós-1888 e outros, como as terras e os bens de raiz, ganham expressão no limiar do século XX<sup>9</sup>. Além do fim da escravidão, as mudanças sociais advindas com o novo século - a urbanização e o começo da industrialização, por exemplo – permitiram uma maior penetração e divulgação desses objetos nas cidades grandes e também nas sociedades do interior do Brasil.

---

<sup>7</sup> Para a elaboração de um inventário *post-mortem*, vários profissionais, além do juiz e do advogado, eram envolvidos no processo. Escrivão, testemunhas e louvados figuram entre eles. Costumava-se requisitar três louvados, que eram pessoas que tinham conhecimento do valor dos escravos, dos animais, das terras, das propriedades urbanas e rurais, bem como dos inúmeros objetos e artefatos presentes no interior da moradia.

<sup>8</sup> MARQUES, op. cit., 2000.

<sup>9</sup> Ver os gráficos construídos no capítulo 3.

Por outro lado, a maior circulação (e conseqüentemente maior vulgarização) de bens de consumo, como os já referidos aqui, pode justificar seu gradual desaparecimento das fontes cartoriais do século XX. Os documentos de época, associados à historiografia brasileira, sugerem pensar também que o sentido de *posse* e *seleção* interferiu diretamente na relação dos homens e mulheres e destes com o mundo dos objetos<sup>10</sup>.

Os dados representados na tabela 22 indicam que a indumentária, as jóias, os móveis, os utensílios domésticos e profissionais têm uma concentração mais expressiva nas décadas de 1850/59; 1870/79 e 1888/99. Tal concentração material pode estar relacionada ao inevitável fim da escravidão, pois as duas primeiras décadas mencionadas correspondem respectivamente à proibição do tráfico (1850) e a lei do Ventre Livre (1871); a terceira refere-se justamente ao desfecho do sistema escravista no Brasil.

Apesar disso, no período de 1840 a 1870, identifica-se um forte dinamismo econômico no vale do Paraopeba. Vários são os fatores que sinalizam a euforia material e que deixam marcas nas fontes cartorárias. As maiores riquezas (representadas pelo valor monetário do monte-mor) foram encontradas nestes períodos, assim como vários inventários de tropeiros que circulavam levando e trazendo mercadorias para a Corte do Rio de Janeiro, como já se pôde observar na dissertação de mestrado realizada anteriormente para uma das localidades do vale aqui em questão<sup>11</sup>. Essa maior capacidade de produzir e interagir com mercados diferentes refletiu na acumulação das fortunas privadas<sup>12</sup>.

Ao analisar todo o conjunto de dados disponíveis de 1840 a 1914, identifica-se, assim, dois movimentos antagônicos. Enquanto a fase que vai de 1840 a 1880 representa uma concentração maior de escravos, animais e terras, o período subseqüente (1890 a

---

<sup>10</sup> GAMBARATO, op. cit., 2000. MENESES, op. cit., 2000.

<sup>11</sup> MARQUES, op. cit., 2000.

<sup>12</sup> Ver a análise dos gráficos construídos no capítulo 3 desta tese de doutorado.

1914) adquire outros matizes. Terras, imóveis, animais e artefatos passam a liderar a composição material dos estratos sociais (A, B e C); cada uma dessas camadas assumiu comportamentos distintos, como demonstrou a análise dos gráficos e das tabelas apresentados no capítulo 3 desta tese de doutorado.

Dentre os objetos e artefatos encontrados após a abolição, deve-se ressaltar uma predominância maior do mobiliário, da moeda, dos utensílios profissionais e dos objetos pessoais (pentes, malas, relógios de algibeira, de mesa, de parede e de gôndola, as armas, instrumentos musicais etc.).

Tal situação aponta que são aquelas categorias, ou seja, os utensílios ligados ao sistema de trabalho, ao sistema financeiro e às relações de consumo que, embora discretas, começam a sinalizar mudanças na cultura material da sociedade. Alterações essas que refletem igualmente as oscilações no padrão de vida e na importância social de *possuir* ou não determinados objetos. Nesses casos, fica mais evidente como os *valores de posse e de seleção* começam gradualmente a se impor na sociedade do século XX.

Esta questão será retomada de forma mais incisiva no próximo item deste capítulo. Na parte seguinte poderá se perceber como os grupos sociais absorveram de diferentes maneiras a cultura material configurada ao longo do período aqui analisado, 1840 a 1914.

**Tabela 22**  
**Artefatos do cotidiano por período**

Décadas	1840/1849	1850/1859	1860/1869	1870/1879	1880/1888	1888/1899	1900/1909	1910/1914	Total
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Dote	11	12	3	28	23	23	0	0	100
Estoque	3	15	6	19	14	15	0	28	100
Indumentária Geral	1	28	0	11	30	30	0	0	100
Indumentária Pessoal	8	23	3	5	41	19	0	0	100
Jóia	13	28	6	20	9	20	4	0	100
Livro	2	8	2	53	0	35	0	0	100
Mobiliário	5	9	7	19	10	32	15	2	100
Moeda	1	4	2	8	12	39	31	3	100
Outros Geral	7	21	6	15	11	32	6	1	100
Outros Pessoal	4	16	12	19	8	26	13	2	100
Utensílio Doméstico	10	16	9	21	13	21	8	1	100
Utensílio Profissional	6	8	7	21	10	27	16	5	100

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

### 3- A cultura material da sociedade privilegiada

Diferentemente dos dias atuais, nos quais a ciência parece zombar do tempo, a cultura material das sociedades do passado configurava-se de forma vagarosa, permeada de detalhes, muitas vezes discretos aos olhos contemporâneos acostumado às rápidas mudanças tecnológicas e padrões de conduta. Naquele momento, o “novo” convivia harmoniosamente com o “velho”; por isso, encontramos, em 1856, mais precisamente na cozinha do Capitão Manoel José Parreiras, uma “mesa modelo antigo”<sup>13</sup>.

O espólio da família do Sr. Manoel foi orçado em quase 20 contos de réis, definindo-o como um membro legítimo do grupo A. Era proprietário de três grandes fazendas – a do *Engenho*, a da *Cachoeira dos Amorins* (hoje coberta pelas águas da represa do Rio Manso) e a do *Zagaia*. A casa na vila do Bonfim foi avaliada pelos louvados em quase meio conto de réis, valor considerável, uma vez que não era a habitação principal da família, servindo apenas para as eventuais visitas de fins de semana.

A história descortinada do inventário do Capitão Parreiras ratifica o modo de viver dos grandes fazendeiros do vale do Paraopeba. A *fazenda do Engenho*, de aproximadamente 170 alqueires, constituía sua principal moradia, onde passava com sua família a maior parte do tempo. A descrição abaixo permite identificar a complexidade dessa unidade econômica.

O massame continha casa de sobrado, casa de despejo do lado de cima, paiol, engenho de moer cana com toda a sua cana, uma senzala perto da casa, moinho, tudo coberto de telha e pasto, avaliado pelos louvados em três contos de réis<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 02(77), 1856.

<sup>14</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 02(77), 1856. (Grifos nossos).

A propriedade possuía também pomar, horta de verduras e animais (11 bois, 4 cavalos e 5 suínos). Com o auxílio de 10 escravos podia-se plantar de quase tudo, incluindo neste rol feijão, arroz, milho, algodão, café e, sobretudo, cana-de-açúcar. Na propriedade havia, além das enxadas, foices, martelos, enxós e alavancas, uma “tenda de ferreiro com todos os seus pertences”, “dois moinhos movidos a água”, “engenho de cana movido por bois” e três “carros de bois em bom uso”<sup>15</sup>.

O casamento do Capitão José Manuel Parreiras com Dona Maria Feliciano de Jesus rendeu um prole numerosa: uma dúzia de filhos (8 homens e 4 mulheres). A cultura material identificada no domicílio do casal demonstra que os membros da família viviam confortavelmente se comparados com os padrões da época e com seus pares menos afortunados, o grupo B e C. A espreguiçadeira, as cadeiras de palhinha, o armário com gavetas, “o espelho com caixa, bem delicado com repartimentos” fazem parte de um mobiliário pouco comum, pertencente somente aos mais abastados.

O mesmo se pode dizer para a indumentária encontrada nos armários, nas caixas e frisqueiras. Dentre as peças arroladas notam-se um “vestido roxo”, uma “sobrecasaca”, uma “camisa de algodão fino” e um “chapéu amazona”.

É provável que possuíssem outras roupas de uso pessoal, e outras tantas ligadas ao vestuário de cama e mesa, uma vez que entre seus pertences foram localizadas “uma roda de fiar algodão em bom estado” e “um tear com todos os seus pertences”<sup>16</sup>. Dos artefatos listados neste inventário ressaltam-se, ainda, as jóias e os adornos pessoais como “um par de bichas com pedra roxa”, “duas memórias”, “um argolão” e “um rosário”; tudo em ouro e prata.

---

<sup>15</sup> Idem. As outras duas fazendas – Da Cachoeira dos Amorins e do Zagaia – possuíam 60 e 50 alqueires respectivamente e eram destinadas à produção de milho e cana.

<sup>16</sup> Idem.



**Figura 9:** Museu do Escravo, Belo Vale



Fonte: Estado de Minas Gerais, 01/07/2001.

Uma outra propriedade, a fazenda da Boa Esperança, localizada no distrito de Belo Vale deve ser aqui mencionada. Pela importância histórica dessa construção, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico realizou, em 1975, o tombamento do imóvel<sup>17</sup>. A casa e todos os seus apetrechos (internos e externos) possibilitam ao pesquisador e ao público em geral conhecer distintos modos de vida, sistemas de trabalho e equipamentos dos séculos passados. Inicialmente o sobrado abrigou o Museu do Escravo. Segundo Letícia Julião:

Em 13 de maio de 1988, o Museu foi transferido para um prédio construído para esse fim, no centro da cidade, iniciativa que contou com o apoio da família Jacques Penido, da Prefeitura e da comunidade de Belo Vale. Localizado aos fundos da Igreja Matriz de São Gonçalo da Ponte, erguida em 1764, a arquitetura de fachada do prédio do Museu copia o estilo de residências coloniais mineiras, simulando um cenário urbano. Internamente os cômodos do casarão formam seis salões de exposição separados por paredes e grandes janelas em cantaria, ao gosto barroco. No pátio interno, nos fundos do casarão, foi construída uma espécie de "senzala" na forma de U, também destinada à exibição de acervo<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup>Ver o texto produzido por Letícia Julião no site [http://www.dejore.com.br/museudoescravo/m\\_historia.htm](http://www.dejore.com.br/museudoescravo/m_historia.htm)

<sup>18</sup> Idem

Segundo a mesma autora:

Apesar de dedicado ao escravo, o Museu reúne um acervo bastante variado: arte e objetos sacros, mobiliário de diferentes épocas e estilos, maquinário (relógios, máquinas fotográficas e de escrever, rádios, telefones, etc.) arte e utensílios indígenas, achados arqueológicos, objetos de montaria, instrumentos de trabalho, armaria, instrumentos musicais, utensílios e ornamentos domésticos, louça e prataria, dentre outros<sup>19</sup>.

A associação entre a documentação cartorária, a estrutura interna e externa da fazenda da Boa Esperança (com seus mucharabis, muros de pedra, janelas almofadas, ampla varanda e uma capela, com obras de Francisco Vieira Servas e Mestre Ataíde) e a casa onde hoje abriga o Museu do Escravo constituem referências válidas para se pensar como eram as grandes fazendas e casas abastadas do vale do Paraopeba (ver figura 9).

Para os historiadores interessados na representação material e simbólica dos artefatos, o imponente casarão, o pátio onde se encontra ainda o tronco dos escravos, o muro de pedra confeccionado pelos cativos e a fonte de água defronte à construção compõem um retrato digno de relevo (figura 9).

A fazenda da Boa Esperança, localizada hoje no município de Belo Vale, assim como a Fazenda da Palestina (figura 10), situada na periferia da cidade de Bonfim, são edificações que remontam aos setecentos. No entanto, ao visitar o interior dessas

---

<sup>19</sup> A autora chama a atenção para a falta de critério da coleção. Segundo Julião “Resultado de um colecionismo assistemático sem propósitos científicos ou educativos, o Museu figura como um “mostruário de antiguidades e de objetos raros”, no qual os objetos se justapõem em arranjos inusitados e sem critérios. Desprovido de qualquer conceituação, o caráter meramente acumulativo do seu acervo parece atender aos anseios de muscalização de uma comunidade ciente de seu passado, mas pouco instrumentalizada para a preservação de seu patrimônio. É possível dizer que o Museu do Escravo transita entre um gabinete de curiosidade, que busca dar mostras dos mais diferentes vestígios do passado, abarcando de achados arqueológicos a exemplares de máquinas do século XX, sem qualquer abordagem que permita estabelecer nexos entre os mesmos e a prática museográfica, comum em museus americanos, de simulações de realidades e contextos, a exemplo da arquitetura “colonial” do prédio que o sedia, da construção da senzala e do escravo no pelourinho”. Ver o histórico do Museu do Escravo (e da fazenda da Boa Esperança) realizado por Letícia Julião no site [http://www.dejore.com.br/museudoescravo/m\\_historia.htm](http://www.dejore.com.br/museudoescravo/m_historia.htm).

propriedades, notam-se as transformações advindas dos séculos XIX e XX como, por exemplo, a introdução das vidraças nas janelas e dos forros de madeira da Palestina<sup>20</sup>.

Mais do que auto-representação da moradia abastada, as construções mencionadas possibilitam entender os padrões de riqueza, sofisticação e luxo projetados na cultura local. Autorizam também a identificar a produção econômica e a circulação de bens produzidos e comercializados com a capital mineira (Ouro Preto, depois Belo Horizonte), a Corte do Rio de Janeiro e outros centros urbanos, como São João Del Rey e Barbacena.

**Figura 10:** Fazenda da Palestina



Foto: Cláudia Eliane P. Marques Martinez, 2004.

---

<sup>20</sup> A origem das propriedades corresponde respectivamente à família dos Monteiros de Barros e a de Manoel Teixeira Sobreira, ambos portugueses que vieram à América em busca do ouro das Minas Gerais. Ver Marques, op. cit., 2000.

**Figura 11:** Muro de pedra construído por escravos, Bonfim/MG



Foto: Cláudia Eliane P. Marques Martinez, 2004.

**Figura 12:** *Passinho*<sup>21</sup> e Muro de pedra construído por escravos, Vargem Alegre/MG



Foto: Cláudia Eliane P. Marques Martinez, 2004.

---

<sup>21</sup> Muito comum nas cidades do interior de Minas Gerais, os “Passinhos” representam pequenas Capelas distribuídas ao longo da cidade – geralmente ligam a Matriz a outra Igreja. Cada Passinho ilustra, segundo a Igreja Católica, as paradas de Cristo no calvário final. Na tradicional “Semana Santa”, umas das celebrações mais importantes do catolicismo, a procissão que encena o caminho de Jesus até a crucificação utiliza essas pequenas Capelas para representar a peregrinação cristã.

### **Depois de 1888...**

As fazendas e propriedades rurais das famílias abastadas encontradas no período pós abolição eram, em geral, menores que aquelas localizadas na fase escravista. A metamorfose da terra, tema discutido no capítulo anterior, fornece algumas diretrizes para se pensar o problema. O tamanho médio das propriedades rurais no vale do Paraopeba, entre 1850/1888, gravitou em torno de 91 alqueires, enquanto na fase que vai de 1888/1914 declinou para 57. O inverso se deu com o valor monetário; com 22\$250 réis podia-se comprar um alqueire de terra entre 1850/88, já no começo do período republicando, esse chegou a custar o preço médio de 51\$880 réis.

A dimensão geométrica e o preço dos imóveis na transição do sistema escravista abrem espaço para discussões de outra natureza: as moradias urbanas e rurais também se modificaram no limiar do século XX? O interior das fazendas e das casas citadinas permaneceu imutável frente às novas relações sociais e os novos parâmetros de trabalho que se estabeleceram no final do século XIX?

**Figura 13:** Casa urbana, final do século XIX, Bonfim/MG



Foto: Cláudia Eliane P. Marques Martinez, 2004.

**Figura 14:** Sobrado, final do século XIX, Bonfim/MG



Foto: Cláudia Eliane P. Marques Martinez, 2004.

Como já salientado, observar as transformações materiais da sociedade constitui uma tarefa complexa, uma vez que a cultura se move de forma discreta e lenta. No entanto, essas modificações são mais visíveis nas camadas abastadas porque são elas que absorvem com mais intensidade as novidades do mercado.

Em 1905, localizamos o inventário da fazenda da Boa Esperança no distrito da Boa Morte, já citado neste capítulo<sup>22</sup>. O espólio de Dona Luiza Ferreira de Mendonça, casada com o Coronel José Ferreira de Mendonça, constituiu a terceira maior fortuna do período pós-1888, orçada em 56:337\$620 contos de réis<sup>23</sup>.

Trata-se de uma fazenda excepcional, tanto para os padrões imperiais, quanto para aquele imediatamente posterior ao fim do trabalho escravo no Brasil. No começo do século XX, *Boa Esperança* chegou a possuir 1.015 alqueires de terras, avaliadas em 32:820\$700 contos.

---

<sup>22</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO, 62(21), 1905.

<sup>23</sup> A maior fortuna encontrada para o período pós-1888 foi 66:480\$713 contos de réis, ver Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO, 89(03), 1899. No período pré-abolição foi localizado um inventário com 117:664\$428, ver Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 114(02), 1882.

Entre “os 20 alqueires de mattos virgens, 50 de pasto de mellosa, 305 de campos de criar, 300 de campos de um e outro lado da serra e 340 de terras de cultura” destacam-se, ainda, 7 casas distribuídas na vila e na área rural. No entanto, era na Boa Esperança que o Coronel Mendonça vivia com sua família e o massame da mesma compreendia de

[...] casas de vivenda, um correr de casas no terreiro, engenho de cilindro, engenho de serra, moinho, paiol, uma máquina de manteiga, seva de porcos, algumas cobertas de telhas, um grande pomar, três pastos pequenos ao redor da casa avaliados pelos louvados em 6:000\$000 contos de réis<sup>24</sup>.

Associada a esta descrição sabe-se que boa parte da fazenda era fechada por cerca de arame, contrastando com os muros de barro e de pedras tão comuns na divisão de terras e propriedades do século XIX (ver imagem 11 e 12). Uma vez que os imóveis (ver as tabelas construídas no capítulo 3) passam a constituir o bem mais valioso daquela sociedade, era natural que meios mais eficazes de cercamento e, sobretudo, mais práticos fossem introduzidos. Desdobrar os de fios de arame era, sem dúvida, muito mais rápido do que erguer centenas de metros de muros de pedra ou barro, e neste momento - começo do século XX - sem o auxílio dos escravos.

O novo sistema de trabalho imposto depois de 1888 exigia por parte dos proprietários e trabalhadores adaptações. Adequações que passavam tanto pelos novos arranjos de mão-de-obra (parceiros, meeiros etc.), como também por outras formas de *organização e sistematização* das tarefas. A incorporação de diferentes técnicas e atitudes frente às ocupações, aos equipamentos e aos utensílios constituem apenas alguns exemplos dessa relação que se estabeleceu gradualmente após o declínio da escravidão no Brasil.

Entre os objetos do interior, identificaram-se vários catres, mesas, canapés, cadeiras de palhinha, sophá, armários e guarda louças. O engenho de cilindro, a máquina de fazer

---

<sup>24</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 89(03).

manteiga, o engenho de serra, os pastos e campos de criar animais, a seva de porcos, o moinho, o monjolo, os três carros de bois observados na documentação fornecem as pistas necessárias para a caracterização das principais atividades exercidas naquela unidade produtiva.

Quais são os novos elementos que passaram a compor a fazenda no limiar do século XX? As tabelas e gráficos construídos no capítulo 3 desta tese de doutorado permitiram perceber que o grupo A perdeu posição econômica no pós-1888. No entanto, ao decodificar a cultura material desse estrato privilegiado da sociedade, nota-se uma sensível alteração nos padrões sócio-culturais.

O aparecimento do lavatório, por exemplo, pode ser considerado um exemplo válido para o que foi mencionado acima<sup>25</sup>. O surgimento desse utensílio nos inventários do final do século XIX sinaliza que as famílias estavam mais atentas às novas maneiras de lidar com o corpo<sup>26</sup>.

Jurandir Freire Costa lembra que no final do século XIX houve, por parte do Estado brasileiro, uma preocupação maior com a higiene e a saúde das famílias<sup>27</sup>. E neste sentido, não é demais lembrar que a campanha de urbanização fomentada no começo do século XX, e que tinha o objetivo de atingir principalmente as grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, devem também ter tido repercussão no interior do Brasil.

E dentro dos três grupos sociais explorados aqui - A, B e C - é de se supor que os mais abastados tivessem acesso direto às informações dessa natureza, da mesma forma que absorveram as inovações culturais e as novas práticas de convívio mais rapidamente que seus pares.

---

<sup>25</sup> Ver inventários de números 318, 322, 410, 427.

<sup>26</sup> Ver LE GOFF, Jacques. & TRUONG, Nicolas. *Uma história do corpo na idade média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

<sup>27</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. (2ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.



Para que estas novas regras - poderíamos falar *etiqueta?* - fossem colocadas em prática, denotam-se também transformações na relação *casa/família* e, conseqüentemente, *família/artefato* dos diferentes estratos sociais. Percebe-se ademais que essas relações de oposição começaram a se impor com mais veemência na sociedade brasileira, em especial naquela que se configurou no interior de Minas Gerais. Várias alterações materiais devem ter ocorrido para que essas novas práticas sociais se efetivassem. No caso das moradias do vale do Paraopeba, as vidraças cumpriram um importante papel, possibilitando mais luminosidade e conforto ao interior doméstico (ver figuras 13 e 14).

Os comentários dos viajantes estrangeiros acerca das moradias mineiras no século XIX são dignos de nota. Ressaltavam, entre outras impropriedades, a sujeira e a falta de higiene das cozinhas brasileiras na primeira metade dos oitocentos, independente do grupo social na qual as famílias estavam inseridas<sup>28</sup>.

Por isso, a presença dos lavatórios nos inventários, bem como as descrições sobre o encanamento de água são indicadores de novos padrões sócio-culturais que se impunham lentamente na sociedade. Em 1896, na cidade de Conquista, a casa de Dona Maria Cândida do Espírito Santo, casada com Leonel José da Silveira, trazia a seguinte anotação:

[...] uma morada de casas com cobertura de telha e água dentro, quintal, pasto, fechado de cerca de arame, paiol, e moinho avaliada pelos louvados em 2:000\$000 contos de réis<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> No ano de 2000 a 2001, realizamos junto ao CEDEPLAR/FACE/UFMG uma pesquisa com os viajantes estrangeiros, coordenada pela professora Dra. Concessa Vaz de Macedo. Este trabalho resultou num Banco de Dados composto por vários relatos de viajantes estrangeiros. As informações contidas nos diários (Saint Hilarie, Langsdorff, Luccock, Spix & Martius, Walsh, Pohl, Mawe, Freireyss e D'Orbingy) permitiram perceber, embora não se tenha feito uso sistemático desta documentação nesta tese de doutorado, vários aspectos relacionados à cultura material da sociedade brasileira, em especial a mineira. O século XIX mineiro foi analisado sob perspectiva histórica e econômica; por isso, as observações dos cientistas, pesquisadores e aventureiros que se debruçaram sobre a realidade nacional naquele momento constituem um fonte de pesquisa válida. Além dos respectivos viajantes estrangeiros, devem-se também considerar os diários de Zaluar, Agassis, Suzannet, Expilly e Kidder e de Adéle Toussaint-Samson, que cobrem basicamente a segunda metade do século XIX. Ver nas Fontes Primárias desta tese de doutorado os viajantes lidos e analisados.

<sup>29</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 31(04), 1896.

Outras referências ao encanamento de água também foram identificadas nas fontes cartorárias e serão retomadas ainda neste capítulo. É preciso ressaltar que a água encanada, a torneira (substituindo pouco a pouco o papel dos chafarizes e das bicas), as casas cobertas de zinco<sup>30</sup>, os “pastos tapados de cerca de arame<sup>31</sup>”, a introdução de novas práticas de higiene constituem alguns exemplos que decodificam as transformações da relação estabelecida entre *homens e mulheres com os artefatos da casa e do trabalho*.

Dentro desse contexto, nota-se que o armário, antes encontrado em poucas moradias mineiras, passa a ter uma presença mais significativa no final do século XIX e início da centúria seguinte. Além de mais higiênicas, as moradias mineiras antes repletas de caixote, bruacas e prateleira abertas, adquiriam gradualmente um outro *sistema organizacional*. Com uma divulgação maior desse tipo de mobiliário podia-se, a partir de então, não só abrigar melhor as roupas e os utensílios, como também estabelecer uma outra analogia com o espaço interno das moradias.

Transformações similares foram estudadas por Joel Cornette. Segundo o autor, a introdução do aquecimento doméstico, no decorrer do século XVIII, alterou significativamente os hábitos e o estilo de vida dos parisienses. A partir daquele momento, as famílias burguesas enfrentavam, com mais conforto, o longo e rigoroso inverno europeu. Da mesma forma, homens, mulheres e crianças passaram a evitar doenças e moléstias causadas antes pela umidade e frio excessivos<sup>32</sup>.

Do outro lado do Atlântico, o problema do interior doméstico era de natureza distinta. Quartos mal arejados (as alcovas que resguardavam as “donzelas”) e com pouca luminosidade eram características comuns das moradias. Por isso, a maior disseminação das janelas envidraçadas, como se pode observar das figuras 13 e 14, alteraram

---

<sup>30</sup> Ver o inventário de número 284, citado nas fontes cartorárias.

<sup>31</sup> Ver o inventário de número 436, citado nas fontes cartorárias.

<sup>32</sup> CORNETTE, op. cit., 1997.

sensivelmente não só a fachadas das casas, como também introduziram outras formas de sociabilidade.

Esse acessório da construção civil podia proporcionar ao interior doméstico mais claridade. Ademais, a ventilação, o sol e a umidade passaram a ser mais bem controlados, ajudando a eliminar os “miasmas” e as “exalações maléficas” tão temidas no final do século XIX, em função da proliferação das pestes e epidemias<sup>33</sup>. A vidraça podia também oferecer mais privacidade às moradias, principalmente aquelas localizadas nas vilas e cidades.

Ainda sobre as construções, é comum encontrar no pós-1888 descrições como “casas que serviam de senzala antigamente”, “senzalas antigas”, “um correr de casas no terreiro que servia de senzala”<sup>34</sup>. Mais que representações de um novo tempo marcado, agora, pela mão-de-obra livre, essas edificações denotam ter uma outra função social. Transformaram-se em “casas de despejo”; outras vezes, “o correr de casas” continuou a servir de moradia à grande massa de trabalhadores livres do vale do Paraopeba.

Grande parte do(a)s ex-escravo(a)s, depois da abolição, engrossaram a fileira dos camaradas e jornaleiros. Outros tantos se tornaram agregados, meeiros e parceiros das fazendas, executando todo o serviço e ocupações necessárias. Em geral, recebiam por sua jornada uma diária que podia ser à *seco* (não era fornecida a alimentação) ou à *molhado* (incluía um café no começo da labuta e um almoço servido por volta da 10 horas matutina). Estas questões serão retomadas nos próximos itens deste capítulo.

---

<sup>33</sup> COSTA, op. cit., 1999; SEVCENKO, op. cit., 1993.

<sup>34</sup> Para ver estas referências, consultar os inventários de número 284 e 322, listas nas fontes primárias.

#### 4- De tudo um pouco: as camadas intermediárias do vale do Paraopeba

Edmund Goblot, em seu livro “A barreira e o nível”, apresenta um interessante retrato da burguesia francesa na passagem do século XIX<sup>35</sup>. Especialmente o capítulo que analisa a relação entre classe social e riqueza permite um paralelo com essa pesquisa. Goblot inicia a discussão observando que “se há uma relação entre classes e riqueza, nem por isso essas diferenças se reduzem a uma questão de riqueza”. O autor segue dizendo que a noção de classe é fundamental para dar sentido às palavras rico e pobre. Por isso,

[...] rico é quem é mais rico do que é exigido para viver como se costuma viver na classe à qual se pertence, isto, é quem tem o **supérfluo**. Pobre é que não tem o **necessário**. Mas o necessário e o **supérfluo** são relativos à condição social. A burguesia pobre é aquela que vive sob a perpétua ameaça do que lhe causa mais pavor: o **rebaixamento**”<sup>36</sup>.

Ainda que esta tese não trabalhe com a noção de classe social, as análises de Goblot ajudam na caracterização das camadas médias definidas aqui. É importante ressaltar que, se este capítulo foi dedicado, exclusivamente, ao estudo da cultura material dos grupos (A, B e C), é por que a riqueza (a soma monetária de todos os bens listados no inventário *post-mortem*), embora constitua um elemento de análise válido, não é suficiente para uma definição completa da sociedade.

Assinalar o sentido, a representação e a simbologia da cultura material dos membros mais abastados, bem como o seu oposto, os mais pobres, constitui uma tarefa menos árdua do que a classificação dos indivíduos que se encontram na fronteira dessa bifurcação social. Em função das características do Banco de Dados elaborado nesta tese, foi estabelecido que o grupo B seria retratado aqui por famílias inventariadas que possuíssem uma riqueza definida entre 5 e 10 contos de réis. Os valores são compatíveis

---

<sup>35</sup> GOBLOT, Edmund. *A barreira e o nível: retrato da burguesia francesa na passagem do século*. Campinas, SP: Papirus, 1989.

<sup>36</sup> Idem. p. 35. (Grifos nossos).

com a realidade estabelecida no vale do Paraopeba. Realidade social e econômica essa muito diferente das regiões voltadas para o mercado externo, nas quais os referenciais de riqueza ultrapassam enormemente o padrão estabelecido nesta tese<sup>37</sup>. A associação das informações contidas nos inventários *post-mortem* com as características presentes nas fontes visuais permitiu, em função da identidade entre elas, estabelecer um paralelo entre as duas fontes em questão.

Por isso, as ilustrações tomadas neste capítulo, assim como o texto extraído dos inventários *post-mortem* ajudaram na identificação do que seria um casarão de fazenda (figura 9 e 10) ou um sobrado citadino (figura 14) do grupo A. Da mesma maneira, pôde-se caracterizar a moradia e aspectos da cultura material dos outros dois grupos da sociedade inventariada. Lembrando mais uma vez que essa associação não foi aleatória, mas resultado de intensa comparação entre as fontes visuais disponíveis e o texto cartorário.

Deve-se destacar também a pesquisa de campo realizada no vale do Paraopeba. Investigação que permitiu conhecer detalhadamente sua história, sua população, sua geografia e sua cultura material.

A confrontação dos vários inventários *post-mortem* pertencentes ao grupo intermediário da sociedade paraopebana permitiu perceber uma considerável concentração, no século XIX imperial, de sitiantes, assim como comerciantes e tropeiros. Essa constatação empírica permite aferir que, diferentemente dos negociantes de *grosso trato* estudados por Afonso de Alencastro Graça Filho para São João Del Rei e João Fragoso para o Rio de Janeiro, os comerciantes do vale, em geral, não possuíam riquezas consideráveis<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> Ver por exemplo os trabalhos de MARCONDES, op. cit. 1998; FRAGOSO, op. cit., 1983 e 1992; CASTRO, op. cit., 1987; FARIA, op. cit., 1998.

<sup>38</sup> Ver GRAÇA FILHO, op. cit., 1998 e FRAGOSO, op. cit., 1992.

**Figura 15:** Fazenda típica do setor intermediário do vale, Barreiras/MG



Foto: Cláudia Eliane P. Marques Martinez, 2004.

Os comerciantes Miguel José da Silva Campos (1880) e João José de Salles (1870), os tropeiros Francisco Pereira da Silva (1847) e José Maria Pinto (1848), só para citar apenas alguns exemplos, tiveram suas riquezas orçadas em torno de 10 contos de réis<sup>39</sup>. Ao analisar os inventários desses homens ligados à venda e à circulação de mercadorias, nota-se que todos deviam a diferentes estabelecimentos na Praça do Rio de Janeiro<sup>40</sup>. Esses casos sinalizam o intercâmbio comercial e cultural estabelecido entre o interior e a Capital do Brasil, como já se pôde identificar em trabalho anterior desenvolvido no mestrado<sup>41</sup>.

Analisando a cultura material encontrada nas moradias urbanas e rurais dos referidos comerciantes e tropeiros, uma ampla diversificação social e econômica aflora das fontes cartorárias. Quase sempre possuíam casas na vila e também no campo, onde podiam cultivar plantações e criar animais - inclusive aqueles destinados ao transporte da carga. Para isso, contavam com o auxílio de um pequeno plantel de escravos (de 1 a 5 escravos).

---

<sup>39</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 14(13); CPO 42(04); CPO 64(18); CSO 14(22).

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Ver MARQUES, op. cit., 2000.

Por outro lado, a cultura material descrita nos inventários *post-mortem* deixa transparecer as características (físicas, simbólicas, internas e externas) das propriedades rurais do grupo B. Tais elementos encontrados nas fontes textuais encaixam-se adequadamente nas figuras 15 e 16, permitindo não só decodificar o espaço de moradia como também o modo de vida, o tipo de produção e consumo dos membros das camadas intermediárias do vale.

**Figura 16:** Fazenda típica do setor intermediário do vale, Rio Manso/MG



Foto: Cláudia Eliane P. Marques Martinez, 2004.

Percebe-se que as moradias urbanas, do mesmo modo que as casas dos sítios, eram bem menos complexas que os casarões, sobrados (ver figura 14) e as fazendas do grupo A (ver figura 9 e 10). No entanto, pôde-se notar entre seus membros a mesma diversificação econômica encontrada entre os mais abastados paraopebanos. Assim, suas propriedades podiam ser descritas do seguinte modo:

- uma roça de milho avaliada em 42 carros de milho 252\$000
- uma morada de casas de vivenda com **engenho de cana de pilões**, **trapizonga de mamona**, **2 moinhos**, um com repartimento de telhas e um quarto coberta, **Rancho de tropa**, senzalas unidas as tendas de ferreiro, paiol, vara de porcos

cobertas de telha, coberta de capim, logrador do pasto sendo parte murado de terra e parte de braúnas, quintal tão bem cercados de braúna e mais pertences avaliados em 1:200\$000

- uma morada de casas na vila do Bonfim com seu quintal cercado de pedras avaliadas em 350\$000

- 120 alqueires de terra de cultura avaliados em 2:400\$000<sup>42</sup>.

- uma parte no sítio denominado Pires coberto de telhas com seu **Rancho de Tropa, ferreiro** e quintal cercado de madeira com vários arvoredos, plantações com sejam laranjeiras, e outras de diversas espécies de cultura, **4000 pés de café** sendo o terreiro coberto por um grande rego de água e compreende em roda vários campos de criar os quais partem por um lado com terras do alferes João Pereira de Siqueira e por outro com terras do capitão José Joaquim monteiro de barros e por outro com a **Fábrica de Ferro**. 400\$909<sup>43</sup>.

As descrições mencionadas ratificam a complexidade socioeconômica que envolvia a cultura material do grupo B, representado neste momento pelos inventários dos tropeiros/sitiantes Francisco Pereira da Silva (1847) e José Maria Pinto (1848). Além do transporte e venda de mercadorias, os comerciantes e tropeiros citados neste trabalho investiam em outras atividades econômicas, quase sempre ligadas à produção de alimentos e à criação de animais (suínos e bovinos).

Diferentemente do grupo A, a diversificação das ocupações e atividades parece relacionar-se muito mais à instabilidade econômica a que esse grupo estava sujeito. Assim sendo, ter alguns escravos, uma propriedade no campo e outra na vila, criar animais, cultivar e eventualmente vender o excedente podia assegurar o patrimônio em tempos mais difíceis.

Cabe lembrar aqui as análises de Goblot ao referir-se que a burguesia pobre vivia sob perpétua ameaça do rebaixamento social<sup>44</sup>. No caso das camadas intermediárias do vale do Paraopeba, esse medo parecia eminente. Num momento de enfermidade ou de perda de um membro podia-se alterar drasticamente a posição econômica dessas famílias.

---

<sup>42</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CPO 64(18) (Grifos nossos).

<sup>43</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 14(22) (Grifos nossos).

<sup>44</sup> GOBLOT, op. cit., 1989.



O contrário também podia acontecer. A prosperidade do comércio, a safra bem sucedida daquele ano ou até mesmo o recebimento de uma herança eram capaz de alterar positivamente a posição do grupo B, aproximando-os do setor privilegiado da sociedade. Em ambos os casos, a situação era conjuntural, marcada quase sempre pela imprevisibilidade do acaso.

Analisando agora, por meio de outros inventários, os artefatos presentes nas moradias e fazendas da camada média paraopebana, percebe-se uma miscelânea de produtos. Elementos que oscilam entre o **sofisticado**, o **supérfluo**, o **necessário** e o **reutilizável**. Do mesmo modo, pode-se pensar nas categorias: valor de uso, valor de troca, valor de posse e valor de seleção, já identificadas nesta tese de doutorado<sup>45</sup>.

Assim não é incomum encontrar no interior dessas moradias utensílios domésticos sofisticados, como castiçais, cálices, cafeteiras, faqueiros, terrinas, sopeiras, travessas brancas pertencentes, a princípio, somente ao grupo A. Entretanto, ao observar detidamente as fontes cartorárias, nota-se que esses objetos trazem adjetivos que os caracterizam como “velho”, “ordinário”, “quebrado” e “rachado”; no caso dos tachos de cobre foi localizado até a descrição “uma tacha grande de cobre com o fundo furado”.

O mesmo se pode dizer da vestimenta e do mobiliário. Ponches pretos, lenços adamascados, chapéus de lã, xales, coletes pretos, lençóis de seda, vestidos de cetim cor de rosa, vestido de cambraia bordado, assim como as marquesas de palhinha, os canapés e os espelhos podiam ser adquiridos, em caráter eventual, pela camada intermediária do vale. A diferença está na frequência e no sentido da aquisição, bem como a utilidade permanente que tais objetos passam a representar para aquela família. O valor de uso contrapõe-se, assim, ao de posse. Ou seja, a importância de adquirir um daqueles objetos citados extrapola o estilo estético ou funcional, não importando se o artefato caracteriza-se por

---

<sup>45</sup> Ver no capítulo 1 os autores e obras que discutem esta questão.

“velho”, “usado”, “ordinário” e em alguns casos, “fora de moda”. O que importa para o setor intermediário – aqueles que vivem na fronteira social - é o fato de *possuir* um artefato considerado, pelos membros mais abastados, como sofisticado.

Possuir um vestido bordado, um capote preto, por exemplo, significava que, pelo seu alto valor de mercado (e conseqüentemente a dificuldade de comprá-lo), as famílias que os adquirissem iriam usá-lo até quando fosse possível. Isso significa que a roupa do primogênito seria (re)utilizada e reformada para que os irmãos mais jovens vestissem quantas tantas vezes fossem *necessárias*. É interessante notar que, entre os membros das camadas intermediárias e pobres, o critério de *seleção* (que passa pela possibilidade de escolha) não era considerado em função da frágil situação econômica.

Daniel Roche, ao escrever a história do vestuário, associando-o a uma cultura de aparências, menciona que os inventários rurais da França deixam transparecer a *reutilização* dos objetos, principalmente as roupas, pela burguesia pobre.

Era uma civilização onde o **usado** dominava, ao término de anos de lavação e limpeza com os meios precários, sem detergente eficaz que a cinza das lixívias, ou um raro sabão que aparecia pouco a pouco. Em Poitou, no Limousin ocidental, 50% do guarda-roupa branco ou indumentário era qualificado de ‘usado’; no melhor dos casos **o mau estado de um traje não exigia, como hoje, o seu abandono**. Sua **reutilização** se inscrevia num conjunto de gestos e de valores, nessa transmissão que era feita pela doação, a herança e os mercados de ocasião, e que se via entre pais e filhos nos atos testamentários, entre os ricos e os pobres nas esmolas e nas obras de caridade, nos contratos de casamento, entre patrões e assalariados, [...] <sup>46</sup>.

Nesse sentido, a análise do grupo B torna-se especial na medida em que agrega características mistas e estabelece uma ponte que liga os mais ricos aos membros menos privilegiados da sociedade. Por isso, o inventário do professor e advogado, o Sr. Manoel

---

<sup>46</sup> ROCHE, op. cit., 2000. p. 265, 266. (grifos nossos)

Bernardes da Cunha Cação (1877) traz a tona singularidades e paradoxos presentes nesta camada social<sup>47</sup>.

Com um monte-mor inferior a dez contos de réis, observa-se no interior da sua moradia um complexo mobiliário, exóticos objetos pessoais como a *máquina de bater ovos* e uma rica biblioteca, na qual se destacam os livros: *Acadêmicas por Mente Negra*, *Novo Advogado do Povo*, *Romance do Judeu Errante*, *História dos Gerundinos*, *Tratado do Espírito Humano* e várias outras publicações de História, de Direito, de Filosofia etc.<sup>48</sup>.

Manoel Bernardes era também proprietário de uma moradia urbana sofisticada, localizada na Rua das Flores (atual Avenida Governador Benedito Valadares), avaliada pelos louvados em 1:800\$000 réis. De arquitetura *ellegante*, o sobrado possuía vidraças nas janelas e um quintal cercado de muro de barro. Era proprietário de outra residência menos refinada, avaliada em 600\$00 mil réis e possuía duas partes de casas provenientes de heranças. Além dos bens já mencionados, era proprietário de dois terrenos urbanos e dois pastos no Alto da Cruz, ambos localizados no *entorno* (subúrbio) da cidade.

Percebe-se que boa parte da sua fortuna estava assentada em bens imóveis – mais precisamente 46% do total do patrimônio. Mas era no interior da sua morada que se constata a sofisticação de seus pertences – 54% de sua riqueza estavam concentradas em objetos pessoais, móveis, utensílios domésticos e profissionais, livros etc..

Vasculhando os quartos, salas e cozinhas da sua moradia, descobre-se uma mobília luxuosa e equipamentos sofisticados para os padrões locais. Cantoneiras de mármore, cadeiras de palhinha, cadeiras novas e finas, baús e canastras *de folha* (estanho), cômodas, guarda-roupas, marquesas, canapés de palhinha, armários, estantes de livros, catres de ferro, camas torneadas e catres com cortinados compunham o seu refinado mobiliário.

---

<sup>47</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 17(21).

<sup>48</sup> Ver no Anexo os livros encontrados no inventário do Sr. Manoel Bernardes da Cunha Cação e também do comerciante Antônio Chrispiniano da Silva Campos. Ver inventários Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 13(09) 1896 e Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 17(21).

Notam-se, ainda, inúmeros móveis básicos, como bancos, mesas de variados tamanhos e formatos, caixas e caixotes.

Destacam-se também os adornos domésticos, como quadros de retratos, espelhos dourados, pares de tinteiros de cristal. Entre tantos objetos requintados encontravam-se, ainda, algumas peças exóticas como “duas máquinas de bater ovos” – uma grande e uma pequena –, “uma máquina de água gasosa com defeito” e “um tapete aveludado”. Alguns de seus objetos pessoais, como “a mala de viagem”, sugerem que Cação não ficava restrito ao seu universo. A sua suntuosa biblioteca, os seus instrumentos musicais, como o piano, a flauta e o flautim, reafirmam o caráter cosmopolita de seus pertences pessoais e íntimos.

A vida de Cação, rodeada de luxo e sofisticação, contrastava com a condição do grupo econômico no qual estava inserido e até mesmo com a do grupo A observado no tópico anterior. Do conjunto de inventários que cobriram todo o Segundo Reinado não foi encontrado nenhum outro com características semelhantes.

A cultura material arrolada no inventário de Manoel Bernardes da Cunha Cação simboliza as transformações do século XIX e a possibilidade de um universo material complexo desvinculado, principalmente, da posse de cativos e de grandes fortunas acumuladas quase sempre em terras e extensas propriedades rurais, características essas marcantes do grupo A.

As atividades profissionais desenvolvidas por Cação – professor, advogado e procurador – possibilitaram estabelecer um padrão de vida semelhante aos mais abastados fazendeiros do vale. Por outro lado, sendo o único caso encontrado, reforça o quão importante era a posição da escravaria no conjunto dos bens, definindo e caracterizando o patrimônio, a riqueza e objetos do cotidiano.

A análise das fontes cartorárias do grupo B no período pós-abolição sugere que a riqueza dessa camada social sofreu sensíveis alterações na estrutura econômica<sup>49</sup>. Do mesmo modo, a cultura material refletida nas fontes cartorárias se diferencia, em termos qualitativos, daquela encontrada no período escravista.

O que mais chamou a atenção é a introdução maciça dos fornos, dos fogões e dos fogareiros de ferro e de cobre<sup>50</sup>. A utilidade deles também foi mencionada: serviam para torrar farinha e torrar mamona; lembrando que na fase pré-1888 foram identificados apenas um “fogão de chaminé” e “outro de pedra”.

Embora não tenha sido encontrado nenhum utensílio a gás, o fogão de ferro e de cobre, localizado com mais frequência nas fontes cartoriais do final do século XIX, simbolizava, entre várias questões, outras formas de interação com o trabalho doméstico. Ao mesmo tempo, representava um ponto importante na “modernização” do interior, além de marcar uma relação mais dinâmica entre *gênero e artefato*<sup>51</sup>.

Uma outra questão observada é a mudança de padrão das fontes cartorárias no final do século XIX e que coincide também com a alteração do regime monárquico para o republicano. A admissão do casamento civil em 1889, por exemplo, traduz a interferência mais incisiva do Estado sobre a sociedade civil. Ainda nesta ordem, ressalta-se uma mediação mais direta na saúde (haja vista as campanhas contra a varíola e demais doenças endêmicas que marcaram o começo do século passado) e na educação pública, como atestam as obras de Jurandir Freire Costa e Nicolau Sevcenko<sup>52</sup>.

---

<sup>49</sup> Ver capítulo 3 dessa tese de doutorado.

<sup>50</sup> Ver os inventários de número 322, 372, 400, 401, 364, 434, 459, 467, 458, 386, 258, 372, 316, 318, 461, 241, 463, 243, 392, 426, 242, 388, 242, 410, 299.

<sup>51</sup> Ver CARVALHO, op. cit., 2001. Ver também o artigo já citado nesta tese, de Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, sobre a introdução do fogão a gás na sociedade brasileira no começo do século XX.

<sup>52</sup> Sobre a interferência do Estado na saúde e na educação da população, ver o estudo de SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina. Mentis insanas e corpos rebeldes*. São Paulo: Editora Scipione, 1993. Ver também COSTA, op. cit., 1999.

Os pontos mencionados deixam claro que uma ordem social diferente impunha-se a partir do final do século XIX. Observa-se, por outro lado, que o padrão de avaliação dos bens, assim como os referenciais de riqueza, alteravam-se gradativamente. Por isso, o olhar do pesquisador deve estar vigilante tanto para o surgimento de novos artefatos, quanto para o desaparecimento de alguns itens antes inventariados de maneira sistemática.

O definhamento gradual de determinados objetos como as rodas de fiar algodão indicam que as atividades ligadas à fiação e tecelagem, tão proeminente no século XIX, perdem importância econômica na centúria seguinte<sup>53</sup>. Por outro lado, a quase completa ausência da indumentária nas fontes cartorárias sugere pensar que estas - assim como as colheres de madeiras e jarros de barro nas décadas de 1840/80 – podiam ser mais facilmente adquiridas nos comércios e vendas locais.

A venda do Sr. Jovelino de Souza Parreiras possibilita ao historiador avaliar várias dessas questões, como mostra a ilustração que abre este capítulo (ver figura 8). As mantas (ou baixeiro) de algodão usadas nas montarias, as peneiras com sua múltipla utilidade e os chapéus de sol pendurados nas portas do referido comércio indicam a variedade de produtos dispostos àquela população do interior do Brasil.

De uso pessoal, com os xales e chapéus de senhora, passando pelos utensílios de selaria e pelos equipamentos de trabalho, até aos produtos de armarinho descritos nas notas de compra anexas aos inventários o pesquisador depara-se com uma complexa galeria de artefatos e objetos do dia-a-dia. Nela é possível investigar, em detalhes, como e com o que as famílias se alimentavam e vestiam. O supérfluo e o necessário revelam não só estilos de vida, como importantes aspectos do mercado interno e da economia mineira na passagem do século<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> Ver capítulo 2 desta tese.

<sup>54</sup> Algumas dessas notas de compra foram exploradas por Marques na dissertação de mestrado já citada nesta tese de doutorado.

Voltando analisar a figura 8, percebe-se um aglomerado de pessoas em frente ao armazém que posaram para a foto do começo do século XX. A hierarquia social pode ser identificada tanto na indumentária, quanto no próprio enquadramento dos homens, mulheres e crianças. O vestido de cor preta usado pela senhora que carrega a criança, localizada no centro da fotografia, muito se difere da vestimenta branca (provavelmente de algodão “feita cá mesmo”) usada pelas negras e mulatas; estas se encontram descalças e à margem esquerda da foto. O mesmo se pode notar da vestimenta (casacas pretas contrastando com as calças curtas) e do calçado masculino dos adultos e das crianças.

O motivo da exposição daquelas pessoas para a referida fotografia é desconhecido. Será que elas estavam reunidas para a comemoração de algum evento (social ou religioso) ocorrido na vila? Ou será que foi idéia do próprio dono do estabelecimento (Sr. Jovelino de Souza Parreiras) que, aproveitando a passagem de algum fotógrafo, decidiu registrar aquele momento?

As questões mencionadas ficam apenas na ordem especulativa, uma vez que não se tem maiores informações a respeito. No entanto, a fotografia deixa evidente, assim como a literatura dos viajantes estrangeiros e a historiografia produzida, que os estabelecimentos comerciais do passado (vendas, armazéns e lojas) detinham também uma função social importante dentro da vila e cidades brasileiras dos séculos XVIII e XIX.

Assim como cumprir o ritual litúrgico possibilitava o (re)encontro da sociedade, freqüentar as vendas, lojas e armazéns das cidades interioranas possibilitava aos seus membros o estabelecimento de redes de sociabilidades, além da compra necessária de alimentos e artefatos. Necessidades, prazeres e frivolidades que, associados às bebidas, ao mexerico, à música e à dança, marcaram o ritmo e a vida das localidades mineiras.

Para finalizar esta parte, selecionou-se entre vários extratos de jornais pesquisados na Hemeroteca Pública de Minas Gerais uma crônica de autoria de João Paraopeba,

publicada em 1935. O texto reporta-se ao final do século XIX e constitui, por isso, um depoimento importante. Possibilita identificar vários elementos relacionados tanto à cultura material, quanto ao cotidiano dos habitantes de Bonfim nos “tempos que não voltam mais”.

O documento reproduzido, embora extenso, permite compor um quadro social do vale do Paraopeba no final do século XIX.

*A minha chronica é a chronica da saudade. E eu, velho senti hoje o vazio, uma cousa indefinida, uma cousa que não soube explicar - a saudade de minha mocidade. E procurei um de meus amigos velhos, companheiros de trefega meninice. E lembramos do tempo em que éramos moços, cheios de vida, sem rheumatismo e sem os aborrecimentos e tretas de que sou possuído, devido ao celibato. Com o Zico, então, lembrei-me daquelles bons tempos, e com elle, rememoramos, horas seguidas os dias felizes de nossa meninice e de nossa mocidade.*

*Falo para os moços, para aquelles que não conheceram o Bomfim de então, o Bomfim sem luz, sem estradas e quase nenhuma água. O Bomfim que estava longe do mundo e sem noticias diárias do mundo, era um Bomfim bem diferente.*

*Era um Bomfim, mais Bomfim do que o de hoje: Bomfim festeiro, animado, cheio de vida. Pobre Bomfim de hoje... Como aproveitámos hein Zico, os nossos bons tempos de moços!...*

*Passeavamos muito - íamos a Ouro Preto, naquelle tempo ainda Capital, e como achávamos bonita a cidade de Ouro Preto... Apesar das suas ruas curvas e ladeiras.*

*E' que era a Capital e só por isso bastava para a acharmos bonita. Bello Horizonte ainda era um promessa, e no antigo Curral d'El-Rey, uma infinidade de homem de todas as raças e costumes, fazia a Cidade Vergel. Fomos lá e vimos como os homens trabalhavam.*

*Como era difficil uma viagem a Ouro Preto ou ao Curral d'El Rey: feita a cavallo, em estradas horríveis, acompanhados de nosso bagageiro, o preto e bom Gregório Bahaino, serviçal como poucos. Bons tempos, que não voltam mais.*

*Passemos, agora, a fazer o retrato de Bomfim daquelles tempos. Bomfim era, em linhas geraes, mais ou menos o que é hoje, na parte que podemos dizer fixa, pois, muito poucas habitações foram dahi para deante, construidas.*

*As estradas da cidade eram terríveis, quase que inacessíveis na estação chuvosa.*

*Ruas esburacadas, cheias de matto, verdadeiros trilhos gizezagando entre correr de casas. Tudo abandonado.*

*Naquelle tempo eu já estava adolescente, e era terrível, endiabrado como poucos. Meus companheiros de brinquedo e de menino traquinas, embora mais velhos do que eu, quase todos os rapazes ou rapazinhos, eram o Necesio, o Caetaninho, o Emilio, o João de Souza Maciel, o Oscar e o Juca Marques. Com esses alguns já fallecidos e outros, respeitáveis chefes de familia, é que eu, alta noite, entrava no quintal do João Rangel ou do Xavier, para furtar gallinha para o assado de nossas serenatas. Quantas gallinhas comemos. Assentados na calçada*



das casas de nossas namoradas, a quem, nós, carusos improvisados, já havíamos garganteado os nossos cantares amorosos. Isso tudo fazíamos enquanto os nossos velhos, depois de grandes discussões durante o dia - moreiristas e mariannistas - dormiam o sono dos justos, depois de collocada a tranca na porta. E de madrugada, as janellas, sem barulho, eram abertas, e, de cada uma, sahia um contumaz cantador de serenatas. E sahiamos, pé ante pé, pela rua afóra, a procura dos companheiros, no logar combinado, coleando entre vaccas e porcos que, às centenas, ficavam deitados na rua. Quem quizesse negociar uns 500 suínos, em meia hora, era só dar uma volta pela cidade.

Bomfim era muito commercial. Só na rua de baixo - chamada rua do Commercio, havia mais de dez casas de negócio, mas casas de facto, sortidas, onde se comprava desde o riscado mais grosso ou lenço de mão, até a seda mais fina e bonita. O commercio era feito por tropas, e os viajantes, quase todos portuguezes, vinham montados em bestas bonitas, com arreatas brilhantes de encrustações de prata. E lá no morro appareciam ellas, poeira subindo, e os guisos da tropa annunciando a chegada.

Chegados, ficavam no Chico de Barros, o campeão das aneddotas. Ficavam aqui muitos dias, vendendo de tudo e contando casos de Lisboa e do Porto.

A vida religiosa do Bomfim era a mesma de hoje. Muita reza e muito toque de sino. O padre Ângelo, gorducho e baixote, muito illustrado, conteur admiravel, era também muito severo.

No tempo do Marianno a vida da cidade passou por grandes transformações: Foi feita a iluminação publica a Kerozene, fundado um externato municipal. Foi fundado, também, o Club Santelmo, com reuniões litterarias aos domingos, onde os intellectuaes discutiam tudo. Havia também um Club dançante muito freqüentado, muito animado.

Depois, tudo isso morreu.

Havia duas bandas de musica, ambas mariannistas. Uma dellas é a banda Padre Trigueiro que ainda vive, graças aos esforços ingentes de meia dúzia de amigos da musica. Foi fundada também, embora tivesse pouca duração, uma banda de musica formada por moças, onde appareciam, como das mais eximias musicistas, respeitáveis matronas de hoje.

Aqui e alli, bancas de jogo escondidas, com o 31 imperando. Bom tempo em que só se jogava o 31.

Assim como temos hoje o Jéca e a Custodinha, o Bomfim daquelle tempo tinha o Salvador, muito serviçal e muito honesto, veterano do Paraguay, mas, coitado, scismado que era rei, rei não sabemos de onde, da Abyssinia, talvez. Tinha também o Chico Passarinho, outro typo popular, doido também. Eu me lembro bem que Chico Passarinho ia todas as noites à casa de um chefe político local e que, de casa como era considerado, fechava os olhos e roncava, mas não dormia, porque ficava escutando as conversas políticas e, no dia seguinte, ia, de manhãzinha, levar as novas aos adversários. E com isso o Passarinho recebia seu nikel.

Muita cousa, cousas interessantes tenho para contar, mas deixarei para outra occasião, ficando aqui, em linhas geraes, o Bomfim de meu tempo de menino, o Bomfim que me faz saudades, o Bomfim que não volta mais... JOÃO PARAPEBA<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> *Jornal Cidade de Bonfim*, 11/08/1935. Crônica "Bonfim que não volta mais..."

O texto selecionado acima é exemplar não só porque tonifica a realidade estudada, mas porque demonstra, por meio de um viés particular, as mudanças e transformações da cultura material e da economia de uma das mais importantes cidades do vale do Paraopeba naquele momento. O estilo de vida, o comércio, as estradas, a “iluminação pública a Kerozene”, as “reuniões litterárias aos domingos”, “o club dançante”, bem como o imobilismo econômico do começo do século XX são algumas das questões lembradas pelo cronista. Tais elementos discutidos no texto refletem novos valores e formas de riqueza decorrentes das mudanças políticas do final do século XIX; a mudança da capital mineira é uma delas.

Desta forma, é possível extrair algumas reflexões do texto em discussão. O presente e o passado confrontam-se, dando ao leitor a sensação de dois momentos diferentes (final do século XIX e começo do século XX). A nostalgia de João Paraopeba enfatiza a mocidade perdida, mas por outro lado, deixa transparecer as mudanças sociais que indicavam, por exemplo, novos hábitos e ritmos de vida muito distintos entre o último decênio do oitocentos e as primeiras décadas do século passado.

Permite também perceber alterações no comércio e no cenário citadino. Tais transformações podem ser identificadas na **ausência** de elementos que caracterizaram a vida socioeconômica da referida cidade, tais como as tropas de burros e as várias casas comerciais.

Bomfim era muito commercial. Só na rua de baixo - chamada rua do Commercio, havia mais de dez casas de negócio, mas casas de facto, sortidas, onde se comprava desde o riscado mais grosso ou lenço de mão, até a seda mais fina e bonita. O commercio **era feito por tropas, e os viajantes, quase todos portugueses, vinham montados em bestas bonitas, com arreatas brilhantes de encrustações de prata.** E lá no morro apareciam ellas, poeira subindo, e os guisos da tropa annunciando a chegada<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> Idem.

O comércio efervescente com “*casas de facto, sortidas, onde se comprava desde o riscado mais grosso ou lenço de mão, até a seda mais fina e bonita*” também não mais fazia parte do cenário descrito por João do Paraopeba. Igualmente, os negócios e as *catiras*<sup>57</sup> (*quem quisesse podia negociar uns 500 suínos, em meia hora, era só dar uma volta pela cidade*) não eram mais assuntos comentados nos armazéns e vendas das localidades do vale.

Chegados [os tropeiros e negociantes], ficavam no Chico de Barros [venda], o campeão das anedotas. Ficavam aqui muitos dias, vendendo de tudo e contando casos de Lisboa e do Porto<sup>58</sup>.

O texto de João Paraopeba compõe, como já salientado, um novo quadro social no limiar do século XX. As informações extraídas desse jornal, juntamente com aquelas oriundas das fontes cartorárias, auxiliaram na compreensão do motor que impulsionou as transformações da riqueza e da cultura material dos grupos sociais definidos nesta tese.

Por fim, cabe entender como essas questões efetivaram-se na camada menos favorecidas da sociedade do vale do Paraopeba.

---

<sup>57</sup> Catira era nome popular dado para os pequenos negócios realizados no interior de Minas Gerais e outras partes do Brasil. Quase sempre se negociava um pedaço de terra, um porco gordo, uma vaca leiteira ou um cavalo roliço. Negócios feitos entre conhecidos e o que mais valia era a fidelidade da palavra empenhada.

<sup>58</sup> Ver novamente o *Jornal Cidade de Bonfim*, 11/08/1935. Crônica “Bonfim que não volta mais...”

## 5 - Os membros menos prestigiados do vale do Paraopeba

O grupo C constitui o segmento social mais numeroso da sociedade inventariada. Como observado no capítulo 3, representou em média 70% dos casos analisados entre 1840 a 1914! Esta questão abre brechas para questionar, como já salientado nesta tese, que os inventários *post-mortem* captam somente o setor privilegiado das sociedades do passado.

Também na terceira parte deste trabalho pôde-se avaliar a representação social e a transformação da riqueza dos mais pobres ao longo do período analisado. O fato que mais chamou atenção, naquele momento, foi o aumento (numérico e relativo) dos membros do grupo C no período pós-escravista. Denota-se igualmente daquelas análises que o setor A sofrera uma expressiva dispersão de sua riqueza, praticamente desaparecendo no começo do século XX<sup>59</sup>. A problemática elaborada aqui consiste em perceber se houve ou não mudanças significativas na composição da cultura material do estrato social mais numeroso do vale do Paraopeba.

Para tanto, foi necessário vasculhar e adentrar as moradias das famílias cujo monte-mor era inferior a cinco contos de réis. Afirmar que esse grupo possui menos capacidade de adquirir objetos e artefatos e que suas casas são as mais modestas seria uma constatação óbvia. Por isso, procura-se investigar problemáticas que vão além das funções estéticas das moradias e dos objetos pessoais.

Onde estavam localizadas suas propriedades? De que material as moradias dos menos abastados eram confeccionadas? E por fim, é possível perceber diferenças

---

<sup>59</sup> Em relação a esta questão deve-se atentar também para o fato de que talvez nenhuma grande fortuna foi localizada nos últimos anos desta pesquisa porque nenhum membro abastado faleceu naquele momento. Isto pode sim ter ocorrido. Por outro lado, existem fontes e documentos, como os jornais e os anuários estatísticos, por exemplo, que corroboram com a hipótese da dispersão da riqueza levantada nesta tese de doutorado.

significativas nas moradias do grupo C – com relação os seus objetos pessoais, utensílios e ferramentas de trabalho – tendo como referência as sucessivas décadas de 1840 a 1914?

Como já alertou Fernand Braudel, é difícil identificar a moradia dos pobres porque o frágil material com o qual era confeccionado desapareceu no tempo, deixando poucos vestígios arquitetônicos<sup>60</sup>. Sendo assim, os inventários *post-mortem* constituem aqui uma fonte importante. Permitem, pelo menos nas áreas voltadas para a economia de abastecimento interno, encontrar parcialmente os homens e as mulheres menos afortunados da sociedade.

Em 1851, a “casa térrea muito arruinada quase a cair, coberta de capim no subúrbio da cidade de Bonfim avaliada em 3\$000 réis”, de Dona Constancia Rosa da Silveira, casada com o Sr. Quintiliano de Souza Pinto, constitui aqui um dos muitos casos identificados que ilustram a cultura material do grupo C<sup>61</sup>. Além da moradia localizada nos arrabaldes da cidade, a família de Rosa possuía também “7 alqueires de terra de cultura e campos (112\$000), uma parte no moinho da fazenda do finado (1\$700), um alqueire de campo no logrador (7\$000) e uma quarta de campo no lugar denominado pastinho (1\$500).

Morar perto dos becos estreitos e mal iluminados das cidades oitocentistas parece ser destino dos mais pobres. Assim, a descrição da moradia de Salviano José de Almeida, solteiro, residente em Bonfim em 1876, constitui um outro exemplo digno de nota.

Uma morada de casas sitas na rua dos passos desta cidade divisando por um lado com José Marques da Silveira e por outro por um beco que fica entre as mesmas casas e a de Joaquim Felipe dos Santos, avaliada em 350\$000, mais um terreno na mesma rua do lado de cima avaliado em 60\$000<sup>62</sup>.

Outras famílias tinham mais sorte, como a de José Joaquim Andrade de Resende, casado com Dona Cândida Marta de São Camillo. Em 1879, esta família habitava “uma

---

<sup>60</sup> BRAUDEL, op. cit., 1995.

<sup>61</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 85(16), 1851.

<sup>62</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CPO, 02(09), 1876. (Grifos nossos).

morada de casas térreas cobertas de telhas sitas a rua nova dos passos desta cidade do lado de cima com quintal cercado e um terreno aberto unido às mesmas casas avaliada em 500\$000 réis”<sup>63</sup>. Possuía também uma parte nas casas da Botica, que foram do finado pai do inventariado sitas na Rua Nova dos Passos, avaliada, em 16\$666<sup>64</sup>.

Observa-se, por outro lado, que a moradia do grupo C quase sempre era rodeada por arvoredos de espinho, contrastando com os muros de barro e de pedra das camadas médias e abastadas. A presença de galinheiros e chiqueiros nos quintais e hortas dos menos aquinhoados constituía, como se denota dos documentos, um costume rotineiro.

A habitação dos mais pobres, em geral, nunca recebia arremates, estavam sempre “por acabar”. As terras e propriedades, em geral, eram descritas como *partes, pastos e porção*; não ultrapassavam alguns poucos alqueires como os exemplos aqui mencionados.

A figura 17 constitui um arquétipo que ilustra a propriedade rural do setor C na passagem do século XIX para XX. Embora tenha incorporado alguns elementos da construção moderna, a fundação, as paredes de pau-a-pique, as madeiras do telhado e do porão sinalizam o período histórico da habitação. Por outro lado, revelam um estilo de vida pautado pela simplicidade, característica que marca a cultura material do grupo social em relevo.

---

<sup>63</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO, 91(04), 1879. (Grifos nossos)

<sup>64</sup> Idem.

**Figura 17:** Propriedade típica do setor menos privilegiado, Vargem Alegre/MG



Foto: Cláudia Eliane P. Marques Martinez, 2004.

No período subsequente ao fim do trabalho cativo na região paraopebana, nota-se na descrição das moradias adjetivos e singularidades que expressam sua rusticidade. Os bens de raiz de Manoel José de Almeida, Francelina Maria de Jesus e Antônio dos Santos Pereiras, descritos abaixo, permitem compor, assim, um quadro físico/social da moradia menos abastada.

- uma casa térrea coberta de telha de má construção e velha (100000)
  - um paiol pequeno coberto de telha (45000)
  - uma sexta parte na casa e moinho que foi de Manoel Pereira Cardoso (20000)
  - 1210 ares de terras de culturas abertas em comum com outros condôminos no lugar denominado morro queimado (50000)
  - 484 ares de campos no logrador em comum (18000)
  - 180 ares de terras de culturas unidas as terras do co-herdeiro Manoel Rodrigues de Souza no lugar denominado campo do José pinto (7500)<sup>65</sup>.
- 
- casas de vivenda pequena por acabar e um moinho ordinário (100000)
  - 48 hectares e 4 ares que equivale 10 alqueires de terras de cultura de planta de milho ordinárias (300000)<sup>66</sup>.

<sup>65</sup>Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO, 3(23), 1892. (Grifos nossos)

<sup>66</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 45(12), 1890. (Grifos nossos).

- uma casa deteriorada e desabitada (80000), que cabe a este inventário somente 40.000.
- 15 alqueires de terras de cultura a 50000 cada (750000)<sup>67</sup>.

Por outro lado, observam-se algumas particularidades que começam a modificar igualmente as moradias dos membros menos aquinhoados. Em 1890, Dona Quitéria Soares Pereira, moradora do Arraial de Conquista, possuía uma:

[...] uma casa de vivenda na rua direita do Arraial da Conquista com poucos cômodos, balcão, prateleiras, quintal que vai até a beira do ribeirão, tapado de muro de barro e cercas pelo fundo, com pequeno paiol **e 14 linhas de água que vai dentro do pasto por encanamento e anexo a pequena casinha (700\$000)** e um coche pequeno na casinha (1\$000)<sup>68</sup>.

A divisão das casas em cômodos (quarto, sala e cozinha) e a água encanada que vai até o casebre sinalizam o início de uma nova ordem material. Lembrando, além disso, que é desta época a iluminação pública (a querosene) das ruas e a introdução do fogão de ferro (e o fogão a gás), já analisadas neste capítulo. Tais “modernidades” chegaram também às casas do grupo materialmente mais pobre da sociedade paraoiebana.

Ao visitar o espaço de trabalho e os seus utensílios, percebem-se outras alterações significativas. A introdução do “debulhador de milho americano”, identificado em nove casas, sendo quatro delas pertencentes ao grupo C, é um bom indicador da introdução de novas técnicas, possibilitando uma maior eficácia do trabalho<sup>69</sup>.

No espaço doméstico, o mobiliário constitui outro bom referencial de análise. Como já destacado em pesquisas anteriores, alguns móveis são universais, aparecendo no interior de todas as moradias urbanas e rurais<sup>70</sup>. Bancos, tamboretas, mesas, canastras, caixas, “caixotes de guardar mantimentos” fizeram parte da mobília de todos os estratos

---

<sup>67</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 82(07), 1908. (Grifos nossos).

<sup>68</sup> Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CPO 68(20), 1890. (Grifos nossos).

<sup>69</sup> Ver Arquivo Municipal de Bonfim/MG, CSO 06(12), 1901; CPO 55(07), 1890; CPO 56(08), 1903; CPO 37(15), 1898; CSO 29(06), 1905; CPO 67(02), 1888; CSO 12(07), 1890; CSO 07(01), 1904.

<sup>70</sup> Ver MARQUES, op. cit., 2000.



sociais de 1840 a 1914. Já a “cama fina aparelhada”, a cadeira de palhinha, a mesa com segredo, o sofá, a estante de livro, o criado mudo, a cômoda, o guarda-louça e a “*cama de ferro para criança*” até podem ser encontrados no grupo C, mas constituem a exceção e não a regra.

Outra questão que chama atenção é a diminuição gradual nos inventários *post-mortem* de alguns utensílios, como as rodas de fiar algodão e as tendas de ferreiro. Neste caso, cabe ressaltar que as mudanças na economia e na forma de mão-de-obra devem ter afetado a atividade das fiandeiras e tecedeiras, como já apontado no capítulo dois desta tese de doutorado.

A desvalorização do trabalho manual, com o crescimento das fábricas de tecido e outras formas de industrialização, conseqüentemente afetou o valor monetário (e, portanto o valor de mercado) dos “antigos” equipamentos profissionais antes ligados ao processamento do algodão. Não se fazia mais necessário arrolar nas fontes cartoriais este tipo de utensílio, pois gradualmente perdiam função econômica assim como valor de uso na sociedade de então.

Por outro lado, o carro de boi segue o século XX, permeando todos os estratos sociais, inclusive aqueles considerados menos abastados<sup>71</sup>. Este veículo, movido à tração animal, desempenhou um importante papel no trabalho das fazendas e sítios, além de servir de referência de medida e avaliação da produção das lavouras. É comum encontrar nos inventários *post-mortem* menção “as roça de milho que valem *tantos* carros”.

---

<sup>71</sup> Um importante estudo realizado sobre o carro de bois pode ser encontrado em SOUZA, Bernardino José de. *Ciclo do Carro de Bois no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Série 05, Brasileira. Vol. 15, 1958. Ver, também, PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 261. (23ed.).

A condução movida por bois podia também ser utilizada para transportar móveis e artefatos, como pianos, móveis e outros objetos sofisticados vindos da Corte do Rio de Janeiro, da capital mineira e demais centros urbanos.

Embora o carro de boi não constitua mais um identificador do tipo de transporte e da economia exercida no vale, continua sendo, no entanto, um referencial cultural importante. A festa realizada na cidade de Crucilândia nos meses de julho reúne anualmente até 500 peças (entre antiguidades e réplicas) com suas respectivas “juntas de bois”. Esse meio de transporte e circulação de mercadorias secular sai em desfile pelas ruas da cidade unindo passado e presente, como se pode observar das figuras 18 e 19.

**Figura 18:** Carro de Boi, Crucilândia/MG



Foto: Cláudia Eliane P. Marques Martinez, 2004.

**Figura 19:** Festa do Carro de Boi, Crucilândia/MG



Foto: Cláudia Eliane P. Marques Martinez, 2004.

As diferenças da cultura material apreendida das fontes cartoriais e visuais deixaram transparecer algumas questões dignas de reflexão. A referência ao saneamento (água encanada), a maior utilização do vidro, a popularização do armário, o uso do lavatório e do fogão de ferro, a incorporação de novos utensílios de trabalho (debulhador de milho importado da América do Norte) são apenas alguns exemplos que indicam as novas alterações da cultura material dentro e fora das moradias.

Do membro mais rico ao menos aquinhado, podiam-se encontrar os referidos elementos. A diferença que se estabeleceu entre eles não residia necessariamente na *posse* de determinado *artefato*, embora essa fosse um bom indicativo das diferenças sociais ao longo das décadas aqui analisadas.

O estudo aqui desenvolvido mostrou, no entanto, que para além do valor de posse, do valor monetário e do tamanho das propriedades, a diferença entre rico, pobre e setor intermediário passava por outras questões de ordem cultural. A forma como o objeto foi *adquirido (o valor de seleção), utilizado (o valor de uso)* e, principalmente, *assimilado* pelos diferentes estratos da sociedade constituiu um fator relevante. O *sofisticado*, o *supérfluo*, o *necessário* e o *reutilizável* constituíram também categorias que ajudaram a decodificar o abismo social entre pobres e ricos na transição do sistema escravista.

Transformações materiais que coincidem com o novo regime político no Brasil (1889), com o início da industrialização brasileira (na primeira metade do século XX) e, no caso de Minas Gerais, com a transferência da Capital para Belo Horizonte (1897). Essas alterações no cenário econômico, administrativo e político justificam, como se pôde observar ao longo deste capítulo, uma nova relação entre a cultura material e os diferentes estratos sociais do vale do Paraopeba.

## **CONCLUSÃO**

As atividades econômicas e o tipo de mercado (interno e/ou de abastecimento) desenvolvidos no vale do Paraopeba definiram muitos aspectos das fortunas privadas e da cultura material dos grupos sociais. A partir dos pressupostos levantados pela historiografia nacional e internacional uma série de problemáticas foi descortinada.

A questão principal que permeia toda a tese está relacionada à dispersão da riqueza e a transformação da cultura material, tendo como referência teórica o fim da escravidão no Brasil. A fragmentação dos 761 inventários *post-mortem* em **três grupos sociais (A, B e C)** deixa transparecer ao longo do período analisado (**1840 a 1914**) diferenças muito nítidas na composição de suas fortunas, dos objetos pessoais e equipamentos de trabalho, das moradias urbanas, fazendas e sítios.

Apesar da identificação de outras formas de mão-de-obra conviver simultaneamente com a escravidão, esta foi fundamental para a sustentabilidade da produção na região estudada. Observa-se que a manutenção da posse de cativos foi tão importante para o grupo A quanto para o estrato menos privilegiado da sociedade, o grupo C.

Tanto para os ricos quanto para os membros menos abastados conservar a escravaria até quando isso fosse possível constituiu uma das alternativas possíveis para a estabilidade econômica. Situação semelhante parece ter ocorrido também no norte de Minas Gerais, no Agreste e no Sertão Semi-Árido pernambucanos e demais regiões voltadas para a produção do mercado interno de alimentos, de animais e tecidos de algodão.

O quase desaparecimento do grupo A ao final do período estudado constitui uma evidência importante que sinaliza as mudanças no padrão de riqueza e pobreza daquela sociedade. Também para os membros menos aquinhoados - com um monte-mor inferior a 5 contos de réis e poucos escravos (1 a 3 indivíduos) - os efeitos da Lei Áurea foram

percebidos. É preciso reforçar que esse setor da sociedade inventariada, embora classificado como os mais pobres, representa em média mais de 70% dos casos analisados no Banco de Dados.

Outros estudos salientam que, para as famílias menos afortunadas, a presença de um ou dois escravos era fundamental para a sobrevivência das pequenas e médias propriedades do mundo rural. Segundo a descrição dos estrangeiros que visitaram Minas Gerais no século XIX, era comum ver o pequeno e médio sitiante trabalhando lado-a-lado com seus escravos na roça de milho, feijão e demais atividades ligadas à criação de animais, como porcos e vacas leiteiras.

A segmentação dos dados cartorários em cinco categorias – **Bens de raiz, Escravos, Animais, Artefatos e Dívidas** – possibilitou identificar a oscilação das fortunas ao longo das oito décadas estudadas. Quase 10% da amostra coletada para o período pós-1888 apresentam problemas em saldar suas dívidas no momento da abertura do inventário. Isto representa o dobro da fase que antecede o fim da escravidão no Brasil.

Outra questão que chama a atenção é o fracionamento das propriedades, principalmente entre os membros mais ricos. Os dados gerais indicam que, em média, a propriedade diminuiu de 91 para 57 alqueires. No entanto, o inverso é observado para o valor monetário das mesmas: as “terras de cultura”, por exemplo, oscilaram de 22\$717 réis (1850/88), a 53\$570 réis (1888/1914), mesmo considerando os efeitos inflacionários.

A queda da riqueza do vale do Paraopeba (calculada a partir do valor do monte-mor em réis e libras esterlinas) em mais de 50% constitui, como já mencionado, o ponto central das problemáticas aqui desenvolvidas. Após a identificação desse dado surpreendente, outras questões impuseram-se.

**Como os distintos grupos sociais assimilaram as alterações na ordem econômica e na cultura material depois do fim do trabalho cativo?**

### **Quais os novos padrões de riqueza e pobreza?**

Os gráficos apresentados ao longo dos capítulos três e quatro demonstram que o padrão de riqueza do grupo A foi o mais afetado. Os resultados permitem aferir duas hipóteses para os dados encontrados. A migração do setor A para o grupo B pode ter sido uma realidade vivida por várias famílias que perderam, com o desaparecimento da escravaria, não só posição econômica como prestígio social. Outra possibilidade que explicaria o expressivo esvaziamento do estrato mais rico daquela sociedade pode estar relacionada à migração das famílias para outras regiões mais prósperas, como São Paulo e a capital do Brasil.

Ambas as possibilidades indicam que significativas alterações na estrutura social e econômica ocorriam no final do século XIX. Além do fim da escravidão, as análises atentam para demais modificações de ordem política, administrativa, econômica e cultural. O novo regime político brasileiro (1889), a mudança da capital mineira (1897), o começo da industrialização e as campanhas de higienização presentes nas primeiras décadas do século XX, por exemplo, interferiram no padrão de vida dos estratos sociais e, conseqüentemente, na cultura material que compunha o espaço interno e externo das moradias urbanas e rurais.

Do mesmo modo, o estudo desenvolvido no último capítulo permite, por meio de várias categorias de análise – **valor de uso, valor de troca, valor de posse e valor de seleção** -, entender a prática social, econômica e cultural dos artefatos. Nesse sentido, cabe ressaltar que a cultura material foi analisada em simbiose com a sociedade que a criou, a economia que possibilitou sua existência funcional e o tipo de mercado que a distribuiu ou negou sua validade comercial.

Por isso, os artefatos foram argüidos no tempo e no espaço enquanto uma criação dos grupos sociais. Embora as diferenças tornem-se mais evidentes entre os mais



abastados, é possível também perceber alterações na cultura material dos membros intermediários e daqueles classificados aqui como os mais pobres da sociedade inventariada.

O resultado das análises evidencia que os objetos encontrados nas moradias devem ser explorados para além do seu *valor de posse*. Isso quer dizer que se podia até encontrar, na moradia do grupo B, determinados artefatos considerados sofisticados, como os vestidos de seda, xales adamascados etc.; o mesmo pode ser dito para o setor subsequente. O que estava em jogo era a maneira como os grupos sociais **interagiam, adquiriam** (*valor de seleção*) e **utilizavam** (*valor de uso*) os objetos. E nesta relação, o **supérfluo**, o **necessário** e, principalmente, o **reutilizável** marcam as fronteiras entre pobres, ricos e intermediários.

Associada a esta questão, a comparação da cultura material entre os setores da sociedade paraopebana desvenda as transformações e as concepções do final do século XIX. Novos equipamentos de trabalho começam a aparecer nas fontes cartorárias, sinalizando, entre outras questões, uma maior agilidade e praticidade que a mão-de-obra livre impunha à sociedade. As “cercas de arame farpado”, que passam a substituir os “muros de barro”, e o “debulhador de milho americano” constituem alguns exemplos dignos de nota.

Do mesmo modo, modificava-se o espaço interno das moradias. Nota-se uma profusão da água encanada “*dentro de casa*” e uma maior utilização do vidro na construção civil. O aumento numérico do mobiliário (como armário, cômoda, espelho), a presença mais marcante do lavatório, do fogão de ferro, antes encontrado somente entre os membros mais abastados, também ilustra as transformações na ordem material dos grupos sociais.

Não só os novos elementos são dignos de observação, como também o desaparecimento de alguns artefatos antes amplamente encontrados nas fontes cartoriais.

Por isso, a diminuição expressiva da roca de fiar algodão e do tear nos inventários *post-mortem* aponta mutações nas relações de produção, bem como o definhamento do trabalho artesanal praticado pelas mulheres.

Como se pode observar neste e em outros estudos, a fiação e a tecelagem no vale do Paraopeba configura um importante pilar da economia no período escravista, além de se constituir em uma mão-de-obra especializada. Várias fiandeiras e tecedeiras livres e escravas (africanas e crioulas) foram encontradas nas grandes fazendas. Elas também foram localizadas em muitos domicílios urbanos, reafirmando e assinalando o dinamismo da economia escravista do espaço geográfico em relevo.

Por outro lado, a pouca visibilidade desse tipo de equipamento e atividade no limiar do século XX deixa transparecer a decadência daquela atividade, antes tão valorizada na documentação de época – listas nominativas de habitantes, censos provinciais, relatos de viagem e inventários.

Enfim, uma nova relação entre economia e cultura sobrepunha à sociedade pós-escravista. A dispersão da riqueza, o fracionamento da terra, a proliferação de bens de consumo, a popularização e supressão de determinados equipamentos de trabalho e objetos domésticos comprovam e decodificam os principais problemas levantados nesta tese de doutorado.

## **FONTES PRIMÁRIAS**

## I) Fontes manuscritas

### 1) APM - Arquivo Público Mineiro

- a) Lei do Império de 1 de Outubro de 1828;
- b) Livro da Lei Mineira de 1839;
- c) Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1958;
- d) Listas Nominativas de Habitantes 1831/32.

### 2) Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais

Numero	Data	Nome do Jornal	Nome do Artigo
1	05/07/1888	A PROVINCIA DE MINAS	ECHOS DA IMPRENSA - SERVIÇO DOMESTICO
2	12/05/1888	A PROVINCIA DE MINAS	NOVA ÉRA NACIONAL
3	14/04/1888	LIBERAL MINEIRO	IMIGRAÇÃO PARA MINAS GERAIS
4	14/04/1888	LIBERAL MINEIRO	AS COLONIAS DE BARBACENA
5	02/07/1888	A PROVINCIA DE MINAS	GUANHÃES - LEI 13 DE MAIO DE 1888
6	27/04/1888	A PROVINCIA DE MINAS	TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO
7	31/10/1888	TREZE DE MAIO	INTERESSES MINEIROS
8	21/09/1899	COMARCA DE CIDADES	O AMOR AO TRABALHO
9	21/11/1893	A VIDA	MERCADO
10	18/05/1901	OURO PRETO	13 DE MAIO/ VADIAGEM
11	12/07/1908	CIDADE DO BONFIM	MERCADO
12	12/07/1908	CIDADE DO BONFIM	O GRANDE PROBLEMA (A REFORMA AGRICOLA)
13	11/08/1935	CIDADE DO BOMFIM	BOMFIM QUE NÃO VOLTA MAIS
14	08/10/1899	CIDADE DE BONFIM	AGRICULTURA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

### 3) AMB - Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais

#### - Inventários *post-mortem* do Cartório do Primeiro e Segundo Ofícios:

Data	Inv	Local	Cartório	Caixa	N.	NomeInvent
1840	2	BONFIM	1	5	9	GERMINIANA MARIA ANGÉLICA
1840	108	BONFIM	2	3	15	MANOEL FERREIRA DE AMORIM
1840	146	BONFIM	2	100	3	MIGUEL DA SILVA DOS SANTOS
1842	3	BONFIM	1	4	18	JOSÉ TEIXEIRA DE ANDRADE
1842	4	BONFIM	1	17	10	FRANCISCO ANTÔNIO DE CASTRO FRANCISCO
1842	5	BONFIM	1	38	12	ANA FELISBERTA DE JESUS
1842	6	BONFIM	1	59	5	TEODORA FRANCISCA DO NASCIMENTO
1842	8	BONFIM	1	52	7	JOAQUIM RODRIGUES DE MEDEIROS
1842	109	BONFIM	2	3	16	ANNA LIZARDA
1842	145	BONFIM	2	111	10	MARIANA RODRIGUES DA SILVEIRA
1842	147	BONFIM	2	101	17	ANNA TEXEIRA DA SILVA
1842	148	BONFIM	2	86	7	QUINTILIANO DE SOUZA PINTO
1843	7	BONFIM	1	70	11	JOÃO RODRIGUES POMBO
1843	149	BONFIM	2	70	13	ANTÔNIO NUNES
1844	9	BONFIM	1	19	2	ANTÔNIO FERREIRA BRITO
1844	10	BONFIM	1	11	7	ANTÔNIO RUFINO
1844	11	BONFIM	1	34	14	LUIZ JOSÉ DE FREITAS
1844	12	BONFIM	1	61	19	MARIANA RODRIGUES
1844	13	BONFIM	1	74	21	JOÃO RODRIGUES DA SILVA
1844	110	BONFIM	2	59	1	MARIA JACINTA
1844	111	BONFIM	2	42	4	JOSÉ GUEDES
1844	150	OLIVEIRA	2	89	11	BOA AVENTURA JOSÉ DOS REIS
1844	151	BONFIM	2	82	11	BENTO DA COSTA PEREIRA
1845	14	BONFIM	1	50	18	MARIA FRANCISCA
1845	15	BONFIM	1	87	6	JOSÉ PINTO DE SOUZA
1845	112	BONFIM	2	50	3	JOAQUIM JOSÉ SOUTO
1845	113	BONFIM	2	44	5	ANNA MARIA DE JESUS
1845	117	BONFIM	2	27	1	QUINTILIANO JOSÉ DA CUNHA
1845	631	PIEDADE DOS GERAIS	1	55	2	MARIA JOAQUINA DE MORAES

1845	670	BONFIM	1	35	3	ANTÔNIO CORDEIRO DE AZEVEDO (TROPEIRO)
1846	16	BONFIM	1	10	14	CONSTÂNCIA BAZÍLICA
1846	17	BONFIM	1	11	2	ANTÔNIA MARIA BONIFÁCIA
1846	18	BONFIM	1	52	1	MANOEL JOSÉ DE MATOS
1846	19	BONFIM	1	67	15	DONA JACINTA TEODORA PEREIRA
1846	20	BONFIM	1	70	12	SILVÉRIO RODRIGUES POMBO
1846	572	CONQUISTA	1	26	4	FRANCISCO DIAS SOARES
1846	625	ITATIAIAUÇU	1	56	14	ANTÔNIO CAETANO MOREIRA
1846	672	RIO MANSO	1	15	16	DONA MARIA FRANCISCA DO CARMO
1846	718	CONQUISTAS	1	80	16	FRANCISCA MARIA DA SILVA
1846	752	CONQUISTAS	1	52	15	DONNA ANNA ANTÔNIA DEMELLO
1847	22	BONFIM	1	44	16	SILVÉRIA CONSTÂNCIA DE JESUS
1847	23	BONFIM	1	52	2	MARCELINO PARRERAS DE MATTOS
1847	24	BONFIM	1	64	18	DONA ROSA FRANCISCA DOS PASSOS
1847	25	BONFIM	1	78	6	MANOEL ANTÔNIO DOS SANTOS
1847	114	BONFIM	2	31	3	MARIA ANTÔNIA DO ESPÍRITO SANTO
1847	115	BONFIM	2	35	10	MANOEL GOMES FERREIRA
1847	116	BONFIM	2	31	17	JOSÉ RODRIGUES DE FARIA
1847	611	CONQUISTA	1	37	10	MANOEL COEHO
1847	632	ARRAIAL VELHO OU BONFIM (?)	1	52	10	VICENÇA ARNALDA DE MELLO
1847	682	ITATIAIAUÇU	1	69	21	JOAQUINA MARIA PINTO
1848	21	BONFIM	1	27	15	ROZENDA MARIA DA ENCARNAÇÃO
1848	28	CONQUISTA	1	67	1	MARIA AGOSTINHO NOGUEIRA PENIDO
1848	29	BONFIM	1	43	7	DONA MARIA JOSEFA DE JESUS
1848	30	BONFIM	1	23	16	DONA EULINA JOAQUINA DA CUNHA
1848	31	BONFIM	1	13	7	LÚCIO ROBERTO DE CAMPOS
1848	95	BONFIM	1	16	8	BERNARDINO TEIXEIRA DE CARVALHO
1848	96	BONFIM	1	34	15	MANOEL DA SILVA FRITAS
1848	98	BONFIM	1	90	9	ALEXANDRE PINTO DE VASCONSELOS

1848	105	BONFIM	1	42	15	DONA MARIA DA PAIXÃO DE JESUS
1848	118	BONFIM	2	58	20	MARIA ANGÉLICA
1848	119	BONFIM	2	23	4	SIPRIANO ANTUNES DA COSTA
1848	120	BONFIM	2	14	22	PAULINA CANDIDA
1848	152	BONFIM	2	67	2	JOAQUIM RODRIGUES MOREIRA
1848	565	RIO DO PEIXE	1	7	17	SEVERINO JOSÉ DE ARAÚJO
1848	619	PIEIDADE DOS GERAIS	1	38	9	ANNA CÂNDIDA DE JESUS
1848	634	SANTA ANNA DO RIO DE SÃO JOÃO ACIMA	1	57	2	ANTÔNIO GOMES MOREIRA (VIÚVO)
1848	664	SANTA ANA DO PARAPEBA	1	59	8	MARIA JACINTA DA NATIVIDADE
1848	718	CONQUISTAS	1	80	16	FRANCISCA MARIA DA SILVA
1848	753	PIEIDADE DOS GERAIS	1	38	8	ANA ANGÉLICA DE JESUS
1849	27	BONFIM	1	34	17	ANA MARIA FORTUNATO
1849	97	BONFIM	1	68	2	JOAQUIM BORGES FERREIRA
1849	153	BONFIM	2	101	2	DONA JÚLIA MARIA DE SÃO JOSÉ
1849	155	BONFIM	2	96	10	DONA CATARINA MARIA DOS SACRAMENTOS
1849	627	CONQUISTAS	1	49	14	MARIA ROBERTA DE MAGALHÃES
1849	639	PIEIDADE DOS GERAIS	1	58	18	DONA MARIA DO NASCIMENTO
1849	677	BRUMADINHO	1	68	15	MARIA DA COSTA PEREIRA
1850	26	BONFIM	1	36	3	FRANCISCO GOMES PACHECO
1850	32	BONFIM	1	41	12	JOANA FRANCISCA DE JESUS
1850	33	BONFIM	1	41	18	DONA JOSEFA MARIANA DE JESUS
1850	34	BONFIM	1	25	10	ANTÔNIO ALVES DIAS
1850	35	BONFIM	1	46	9	ANTÔNIO PERREIRA LEITE
1850	121	BONFIM	2	52	3	MANOEL DA COSTA LEITE
1850	122	BONFIM	2	16	1	JOÃO GOMES CARMO
1850	157	BONFIM	2	72	16	FORRIEL ANTÔNIO GOMSALVES DE OLIVEIRA
1850	468	PIEIDADE DOS GERAIS	CPO	3	11	DONA LUIZA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO
1850	469	BONFIM	CPO	27	16	DONA ANTÔNIA FRANCISCA DO ESPÍRTO SANTO
1850	470	BRUMADINHO	CPO	29	5	DONA FRANCISCA ELEONORA FERREIRA

1850	587	SÃO JOÃO ACIMA	1	10	5	GUARDA-MOR SALVADOR GOMES BARBOSA
1850	594	BONFIM	1	41	12	JOANNA FRANCISCA DE JESUS
1850	621	ITATIAIAUÇU	1	48	8	JACINTA RODRIGUES DE MACEDO
1850	651	RIO DO PEIXE	1	83	6	MANOEL RIBEIRO DA SILVA
1850	685	BONFIM	1	76	10	MARIA ACHANGELA DE SANTA RITA
1850	692	PIEDADE DOS GERAIS	1	75	1	LUDOVINA MARIA DESANTA ANNA
1851	37	BONFIM	1	85	16	CONSTÂNCIA ROSA DA SILVEIRA
1851	38	BONFIM	1	46	14	JOSÉ DA CONTA LEITE
1851	471	MATEUS LEME	CPO	82	9	JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA
1851	472	PIEDADE DOS GERAIS	CPO	40	4	EMERENCIANA CANDIDA DE JESUS
1851	581	RIO MANSO	1	13	17	JOÃO PEREIRA CARDOZO
1851	584	RIO DO PEIXE	1	14	8	ANTÔNIO PINTO CARDOSO
1851	588	MORRO DE MATEUS LEMES	1	11	5	MANOEL FRANCISCO BORGES
1851	598	CONQUISTAS	1	44	13	ALFERES MANOEL COELHO JACOME E DONA ANNA JOSEFA DE SOUZA
1851	607	MORRO DE MATEUS LEME	1	35	10	ANTÔNIO JOSÉ GODINHO
1851	608	RIO MANSO	1	37	6	SEVERINO DA SILVA GUIMARÃES E SUA MULHER ANNA MARIA ANGÉLICA
1851	618	BONFIM	1	46	9	ANTÔNIO PEREIRA LEITE
1851	629	PIEDADE DOS GERAIS	1	50	15	MARIA CÂNDIDA
1851	687	BONFIM	1	78	18	RITA MARIA DE SAN JOSÉ
1851	690	PIEDADE DOS GERAIS	1	74	20	GONÇALO JOSÉ RODRIGUES
1851	754	PIEDADE DOS GERAIS	1	35	4	DONA ANA MARGARIDA MONTEIRO NOGUEIRA DA GAMA
1852	36	BONFIM	1	29	13	JOSÉ FRANCISCO FERREIRA
1852	123	BONFIM	2	36	1	DONA PORCINA GOMES FERREIRA
1852	154	BONFIM	2	94	6	LIONEL PEREIRA DA ROCHA
1852	473	CONQUISTAS	CPO	25	12	ANTÔNIO DIAS SOARES
1852	474	MORRO DE MATEUS LEME	CPO	71	16	FRANCISCA MARQUES REIS
1852	475	SANTA ANNA DO PARAPEBA	CPO	23	20	JOÃO BARBOSA DA CUNHA
1852	568	RIO DO PEIXE	1	8	4	CLARA MARIA DA



						ASSUNÇÃO
1852	570		1	10	3	JÃO DE CUBAS BARBOZA
1852	579	RIO DO PEIXE	1	2	11	CAPITÃO ANTÔNIO TEIXEIRA ALVES
1852	644	RIO DO PEIXE	1	89	22	CÂNDIDO JOSÉ DA TRINDADAE
1852	663	BRUAMDO	1	72	11	LUCAS PEREIRA RESENDE
1852	681	PIEDADE DOS GERAIS	1	69	12	THOMÉ JOSÉ PINHEIRO
1853	39	BONFIM	1	4	17	JOSÉ JOAQUIM DE ANDRADE
1853	40	BONFIM	1	29	9	JOAQUIM GOMES FERREIRA
1853	41	BONFIM	1	77	7	FRANCISCO FERNANDES DOS SANTOS
1853	156	BONFIM	2	95	9	MANOEL GOMES RODRIGUES
1853	476	RIO DO PEIXE	CPO	6	17	FLORIANO JOSÉ DE ARAUJO
1853	477	CAPELA NOVA DO DESTERRO	CPO	90	1	DOMINGOS XAVIER DA TRINDADE
1853	567	MATEUS LEME	1	6	153	MARIA ANGELICA MICAELLA DOS ANJOS
1853	576	MATEUS LEME	1	2	5	CAMILLO XAVIER DE ALMEIDA
1853	590	SANTA ANA PARAOPEBA	1	42	1	RITA MARIA DE JESUS E JERÔNIMO JOSÉ DE SOUZA
1853	596	CONQUISTA	1	40	7	EUFRAZIA MARIA DE JESUS
1853	755	RIO MANSO	1	82	3	JOAQUIM CASSIANO DA SILVA
1853	756	SÃO GONÇALO DA PONTE	1	46	3	FRANCISCO BORGES LEAL
1853	757	BRUAMDINHO	1	18	9	PADRE JOSÉ HONÓRIO CHAVES
1854	42	BONFIM	1	52	8	ANTÔNIO CORREIO DE MELLO
1854	161	BONFIM	2	84	2	JOSÉ DIAS PEREIRA
1854	478	CONQUISTA	CPO	86	12	JOSÉ DIAS SOARES (SOLTEIRO)
1854	479	SANTA ANA DO PARAOPEBA	CPO	19	7	DONA JOAQUINA ROSA DA CONCEIÇÃO
1854	678	PIEDADE DOS GERAIS	1	64	23	MARIA FRANCISCA DE PAULA
1855	43	BONFIM	1	78	27	ANA JÚLIA DA SILVA
1855	124	BONFIM	2	4	12	DONA CONSTÂNCIA ANGÉLICA PERREIRA
1855	125	BONFIM	2	20	5	CONSTÂNCIA ANGÉLICA DA CONCEIÇÃO
1855	127	BONFIM	2	45	11	DONA FLORINDA CONSTÂNCIA DE JESUS
1855	159	BONFIM	2	61	4	JOSÉ DA CUNHA MACHADO

1855	160	BONFIM	2	75	4	DONA MARIA JOAQUINA DA PAIXÃO
1855	173	BONFIM	2	94	7	MANOEL DA PAIXÃO ROCHA
1855	174	BONFIM	2	111	4	LUIS DA COSTA SILVEIRA
1855	480	PIEDADE DOS GERAIS	CPO	85	1	SENHORINHA JOAQUINA DA SILVA
1855	481	CONQUISTAS	CPO	38	17	ANA MARIA DE JESUS E IGNES DA SILVA
1855	606	RIO DO PEIXE	1	35	11	MAJOR FRANCISCO PINTO DE LARA E GÓES
1855	662	BONFIM	1	78	27	ANA JULIA DA SILVA
1855	684	MATHEUS LEME	1	71	4	QUINTILIANO DE TAL (DEMENTE)
1855	758	MATEUS LEME	1	2	5	CAMILLO XAVIER DE ALMEIDA
1856	175	BONFIM	2	74	20	DONA FRANCISCA TEODORA DE PAIVA
1856	176	BONFIM	2	61	10	JOAQUIM ANTÔNIO DE MEDEIROS
1856	180	BONFIM	2	77	7	CAPITÃO MANOEL JOSÉ PARREIRAS
1856	482	PIEDADE DOS GERAIS	CPO	8	3	MANOEL FRANCISCO DA SILVA
1856	483	RO MANSO	CPO	29	10	JOAQUIM GONÇALVES FERREIRA
1857	177	BONFIM	2	61	8	ANTÔNIO RODRIGUES DE MEDEIRO
1857	178	BONFIM	2	74	4	DONA MARIA FRANCISCA DE OLIVEIRA
1857	484	SANTA ANA DO PARAOPEBA	CPO	14	13	JOSÉ MOREIRA CARDOSO
1857	485	RIO MANSO	CPO	76	5	DONA VICTÓRIA JOAQUINA DE SANTA ANNA
1857	486	BRUMADO DO PARAOPEBA	CPO	51	11	ANA HENRIQUES MARTINS
1858	44	BONFIM	1	7	8	JOAQUIM NUNES DE ARAÚJO
1858	45	BONFIM	1	52	5	FRANCISCO RODRIGUES DE MEDEIROS
1858	126	BONFIM	2	59	2	MARIA JOAQUINA
1858	487	RIO DO PEIXE	CPO	33	7	JOSÉ PEREIRA DA FONSECA
1858	488	MATEUS LEME	CPO	7	20	CAPITÃO ANTÔNIO PEREIRA ARRUDA
1858	489	SANTA ANA DO PARAOPEBA	CPO	15	10	JOSÉ GOMES CARMO
1859	46	BONFIM	1	73	15	FELES PERREIRA DA ROCHA
1859	128	BONFIM	2	20	14	MANOEL MARTINS DA CONCEIÇÃO
1859	179	BONFIM	2	120	4	DONA FRANCISCA

1859	490	RIO DO PEIXE	CPO	44	21	CASSIANA DAS VIRGENS DONA THEODORA JACINTHA DE JESUS
1859	491	CONCEIÇÃO DO PARÁ	CPO	41	10	DONA JOANNA EVANGELISTA DE JESUS
1860	1	BONFIM	1	63	18	CUSTODIA MARIA DA CONCEIÇÃO PARREIRAS
1860	129	BONFIM	2	28	20	DONA MARIA DOS SANTOS DA CUNHA
1860	181	BONFIM	2	78	5	TEODÓRIA FRANCISCA PASSOS
1860	182	BONFIM	2	94	5	JULIÃO PEREIRA DA ROCHA
1860	492	DISTRITO DE BRUMADO	CPO	16	9	JOANA PEREIRA DE CARVALHO
1860	493	PIEDADE DOS GERAIS	CPO	10	9	JOSÉ FERREIRA BARBOZA E SUA MULHER MARCELINA MARIA DE JESUS
1860	494	PIEDADE DOS GERAIS	CPO	82	17	JOSÉ MOREIRA DA SILVA
1860	602	RIO MANSO	1	43	17	MARIA ROZA DE JESUS
1861	47	BONFIM	1	17	14	JOAQUIM JOSÉ DE CASTRO
1861	48	BONFIM	1	15	15	MANOEL JOSÉ CARMO
1861	49	BONFIM	1	24	10	MIGUEL JOSÉ DA CUNHA
1861	130	BONFIM	2	6	5	ANNA JOAQUINA DE ARAÚJO
1861	131	BONFIM	2	36	4	QUINTILIANO GOMES FERREIRA
1861	183	BRUMADO	2	74	3	DONA MARIA EUFRASIA DE OLIVEIRA
1861	495	RIO DO PEIXE	CPO	76	8	JOANNA MARIA DE SANTA ANA
1861	496	RIO DO PEIXE	CPO		0	HONÓRIO RODRIGUES CHAVES
1861	636	BONFIM	1	63	3	SILVANA LUIZA DE OLIVEIRA
1862	50	BONFIM	1	53	17	ANÔNIO JOSÉ DE MIRANDA
1862	51	BONFIM	1	68	23	VICENTE DA COSTA PERREIRA
1862	133	BONFIM	2	25	15	DONA CLAUDINA ANGÉLICA DA CUNHA
1862	184	BONFIM	2	87	12	DONA MARIA JESUÍNA DA PURIFICAÇÃO
1862	497	CONQUISTA	CPO	68	6	JOSÉ CAMILLO PEREIRA
1862	498	CAPELLA NOVA	CPO	86	2	ANTÔNIO CANDIDO DE SIQUEIRA E SUA MULHER MARIA LUIZA DE MARQUES
1862	499	PIEDADE DOS GERAIS	CPO	21	14	ANTÔNIO XAVIER DA COSTA (DESAVIZADO)

1863	52	BONFIM	1	70	19	SILVERIA GERMANA DE QUIROGA
1863	132	BONFIM	2	15	11	JOSÉ FRANCISCO CARMO JUNIOR
1863	185	BONFIM	2	71	3	ALFERES SILVESTRE MARTINS NUNES
1863	500	SÃO GONÇALO DA PONTE	CPO	42	22	DONA MARIA FRANCISCA DE JESUS
1863	501	PIEDADE DOS GERAIS	CPO	55	6	DONA ANTÔNIA RITA DE MORAES
1864	57	BONFIM	1	20	12	JOAQUIM RODRIGUES RIBEIRO
1864	58	BONFIM	1	73	4	FRANCISCO PIRES RIBEIRO
1864	134	BONFIM	2	16	2	JOSÉ FRANCISCO CARMO
1864	135	BONFIM	2	21	9	JOAQUIM RODRIGUES RIBEIRO
1864	140	BONFIM	2	44	8	DONA ANTÔNIA CANDIDA
1864	502	SANTA ANNA	CPO	42	16	MARIA DA PUREZA DE JESUS
1864	503	RIO DO PEIXE	CPO	41	7	JACINTHA ANGÉLICA DE JESUS
1865	53	BONFIM	1	45	13	MARIA RITA LAGES
1865	56	BONFIM	1	53	14	ANTÔNIO FERREIRA DE MIRANDA
1865	136	BONFIM	2	31	8	CAZIMIRO RODRIGUES ESTORNINHO
1865	138	BONFIM	2	23	14	JOSÉ FERREIRA DA COSTA
1865	504	BRUMADO DO PARAOPEBA	CPO	74	16	DONA DOMITILIA VALERIANA DE SÃO CAMILO RODRIGUES
1865	505	CONCEIÇÃO DO PARÁ	CPO	41	4	DONA FRANCISCA ROSA DE JESUS
1865	573	SÃO GONÇALO DA PONTE	1	4	5	ANTÔNIO FRANCISCO DE ANDRADE
1865	583	PIEDADE DOS GERAIS	1	16	3	UMBELINA MARIA DO CARMO
1865	622	BRUMADO	1	47	8	LODUVINA MARATINS DE LIMA
1865	637	RIO DO PEIXE	1	61	12	BÁRBARA JERONIMA DE OLIVEIRA
1865	640	PIEDADE DOS GERAIS	1	59	3	MARIA THEREZA DO NASCIMENTO
1865	647	RIO MANSO	1	84	1	MARIA JOAQUINA DA SILVA
1865	667	CAPELLA NOVA	1	72	10	LEONARDA MARIA DE REZENDE
1865	671	PIEDADE DOS GERAIS	1	54	17	JOSÉ CÂNDIDO DE MORAES
1865	759	PIEDADE DOS GERAIS	1	2	12	DONA ANNA UMBELINA DO AMARAL
1866	54	BONFIM	1	26	9	MANOEL GOMES DINIS
1866	55	BONFIM	1	13	16	ANTÔNIO MOREIRA

1866	60	BONFIM	1	69	11	CARDOSO QUINTILIANO JOSÉ PINHEIRO
1866	139	BONFIM	2	6	14	JOAQUIM MARTINS DE ARAÚJO
1866	143	BONFIM	2	20	12	DONA JOSEFA EVANJELISTA DA CONCEIÇÃO
1866	506	BRUMADINHO	CPO	19	9	DONA LUIZA MARIA DA CONCEIÇÃO
1866	578	RIO DO PEIXE	1	26	44	MANOEL DIAS DOS SANTOS
1866	599	CONCEIÇÃO DO PARÁ	1	39	5	BRIGIDA MARIA DE JESUS
1866	600	SANTA ANNA (MACAÚBAS DE BAIXO)	1	38	11	ANA EULÁLIA DE JESUS
1866	605	ITATIAIUÇU	1	34	20	GUARDA-MOR JOSÉ ESTÊVÃO GAIO
1866	649	PIEIDADE DOS GERAIS	1	84	12	MUDESTO ANTÔNIO DA SILVA
1866	652	SÃO GONÇALO DA PONTE	1	81	16	JOÃO JOSÉ RIBEIRO DA SILVA
1866	680	SANTA ANNA	1	70	23	CONSTANÇA ANGÉLICA DE QUEIROZ
1867	59	BONFIM	1	29	1	DOMINGOS GOMES FERREIRA
1867	61	BONFIM	1	35	2	MANOEL DIAS DA CUNHA
1867	62	BONFIM	1	78	21	DONA LUZIA MARIA DE SENNÁ
1867	186	BONFIM	2	87	3	ANTÔNIO RAMOS DE QUEIROZ
1867	188	BONFIM	2	76	3	FRANCISCO JOSÉ PARREIRAS
1867	507	ITATIAIUÇU	CPO	76	18	ANA CYPRIANA DOS SANTOS
1867	508	ITATIAIUÇU	CPO	34	19	ANTÔNIO ESTEVES GAIO
1867	574	RIO MANSO	1	30	25	MARIA DA CRUZ FILGUEIRA
1867	679	RIO MANSO	1	69	9	MANOEL RODRIGUES PINHEIRO
1867	691	SANTA ANNA	1	75	10	FRANCISCA MARIA DO ROZÁRIO
1867	720	RIO DO PEIXE	1	58	2	HIPÓLITO JOSÉ DA SILVA MOURA
1868	63	BONFIM	1	20	3	DONA MARGARIDA EVANGELISTA DA CONCEIÇÃO
1868	64	BONFIM	1	30	8	DONA PÚRCINA GOMES FERREIRA
1868	65	BONFIM	1	53	11	JOAQUIM RODRIGUÊS DE MENEZES
1868	66	BONFIM	1	71	9	DONA MARIA

						GONÇALVES RAMOS
1868	67	BONFIM	1	79	13	DONA BERNARDINA ROZA DA SILVA
1868	100	BONFIM	1	20	2	MANOEL MARTINS DA CONCEIÇÃO
1868	141	BONFIM	2	59	13	JOAQUIM FERREIRA MARQUES
1868	142	BONFIM	2	6	1	PRUDENCIA DA SILVA ANTUNES
1868	509	PIEIDADE DOS GERAIS	CPO	34	4	JOAQUIM FRANÇA
1868	569	RIO MANSO	1	10	4	JOSÉ DE CUBAS BARBOZA
1868	580	SÃO GONÇALO DA PONTE	1	3	8	DONA MARIA SÃO TOMÉ TEIXEIRA DO AMARAL
1868	648	PIEIDADE DOS GERAIS	1	88	9	JOSÉ PEREIRA DE SOUZA
1868	657	CONCEIÇÃO DO PARÁ	1	85	8	THEREZA CLARA DA SILVA
1868	674	CONQUISTAS	1	42	13	DONA MARIA CÂNDIDA DE JESUS
1868	675	BRUMADO DO PARAOPEBA	1	31	7	REVERENDO JOSÉ SIMÃO
1868	688	PIEIDADE DOS GERAIS	1	78	16	FRANCISCA MARCELINA DE SÃO JOSÉ
1869	187	BONFIM	2	71	7	DONA ANA JACINTHA DE OLIVEIRA
1869	189	BONFIM	2	118	7	ANTÔNIO JOSÉ VELHO
1869	510	PIEIDADE DOS GERAIS	CPO	59	9	DONA VICTÓRIA MARIA DE NAZARETH
1869	511	RIO DO PEIXE	CPO	50	12	MARCELINA (IDIOTA)
1869	571	SANTA ANNA DO PARAOPEBA	1	6	2	JOÃO SERAFIM VIEIRA DOS ANJOS
1869	575	CONQUISTAS	1	2	14	CÂNDIDA UMBELINA DOS AMARAL
1869	577	PIEIDADE DOS GERAIS	1	20	7	MARIA JOAQUINA DA CONCEÇÃO
1869	601	BRUMADO	1	44	14	SABRINA MARIA DE JESUS
1869	614	RIO DO PEIXE	1	42	23	MARIA FRANCISCA DE JESUS
1869	616	RIO MANSO	1	34	5	CAPITÃO MATHIAS FRANCISCO FRANÇA
1869	624	PIEIDADE DOS GERAIS	1	57	3	ALFERES ANTÔNIO MARTINS MOREIRA (VIÚVO)
1869	628	BRUMADO	1	50	14	MARIA BERNARDA
1869	645	PIEIDADE DOS GERAIS	1	88	7	JOÃO FERREIRA DE SOUZA
1869	654	SÃO GONÇALO DA PONTE	1	81	15	JOÃO JOSÉ ALVES DA SILVA
1869	665	CONQUISTAS	1	62	12	JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA
1869	673	ITATIAIAUÇU	1	44	17	SILVÉRIA JOAQUINA DE JESUS

1869	686	SÃO GONÇALO DA PONTE	1	77	16	JOAQUIM FELLIPE DOS SANTOS
1870	73	BONFIM	1	24	19	DONA VIRGINA JESUÍNA DA CUNHA
1870	83	BONFIM	1	42	4	LÚCIA MARIA DE JESUS
1870	190	BONFIM	2	66	7	DONA CUSTÓDIA DE SOUZA MOREIRA
1870	191	BONFIM	2	77	8	MATHEUS CARDOSO PARREIRAS
1870	192	BONFIM	2	115	21	ANTÔNIO VAZ TEIXEIRA
1870	512	CONCEIÇÃO DO PARÁ	CPO	34	9	TENENTE JOAQUIM VILELLA FRAZÃO
1870	513	CONQUISTA	CPO	3	1	CAROLINA UMBELINA DO AMARAL
1870	514	SÃO GONÇALO DA PONTE	CPO	2	10	DONA ROMANA ANTÔNIA DE ALVARENGA
1870	515	RIO DO PEIXE	CPO	35	7	DONA JESUÍNA ,ROA DA GLÓRIA
1870	516	MATHEUS LEME	CPO	47	2	DONA IGNACIA ROSA NOGUEIRA DE LIMA
1871	74	BONFIM	1	71	3	ZEFERINA MARIA DE QUEIROS
1871	81	BONFIM	1	38	15	DONA ANNA FLORIPES DE JESUS
1871	85	BONFIM	1	38	5	ANNA ALEXANDRINA DE JESUS
1871	86	CAPELA NOVA DO DESTERRO	1	62	13	JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA
1871	144	BONFIM	2	41	7	TERESA FRANCISCA GOMES
1871	517	CONQUISTA	CPO	29	19	MANOEL ANTONIO FERREIRA
1871	518	CONQUISTA	CPO	7	6	JOAQUIM JOSÉ DE ARAUJO
1871	585	RIO MANSO	1	14	11	FRANCISCO PEREIRA CARDOZO
1871	586	BRUMADO	1	10	6	FELÍCIO DE SALLES BARBOSA
1871	597	CONCEIÇÃO DO PARÁ	1	39	11	CARLOTA CANDIDA DE JESUS
1871	642	BRUMADO	1	84	20	SEBASTIÃO RODRIGUES SILVA
1871	643	ITATIAIAUÇU	1	89	108	VENÂNCIO JOSÉ DE SOUZA
1871	676	RIO DO PEIXE	1	22	11	GERALDO GONÇALVES COSTA (MENTEAPTO)
1871	683	CONQUISTAS	1	71	6	ALFERES JOSÉ GONÇALVES RAMALHO (COMERCIANTE)
1872	193	BONFIM	2	66	8	TENENTE CUSTÓDIO DE SOUZA MOREIRA
1872	196	BONFIM	2	112	7	ANTÔNIO JOSÉ SOARES
1872	519	MATEUS LEME	CPO	27	3	DONA MARIA ALVES

						DINIS
1872	521	MATEUS LEME	CPO	85	20	RAPHAEL DE FREITAS SILVEIRA
1872	613	ÁGUAS CLARAS	1	39	13	CAROLINA THERESA DE JESUS
1873	87	BONFIM	1	57	1	ANTÔNIO SOUZA MOREIRA
1873	164	BONFIM	2	40	16	GREGÓRIO ANTUNES GOMES
1873	200	BONFIM	2	88	9	CAPITÃO JOAQUIM RAMOS DE QUEIRÓS
1873	520	RIO DO PEIXE	CPO	68	13	MANOEL JOSÉ PEREIRA (SOLTEIRO)
1873	522	ITATIAIUÇU	CPO	19	8	DONA JOSEPHA JOAQUINA DA CONCEIÇÃO
1873	582	CONQUISTAS	1	16	15	JOSÉ ANTÔNIO BERNARDES DE CARVALHO
1873	646		1	84	3	MARIA RITA DA SILVA
1874	137	BONFIM	2	59	12	MANOEL RODRIGUES MARINS
1874	197	BONFIM	2	63	6	DONA CAROLINA BENEDITA DE MIRANDA
1874	198	BONFIM	2	98	5	DONA DELFINA MARIA DOS SANTOS
1874	199	BONFIM	2	113	7	CAPITÃO MANOEL DO AMORIM SOLTO
1875	71	BONFIM	1	21	2	JOÃO FRANCISCO ALVES CONTAGEM
1875	72	BONFIM	1	73	1	FRANCISCO BRAZ RIBEIRO
1875	158	BONFIM	2	58	13	THERTULIANA DA SILVA MALTA
1875	162	BONFIM	2	53	7	DONA GERMANA MARIA DE LIMA
1875	165	BONFIM	2	24	19	DONA ANA MARIA MESSIAS DA CUNHA
1875	523	PIEIDADE DOS GERAIS	CPO	3	9	DONA RITA MARIA DO AMARAL
1875	524	CONQUISTA	CPO	16	15	JOSÉ ANTÔNIO BERNARDES DE CARVALHO
1875	592	PIEIDADE DOS GERAIS	1	40	6	EMERENCIANA MARIA DE JESUS
1875	612	RIO DO PEIXE	1	35	20	BALBINA FERREIRA GOMES
1875	641	CONQUISTA	1	58	8	CAMILO LOPES DO NASCIMENTO
1875	661	BRUMADO	1	74	15	CARLOTA RODRIGUES
1876	68	BONFIM	1	43	21	MARIA TEREZA DE JESUS
1876	69	BONFIM	1	2	9	SALVIANO JOSÉ DE ALMEIDA
1876	70	BONFIM	1	16	4	JOÃO VICENTE CARNEIRO



1876	75	BONFIM	1	46	16	DONA LEOPOLDINA ALEXANDRINA
1876	76	BONFIM	1	84	6	DONA MARIA ROSA DA SILVA
1876	77	BONFIM	1	86	13	LÔPO JOSÉ SOARES
1876	78	BONFIM	1	87	12	ANNA FRANCISCA DE SOUZA
1876	101	BONFIM	1	39	12	CARLOTA MARIA DE JESUS
1876	163	BONFIM	2	45	15	DONA FRANCISCA LEITE DE JESUS
1876	525	MATEUS LEME	CPO	12	4	MANOEL ANTÔNIO DA SILVA BRITO
1876	526	PIEIDADE DOS GERAIS	CPO	37	2	JOÃO DA COSTA GUIMARÃES
1876	527	SANTA ANA DO PARAOPEBA	CPO	16	18	JOSÉ MOREIRA DE CARVALHO
1876	609	RIO MANSO	1	38	18	ANNA RITTA DE JESUS
1877	79	BONFIM	1	33	6	JOÃO ANTUNES DA FONCECA
1877	80	BONFIM	1	39	10	CARLOTA ALVES DE JESUS
1877	82	BONFIM	1	12	13	ANTÔNIO MILITÃO DE CAMPOS
1877	88	BONFIM	1	52	3	JOSÉ FERREIRA DA CUNHA MECIAS
1877	89	BONFIM	1	79	7	ANTÔNIO NUNES DA SILVA
1877	194	BONFIM	2	17	21	MANOEL BERNADES DA CUNHA CASSÃO
1877	195	BONFIM	2	115	16	THEODORO RODRIGUES DE SOUZA
1877	528	ITATIAIUÇU	CPO	143	9	CORNÉLIO PEREIRA CARDOZO
1877	529	ITATIAIUÇU	CPO	43	4	DONA MARIA JOSÉ DE JESUS
1877	530	SÃO GONÇALO DA PONTE	CPO	35	19	DONA AUGUSTA GOMES
1878	91	BONFIM	1	83	11	DONA MARIA ISABEL DE ABREU E SILVA
1878	166	BONFIM	2	7	5	DONA BALBINA ANGÉLICA DE JESUS
1878	167	BONFIM	2	49	9	DONA UMBELINA ANGÉLICA DE JESUS
1878	168	BONFIM	2	39	2	FRANCISCO ANTÔNIO FRANCA
1878	208	BONFIM	2	75	14	DAMOZO JOSÉ PARREIAS
1878	531	ITATIAIUÇU	CPO	67	3	MIGUEL ARCANJO NOGUEIRA PENIDO
1878	532	BONFIM	CPO	43	14	MARIA RITA DE JESUS
1878	533	RIO MANSO	CPO	48	6	MAJOR ANTÔNIO DE SOUZA MACEDO
1879	90	BONFIM	1	41	8	DONA JESUÍNA MARIA DE

						JESUS
1879	169	BONFIM	2	35	7	MANOEL CANDIDO FERREIRA
1879	201	BONFIM	2	91	4	JOSÉ JOAQUIM ANDRADE RESENDE
1879	534	PIEDADE DOS GERAIS	CPO	40	1	DONA DELFINA CANDIDA DE JESUS
1879	535	PIEDADE DOS GERAIS	CPO	1	14	MANOEL DE AGUIAR VIEIRA
1879	760	CONQUISTAS	1	70	3	CAPITÃO MANOEL FERREIRA PINTO
1880	92	BONFIM	1	24	7	MARIA JOAQUINA DA CUNHA
1880	202	BONFIM	2	96	8	ROMOALDO JOSÉ DA ROZA
1880	203	BONFIM	2	78	10	ALEXANDRE FERNANDES PAZ
1880	209	BONFIM	2	14	13	MIGUEL JOSÉ DA SILVA CAMPOS
1880	536	SÃO GONÇALO DA PONTE	CPO	58	17	DONA MARIA DO NASCIMENTO E DONA MARIA DE OLIVEIRA
1880	537	CONQUISTAS	CPO	78	23	DONA CÂNDIDA ANGELICA DOS SERAFINS
1880	538	PIEDADE DOS GERAIS	CPO	7	2	JOÃO ANTÔNIO RIBEIRO DE ARAÚJO
1880	539	CONQUISTA	CPO	2	7	DONA JOANA MARIA DE ALMEIDA
1880	591	PIEDDE DOS GERAIS	1	41	16	JOSEPHA CANDIDA DE JESUS
1880	630	SANTA ANA DO PAROPEBA	1	52	4	EULINA RODRIGUES DE MEDEIROS
1880	633	PIEDADE DOS GERAIS	1	50	3	JOSÉ ANTÔNIO MAIA
1880	650	CONQUISTA	1	85	17	FRANCISCO CORREIA DA SILVEIRA
1881	170	BONFIM	2	57	14	ANTÔNIO JOSÉ MACIEL
1881	205	BONFIM	2	113	8	MANOEL FAUSTO AMENO SOUTO
1881	540	CONCEIÇÃO DO PARÁ	CPO	78	14	VIOLANTE LUIZA DOS SANTOS
1881	541	SÃO GONÇALO DA PONTE	CPO	9	4	ANTONIO MOREIRA DE AZEVEDO E SUA MULHER DONA THEREZA MARIA DE JESUS
1881	542	CONQUISTA	CPO	2	4	DONA FRANCISCA DE ALMEIDA
1881	543	ITATIAIUÇU	CPO	7	13	LUCINDO JOSÉ DE ARAUJO
1881	620	BONFIM (SANTA CRUZ DAS ÁGUAS CLARASO)	1	50	6	MAJOR IGNÁCIO JOSÉ DA SILVA MALTA
1881	623	RIO MANSO	1	54	8	JOSÉ PACHECO MONTEIRO

1881	635	BRUMADINHO	1	57	5	CAPITÃO CUSTÓDIO DA SILVA MOREIRA
1881	655	SÃO GONÇALO DA PONTE	1	82	2	JOAQUIM CARDOSO DA SILVA
1881	660	SANTA ANNA DO PARAPEBA	1	79	1	ANTÔNIO ALVES DA SILVA
1881	668	PIEDADE DOS GERAIS	1	39	2	ANTÔNIA MARIA DE JESUS
1882	94	BONFIM	1	14	20	ANTÔNIO FRANCISCO CARMO
1882	102	BONFIM	1	80	2	CLEMENTINA FERREIRA DA SILVA
1882	204	BONFIM	2	101	18	ANTÔNIA DE PÁDOA E SILVA
1882	207	BONFIM	2	114	4	DONA BÁRBARA ROSA DE SOUSA
1882	544	ITATIAIUÇU	CPO	86	6	JOAQUIM MARIANNO DE SIQUEIRA
1882	545	BRUMADO	CPO	61	18	HERCOLINO RODRIGUES DE OLIVEIRA
1882	546	PIEDADE DOS GERAIS	CPO	6	19	FRANCISCO ALVES DE ARAÚJO
1882	595	RIO MANSO	1	41	17	JOSEPHA MARIA DE JESUS
1882	669	CONQUISTA	1	44	7	PROPHIRA CAROLINA DE JESUS
1883	99	BONFIM	1	43	22	MARIA VICTORIA DE JESUS
1883	547	PIEDADE DOS GERAIS	CPO	45	4	DONA VIRGINIA CANDIA DE JESUS
1883	548	SÃO GONÇALO DA PONTE	CPO	82	27	MANOEL ANTÔNIO DA SILVA E SUA MULHER DONA MARIA DE LUIZA DE JESUS
1883	549	SANTA ANNA DO PARAPEBA	CPO	87	12	CUSTÓDIO MARQUES DE SOUZA
1883	550	PIEDADE DOS GERAIS	CPO	39	16	CLAUDINA CANDIDA DE JESUS
1883	658	SANT'ANNA DO PARAPEBA	1	87	18	CUSTÓDIO MARQUES D'SOUZA
1883	689	CONQUISTA (FAZENDA DA ESTIVA)	1	77	13	JOÃO TAVARES DOS SANTOS E SUA MULHER ANNA CLEMENTINA FERREIRA
1884	103	BONFIM	1	88	13	DONA MARIA DA CONCEIÇÃO E SOUZA
1884	551	SANTA ANNA DO PARAPEBA	CPO	74	12	ROMOALDO DAS CHAGAS ROCHA
1884	552	SANTA ANNA DO PARAPEBA	CPO	40	17	DONA FRANCISCA ESMENIA DE JESUS
1884	553	ITATIAIUÇU	CPO	28	5	ANNA ANTÔNIA DE FARIA
1884	593	SANTA CRUZ DAS ÁGUAS CLARAS	1	42	1	MARIA FRANCISCA DE JESUS
1884	653	SÃO GONÇALO	1	82	26	MANOEL ANTÔNIO DA

DA PONTE				SILVA			
1885	84	BONFIM	1	42	20	MARIA ESMÉRIA DE JESUS	
1885	554	PIEIDADE DOS GERAIS	CPO	3	13	CAPITÃO MATHEUS JOSÉ DE SOUZA AMENO	
1885	555	BRUMADO - FREGUESIA DE ITATIAIUÇU - MUN. BONFIM	CPO	36	1	DONA FRANCELINA LUIZA GOMES	
1885	556	SANTA ANNA DO PARAOPEBA	CPO	24	1	JÚLIO TEIXEIRA DA CUNHA	
1885	557	SÃO GONÇALO DA PONTE	CPO	40	15	DONA FRANCISCA CANDIDA DE JESUS	
1885	566	PIEIDADE DOS GERAIS	1	4	16	JOSE IGNACIO DE ANDRADE	
1885	589	BONFIM	1	15	3	CAROLINA FRANCISCA DO CARMO	
1885	604	BRUMADO	1	39	19	D. CUSTÓDIA MARIA DE JESUS	
1885	615	SANT'ANNA DO PARAOPEBA	1	43	16	MARIA ROZA DE JESUS	
1885	617	BRUMADO	1	36	1	FRANCELINA LUIZA GOMES	
1885	626	ITATIAIAUÇU	1	48	7	EUFRÁZIA CONSTANÇA DE MACEDO	
1885	659	SÃO GONÇALO DA PONTE	1	73	3	FRANCISCO MACHADO RIBEIRO	
1886	104	BONFIM	1	88	10	LUIZ JOSÉ DE SOUZA	
1886	171	BONFIM	2	45	16	FRANCISCA ROSA DE JESUS	
1886	558	ITAITIAUÇU	CPO	38	19	DONA ANA ROSA DE JESUS S	
1886	559	PIEIDADE DOS GERAIS	CPO	26	13	JOAQUIM RIBEIRO DINIZ	
1886	603	SANTA CRUZ DAS ÁGUAS CLARAS	1	42	26	MARIA HILÁRIA DE JESUS	
1886	656	PIEIDADE DOS GERAIS	1	83	10	MARIA DELFINA DA SILVA	
1886	761	PIEIDADE DOS GERAIS	1	83	10	MARIA DELFINA DA SILVA	
1887	93	BONFIM	1	79	12	BELARMINA PERREIRA DA SILVA	
1887	106	BONFIM	1	75	16	JOÃO JOSÉ DE SALLES	
1887	107	BONFIM	1	49	4	JOSÉ DA ROCHA MACHADO	
1887	206	BONFIM	2	77	6	MANOEL SOARES PARREIRAS	
1887	560	BRUMADINHO	CPO	37	12	FRANCISCO ALVES JARDIM	
1887	561	PIEIDADE DOS GERAIS, FAZENDA DO PASSA-SETE	CPO	62	21	DONA MARIA ROZA OLIVEIRA	
1887	562	PIEIDADE DOS	CPO	59	56	DONA THEODOZIA MARIA	

		GERAIS				DO NASCIMENTO
1887	563	SÃO GONÇALO DA PONTE	CPO	34	13	JOAQUIM JOSÉ DE FREITAS
1887	564	RIO MANSO	CPO	36	15	FRANCISCO ANTUNES GUIMARÃES
1887	610	RIO MANSO (CACHOEIR DOS ANTUNES)	1	36	15	FRANCISCO ANTUNES GUIMARÃES E SUA MULHER FIRMINA DE TAL
1887	638	PIEIDADE DOS GERAIS	1	59	6	THEODOZIA MARIA DO NASCIMENTO
1888	172	BONFIM	2	23	8	JOAQUIM ANTUNES COSTA
1888	317	PIEIDADE DOS GERAIS	2	88	4	BELCHIOR RAMOS DE QUEIROZ
1888	324	SANTA ANNA DO PARAOPEBA	2	17	16	MANOEL PEDRO DE CARVALHO
1888	330	SÃO JOSÉ DO PARAOPEBA	2	67	1	JOAQUIM FERNANDES MOREIRA, FRANCISCO MARQUES DE ARAÚJO, E SUA MULHER, RITA FERNANDES DE ARAÚJO DIVISÃO AMIGÁVEL
1888	331	RIO MANSO	1	67	2	DONA MARIA DAS DORES NOGUEIRA PENIDO
1888	335	BONFIM	2	23	8	JOAQUIM ANTUNES COSTA
1888	452	BONFIM	2	19	12	ANTONIO JOSÉ PARRERIAS COELHO
1888	453	BONFIM	2	47	15	MANEOL PATRÍCIO DA SLVA
1888	454	ITATIAIUÇU	2	78	14	GONÇALO ALVES PEDROZA
1888	455	RIO MANSO	2	96	15	DONA FRANCISCA FERREIRA SALLES
1888	456	SANTA ANNA DO PARAOPEBA	1	7	12	LUCINDA FERNANDES DE ARAÚJO
1888	457	SANTA ANNA DO PARAOPEBA	1	35	17	ANTÔNIO FERNANDES GOMES
1888	743		1	65	22	CÔNEGO (VIGÁRIO) JOAQUIM NOGUEIRA PENIDO
1888	748		1	76	2	MARCIANO JOSÉ DE SANTA ANNA
1889	268	BRUMADO DO PARAOPEBA	1	37	11	CANDIDO JOSÉ JARDIM
1889	269	PIEIDADE DOS GERAIS	1	41	14	DONA JOANNA ROZA DE JESUS
1889	274	RIO MANSO	1	22	10	JOSÉ PEREIRA DA COSTA
1889	294	BONFIM	1	73	12	DONA CÂNDIDA MARIA DA ROCHA
1889	315	????????????????	1	70	29	JOSÉ QUERINO PINTO DE QUEIROZ
1889	325	BONFIM -	2	12	2	ANTONIO ALVES DE

COMARCA DE ENTRE RIOS				BRITO			
1889	326	BONFIM	2	34	1	JOÃO FERMINO FERREIRA	
1889	327	SÃO GONÇALO DA PONTE	2	80	9	FORTUNATO AUGUSTO NOGUEIRA PENIDO	
1889	328	PIEDADE DOS GERAIS	2	43	20	ANNA JOAQUINA DE JESUS	
1889	329	SANTA ANNA	1	62	24	DONA PRUDENCIANA EULINA DE OLIVEIRA	
1889	332	ITATIAIUÇU	2	90	19	DONA IGNÊZ DE CASTRO REZENDE	
1889	333	PIEDADE DOS GERAIS	2	73	5	JUVENCIO FERREIRA DE OLIVEIRA	
1889	334	PIEDADE DOS GERAIS	1	45	1	JOÃO FERMINO FERREIRA	
1889	336	CONQUISTA	2	109	6	MOISÉS CARLOS DA SILVA	
1889	434	CONQUISTA	2	62	22	MANOEL FELLIS DE MENEZES	
1889	741	CONQUISTAS	1	70	3	CAPITÃO MANOEL FERREIRA PINTO	
1890	270	SANTA CRUZ DAS ÁGUAS CLARAS	1	41	19	LEOCÁDIA THEREZA DE JESUS	
1890	271	PIEDADE DOS GERAIS	1	55	7	DONA BARBARA ROZA DA SILVA MORAES	
1890	281	BONFIM	1	15	2	BALDOINO FERREIRA CARMO	
1890	285	ITATIAIUÇU	1	42	19	MARIA ESCOLÁSTICA DE JESUS	
1890	295	BONFIM	1	89	13	JOSÉ DA SILVEIRA VAZ TEIXEIRA	
1890	316	BONFIM - COMARCA DE ENTRE RIOS	2	11	11	ANTÔNIO RUFINO PEREIRA	
1890	318	CONQUISTA	2	3	21	GERVAZIO FERREIRA DE ANDRADE	
1890	319	SANTA CRUZ DAS ÁGUAS CLARAS	2	48	24	RITA ANTÔNIO DE JESUS	
1890	321	VARGEM ALEGRE	2	11	7	DONA ANA FRANCISCA BRAGA	
1890	322	BONFIM	2	12	7	DONA ANNA AMBROSINA DA SILVA CAMPOS	
1890	337	BONFIM	2	88	14	RICARDO RAMOS DE QUEIROZ	
1890	338	PIEDADE DOS GERAIS (FAZENDA DO CAMPO REDONDO)	2	118	13	CARLOS JOSÉ VIEIRA	
1890	339	PIEDADE DOS GERAIS	2	95	16	AMBROZINA DA SILVA ROZA	
1890	340	CONQUISTA	2	45	12	FRANCELINA MARIA DE JESUS	
1890	341	RIO MANSO	2	23	11	JOSÉ ANTÔNIO DA COSTA	

1890	374	SANTA CRUZ DAS ÁGUAS CLARAS	1	91	8	ANTÔNIO FERREIRA VILAÇA
1890	387	CONQUISTA	1	68	20	DONA QUITÉRIA SOARES PEREIRA (SOLTEIRA)
1890	388	CONCEIÇÃO DO PARÁ, FREGUESIA DA CONQUISTA DESTE TE	1	62	1	JOÃO FERNANDES DE OLIVEIRA
1890	433	CONQUISTA	2	85	16	JOÃO DE SOUZA PINTO
1890	445	BOA MORTE	2	18	6	TENENTE CORONEL MARCO ANTÔNIO MONTEIRO DE CASTRO (COMENDADOR)
1890	459	RIO MANSO	2	65	7	FRANCISCO ROMUALDO DE MORAES
1890	462	SANTA ANA DO PARAOPEBA	2	118	4	DONA ANTÔNIA MARIANNA UMBELINA DE URGÊDO
1890	714	BONFIM	1	83	8	MARIA CUSTÓDIA DA SILVA
1890	717	CONQUISTA	1	80	15	FORTUNATO PAULINO DA SILVA
1891	272	BRUMADO DO PARAOPEBA	1	74	8	MARTINIANO ANTÔNIO DA ROCHA
1891	276	BONFIM	1	29	3	FELICIANO GONÇALVES FERREIRA
1891	278	BONFIM	1	6	7	PIO JOSÉ ANTÔNIO
1891	320	BRUMADO DO PARAOPEBA	2	48	24	ANNA MARIA DA SILVA
1891	342	RIO MANSO	2	43	10	JOSEPHA CONSTANÇA DE JESUS
1891	343	PIEIDADE DOS GERAIS	2	92	14	JOSÉ PIRES RIBEIRO
1891	344	ITATIAIUÇU	2	46	14	DONA LUIZA CONSTANÇA DE JESUS
1891	345	SANTA CRUZ DAS ÁGUAS CLARAS	2	23	12	JOSÉ ANTUNES COSTA
1891	346	PIEIDADE DOS GERAIS	2	45	9	FLORA ANGELICA DE JESUS
1891	448	SANTA ANA DO PARAOPEBA	2	5	7	ANTÔNIO (NETO DOS INVENTARIADOS)
1892	267	PIEIDADE DOS GERAIS	1	9	8	JOAQUIM NASCENTE DE AZEVEDO
1892	273	CONQUISTA	1	37	14	DONA ANNA FELIZARDA JESUS
1892	275	BONFIM	1	36	2	FRANCISCA FERMINA GOMES
1892	277	PIEIDADE DOS GERAIS	1	48	3	ISMAEL MARTINS LAUREDO
1892	282	DISTRITO DA CONQUISTA	1	25	7	MARIA LUIZA D'OLIVEIRA
1892	323	BONFIM	2	3	23	MANOEL JOSÉ DE ALMEIDA E SUA MULHER

1892	347	RIO MANSO	2	39	10	MARIA ANGÉLICA DE JESUS
1892	348	PIEIDADE DOS GERAIS	2	43	4	FRANCISCA DE PAULA MORAES
1892	349	RIO MANSO	2	85	18	FRANCISCO DE PAULA HERMENEGILDO
1892	350	CONQUISTA	2	89	1	JOAQUIM FERREIRA PINTO
1892	351	BONFIM - MACAUBAS	2	115	4	DOMINGOS FRANCISCO RABELO
1892	352	BONFIM	2	20	11	ROMUALDO FERREIRA DE SOUZA
1892	353	ITATIAIUÇU	2	20	17	DONA JOAQUINA REGINA DA CONCEIÇÃO
1892	354	BRUMADO DO PARAOPEBA	2			DONA MARIA PARREIRAS DA CONCEIÇÃO
1892	373	RIO MANSO	1	77	5	MARIA LUIZA CORREIA
1892	375	CONQUISTA	1	90	10	FLAUZINO RODRIGUES DOS SANTOS
1892	446	CONQUISTA	2	49	8	DONA MARIA GONÇALVES DE VASCONCELLOS
1892	710	RIO MANSO	1	88	5	DONA THEODORA MARIA DE JESUS
1892	723	BONFIM	1	39	8	JOÃO FERREIRA DE SOUZA
1892	744	BRUMADINHO	1	70	15	CÂNDIDA MARTHA DE JESUS
1893	265	BRUMADO DO PARAOPEBA	1	10	11	JOAQUIM DA SILVA PRADOS
1893	266	ITATIAIUÇU	1	17	4	ANTÔNIO FERREIRA DE BARROS
1893	280	BONFIM	1	9	2	MATEUS MACHADO DE CARVALHO
1893	355	PIEIDADE DOS GERAIS	2	27	18	ANTÔNIO LUIZ D'AZEVEDO
1893	357	CONQUISTA	2	31	4	MOYSES MARTINS D'ABREU
1893	358	DISTRITO DE DOM SILVERIO	2	24	1	DONA MARIA CANDIDA DO ESPIRITO SANTO
1893	359	BONFIM	2	14	9	JOSÉ FERREIRA DA COSTA E SUA MULHER MARIA EUZEBIA DA SILVA
1893	361	CONQUISTA	2	3	19	JOSÉ ROBERTO DE CAMPOS
1893	362	BONFIM	2	17	8	FRANCISCO PEDRO DE ANDRADE
1893	363	RIO MANSO	2	65	10	JOÃO FERNANDES DE CARVALHO
1893	711	ITATIAIAUÇU	1	88	2	DONA ISABEL JACINTHA DE CAMOS MORAES
						FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA



1893	712	SANTA ANA	1	89	7	REDUZINA ZEFERINA DE SOUZA
1893	727	ITATIAIAUÇU	1	31	9	CAPITÃO ANTÔNIO RODRIGUES DA FONSECA
1893	734	PIEDADE DOS GERAIS	1	18	16	GABRIEL ANTÔNIO COELHO
1893	737	SANTA ANA DO PARAOPEBA	1	25	4	ERMELINDA FREIRA D'ANDRADE
1893	742	PIEDADE DOS GERAIS	1	64	17	MANOEL PEREIRA PASSOS
1894	262	PIEDADE DOS GERAIS	1	50	1	FRANCISCO JOSÉ MAIA
1894	263	BONFIM	1	24	21	ALFERES ANTÔNIO OLEGARIO CARLOS D'ANDRADE (PROVÁVEL BOTIQUEIRO)
1894	264	SANTANA	1	39	14	DONA CLARA MARIA DE JESUS
1894	356	RIO MANSO	2	2	4	JOAQUINA DOS SANTOS AGUIAR
1894	360	ITATIAIUÇU	2	21	5	DONA MARIA ROSA DA CONCEIÇÃO
1894	364	RIO MANSO	2	18	10	FRANCISCO CELESTINO
1894	365	RIO MANSO	2	24	14	ANTÔNIO MIGUEL RODRIGUES COUTO
1894	366	BRUMADO DO PARAOPEBA	2	63	1	DONA MARIA FRANCISCA DE MENEZES
1894	367	PIEDADE DOS GERAIS	2	66	4	APRIGIO LUIZ NOGUEIRA PENIDO
1894	700	SÃO GONÇALO DA PONTE	1	43	6	MARIA JOSÉ DE JESUS
1894	703	BRUMADINHO	1	82	4	CUSTÓDIO GOMES DE RESENDE
1894	705	BRUMADO	1	72	3	MIGUILINA MARIA DE JESUS
1894	706	ITATIAIAUÇU	1	51	14	JOAQUIM ANTÔNIO MARTINS
1894	707	PIEDADE DOS GERAIS	1	57	15	BENTO DIAS DE MOURA E MARIA SABINA DE JESUS
1894	708	ITATIAIAUÇU	1	65	2	SABINA ALVES PEDROSA
1894	719	PIEDADE DOS GERAIS	1	81	18	JOÃO PEREIRA DA SILVA
1894	726	BRUMADO DO PARAOPEBA	1	51	6	JOAQUIM PIRES MARINHO
1894	747	PIEDADE DOS GERAIS	1	78	25	JOÃO RIBEIRO DA SILVA
1895	256	RIO MANSO	1	27	19	DONA MARIA CANDIDO DO ESPIRITO SANTO
1895	279	SANT'ANNA DO PARAOPEBA	1	25	5	FRANCISCO FERNANDES D'ARAUJO
1895	368	SANTA ANNA DO PARAOPEBA	2	106	1	JESUINO JOSÉ DA SILVA
1895	369	BONFIM	2	103	4	CANDIDO GOMES DA

						SILVA
1895	370	PIEIDADE DOS GERAIS	2	91	14	ANTONIO AMARO RIBEIRO
1895	371	RIO MANSO	2	50	11	ANTÔNIO MAXIMIANO DA SILVA LAGE
1895	372	BONFIM	1	19	6	FELISMINA ROZA DA CONCEIÇÃO
1895	380	PIEIDADE DOS GERAIS	1	20	5	DONA MARIA IGNACIA DA CONCEIÇÃO
1895	381	ITATIAIUÇU	1	29	11	JOSÉ DE QUEIROZ FERREIRA
1895	398	PIEIDADE DOS GERAIS	2	67	16	ANA MARIA DO NASCIMENTO
1895	399	BONFIM	2	68	6	DONA JÚLIA MARIA DO NASCIMENTO
1895	440	CONQUISTA	2	90	9	JOÃO AFONSO DE REZENDE
1895	694	BONFIM	1	29	17	JOSÉ FERREIRA
1895	704	PIEIDADE DOS GERAIS	1	46	20	FRANCISCO JOSÉ DE LIMA
1895	709	CONQUISTA	1	62	25	REGINALDO LUIZ DE OLIVEIRA
1895	716	PIEIDADE DOS GERAIS	1	79	10	ANTÔNIO RIBEIRO DA SILVA
1895	725	BONFIM - ÁGUAS CLARAS	1	35	9	DONA MARIA VIOLANTE DA GLÓRIA
1895	740	ITATIAIAUÇU	1	69	3	MANOEL DA SILVA PIMENTA
1895	745	SANTA CRUZ DAS ÁGUAS CLARAS	1	69	18	HERCULANO DE SOUZA PINTO
1895	749	BONFIM	1	30	8	TENENTE FRANCISCO PARREIRAS DE FIGUEIREDO
1896	243	BRUMADO DO PARAOPEBA	1	39	18	DONA CUSTÓDIA MARIA DE JESUS
1896	245	CONQUISTA	1	20	11	RICARDINA CLAUDINA DA CONCEIÇÃO
1896	246	ITATIAIUÇU	1	32	1	ETENETRO ANTUNES DA FONSECA ANTÔNIO ANTUNES DA FONSECA
1896	305	ITATIAIUÇU	1	87	1	JOÃO JOSÉ DE SOUZA
1896	306	RIO MANSO (CACHOEIRA DOS ANTUNES)	1	81	4	GUILHERME BARROS DA SILVA
1896	307	BOA MORTE	1	80	4	CUSTÓDIO VIEIRA DA SILVA
1896	308	SANTA ANA DO PARAOPEBA	1	76	19	DONA ANNA MOREIRA DOS SANTOS
1896	310	BOMFIM	1	89	18	PADRE ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA TRIGUEIRO
1896	400	BONFIM	2	8	5	ANTÔNIO FERREIRA DE AZEVEDO (INVENTÁRIO

						ADMINISTRATIVO)
1896	451	BONFIM	2	13	9	ANTÔNIO CHRISPINIANO DA SILVA CAMPOS
1896	461	PIEDADE DOS GERAIS	2	21	18	MIGUEL ANTÔNIO CORDEIRO E SUA MULHER DONA ILIDIA MARIA DE JESUS
1896	696	RIO MANSO	1	20	4	MARIA CÂNDIDA DA CONCEIÇÃO E MANOEL PEREIRA DA SILVA
1896	701	RIO MANSO	1	40	13	FLORINDA PEREIRA DE JESUS
1896	729	BRUMADO DO PARAOPEBA	1	42	11	MARIA BERNARADINA DE JESUS
1896	736	BONFIM	1	25	1	BELIZÁRIO GONÇALVES D'ANDRADE
1896	739	SANTA ANA DO PARAOPEBA	1	68	25	ZACHARIAS GOMES PEREIRA
1897	211	VARGEM ALEGRE	1	11	11	JOSÉ RUFINO DA SILVA BRAGA
1897	258	ITATIAIUÇU	1	42	12	DONA MARIA CÂNDIDA DE JESUS
1897	301	PIEDADE DOS GERAIS	1	8	3	FRANCISCO ANTÔNIO DA ASSUMPCÃO
1897	309	ITATIAIUÇU	1	75	7	JOAQUIM VICENTE ROSA
1897	311	BRUMADO DO PARAOPEBA	1	78	15	HERCULINA MARIA DE SAM CAMILLO
1897	314	PIEDADE DOS GERAIS / BONFIM	1	61	1	MARCELINO RIBEIRO MARIA
1897	442	RIO MANSO	2	45	6	FIRMINA ALVES DE JESUS
1897	443	RIO MANSO	2	44	11	BENTA MARIA DE JESUS E CÂNDIDA DE JESUS
1897	444	CONQUISTA	2	47	5	DONA MARIA CÂNDIDA DE MORAES
1897	458	PIEDADE DOS GERAIS	2	46	2	DONA JOANNA RITTA DE JESUS (VIÚVA DO MAJOR JOÃO JOSÉ MARIA)
1897	693	BONFIM	1	12	5	MIGUEL ALVES DE BRITO
1897	698	RIO MANSO	1	16	2	PETRONILHA MARIA DO CARMO
1897	702	RIO MANSO	1	36	10	MARIANNA MARQUES DO CARMO
1897	751	RIO MANSO	1	87	5	JOAQUIM LOPES DE SOUZA
1898	210	Piedade das Gerais	1	10	16	THEODOLINO FRANCISCO BENTO
1898	241	PIEDADE DOS GERAIS	1	38	2	DONA ANA MARIA DE JESUS
1898	242	BONFIM	1	37	15	DONA CÂNDIDA FRANSISCA DE JESUS
1898	244	RIO MANSO	1	47	19	JOSÉ ANTÔNIO GOMES LOBATO
1898	287	PIEDADE DOS	2	54	15	JOÃO DOS SANTOS

GERAIS				LISBOA			
1898	313	SÃO GONÇALO DA PONTE	1	40	9	FELISBINA MARIA DE JESUS	
1898	415	BONFIM	2	24	16	JOSÉ MARÇAL DA CRUZ E ANNA DE AMORIM NOGUEIRA	
1898	426	PIEDADE DOS GERAIS	2	29	1	MANUEL RIBEIRO DINIZ (SOLTEIRO) - NÃO TEM FILHOS	
1898	428	ITATIAIUÇU	2	31	20	DONA MARIA FELICIANA DE FARIA, VIÚVA DO CAPITÃO ANTÔNIO RODRIGUES DA FONSECA	
1898	430	BONFIM	2	45	5	FERMINA MARIA DE JESUS E SEU FILHO MACIEL DA FONSECA	
1898	713	BRUMADO DO PARAPEBA	1	84	4	MARIA MALTA DA SILVA	
1898	721	ÁGUAS CLARAS	1	60	15	SERAFIM MARTISN NUNES	
1898	724	SANTA CRUZ DAS ÁGUAS CLARAS	1	44	10	REGINA ROZA DE JESUS	
1898	731	ITATIAIAUÇU	1	18	19A	JOSÉ MARIMIANO COELHO	
1898	732	BONFIM	1	18	19B	REGINALDA MARIA DA COSTA	
1898	733	SANTA CRUZ DAS ÁGUAS CLARAS	1	31	3	FRANCISCO JOSÉ FLROES E SUA MULHER	
1898	735	PIEDADE DOS GERAIS	1	17	7	ISABEL MARIA CASSIANA	
1898	738	PIEDADE DOS GERAIS	1	23	18	FRANCISCO DIAS DA CUNHA	
1898	750	SANTA ANA DO PAARAOPEBA	1	90	8	VALÉRIO SAMPAIO DO VALLE	
1899	247	BONFIM	1	51	4	BALDOINO PIRES MARINHO	
1899	257	ITATIAIUÇU	1	8	2	DONA FRANCISCA CANDIDA DA ASSUNÇÃO	
1899	259	PIEDADE DOS GERAIS	1	53	6	DONA MARIA MAGDALENA MENDES	
1899	312	RIO MANSO	1	91	2	ANTÔNIO ALVES VIEIRA	
1899	460	CONQUISTA	2	89	3	FRANCISCO JOAQUIM RABELLO	
1899	466	PIEDADE DOS GERAIS - GIL	2	27	20	ANTONIO PEREIRA D'ASSUMPCÃO (VIÚVO)	
1899	467	BONFIM	2	114	16	FRANCISCO XAVIER DE SOUZA	
1899	715	SANTA CRUZ DAS ÁGUAS CLARAS	1	77	1	BELARMINO DIAS DOS SANTOS	
1899	722	ITATIAIAUÇU	1	62	8	JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA	
1899	728	BRUMADO	1	44	22	THEREZA MOREIRA DE JESUS	
1899	746	BONFIM	1	69	5	JOSÉ RODRIGUES PINHEIRO	

1900	260	SANT'ANNA DO PARAOPEBA	1	81	10	JACINTHO FERNANDES DA SILVA
1900	261	ITATIAIUÇU	1	44	4	DONA NOMINATA GENEROSA DE JESUS
1900	427	BOA MORTE	2	17	23	JOÃO BAPTISTA MONTEIRO DE CASTRO
1900	695	PIEDADE DOS GERAIS	1	4	13	JOÃO PEDRO DE ANDRADE
1900	699	CONQUISTA	1	16	10	JOAQUIM ANTÔNIO BERNARDES DE CARVALHO
1900	730	ITATIAIAUÇU	1	15	12	JÚLIA MARIA DO CARMO
1901	212	SANTA CRUZ DOM SILVÉRIO	1	1	6	DONA FRANSISCA ALVES DE ABREU
1901	235	BRUMADO DO PARAOPEBA	1	84	11	DONA MISSIAS RODRIGUES DA SILVA
1901	254	BONFIM	1	15	1	ASSOLINO FRANCISCO DO CARMO
1901	255	CONQUISTA	1	25	6	DONA ANNA THEODORA D'OLIVEIRA
1901	401	PIEDADE DOS GERAIS	2	115	20	JOSÉ MORAES TAVARES
1901	429	BONFIM - FAZENDA DA BARRA	2	15	4	JOSÉ PEREIRA CARDOSO JUNIOR E SUA MULHER
1901	447	SANTA ANA DO PARAOPEBA	2	6	12	DONA GABRIELA FERNANDES DE ARAÚJO
1901	463	CONQUISTA	2	3	3	ERNESTO FERREIRA DE OLIVEIRA AMARAL
1901	464	CONQUISTA	2	48	11	DONA MARIANA CANDIDA DE JESUS
1902	232	BONFIM	1	1	9	ANTÔNIO MARTINS DE AGUIAR
1902	292	BONFIM	1	52	17	FRANCISCO PEREIRA MENDES
1902	293	BONFIM	1	24	13	PIO JOSÉ DA CUNHA
1902	302	BONFIM	1	64	11	CUSTODIO MOREIRA PASSOS
1902	389	BONFIM	2	25	14	CANDIDO JOSÉ DA CUNHA
1902	465	BONFIM - CAMPESTRE	2	26	8	JOAQUIM CÂNDIDO DA CUNHA
1903	248	BRUMADO DO PARAOPEBA	1	11	9	ANTÔNIO RODRIGUES BRAGA
1903	250	SANTA CRUZ DO DOM SILVERIO	1	17	2	JUVENAL MOREIRA DE CARVALHO
1903	251	DOM SILVEIRO	1	42	14	MARIA CAROLINA DE JESUS
1903	252	SANTA ANNA DO PARAOPEBA	1	69	16	EMILIA DA MATTA PINTO
1903	253	PIEDADE DOS GERAIS	1	56	8	DONA RITTA CECÍLIA DE MORAES
1903	286	DOM SILVERIO	2	32	18	ANTÔNIO JOAQUIM FERREIRA

1903	296	PIEIDADE DOS GERAIS	1	89	21	DONA ARMINDA CAROLINA DA TRINDADE
1903	299	SANTA CRUZ DE DOM SILVERIO	1	22	15	MANOEL JOAQUIM DA COSTA
1903	392	RIO MANSO	2	30	11	JOAQUIM ANTÔNIO EPHIGENIO
1903	402		2	28	12	JOSÉ FRANCISCO DIAS
1903	422	SANTA CRUZ DO DOM SILVERIO	2	43	11	JOSEPHA RODRIGUES DE JESUS
1904	233	PIEIDADE DOS GERAIS	1	58	6	DONA VICÊNCIA ALVES DE MOURA
1904	249	SÃO GONÇALO DA PONTE	1	80	9	FAUSTO FERNANDES DA SILVA
1904	412	SANTA CRUZ DE DOM SILVERIO	2	10	7	BENFICA FLORES BELLO
1904	416	BRUMADO DO PARAOPEBA	2	31	6	DONA PETROLINA MARIA DO ESPÍRITO SANTO
1904	420	BONFIM	2	46	17	DONA JOAQUINA CANDIDA DE JESUS
1904	450	BONFIM	2	7	1	MANOEL AUGUSTO FERNANDES DE ARAÚJO
1905	234	BRUMADO DO PARAOPEBA	1	72	15	DONA RITA GOMES DE REZENDE
1905	236	BONFIM	1	3	7	JOÃO NEPAMUCENO FERREIRA DO AMARAL
1905	239	SANTA CRUZ DO DOM SILVÉRIO	1	19	4	DONA ANTÔNIA ALVES DA CONCEIÇÃO
1905	284	BOA MORTE	2	62	21	DONA LUIZA FERRERIA DE MENDONÇA
1905	297	RIO MANSO	1	83	2	MANOEL DIAS DA SILVA
1905	298	SANTO ANTONIO DA VARGEM ALEGRE	1	67	4	QUINTILIANO NOGUEIRA PENIDO
1905	382	RIO MANSO	1	83	2	MANOEL DIAS DA SILVA
1905	384	BRUMADO DO PARAOPEBA	1	72	6	JOÃO GOMES DE REZENDE
1905	410	BRUMADO DO PARAOPEBA	2			MANOEL FRANCISCO CYRIACO
1905	417	SANTA CRUZ DO DOM SILVERIO	2	21	4	MARIA PURCINA DA CONCEIÇÃO
1905	436	PIEIDADE DOS GERAIS - CAMPO ALEGRE	1	88	1	EMILIO JOSÉ DE SOUZA AMENO
1905	449	RIO MANSO - CACHOEIRA DOS ANTUNES	2	29	6	IZAHIAS FERREIRA DARNAS
1905	697	BONFIM	1	13	9	DONA MARIA ROSA DE CAMPOS
1906	237	BONFIM	1	28	17	ANTÔNIO NERY FERREIRA
1906	238	SANTO ANTÔNIO DA VARGEM ALEGRE	1	34	18	GABRIEL PEDRO DE TAL
1906	240	PIESDADE DOS	1	43	11	DONA MARIA RITA DE

GERAIS				JESUS			
1906	300	SANTA CRUZ DO DOM SILVERIO	1	70	7	VICENTE FRANCISCO PINTO	
1906	303	SANTA ANA DO PARAOPEBA	1	77	4	EDUVIRGEM FERNANDES DOS SANTOS	
1906	403	SÃO GONÇALO DA PONTE	2	30	9	DONA MARIANA AUGUSTA DE JESUS EMEDIATA	
1906	435	PIEDADE DOS GERAIS	2	82	1	JOÃO FERNANDES DOS SANTOS PENNA	
1907	227	RIO MANSO	1	40	25	EMÍLIA JOSEPHA DE JESUS	
1907	229	BRUMADO DO PARAOPEBA	1	42	25	DONA MARIA GOLÇALVES DE JESUS	
1907	230	PIEDADE DOS GERAIS	1	43	9	MARIA MAGDALENA DE JESUS	
1907	283	SÃO GONÇALO DA PONTE	2	30	10	DONA ANNA JÚLIA EMMEDIATO	
1907	288	BONFIM	2	94	4	JOSÉ SEVERINO DA ROCHA	
1907	393	VARGEM ALEGRE	2	106	6	JOÃO FERNANDES DA SILVA E SUA MULHER DONA JULIA DE JESUS	
1907	394	BRUMADO DO PARAOPEBA	2	38	10	FELISBINO PINTO DA FONSECA	
1907	421	SANTA CRUZ DE DOM SILVERIO	2	37	10	ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA FLORIPPES	
1908	226	BOA MORTE	1	77	3	DORCELINO FRANCISCO DOS SANTOS	
1908	228	BONFIM	1	33	4	FIDELCINO FERREIRA DA FONSECA	
1908	386	SANTA ANA DO PARAOPEBA	1	78	3	LUCAS MOREIRA DOS SANTOS	
1908	407	BRUMADO DO PARAOPEBA	2	82	7	ANTÔNIO DOS SANTOS PEREIRA	
1908	439	BOA MORTE	2	17	3	AUGUSTO RODRIGUES DE CARVALHO	
1909	385	BOA MORTE	1	34	10	MARIA ANTÔNIA FREIRE	
1909	411	RIO MANSO	2	11	1	JOSÉ LUIZ DA SILVEIRA	
1909	419	SANTA ANA DO PARAOPEBA	2	7	2	MANOEL FERNANDES DE ARAÚJO	
1909	438	BRUMADO	2	114	8	JOÃO CLAUDINO JOSÉ DE SOUZA CASADO COM DONA MARIA ALEXANDRE DE JESUS	
1910	225	BONFIM	1	47	16	PIO DA COSTA LIMA	
1910	396	_____ DO CAMPESTRE - BONFIM	2	57	19	ANTÔNIO JOSÉ DA CUNHA MAIA	
1910	397	SÃO GONÇALO DA PONTE	2	49	2	ROMUALDA MARIA DE JESUS	
1910	414	RIO MANSO	2	114	14	FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA	

1910	418	BOA MORTE	2	2	23	ANTÔNIO AUGUSTO ALVES E SUA MULHER MARIA CESÁRIA
1911	222	BONFIM	1	89	5	RAPHAEL GONÇALVES DE SOUZA
1911	223	BOA MORTE	1	68	7	JOSÉ DO CARMO GOMES PEREIRA
1911	224	BRUMADO	1	46	1	ANTÔNIO JOSÉ RODRIGUES DA LAUVINDA
1911	395	BONFIM - CANGALHEIRO	2	28	2	JOAQUIM JOSÉ DAMACENO E DONA QUITÉRIA CONSTANÇA DOS SANTOS
1911	404	BONFIM	2	59	10	MANOEL JOSÉ MARIA
1911	406	BONFIM	2	38	4	ANTÔNIO FERREIRA DA FONSECA
1912	213	BRUMADO DO PARAOPEBA	1	10	2	FAUSTINO SALES BARBOSA E MARIA DA GLORIA
1912	219	DOM SILVÉRIO	1	15	18	FRANCISCO JOSÉ DE ARAÚJO
1912	220	SANTANA DO PARAOPEBA	1	9	14	ANTÔNIO ALVES BARBOSA
1912	231	SANTO ANTÔNIO DA VARGEM ALEGRE	1	7	16	DONA MARIA FERNANDES DE ARAÚJO
1912	377	RIO MANSO	1	52	13	MARIA MADALENA DE MELLO
1912	383	RIO MANSO	1	45	9	JORGE DE AZEVEDO JUNQUEIRA
1912	390	DOM SILVERIO	2	47	8	MARIA LUCIA DE JESUS
1912	391	SANTA ANA DO PARAOPEBA	2	47	17	DONA MARIA JUSTINA DE JESUS
1912	408	BONFIM	2	31	5	DONA MARIA ROSA DO ESPÍRITO SANTO
1912	424	SANTA ANNA DO PARAOPEBA	2	53	1	ANA ROSA DE LIMA (VIÚVA)
1913	218	VARGEM ALEGRE	1	81	9	IGNÁCIO MOREIRA DA SILVA
1913	221	BONFIM	1	53	4	LUCAS PEREIRA MENDES
1913	289	BOA MORTE	2	11	12	JOSINA ETELVINA BRAGA
1913	290	DOM SILVERIO	2	26	22	DONA MARIA JOSÉ DA CUNHA
1913	378	PIEDADE DOS GERAIS	1	41	2	FRANCISCA LANGINA DE JESUS
1913	405	DOM SILVERIO	2	22	9	ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA
1913	413	BONFIM	2	14	12	DONA MARIA PARREIRAS CAMPOS
1913	425	PIEDADE DOS GERAIS	2	58	3	JOSÉ FRANCISCO MAIA
1913	431	SÃO GONÇALO	2	95	15	SALVADOR FELICIANO



DA PONTE				BOTELHO			
1913	432	PIEIDADE DOS GERAIS	2	109	5	DONA MARIA THEODORA DA SILVA	
1913	441	VARGEM ALEGRE	2	17	13	JOSÉ FERNANDES DE CARVALHO E SUA MULHER DONA THEODOLINA ALVES DE CARVALHO	
1914	214	VARGEM ALEGRE	1	11	1	BARBARA MARIA DA BOA VIAGEM	
1914	215	VARGEM ALEGRE	1	4	4	JOAQUIM FERREIRA DE AMORIM	
1914	216	VARGEM ALEGRE	1	13	5	LÚCIO MIGUEL DE CAMPOS	
1914	217	PIEIDADE DOS GERAIS	1	14	18	HERMENEGILDO BRAGA DA SILVA	
1914	291	SÃO GONÇALO DA PONTE	2	46	7	DONA JOSEPHA CLAUDINA DE JESUS	
1914	304	RIO MANSO	1	70	5	SERAFIM PEREIRA PINTO E ROSA THERESA DE JESUS	
1914	376	PIEIDADE DOS GERAIS (GODINHO)	1	64	22	FRANCISCO ESTEVÃO DE PAULA E MARIA DA GLÓRIA	
1914	379	RIO MANSO	1	70	5	SERAFIM PEREIRA PINTO (MORTO EM 1863) E ROSA THEREZA DE JESUS (MORTA EM 1878)	
1914	409	BRUMADO DO PARAOPEBA	2	88	10	JOSÉ PINTO DE QUEIROZ E SUA MULHER DONA UMBELINA DE SOUZA	
1914	423	BONFIM	2	90	10	DONA ALICE ESTHER DE SOUZA REZENDE	
1914	437	BONFIM	2	117	2	FRANCISCO JOSÉ DE SANTA ANA TRIGUEIRO	

## II) Fontes impressas:

### 1) INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.

*Anuário estatístico do Brasil 1908 - 1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.*

2) CENTRO DE ESTUDOS DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA DA AMÉRICA LATINA/UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/POPULATION RESEARCH CENTER. CEDHAL/USP/PRC. *Recenseamento da População do Império do Brazil, a que se realizou em 1º de agosto de 1872 (Censo da População). 1872.*

**3) NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRAFIA HISTÓRICA DO CEDEPLAR.** Banco de Dados, Listas Nominativas de Habitantes de 1831/32, Minas Gerais/Brasil.

**4) VIAJANTES ESTRANGEIROS**

- AGASSIZ, Jean Louis Rodolphe. AGASSIZ, Elizabeth Cabot Cary. *Viagem ao Brasil. 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975.
- BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais: 1833-1835*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1981.
- BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1977.
- BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1976.
- D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1976.
- FREIREYSS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1982.
- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975.
- KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil. Rio de Janeiro e Província de São Paulo compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. São Paulo: Martins, EDUSP, 1972.
- KIDDER, Daniel Parish e FLETCHER, James Cololey. *O Brasil e os brasileiros (esboço histórico e descritivo)*. São Paulo, Nacional, 1941. 2 vol.
- LANGSDORFF, Georg H. Von. *Os diários de Langsdorff*. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997. (Volp. 1).
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975.
- MAWE, John. *Notas ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1978.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1976.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. (Trad. Vivaldi Moreira). Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1974.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à canoa a Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1974.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1974.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. (Trad. Vivaldi Moreira). Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975

- SILVA, José Joaquim. *Tratado de Geografia Descritiva Especial da Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997.
- SPIX, Johann Baptist Von. & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1981. (Vol. 1 e 2).
- SUZANNET, Conde de (L. De Chavagnes). *O Brasil em 1845 (semelhanças e diferenças após um século)*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1979.
- TOUSSAINT-SAMSON. Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2003.
- TSCHUDI, J.J. Von. & HALFELD, H. G. F. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.
- WALSH, R. *Notícias do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Itatiaia, 1985 (Vol. 1 e 2).
- WELLS, James W. Explorando e viajando. *Três mil milhas através do Brasil. Do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. (Vol. 1 e 2)
- ZALUAR, Augusto Emilio. *Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860-1861*. Rio de Janeiro, 1962.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. São Paulo: Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu. F. Briguiet & Cia. 3 ed.. 1934. (1ed. 1907).
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Adilson José de. Uniformes da Guarda Nacional, 1831-1852. A indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. V. 8/9. pp. 77/150. jan/dez. 2000-2001.
- ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Notas sobre a família no Brasil, in: Pesando a Família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo/Ed. da UFRJ. 1987.
- ALVES, Maurício Martins. *Caminhos da Pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*. (Dissertação de Mestrado). IFCS/UFRJ, 1995.
- AMILCO, Rita de Cássia da Silva. A dança da riqueza: variações na fortuna pessoal em Juiz de Fora (1870/1914). In: *Seminário sobre a Economia Mineira*. CEDEPLAR/UFMG, 2002.
- AMILCO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em Movimento: Um estudo sobre as transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora: 1870-1914*. (Dissertação de Mestrado). IE/UNICAMP, 2001.
- Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material. Nova Série*. Universidade de São Paulo: O Museu Paulista. Volume: 1(1993); Volume: 2 (1994); Volume: 3(1995); Volume: 4 (1996); Volume: 5 (1997); Volumes: 6/7 (1998/1999); Volumes: 8/9 (2003).
- ANDRADE, Manuel Correia de (org.). O Brasil nos Fins do século XIX. O Estado material e social da população brasileira. In: *Élisée Reclus*. São Paulo: Editora Ática, 1985.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. V. 12. p. 91-128. jan/dez. 2004.
- ANDRADE, Maria José Souza de. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- ANDRADE, Rômulo Garcia. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata e Minas Gerais, século XIX*. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da Riqueza dos Paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2003.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. V. 12. p. 129-160. jan/dez. 2004.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites. Século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Thales de. Family, marriage and divorce in Brazil. *Journal Of Inter-American Studies III*, p. 213-237, 1961.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. & BRIOSCHI, Lucila Reis. (org.) *Na estrada do Anhangüera. Uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, século XVIII e XIX)*. (Tese do Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Senhores da terra-família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1987.
- BARBUY, Heloísa Maria Silveira. *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914 (estudo de história urbana e cultura material)*. (Tese de Doutorado). São Paulo: FAU/USP, 2001.
- BARROS, José D' Assumpção. *O Campo da História. Especialidades e Abordagens*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. (Tradução: Zulmira Tavares). São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BERGAD, Laird. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BERGARD, Larid W. *Escravidão e História Econômica. Demografia de Minas Gerais 1720-1888*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2004.
- BIANCONI, Renata. *Dinâmica Econômica e Formas de Sociabilidade: Aspectos da Diversificação das Atividades Urbanas em Campinas (1870-1905)*. (Dissertação de Mestrado). IE/UNICAMP, 2002.
- BLAGE, Ilana. Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material. In: CANDIDO, Antônio. (Org.) *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- BLOCH, Marc. *A terra e seus homens. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2001.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Demografia e Família Escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. "Condição de classe e posição de classe". In: AGUIAR, Neuma. *Hierarquias em classes*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.
- BOURQUIM, Laurent. *Les Objets De La Vie Quotidienne Dans La Première Moitié Du XVI Siècle A Travers Cent Inventaires Après Décès Parisiens*. In: *Revue D'Histoire Moderne Et Contemporaine* p. 464 a 476. 1997
- BRANCO, Jorge Freitas. *Camponeses da Madeira. As bases materiais do cotidiano no Arquipélago (1750-1900)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.
- BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII*. (Tradução Telma Costa) São Paulo: Martins Fontes, 1995. Vol.1 (As Estruturas do Cotidiano: o possível e o impossível) Vol. 2 (Os Jogos das Trocas) Vol. 3 (O tempo do Mundo)
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BRUNO: Ernani da Silva. *Equipamentos, usos e costumes da Casa Brasileira*. Coordenadora-geral da Coleção Marlene Milan Acayaba; São Paulo: Museu da Casa Brasileira. (5 Volumes), 2001.
- BUACAILLE, Richard. Pesez, Jean-Marie. Cultura material. In: *Enciclopédia. 16. Homo-Domesticação. Cultura Material*. Einaudi. Imprensa Nacional. Casa da Moeda. 1989.
- BURKE, Peter. (org.). *A escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales. 1929-1989. A Revolução Francesa na historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1991 (1 ed. 1990).
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular. História e Imagem*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2004.
- BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares em Belém. (1870/1920). (Tese de Doutorado)*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. 2006.
- CANDIDO, Antônio. *The Brazilian Family*. In: SMITH, T. Lynn; MARCHANT, Alexandre (Ed.). *Brazil: portrait of a half continent*. New York: Dryden Press, 1951.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. (org.). *Domínios da História. Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil. Novas Perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1988.
- CARVALHO, Vânia Carneiro. *Gênero e Artefato. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material, São Paulo, 1870/1920*. (Tese de Doutorado). Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/USP, 2001.
- CARVALHO, Vânia Carneiro. *Gênero e cultura material: uma introdução bibliográfica*. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. V. 8/9. p. 293/324. (2000-2001) editado em 2003.
- CASTELLI JÚNIOR, Roberto. *Brasil: do café à indústria*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- CASTRO, Hebe M. Mattos de. *Laços de família e direitos no final da escravidão*. In: *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. (v. 2) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHALLOUB, Sidney. *Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes. Mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: AnnaBlume, 1999.
- CHIACHIRI FILHO, José. *Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto, Ribeira Gráfica e Editora Ltda. 1986.
- CICERQHIA, Ricardo. *Historia de la vida privada en la Argentina*. Buenos Aires: Troquel, 1999.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da Escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CORNETTE, Joel. *La Révolution Del objets. Le Paris Des Inventaires Après Dècès (XVII-XVIII) Siècles* In: *Revue D'Histoire Moderne Et Contemporaine* p. 476 a 486. 1997.
- COSTA, Iraci Del Nero. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, 1979.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. (2 ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

- DAUMARD, Adeline. *Cinco Aulas de História Social*. Bahia: Centro Editorial e Didático/Universidade Federal da Bahia. 1978. (Tradução de AUGEL, Moema Parente; SCHWEBEL, Aldaísa Novaes; GUIMARÃES, Maria Luíza Medeiros).
- DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e Riqueza na Sociedade Burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- DAUMARD, Adeline. *Os burgueses e a burguesia na França*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- DEAECTO, Marisa Midori. *Comércio e Vida Urbana na cidade de São Paulo. (1889-1930)*. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2002.
- DEAN, Warren. Rio Claro. *Um sistema brasileiro de Grande Lavoura. 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
- DÉCADA REPUBLICANA. Brasília: Coleção Temas Brasileiros, n. 59, 1986. (Cândido de Oliveira, Barão de Paranapiacaba, Cunha de Mattos, Corrêa de Bittencourt e Frederico Martins).
- DIAS, Madalena Marques. *A formação das elites numa vila colonial paulista: Mogi das Cruzes, 1601-1646*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2.001.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- DOSSE, François. *A História à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo Editora UNESP. 2001.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio. Campinas, São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1992.
- EISEMBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, século XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- ESPRIU, Gloria Artís. *Família, Riqueza Y Poder. Um Estúdio Genealógico de La Oligarquia Novohipana*. Centro de Investigaciones Y Estúdios Superiores en Antropología Social. Mexico: Ediciones de la Casa Chata, 1994.
- ESTRADA, Ana Vera (Compiladora). *Cuba: Cadernos sobre la Família – época colonial*. Centro de Investigaciones Y Desarrollo de la Cultura Cubana, Editorial de Ciencias Sociales, 1997.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Terra e Trabalho em Campos dos Goitacazes (1850-1920)*. (Dissertação de Mestrado). UFF, 1986.
- FLORENTINO, Manolo. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790/1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FRAGOSO, João L. Ribeiro. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850/1920). Um estudo de relações não-capitalistas de produção*. (Dissertação de Mestrado). UFRJ, 1983.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 – c. 1840*. (4 edição revista e ampliada). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e riqueza na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRAGOSO, João Luis. O Império escravista e a República dos Plantadores. In: LINHARES, Maria Yedda. (org.) *História Geral do Brasil*. (5 ed) Rio de Janeiro: Campus, 1990.



- FRANCO, Gustavo. *A década Republicana: o Brasil e a Economia Internacional – 1888/1900*. Rio de Janeiro: IPEA, 1991.
- FRANCO, Gustavo. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. (2ª. ed. Revista e atualizada do vol. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983. 3 ed.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio. 1980. 20 ed. (1 ed. 1933).
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. Rio de Janeiro: Record, 1996, 9 ed.. (1 ed. 1936)
- FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GALLIZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba. 1850-88*. João Pessoa: Editora Universitária, 1979.
- GAMBARATO, Renira R.. *O desenho do processo – comunicação e semiótica em design*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PUC, 2002.
- GAY, Peter. *O século de Schnitzler. A formação da cultura da classe média. 1815 a 1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GLASSIE, Henry (1999). *Material culture*. Bloomington: Indiana University Press. 2005
- GOBLOT, Edmund. *A barreira e o nível: retrato da burguesia francesa na passagem do século*. Campinas, SP: Papirus, 1989.
- GODOY, M. Pimentel de. *Expressão Econômica do Vale do Paraopeba*. Minas Gerais: Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de Minas Gerais, 1957.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Abolição: a liberdade veio do Norte*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste: Elite Mercantil e Econômica de Subsistência em São João Del Rey (1831-1888)*. (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1998.
- GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil. 1850/1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- HARDY, Jean-Pierre. Niveaux de richesse et intérieurs domestiques dans le quartier Saint-Roch à Québec, 1820-1850. *Revue d'histoire de la culture matérielle*, Musée National de l'Homme, Ottawa, n.17, p.63-94, 1983.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. (3 ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- IANNI, Octávio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- IANNI, Octávio. Progresso econômico e trabalhador livre. In: *História da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol. 3, org. Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Difel, 1967.
- LANA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira, 1870-1920*. 2 ed. Campinas, Editora da Unicamp, 1989.
- LANA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição. Santos: 1870-1913*. São Paulo: Hucitec, 1996.

- LE GOFF, Jacques. & NORA, Pierre. *História Novas Abordagens, Novos Objetos e Novos Problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988 (1 ed. 1974).
- LE GOFF, Jacques. & TRUONG, Nicolas. *Uma história do corpo na idade média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993 (1 ed. 1978).
- LE VEN, Michel Marie. *As Classes Sociais e o Poder Político na Formação Espacial de Belo Horizonte. (1893 a 1914)*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. (dissertação de mestrado), 1977.
- LEITE, Mario. *Paulistas e Mineiros. Plantadores de Cidades*. São Paulo: EDART, 1961.
- LEITE, Miriam Moreira (org). *A condição feminina no Rio de Janeiro – Século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1984.
- LEITE, Miriam Moreira. *Livros de Viagem*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.
- LE MOS, Carlos A. C. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999. (Col. Estudos Históricos, 39).
- LE MOS, Carlos A. C. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999.
- LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993. 2 ed. (1 ed. 1979)
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do Século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Material, 2000.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais. 1870-1920*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- LIMA, Tânia Andrade. *Chá e Simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista*. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. V. 5. pp. 93/130. jan/dez. 1997.
- LIMA, Tânia Andrade. *Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX*. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. V. 3. pp. 129-194. jan/dez. 1995.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. *Metodologia da história quantitativa: balanço e perspectivas*. In: BOTELHO, Tarcísio ... [et al.] *História Quantitativa e Serial: um balanço*. Goiana: ANPUH-MG, 2001.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.
- LIVET, Georges (Org.). *Les actes notariés: source de l'Historie sociale XVI – XIX Siècles*. Strasbourg: Librairie Istra, 1979.
- LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião: a cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.
- LUNA, Francisco Vidal. & KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005.
- MACEDO, Concessa Vaz. *Mulheres, seus ofícios e suas técnicas: processo de trabalho nas indústrias têxteis britânicas antes da revolução industrial*. (Tese de Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

- MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins, 1953. (2ª ed.) (1ª ed. de 1929).
- MADERO, Marta. & DEVOTO, Fernando. *História de la Vida Privada em la Argentina*. (Volumes 1 e 2) Buenos Aires: Turus, 1999.
- MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. Inventários e Seqüestros: fontes para a História Social. In: *Revista de História*. Belo Horizonte: V.9, 1989.
- MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista. 1700-1836*. São Paulo Hucitec, Edusp, 2000.
- MARCÍLIO, Maria Luzia. *População e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARCONDES, A arte de acumular na Economia Cafeeira. Vale do Paraíba, Século XIX. Lorena, SP: Editora Stiliano, 1998.
- MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. *Riqueza e Escravidão: Dimensões Materiais da Sociedade no Segundo Reinado*. Bonfim/MG. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2.000.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. (3 ed.). São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, Roberto Borges. A indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no século XIX. *Anais do II Seminário sobre a Economia Mineira*, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFGM, 1983, pp. 75-94.
- MARTINS, Roberto Borges. Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais – Brasil. Nashville, Vanderbilt University, 1980, (tese de doutorado).
- MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. & LAPA, José Roberto do Amaral. (organizadores). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996. Pp. 129/130.
- MATA-MACHADO, Bernardo. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais. 1690-1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- MATOS, Odilon Nogueira de. Café e Ferrovias. *A Evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas: Pontes, 4 ed. 1990.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. (v. 2) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX – Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Da Revolução dos Alfaites à Riqueza dos baianos no século XII. Itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.
- MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. (v. 2) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. (v. 2) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfose da riqueza, São Paulo 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC, 1985.
- MENESES, José Newton Coelho de. *O Continente Rústico. Abastecimento Alimentar nas Minas Gerais Setecentistas*. Diamantina, Minas Gerais: Maria Fumaça, 2000.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *O fogão da Societé Anonyme Du Gaz. Sugestão para uma leitura de imagem publicitária*. São Paulo: Projeto História, 2000.

- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Apresentação da Nova Série. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. N. 1. jan/dez. 1993. pp.5-7.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A Psicologia Social no Campo da cultura material. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. V. 4. p. 129-160. jan/dez. 1996.
- MESSIAS, Rosane Carvalho. *O cultivo do café nas bocas do sertão paulista. Mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830 a 1888*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.
- MOL, Cláudia Cristina. *Mulheres Forras: Cotidiano e Cultura Material em Vila Rica (1750 a 1800)*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História. 2002.
- MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas. 1989-1930*. Belo Horizonte: 1973.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- MOURA, Clóvis. *Os Quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das Sombras: Homens Livres no Declínio do Escravismo*. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1998.
- MOURA, Esmeralda Blanco B. de. *Mulheres e menores no trabalho industrial*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NOVAIS, Fernando. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII)*. 2 ed. São Paulo: CEBRAP, Brasiliense, 1993.
- OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. Povoamento e Riqueza Familiar no Sul de Goiás, 1843-1860: considerações preliminares. In: *Série Cursos e Eventos, Sessão Temática Número 06 – Família, Demografia e Formação de Patrimônio*, São Paulo: CEDHAL/USP, 2003.
- OLIVEIRA, Lélvio Luiz de. *As transformações da riqueza em Franca no século XIX*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FHDSS/UNESP, 1995.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Em casas térreas com alcovas. Formas de morar entre os setores médios em São Paulo, 1875 e 1900. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. v. 8/9. p. 55-76 (2000-2001) editado em 2003.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém. Relações sociais e experiências da urbanização – São Paulo, 1870-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. (Tese de Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.
- PAULA, João Antônio de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras. Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PENALVES, Antônio Rocha. “F. Braudel: tempo histórico e civilização material: Um ensaio bibliográfico”. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. v. 3. p. 239/249. jan/dez. 1995, pp. 244 e 245.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Estado e Capital Cafeeiro em São Paulo. (1889-1930)*. São Paulo: Annablume/FAPESP; Campinas: UNICAMP, 1999.

- PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993 (1ª ed. 1978).
- PIERSON, Donald. The Family in Brazil. Journal of the marriage and family: marriage and family living, Minneapolis, National Council of Family Relations, V. XVI, n. 4, p. 308-314, 1914.
- PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PINTO, Luís de Aguiar Costa. *Lutas de Família no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980.
- PIRES, Anderson José. *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora, 1870/1930*. (Dissertação de Mestrado). Niterói, ICFH/Universidade Federal Fluminense, 1993.
- POULOT, Dominique. Une Nouvelle Histoire de La Culture Matérielle? In: *Revue D'Histoire Moderne Et Contemporaine*. 1997. pp. 344/357.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RANGEL, Armênio de Souza. *Escravidão e Riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté (1765-1835)*. (Tese de Doutorado em Economia). FEA/USP, 1990.
- REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo. N. Ser. V. 4. p. 265-282. jan/dez. 1996.
- REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIOS, Ana Lugão. & MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do Cativo. Família, Trabalho e Cidadania no Pós-Abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- RIOS, Ana Maria. & MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: Balanços e perspectivas. In: *Topoi. Revista de História. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*. Vol. 5, n. 8, jan-jun de 2004.
- ROCHE, Daniel. *História das Coisas Banais. Nascimento do consumo. Séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- ROCHE, Daniel. *O Povo de Paris. Ensaio sobre a cultura popular no século XVIII*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SAES, Flávio. O término do escravismo: uma nota sobre a historiografia. São Paulo: *Estudos Econômicos*. 12(03): 29-40, 1982.
- SALLUM Júnior. Brasília. *Capitalismo e Cafeicultura. Oeste Paulista: 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.
- SAMARA, Eni de Mesquita. A história da Família no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, Vol. 9, n. 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família - São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero e Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Família, Riqueza e Poder na São Paulo colonial. In: *Família, Mulheres e Povoamento: São Paulo, Século XVII*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2003.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *História da Família no Brasil: Bibliografia Comentada*. In: *Série Fontes de Pesquisa*. São Paulo: CEDHAL/USP, 1998.

- SAMARA, Eni de Mesquita. Os agregados na região de Itu – 1780/1830. São Paulo: Museu Paulista, 1977.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza. (1890-1915)*. (2 edição). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.
- SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Vida Material e Econômica*. Curitiba: SEED, 2001.
- SANTOS, Fábio Alexandre do. Rio Claro: Uma cidade em transformação, 1850-1906. *Dissertação de Mestrado*. IE/UNICAMP, 2000.
- SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870-1900. (Dissertação de Mestrado)*. Niterói: UFF, 2001.
- SCHAMA, Simon. *O desconforto da Riqueza. A cultura holandesa na época do ouro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SCHNOOR, Eduardo. Das casas de Morada às Casas de Vivenda. In: *Resgate: Uma Janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição. 1875/1901*. São Paulo: EDUSP/Instituto Fernando Braudel, 1996.
- SEGALÉN, Martine. *Las condicionaes materiales de la vida familiar*. In: KERTZER, David I. & BARBAGLI, Marzio. (copiladores). *Historia de La família Europea. La vida familiar desde la Revolución Francesa hata la Primeira Guerra Mundial*. (v.2). Buenos Aires/México: Ediciones Paidó Ibérica, S. A. 2003. (Publicado originalmente em inglês, em 2002, por Yale University Press, New Haven y Londres).
- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina. Mentis insanas e corpos rebeldes*. São Paulo: Editora Scipione, 1993.
- SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão. Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e Poder. A política do abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História. 2002.
- SILVA, João Luiz Máximo da. *O impacto do gás e da eletricidade na casa paulistana (1870/1930)*. *Estudos de cultura material no espaço doméstico*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Departamento de História, FFLCH/USP, 2002.
- SILVA, Regina Helena Alves da. *A Cidade de Minas*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 1991.
- SILVA, Sérgio. SZMRECSÁNYI, Tamás, (org). *História Econômica da Primeira República*. 2. Ed. São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.
- SIMONSEN, Robert. *História Econômica do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Editora Nacional/Brasília, INL, 1977.
- SIQUEIRA, Lucília. *Bens e Costumes na Mantiqueira: socorro no prelúdio da cafeicultura paulista (1840 – 1895)*. São Paulo: Editora CLA, 2005.
- SLENES, Robert W. *Na Senzala uma flor. Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava – Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 18(3), 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Grahia Editorial, 1998. 2ª ed. (1ª ed. de 1939).

- SOTO, Maria Cristina Martinez. *Pobreza e Conflito. Taubaté, 1860-1935*. São Paulo: Annablume, 2001.
- SOUZA, Gilda de Mello e. *O Espírito das roupas. A moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro - A pobreza mineira no século XVIII*. 3 ed.. São Paulo: Graal, 1990.
- STEIN, Stanley. *Grandeza e Decadência do Café do Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. SILVA, Sérgio (organizadores). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- TERUYA, Marisa Tayra. A Família na Historiografia Brasileira. Bases e Perspectivas Teóricas. In: *Anais do XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, CAXAMBU(MG), Belo Horizonte: ABEP, 2000.
- TERUYA, Marisa Tayra. *Trajetória sertaneja: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba (1870-1970)*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.
- TESSARI, Cláudia Alessandra. *Tudinhas. Rosinhas e Chiquinhos. O processo de emancipação dos escravos e os libertos no Mercado de trabalho. Piracicaba: 1870-1920*. (Dissertação de Mestrado). IE/UNICAMP, 2000.
- TOPIK, Steven. *A presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. *Retratos Femininos: Gênero, Educação e Trabalho nos Censos Demográficos, 1872/1970*. (Tese de Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2004.
- VEBIEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa. Um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1965.
- VERGOLINO. José Raimundo Oliveira. *Borracha extrativa e a economia amazônica, 1880-1930*. Recife: Ufpe, 1995.
- VERSIANI, Flávio Rabelo. & VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e no Sertão Pernambucano: 1777-1887. Estudos Econômicos*. Vol. 33, n. 2. 2003.
- VERSIANI, Flávio Rabelo. *A década de 20 na indústria brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social, Programa Nacional de Pesquisa Econômica, 1987.
- VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. (3 ed). Rio de Janeiro: Record, 1974. 2v.
- WILLEMS, Emílio. *A Estrutura da Família Brasileira. Sociologia*. V. XVI, nº. 4. São Paulo: USP, 1954, p. 327-340.
- WOOLF, Stuart. *Los Pobres en la Europa Moderna*. Barcelona: Editora Crítica Barcelona. Crítica/História Del Mundo Moderno, 1989.
- WRIGLEY, E. A. *Gentes Ciudades Y Riqueza. La Transformación de la sociedad tradicional*. Barcelona: Editora Crítica Barcelona. Crítica/História Del Mundo Moderno, 1992.

## **ANEXOS**



## Tabelas (Pré-1888)

### Distribuição da riqueza (Libras)

**Tabela**  
**Distribuição da riqueza - 1840 a 1849**

Tipo	Inventários	%	Monte mor	%
Grupo A: acima de 1.000 libras	13	18%	32.608	59%
Grupo B: 501 a 1.000 libras	18	24%	13.393	24%
Grupo C: até 500 libras	43	58%	9.393	17%
Total Geral	74	100%	55.394	100%

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

**Tabela**  
**Distribuição da riqueza - 1850 a 1859**

Tipo	Inventários	%	Monte mor	%
Grupo A: acima de 1.000 libras	28	29%	68.528	79%
Grupo B: 501 a 1.000 libras	10	11%	6.262	7%
Grupo C: até 500 libras	57	60%	11.831	14%
Total Geral	95	100%	86.621	100%

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

**Tabela**  
**Distribuição da riqueza - 1860 a 1869**

Tipo	Inventários	%	Monte mor	%
Grupo A: acima de 1.000 libras	15	14%	43.260	59%
Grupo B: 501 a 1.000 libras	26	24%	18.229	25%
Grupo C: até 500 libras	66	62%	11.721	16%
Total Geral	107	100%	73.211	100%

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

**Tabela**  
**Distribuição da riqueza - 1870 a 1879**

Tipo	Inventários	%	Monte mor	%
Grupo A: acima de 1.000 libras	22	25%	65.264	79%
Grupo B: 501 a 1.000 libras	10	11%	6.948	8%
Grupo C: até 500 libras	56	64%	10.393	13%
Total Geral	88	100%	82.605	100%

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

**Tabela**  
**Distribuição da riqueza - 1880 a 1888**

Tipo	Inventários	%	Monte mor	%
Grupo A: acima de 1.000 libras	18	22%	45.861	73%
Grupo B: 501 a 1.000 libras	10	12%	6.948	11%
Grupo C: até 500 libras	55	66%	10.393	16%
Total Geral	83	100%	63.202	100%

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

### Distribuição da riqueza (Réis)

**Tabela**  
**Distribuição da riqueza - 1840 a 1849 (Réis)**

Tipo	Inventários	%	Monte-mor	%
Grupo A: acima de 10\$000.000	12	16%	279.105.904	57%
Grupo B: 5\$000.001 a 10\$000.000	18	24%	126.075.231	26%
Grupo C: até 5\$000.000	45	60%	88.692.307	18%
Total Geral	75	100%	493.873.442	100%

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

**Tabela**  
**Distribuição da riqueza - 1850 a 1859 (Réis)**

Tipo	Inventários	%	Monte-mor	%
Grupo A: acima de 10\$000.000	24	25%	567.125.273	75%
Grupo B: 5\$000.001 a 10\$000.000	8	8%	64.976.202	9%
Grupo C: até 5\$000.000	65	67%	128.820.656	17%
Total Geral	97	100%	760.922.131	100%

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

**Tabela**  
**Distribuição da riqueza - 1860 a 1869 (Réis)**

Tipo	Inventários	%	Monte-mor	%
Grupo A: acima de 10\$000.000	18	17%	460.407.349	61%
Grupo B: 5\$000.001 a 10\$000.000	24	22%	173.932.996	23%
Grupo C: até 5\$000.000	66	61%	118.660.022	16%
Total Geral	108	100%	753.000.367	100%

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

**Tabela**  
**Distribuição da riqueza - 1870 a 1879 (Réis)**

Tipo	Inventários	%	Monte-mor	%
Grupo A: acima de 10\$000.000	22	25%	650.938.648	79%
Grupo B: 5\$000.001 a 10\$000.000	10	11%	68.655.262	8%
Grupo C: até 5\$000.000	56	64%	102.290.309	12%
Total Geral	88	100%	821.884.219	100%

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

**Tabela**  
**Distribuição da riqueza - 1880 a 1888 (Réis)**

Tipo	Inventários	%	Monte-mor	%
Grupo A: acima de 10\$000.000	19	23%	526.451.408	73%
Grupo B: 5\$000.001 a 10\$000.000	17	20%	105.695.675	15%
Grupo C: até 5\$000.000	47	57%	85.054.737	12%
Total Geral	83	100%	717.201.820	100%

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

## Tabelas (Pós-1888)

### Distribuição da riqueza (Libras)

**Tabela**  
**Distribuição da riqueza - 1888 a 1899 (Libras)**

Tipo	Inventários	%	Monte mor	%
Grupo A: acima de 1.000	20	10%	38.908	56%
Grupo B: 501 a 1.000	15	8%	10.274	15%
Grupo C: até 500 libras	156	82%	20.470	29%
Total Geral	191	100%	69.652	100%

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

**Tabela**  
**Distribuição da riqueza - 1900 a 1909 (Libras)**

Tipo	Inventários	%	Monte mor	%
Grupo A: acima de 1.000	6	8%	11.679	45%
Grupo B: 501 a 1.000	10	13%	7.420	28%
Grupo C: até 500 libras	59	79%	7.131	27%
Total Geral	75	100%	26.230	100%

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

**Tabela**  
**Distribuição da riqueza - 1910 a 1914 (Libras)**

Tipo	Inventários	%	Monte mor	%
Grupo A: acima de 1.000	0	0%	0	0%
Grupo B: 501 a 1.000	4	9%	2.816	33%
Grupo C: até 500 libras	39	91%	5.772	67%
Total Geral	43	100%	8.588	100%

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

## Distribuição da riqueza (Réis)

**Tabela**  
**Distribuição da riqueza - 1888 a 1899**

Tipo	Inventários	%	Monte-mor	%
Grupo A: acima de 10\$000.000	37	19%	941.306.121	71%
Grupo B: 5\$000.001 a 10\$000.000	20	11%	140.005.221	11%
Grupo C: até 5\$000.000	133	70%	241.791.098	18%
Total Geral	190	100%	1.323.102.440	100%

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

**Tabela**  
**Distribuição da riqueza - 1900 a 1909**

Tipo	Inventários	%	Monte-mor	%
Grupo A: acima de 10\$000.000	15	20%	322.260.528	66%
Grupo B: 5\$000.001 a 10\$000.000	8	11%	57.470.008	12%
Grupo C: até 5\$000.000	52	69%	105.500.909	22%
Total Geral	75	100%	485.231.445	100%

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

**Tabela**  
**Distribuição da riqueza - 1910 a 1914**

Tipo	Inventários	%	Monte-mor	%
Grupo A: acima de 10\$000.000	2	5%	26.090.658	20%
Grupo B: 5\$000.001 a 10\$000.000	6	14%	42.419.852	32%
Grupo C: até 5\$000.000	35	81%	62.269.875	48%
Total Geral	43	100%	130.780.385	100%

Fonte: AMB/MG, inventários *post-mortem*

## Dívidas Passivas em réis e libras esterlinas

### Dívidas passivas em réis

Década	Média das dívidas passiva	%
1840/49	580.697	5,0%
1850/59	732.633	6,3%
1860/69	1.279.934	11,0%
1870/79	2.394.171	20,6%
1880/88	2.957.515	25,5%
<b>Subtotal</b>	<b>7.944.950</b>	<b>68,4%</b>
1888/99	1.499.743	12,9%
1900/09	1.108.596	9,5%
1910/14	1.058.797	9,1%
<b>Subtotal</b>	<b>3.667.136</b>	<b>31,6%</b>
<b>Total geral</b>	<b>11.612.086</b>	<b>100,0%</b>

### Dívidas passivas em libras

Década	Média das dívidas passiva	%
1840/49	62	6,4%
1850/59	86	8,8%
1860/69	120	12,3%
1870/79	229	23,5%
1880/88	258	26,5%
<b>Subtotal</b>	<b>755</b>	<b>77,5%</b>
1888/99	93	9,5%
1900/09	57	5,9%
1910/14	69	7,1%
<b>Subtotal</b>	<b>219</b>	<b>22,5%</b>
<b>Total geral</b>	<b>974</b>	<b>100,0%</b>

tabela

Patrimônio, bens de raiz, escravos, animais e artefatos, em réis

Década	Patrimônio	bens de raiz	%	escravos	%	animais	%	artefatos	%	Dívida Ativa	%	soma
1840/49	493.873.442	171.430.522	34,7%	194.814.824	39,4%	31.925.960	6,5%	88.524.772	17,9%	7.177.364	1,5%	493.873.442
1850/59	760.922.131	204.774.007	26,9%	367.360.954	48,3%	31.557.666	4,1%	118.044.592	15,5%	39.184.912	5,1%	760.922.131
1860/69	753.255.867	213.630.609	28,4%	358.170.450	47,5%	32.470.180	4,3%	105.004.516	13,9%	43.980.112	5,8%	753.255.867
1870/79	821.884.219	223.011.162	27,1%	374.176.216	45,5%	65.393.106	8,0%	110.806.146	13,5%	48.497.589	5,9%	821.884.219
1880/88	717.201.820	240.473.411	33,5%	192.861.000	26,9%	45.786.997	6,4%	205.502.668	28,7%	32.577.744	4,5%	717.201.820
subtotal	3.547.137.479	1.053.319.711	29,7%	1.487.383.444	41,9%	207.133.909	5,8%	627.882.694	17,7%	171.417.721	4,8%	3.547.137.479
1888/99	1.323.222.440	760.101.448	57,4%	-	0,0%	153.829.848	11,6%	118.044.592	17,2%	182.301.348	13,8%	1.323.222.440
1900/09	485.231.445	315.746.342	65,1%	-	0,0%	36.658.500	7,6%	87.144.820	18,0%	45.681.783	9,4%	485.231.445
1910/14	130.780.385	92.096.615	70,4%	-	0,0%	12.977.000	9,9%	19.854.460	15,2%	5.852.310	4,5%	130.780.385
subtotal	1.939.234.270	1.167.944.405	60,2%	-	0,0%	203.465.348	10,5%	333.989.076	17,2%	233.835.441	12,1%	1.939.234.270
Total	5.486.371.749	2.221.264.116	40,5%	1.487.383.444	27,1%	410.599.257	7,5%	961.871.770	17,5%	405.253.162	7,4%	5.486.371.749

Tabela dos bens materiais e dívidas por período

Décadas	1840/1849		1850/1859		1860/1869		1870/1879	
Categorias	Soma	Média	Soma	Média	Soma	Média	Soma	Média
Dote	3.677.800	1.838.900	4.251.980	850.396	1.060.000	1.060.000	27.448.240	6.862.060
Estoque	1.260.680	57.304	5.818.020	264.455	2.129.540	96.797	7.335.645	305.652
Indumentária G.	67.160	7.462	3.058.220	339.802	16.520	3.304	1.199.180	171.311
Indumentária P.	280.840	15.602	831.480	59.391	118.180	13.131	169.140	24.163
Jóia	1.338.945	83.684	2.920.960	146.048	584.860	58.486	2.103.042	131.440
Livro	10.000	10.000	42.000	14.000	8.000	8.000	269.700	89.900
Mobiliário	1.545.940	28.629	2.594.500	45.518	2.188.350	38.392	5.685.530	83.611
Moeda	1.159.480	231.896	4.452.313	494.701	2.288.590	381.432	9.629.640	1.203.705
Outros G.	813.820	23.252	2.439.930	67.776	671.850	20.995	1.724.190	50.711
Outros P.	243.660	11.075	921.920	38.413	651.420	31.020	1.064.710	59.151
Utensílio D.	3.597.803	67.883	5.754.765	115.095	3.274.543	61.784	7.490.207	120.810
Utensílio P.	3.893.567	76.344	5.025.788	94.826	4.295.790	78.105	13.186.973	202.877
Total	17.889.695		38.111.876		17.287.643		77.306.197	



Décadas	1880/1888		1888/1899		1900/1909		1910/1914	
Categorias	Soma	Média	Soma	Média	Soma	Média	Soma	Média
Dote	7.797.000	3.898.500	8.009.000	1.601.800	-	-	-	-
Estoque	5.332.536	333.284	5.601.626	329.507	41.000	20.500	10.587.966	571.500
Indumentária G.	3.202.261	1.601.131	3.198.090	319.809	-	-	11.000	11.000
Indumentária P.	1.479.660	211.380	671.840	74.649	17.000	-	-	-
Jóia	890.600	63.614	2.064.930	93.860	393.000	65.500	6.000	6.000
Livro	-	-	181.200	181.200	-	-	-	-
Mobiliário	2.931.500	57.480	9.319.290	83.958	4.304.740	107.619	641.300	40.081
Moeda	13.970.100	1.995.729	44.527.202	2.343.537	35.107.802	5.851.300	3.380.000	1.690.000
Outros G.	1.297.730	56.423	3.579.530	68.837	683.620	34.181	141.000	47.000
Outros P.	451.200	30.080	1.460.880	39.483	735.000	61.250	118.000	19.667
Utensílio D.	4.648.759	96.849	7.272.054	79.913	2.883.732	73.942	480.000	48.000
Utensílio P.	6.532.000	155.524	16.633.379	164.687	9.720.290	231.435	3.340.000	238.571
Total	48.533.346		102.519.021		53.886.184		18.705.266	

Décadas	1840/1849		1850/1859		1860/1869		1870/1879	
Categorias	Soma	Média	Soma	Média	Soma	Média	Soma	Média
Dívidas Ativa	7.177.364	478.491	39.184.912	1.264.029	113.784.112	4.551.364	48.497.589	2.694.311
Dívidas Passiva	13.356.035	580.697	21.978.976	732.633	51.197.365	1.279.934	69.430.968	2.394.171

Décadas	1880/1888		1888/1899		1900/1909		1910/1914	
Categorias	Soma	Média	Soma	Média	Soma	Média	Soma	Média
Dívidas Ativa	32.577.744	1.303.110	182.301.348	3.255.381	45.681.783	2.687.164	5.852.310	1.950.770
Dívidas Passiva	106.470.545	2.957.515	124.478.672	1.499.743	27.714.904	1.108.596	1.143.000	1.058.797

Tabela resumo dos bens materiais e dívidas por período

Décadas	Total	1840/1849		1850/1859		1860/1869		1870/1879		1880/1888		1888/1899		1900/1909		1910/1914	
	Soma	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%
Animal	410.599.257	31.925.960	8%	31.557.666	8%	32.470.180	8%	65.393.106	16%	45.786.997	11%	153.829.848	37%	36.658.500	9%	12.977.000	3%
Dívidas A.	475.057.162	7.177.364	2%	39.184.912	8%	113.784.112	24%	48.497.589	10%	32.577.744	7%	182.301.348	38%	45.681.783	10%	5.852.310	1%
Dívidas P.	415.770.465	13.356.035	3%	21.978.976	5%	51.197.365	12%	69.430.968	17%	106.470.545	26%	124.478.672	30%	27.714.904	7%	1.143.000	0%
Dote	34.514.020	3.677.800	11%	4.251.980	12%	1.060.000	3%	9.718.240	28%	7.797.000	23%	8.009.000	23%	-	0%	-	0%
Estoque	38.107.013	1.260.680	3%	5.818.020	15%	2.129.540	6%	7.335.645	19%	5.332.536	14%	5.601.626	15%	41.000	0%	10.587.966	28%
Indument. G.	10.752.431	67.160	1%	3.058.220	28%	16.520	0%	1.199.180	11%	3.202.261	30%	3.198.090	30%	-	0%	11.000	0%
Indument. P.	3.568.140	280.840	8%	831.480	23%	118.180	3%	169.140	5%	1.479.660	41%	671.840	19%	17.000	0%	-	0%
Jóia	10.302.337	1.338.945	13%	2.920.960	28%	584.860	6%	2.103.042	20%	890.600	9%	2.064.930	20%	393.000	4%	6.000	0%
Livro	510.900	10.000	2%	42.000	8%	8.000	2%	269.700	53%	-	0%	181.200	35%	-	0%	-	0%
Mobiliário	29.211.150	1.545.940	5%	2.594.500	9%	2.188.350	7%	5.685.530	19%	2.931.500	10%	9.319.290	32%	4.304.740	15%	641.300	2%
Moeda	114.515.127	1.159.480	1%	4.452.313	4%	2.288.590	2%	9.629.640	8%	13.970.100	12%	44.527.202	39%	35.107.802	31%	3.380.000	3%
Outros G.	11.351.670	813.820	7%	2.439.930	21%	671.850	6%	1.724.190	15%	1.297.730	11%	3.579.530	32%	683.620	6%	141.000	1%
Outros P.	5.646.790	243.660	4%	921.920	16%	651.420	12%	1.064.710	19%	451.200	8%	1.460.880	26%	735.000	13%	118.000	2%
Utensílio D.	35.401.863	3.597.803	10%	5.754.765	16%	3.274.543	9%	7.490.207	21%	4.648.759	13%	7.272.054	21%	2.883.732	8%	480.000	1%
Utensílio P.	62.627.787	3.893.567	6%	5.025.788	8%	4.295.790	7%	13.186.973	21%	6.532.000	10%	16.633.379	27%	9.720.290	16%	3.340.000	5%
Total	1.657.936.112	70.349.054	4%	130.833.430	8%	214.739.300	13%	242.897.860	15%	233.368.632	14%	563.128.889	34%	163.941.371	10%	38.677.576	2%

Fonte: AMB/MG